



PASSO FUNDO ATRAVÉS DO TEMPO

Volume 3

Pesquisa de DELMA ROSENDO GEHM
(Da Academia Passo-fundense de Letras)

ENCRUZILHADA DO SUL

Passo Fundo através do tempo
volume 3
enfoques gerais



Delma Gehm

Passo Fundo através do tempo
volume 3
enfoques gerais

Passo Fundo
Projeto Passo Fundo
2016

Projeto Passo Fundo

Página na internet: www.projetoportunofundo.com.br

e-mail para contato: projetoportunofundo@gmail.com

Disponível no formato eletrônico /E-book.

Literatura, história. -Passo Fundo: NI, 1989. Vol.3.; 232p.; il.; 22cm.

Todos os direitos reservados ao Autor.

O conteúdo deste sitio NÃO pode ser reproduzido, copiado, gravado, transcrito ou transmitido por meios mecânicos, fotográficos ou eletrônicos, sem a citação de autoria, nos termos da licença

[Creative Commons Atribuição-Compartilha Igual 4,0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/deed.pt_BR);

Para ver uma cópia desta licença, visite:

http://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/deed.pt_BR ou envie uma carta para Creative Commons, 444 Castro Street, Suite 900, Mountain View, California, 94041, USA.



G311p Gehn, Delma Rosendo

Passo Fundo através do tempo [recurso eletrônico] :
volume 3 : enfoques gerais / Delma Rosendo Gehn. – Passo
Fundo : Projeto Passo Fundo, 2016.

1610 Kb ; PDF.

ISBN 978-85-8326-207-7

Modo de acesso: World Wide Web: <<http://www.projetoportunofundo.com.br>>.

1. Passo Fundo (RS) – História. I. Título.

CDU: 981.65

Bibliotecária responsável Schirlei T. da Silva Vaz - CRB 10/1364

Dedico às minhas filhas: Valéria e esposo Dr. Polidoro Mendes da Costa; Silvana e esposo Dr. José Carlos Moraes; Carla e esposo Dr. Paulo Sérgio Dumoncel Hoff e aos queridos netos Jorge André Gehm da Costa (in memoriam), Carlos Alexandre Gehm da Costa, Fernando Gehm Moraes, Beatriz Gehm Moraes, Daniela Gehm Moraes, Ana Paula Gehm Hoff, Paulo Marcelo Gehm Hoff, Paulo Sérgio Gehm Hoff e a minha irmã Dalva Rosendo Montano.

Doação à Sociedade de Amparo à Maternidade e
Infância “SAMI”

SUMÁRIO

| | |
|---|---------------|
| PREFACIO | 9 |
| O MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO | 11 |
| CLIMA | 12 |
| A CIDADE DE PASSO FUNDO, SEDE DO MUNICÍPIO | 13 |
| MAPA DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO | 17 |
| CAAPI | 20 |
| CONHECIMENTO E PARTICIPAÇÃO | 27 |
| CURIOSIDADES | 31 |
| PRIMITIVOS NOMES DA REGIÃO | 32 |
| DE PASSO FUNDO | 32 |
| PRIMITIVOS NOMES DO | 33 |
| TERRITÓRIO PASSO-FUNDENSE | 33 |
| CAMINHOS SECUNDÁRIOS DE PENETRAÇÃO | 35 |
| REDUÇÃO DE SANTA TERESA | 38 |
| A PROSPERIDADE DE SANTA TERESA | 39 |
| DESTRUIÇÃO DE SANTA TERESA | 41 |
| SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICA DE SANTA TERESA E DE PINHAIS | 44 |
| DOMÍNIOS | 46 |
| PECUÁRIA EM PASSO FUNDO | 49 |
| SITUAÇÃO, ASPECTO FÍSICO, FLORA E FAUNA | 52 |
| O FUNDADOR | 55 |
| 4º DISTRITO DE CRUZ ALTA | 57 |
| PRIMEIROS CONTATOS COM OS INDÍGENAS | 60 |
| PASSO FUNDO À FREGUESIA | 61 |
| FATOS DE UMA ÉPOCA | 66 |
| MODISMOS | 71 |
| ESCRAVOS | 76 |
| DESQUITE NO VELHO PASSO FUNDO | 80 |
| MATO CASTELHANO, PONTO ESTRATÉGICO | 1837 83 |
| LEGALISTA EM PASSO FUNDO | 87 |
| OPERAÇÃO PASSO FUNDO | 92 |
| BENTO GONÇALVES EM PASSO FUNDO | 98 |
| ASSOLAÇÕES E MISÉRIAS | 101 |
| ÚLTIMOS REENCONTROS | 106 |
| ASSALTOS DE BANDOLEIROS E ÍNDIOS | 109 |
| AGENDA HISTÓRICA | 1846-1856 114 |
| O RURALISMO EM PASSO FUNDO | 117 |
| APROVEITAMENTO DE MÃO-DE-OBRA | 119 |
| GENTE DE COR | 122 |
| SETEMBRO NA VIDA DE PASSO FUNDO | 122 |
| A REPÚBLICA EM PASSO FUNDO | 127 |



| | |
|---|-----|
| 10 DE ABRIL | 136 |
| A GUARDA REPUBLICANA | 137 |
| PINCELADAS HISTÓRICAS – 1925 | 140 |
| O CINQUENTENÁRIO DA MAIOR BATALHA DA REVOLUÇÃO DE 1893. | 150 |
| CONVITE. 1894 – 1944 | 150 |
| NOS DOMÍNIOS DO "DIREITO" | 152 |
| REMEMORAÇÕES (1890) | 157 |
| DICIONÁRIO GEOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO 1914 | 159 |
| GRÊMIO DRAMÁTICO PASSO-FUNDENSE | 171 |
| O PAÇO MUNICIPAL | 173 |
| UMA ÉPOCA | 178 |
| CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA | 184 |
| BANHOS PÚBLICOS | 185 |
| A GAZOZA DE BOLINHA | 187 |
| A DILIGÊNCIA | 188 |
| Um Perfil | 190 |
| PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO | 192 |
| PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO APARECIDA | 193 |
| IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO | 193 |
| O PASSADO NO PRESENTE | 210 |
| UM SÉCULO | 217 |
| PASSO FUNDO EM DUAS FACES | 244 |
| 8º REGIMENTO DE INFANTARIA | 254 |
| 3º/5º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADA | 255 |
| DADOS SOBRE O EXPEDICIONÁRIO FREDOLINO CHIMANGO | 256 |
| 3º RPMON = RESUMO HISTÓRICO DO REGIMENTO | 259 |
| ELES | 263 |
| 1983 - PODER EXECUTIVO DE PASSO FUNDO | 264 |
| BIBLIOGRAFIA | 265 |
| AGRADECIMENTO | 266 |
| ÍNDICE DE LEGENDAS | 267 |

PREFACIO

Se há uma obra que não carece de qualquer apresentação, é esta. Ela vale por si mesma.

Passo Fundo Através do Tempo é o terceiro volume, completando a história de uma região e hoje de uma cidade, conhecida em todo o País, como a Capital do Planalto.

A autora, professora emérita, membro da Academia Passo-Fundense de Letras, ombreia em importância com os historiadores dessa terra, como Antonino Xavier e Oliveira e Edete Cafruni; todavia, em vários aspectos, os sobrepuja, notadamente, pela coerência e amplitude da pesquisa.

Fiel às fontes reais de informação, abeberou-se em originais e obras do gênero, para transmitir uma configuração geo-político-cultural, desde o longínquo Curuti até o toponímico atual, com o fim de sintetizar o movimento do homem fixado em tais paragens, no sentido de sua perfeita identificação através do tempo.

Em razão disso, passam diante de nossos olhos admirados os embates dos primeiros colonizadores paulistas contra os aguerridos indígenas, filhos autóctones, donos do chão coberto de florestas intocadas e de coxilhas verdes. É a dura luta dos primeiros habitantes de índole européia para a tomada de posse e sua fixação definitiva nos campos de cima da serra... Fluem, depois, os rápidos domínios estrangeiros, de Buenos Aires e do Paraguai, para desaparecerem com a absoluta conquista lusitana, através de atos de bravura e de heroísmo, e de solenes tratados obtidos no campo da diplomacia.

A modesta povoação inicial tenderia a crescer para a final alcançar, em 1857, a sua emancipação político - administrativa, fator histórico fundamental que lhe daria condições



de governar-se, resolver os seus problemas e caminhar em direção firme aos ideais maiores de prosperidade, justiça e bem estar social.

Tudo isso e muito mais nos delinea *Passo Fundo Através do Tempo*, sem nunca perder a clareza do dizer, a propriedade da narrativa, o sentido dos fatos que fizeram a verdadeira história do indomável povo que agora se ufana de seu passado, crê no presente fulgurante e lança o olhar otimista no seu inevitável futuro cada vez mais promissor.

O livro haverá de merecer a atenção dos estudiosos e, certamente, se constitui, ao menos por ora, a mais completa história de *Passo Fundo*, o que não é nenhum elogio, mas justo reconhecimento de seu exato valor.

Meu desejo, particularmente, é que o poder público veja no trabalho da historiadora Delma Rosendo Gehm, uma contribuição inestimável para a cultura *passo-fundense* e, por esse motivo, empreste todo o apoio visando a sua plena divulgação, tanto nas escolas, na Universidade de *Passo Fundo*, quanto ao público em geral.

Esta, sem dúvida, será a melhor maneira de agradecer, senão devidamente, ao menos em parte, o quanto de si tem dado a incansável autora em favor da grandeza e do amor à nossa terra e à nossa boa e brava gente.

RICARDO JOSÉ STOLFO

(Da Academia *Passo-Fundense* de Letras)



O MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO

CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Localização.

O Município de Passo Fundo fica no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

Integra a chamada zona fisiografica do Planalto Médio, sobre a Serra Geral, entre as bacias do Uruguai e do Jacu, ocupando apreciável porção da parte norte do Estado.





Figura 1

CLIMA

O clima do município é temperado. As geadas ocorrem nos meses de julho a setembro.

A temperatura em °C: média das máximas: 23°C

média das mínimas: 13°C

Precipitação pluviométrica anual (1980): 1 713,4 mm

ASPECTOS FÍSICOS



Figura 2

A CIDADE DE PASSO FUNDO, SEDE DO MUNICÍPIO

CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Aspectos físicos.

Com uma área de 16 Km², a cidade de Passo Fundo, está situada no centro geográfico do município do mesmo nome.

W. Sua posição relativa à capital do Estado é Rumo N. N.

Apresenta as seguintes coordenadas geográficas:

Latitude-Sul – 28°, 15', 39"

Longitude-W. – 52°, 24', 33"

Aspectos climatéricos.

A cidade de Passo Fundo, está situada no " divisorum aquarum" da Coxilha Grande, em sítio excepcionalmente favorável sob duplo prisma: da altitude de 709m e excelência de clima sub-tropical, um dos melhores do sul do País.

Desfruta, assim, de raro privilégio de ser um dos centros urbanos do Rio Grande do Sul, melhor prendados pela natureza, no tocante aos fatores geográficos considerados ideais à vida humana e ao progresso.

E perto dela que nasce o histórico Rio Passo Fundo, antigo Uruguai Mirim, que mede 200 km de extensão, indo desaguar no Rio Uruguai.

Perto da cidade, também nasce o Rio Jacuí.

Existem, também, próximas ao centro urbano, dois lagos, formados pelas barragens do Capinguí, na divisa do Município de Marau, e de Ernestina, no Rio Jacuí, na divisa com o Município de Soledade.

Conexão com outras localidades.

A cidade, tem como característica o ser núcleo polarizador, que lhe conferem vários títulos de primazia, inclusive o de mais importante centro convergente e divergente de comunicações rodoviárias no norte do Estado, através das Rodovias e Ferrovia:

BR-285



BR-243

Transbrasiliana

Presidente Kennedy

Estrada de Ferro - Santa Maria-Marcelino Ramos e
outras.

Distâncias da sede - cidades.

| | |
|--------------------------|--------------------------|
| Porto Alegre | 290 Km |
| Carazinho | 49 ou 52 km |
| Erechim | 76 (estrada federal) |
| Getúlio Vargas | 62 km (rodovia) |
| Casca | 70 km |
| Sertão | 50 km (rodo-ferroviária) |
| Lagoa Vermelha | 92 ou 108 km |
| Marau | 31 km |
| Campo Real | 70 km |
| Sananduva | 98 km |
| Sarandi | 87 km |
| Soledade | 80 km |
| Tapejara | 62 km |

Distancias da sede - Distritos

| | |
|----------------------|-------|
| Bela Vista | 20 km |
| Coxilha | 15 km |



| | | |
|-------------------------|----|----|
| Pontão | 44 | km |
| Campo do Meio | 42 | Km |
| Ernestina | 40 | km |
| Pulador | 22 | km |
| São Roque | 12 | km |



MAPA DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO

Município de Passo Fundo, com seus Distritos, Municípios, limítrofes e principais estradas de rodagem e de ferro.

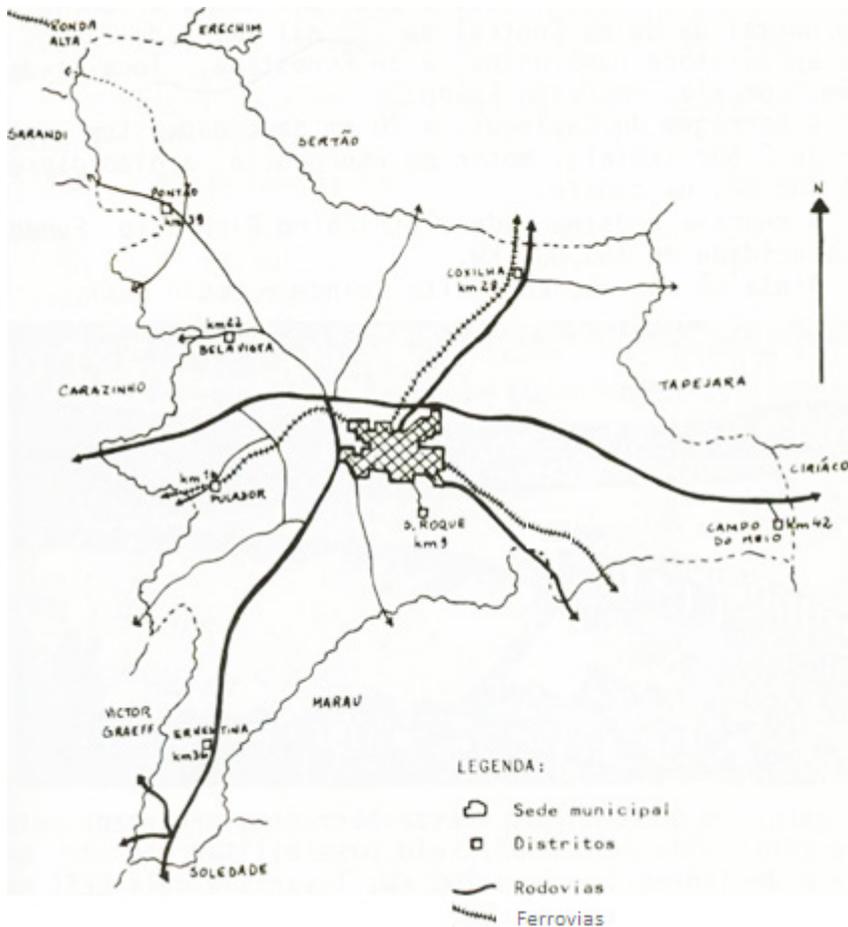


Figura 3

Passo Fundo está localizado no centro de maior complexo Hidroelétrico do Rio Grande do Sul, que fornece energia igual a 762.000 HP.

A Barragem de Ernestina, a 48 km da cidade, tem 40 m de extensão e sua altura máxima é de 15m e a capacidade de sua bacia de acumulação é de 258 milhões de m³.

Embora a sua finalidade tenha sido a de regularizar o regime de águas do Rio Jacuí, possibilitando o funcionamento normal da Usina Central de 150 mil KW, a do Jacuí, i ainda aproveitada numa usina, a de Ernestina, localizada, também, com ela, em Passo Fundo.

A Barragem do Capinguí, a 20 km da cidade, tem turbinas de 2.500 (total), motor de emergência, a óleo diesel com 1.300 HP, na cidade.

A represa e Usina Hidroelétrica no Rio Passo Fundo, tem capacidade de 350.000 KW.

Ainda há conexão com Salto Grande e Passo Real.



Figura 4



BARRAGEM DO CAPINGUÍ - Esta barragem, projetada pela CEEE e construída pelo DNOS, veio possibilitar uma usina - a de Capinguí - de 3.200 KW, levantada pela CEEE na primeira etapa do Plano de Eletrificação. Trata-se de uma barragem de concreto ciclópico, com o comprimento de 220 m e a altura máxima de 22m, originando uma bacia de acumulação de 40 milhões de metros cúbicos. Com essa obra hidráulica criou-se no município de Passo Fundo, onde está situada, um lago artificial, de 7.000.000 metros quadrados, onde se praticam esportes a vela, remo, natação e outros.

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA

O crescimento demográfico na cidade de Passo Fundo não é explosivo, mas está em rápido crescimento, como demonstra o levantamento estatístico do número de habitantes da cidade, de década em década, em relação à sua posição no contexto nacional.

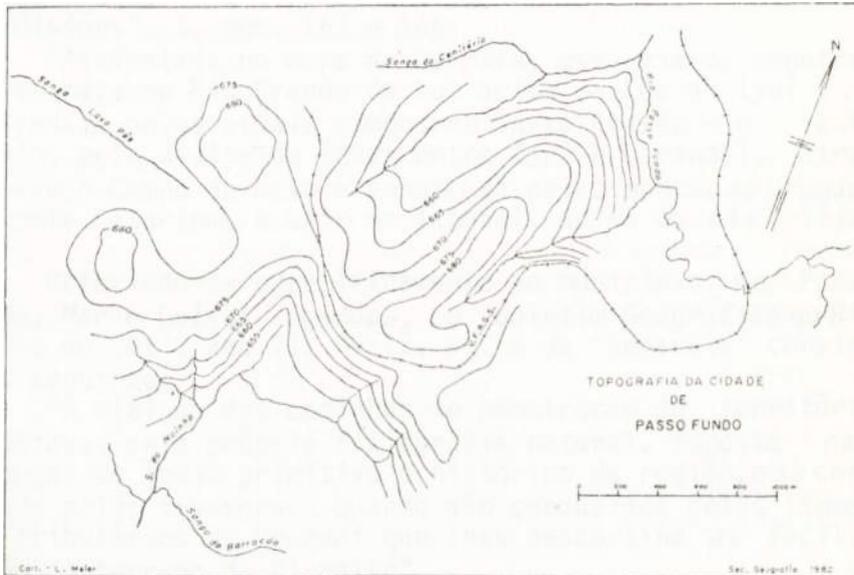
O cálculo é feito de 1,0 a 2,0% da população brasileira em cada época.

| Ano | Nº de habitantes |
|------|------------------|
| 1940 | 17.207 |
| 1950 | 24.395 |
| 1960 | 47.299 |
| 1970 | 69.135 |
| 1980 | 105.526 |



1983

O município de Passo Fundo
conta atualmente com 121.228 habitantes.



Altimetria da cidade de Passo Fundo

Figura 5

CAAPI

Em dias da pré-história gaúcha, talvez nenhuma via de penetração, nenhum caminho de integração do aborígene, e mais tarde, política, social e cultural, nos tempos históricos - foi mais importante do que o famoso Caapi, designação guaranítica significando "o caminho da mata" ou "caminho da floresta".

Serpeava de leste a oeste sobre as lombadas da Coxilha Grande, divisor das águas do Anta e Jacuí das do Uruguai, desde o planalto vacariano até as ribanceiras do Uruguai, na divisa com a Argentina, tendo como de suas intersecções o tão

celebrado Mato Castelhana e o Mato Português.

Apresentando o seu trajeto do ocidente ao oriente, sem, contudo, conferir-lhe qualquer toponímia, senão dando o Caapi como região de Santo Cristo, na margem oriental do citado Uruguai - assinala Aurélio Porto, em sua "História das Missões", I, pgs. 165 e 166:

"Assinalada no mapa de Carrafa, essa via de penetração entrava no Rio Grande do Sul acima da Foz do Ijuí . . . continuava pelos atuais campos de Santo Cristo - e Santo Ângelo, pela divisa de águas entre Ijuí e Carandaí, atravessava o Campo do Meio e penetrava pelas pontas do Uruguai em Santa Catarina, a sair no litoral, acima do rio Tijucas".

Referindo-se especificamente ao município de Passo Fundo, Mario Calvet Fagundes, no "Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul", ano VI, nº 12, pg. 8 da "Separata" consigna o seguinte:

"A eleição dos caminhos de penetração do território já estava, pela própria fisiografia natural, imposta nas andanças do Índio primitivo e histórico da região, e se consolida pelos invasores, quando são conduzidos pelas linhas dos tributários do Uruguai que lhes descortina as facilidades do terreno do Planalto".

Nos tempos de conquista, o Paraguai, lugar de densa população indígena, dominado pelos "adelantados" e assiduamente buscado pelas missões jesuíticas - era atingido por três vias principais:

1ª - via marítimo-fluvial, pela costa uruguaio - argentina, rios do Prata, Paraná e Paraguai (veja-se Romário Martins, "História do Paraná", 3ª edição, pgs. 87 e 88).

2ª - a do Peabiru ou de São Tomé (Lucas A. Boideux, "História de Santa Catarina", edição didática, pg. 63), f celebre pela jornada do "adelantado" Cabeza de Vaca, em 1554, partindo



da costa de Santa Catarina (em frente da ilha do mesmo nome), e cujo itinerário inclui o território do atual Estado do Paraná, assinalando-se pelos seguintes pontos: rio Itabucu ou Itapacu, no litoral catarinense Serra do Mar, Campos de Curitiba; rios Iguaçu, Tibagi, Piquiri e novamente o Iguaçu, acima do Salto Grande; e Paraguai (vejam-se os "Comentários desse adelantado" ou o esboço de Rodolfo Garcia em nota ao Cônego Joao Pedro Gay, "História da Republica Jesuítica", de nº 52).

3ª - a do Caapi, uma variante ou réplica rio-grandense do caminho de Peabiru, com as seguintes assinalações: litoral catarinense (Laguna), Passo de Santa Vitória, no Pelotas; Campos da Vacaria, Mato Português, Campo do Meio, Mato Castelhana, Campos do Passo Fundo, Pinheiro Torto, Passo do Rio da Várzea, no Pulador; Campos de Carazinho, o antigo Caaguaçu (século XVII), o mesmo Apucaçuró do século XVIII ou Serrania do Tape, na menção de Nusdorffer Campos de Santo Ângelo, Campos de Santo Cristo e Passo do Tabati, no rio Uruguai, acima da Foz do Ijuí. O caminhe prosseguia no território de Misiones (Argentina): Concepción, Itapúa (hoje Posadas), e por fim, terras paraguaias: Incarnación, San Inácio Guaçu e Assunción (veja-se o itinerário do Pe. Roque Gonzáles nas obras de Aurélio Porto, Pe. Luiz Gonzaga Jaeger e mapa de Carrafa).

Naqueles tempos, quem estivesse no litoral catarinense, não podia atravessar o Estado de Santa Catarina para ocidente, até o Peperi-Guaçu, na divisa com a Argentina. Dificultava a penetração por Santa Catarina a impraticável Ibituruna (Serra Negra), quer pelo terror que infundiam os Guaianás (de que descendem os Coroados) que, até fins do século passado, ainda assaltavam os tropeiros, no trajeto do Pelotas ao rio Negro, através da mesma Serra Negra, designação que se perpetuou até os dias de hoje.

A este propósito, Mi 11iet de Saint Adolphe, em seu Dicionário do Império do Brasil, vol. II, pg. 473, verbete "Santa Catarina", informa, referindo-se aos começos de Lages:



"No fim do século XVII, um grande número de paulistas foram assentar morada no sertão do país, a 60 léguas do mar, com o qual não podiam ter comunicação..."

E no verbete "Lages" vol. I, pgs. 545-546:

"Foram estes colonos obrigados a defender os novos estabelecimentos contra as agressões dos Índios bravos, e derrotaram-nos em vários encontros, pondo-os em fuga com o auxílio das armas de fogo..."

Assim, pois, muito embora Laguna fosse uma enseada frequentadíssima, pode-se dizer que mais serviu para a penetração do Rio Grande que de Santa Catarina, cujo povoamento inicial apenas se limitou a costa marítima.

Referindo-se ao "Caminho do Peabiru", diz Romário Martins, *ibidem*, pgs. 87-88, que se utilizaram dele, além dos bandeirantes, os seguintes viajores:

1) - Cabeza de Vaca e seu séquito militar, em direção ao Paraguai (Assunção), em 1541;

2) - Joahan Ferdinando, vindo de Assunção, com missão de incrementar o cultivo da mandioca, em Santa Catarina, para o suprimento dos navios castelhanos, em 1549;

3) - Os companheiros de Hans Staden... que, em 1551 deliberaram seguir por terra a Assunção, em 1549;

4) - Ulrich Schmidel, em 1553, vindo do Paraguai para São Vicente;

5) - "O grande missionário, Pe. Leonardo Nunes, quando pretendeu reunir em aldeia crianças indígenas, para educar", em 1553;

6) - Os irmãos Pedro Correia e João de Souza, pacificadores dos Carijós do Ocidente e vítimas de sua abnegação apostólica";

7) - Juan de Salazar de Espinosa, Cipriano de Góis e Rui



Dias Melgarejo, governador de Vila Rica do Espírito Santo, no Guairá, aos quais as autoridades vicentinas negaram licença para seguirem para o Paraguai, por terra, eis que não somente o fizeram, em 1556, "sinhacer daño a la tierra ni a cosa dela", como levaram 12 soldados (do séquito de Salazar) e 6 portugueses (do de Góis), as esposas de Salazar e de Góis e duas cunhadas do primeiro".

8) - Diogo Nunes, na sua viagem ao Paraguai e ao Peru;

9) – Brás Cubas e Luiz Martins que, em 1562, vararam trezentas léguas de sertão, etc...

Dessa lista, os que partiram da enseada lagunense, nem todos se utilizaram do caminho do Peabiru ou de São Tome para alcançarem o Paraguai. Pelo menos há fortes restrições quanto aos irmãos Pedro Correia e João de Souza, e a propósito dos mesmos, Aurélio Porto, em sua "Historiadas a Missões", I, pg. 26, e em "Terra Farroupilha", indica de modo convincente que sua penetração aos Carijós se processou pelo território riograndense, e só podiam tê-lo feito pelo "Caapi" ou "Caminho da Floresta".

Por que "Caminho da Floresta"?

E que, nos séculos XVI e XVII (e até mesmo em data mais recente), toda a região norte do Rio Grande do Sul, servida por este caminho (como acontecia também na margem oriental do Uruguai e nas regiões dos rios Guaporé Antas - Taquari), era um vasto lençol de matas virgens, apenas interrompido, ao longo desse caminho, pelas clareiras mais notáveis, de Campo da Vacaria, Campo do Meio, Campos de Passo Fundo, Campos de Santo Ângelo e Campos de Santo Cristo. Tudo o mais era floresta fechada que, primeiramente os Índios, e mais tarde os colonizadores, foram desbastando e queimando, até desfigurar o aspecto fisiográfico da vasta zona, depredação em que as necessidades da indústria madeireira, sempre em maior escala não deixaram de ter parte.



Até fins do século XVII, mais ou menos, a extensa faixa norte, do divisor de águas (Coxilha Grande), por onde cruzava o Caapi, conservava as seguintes menções toponímicas.

1) - Caaguã (sítio ou morada do mato), como se pode inferir de Batista Caetano, ou por outra, "mato habitado", em virtude de sua densa população indígena, conhecida por Caaguara. Compreendia as matas dos atuais municípios de São Francisco de Paula, Aparados da Serra (Bom Jesus) e Vacaria.

2) - Caã, ou simplesmente mato ou floresta, designativo do Mato Português, e daí ter sido chamada Caamome a região de Lagoa Vermelha.

3) - Mondecaá (mato das armadilhas), nome indígena do Mato Castelhana, em Passo Fundo, então com cerca de três léguas de extensão, leste-oeste.

4) - Curiti, significando "Pinhais" e que, embora fosse a característica de toda a faixa, referia-se especificamente à zona de Passo Fundo, como podemos verificar pela citação do Pe. Alfaro, ao referir-se à redução de Santa Teresa, em confronto com o já citado "Dicionário" de Milliet de Saint Adolphe, verbete "Passo Fundo". Compreendia ainda a região do alto Jacuí (galho oriental), em que se encontram o Rincão do Pessegueiro, Umbu, Passo da Areia, Roseira, etc., em território passofundense.

5) - Caapi (caminho da floresta), especificamente a região de Carazinho, no Jacuí-mirim.

6) - Caaiacó (de caá, mato; Y, rio ou rios; acó, encostado ou junto), significando, ao que parece, "mato dos rios", visto que ficava entre as cabeceiras do Ijuí, do Ibirubá, do Jacuí-mirim e o alto Várzea, abrangendo assim os municípios de Cruz Alta (norte), Carazinho (oeste), Santa Bárbara e Panambi).

7) - Caaguaçu (mata grande) que abrangia os atuais municípios de Santo Ângelo (leste), Ijuí e Panambi.

8) - Caaró, que eram as densas matas do baixo Ijuí,



abrangendo os atuais municípios de Santo Ângelo, Santa Rosa e São Luiz Gonzaga. Era uma floresta em que, segundo Luiz Gonzaga Jaeger, abundava a "caúna. A significação de "caaró", segundo o mesmo autor ("Os Três Mártires Riograndenses", pg. 305), é "folha amarga".

O Caapi (caminho das florestas) consta nos mapas antigos (Ernot, Carrafa, Lisle, etc.), assinalado como região (ao longo da referida faixa), quer junto ao rio Uruguai, quer na zona carazinhense, quer ainda em zonas intermediárias.

A propósito desse caminho, diga-se que ficou especialmente celebrado pela redução chamada "São Carlos do Caapi", que se fixava na região do Pinheiro Marcado, atual município de Carazinho.

Diz o Cônego Gay, obra citada, página 461, que " São Carlos, de Caapi (ficava) nas montanhas de Cape".

Cape (que i, aliás, corruptela de Caapi), nada mais significava, etimologicamente, segundo pudemos compor com A. Lemos Barbosa ("Vocabulário Tupi-Português), senão o seguinte: Caá, mato; e pé, caminho. Dal ser a corruptela da mesma significação, não passando de uma variante gráfica de Caapi.

Quanto as "montanhas" ou "montes" a que se refere Gay, tenha-se em mente que o referido Cônego baseou-se em documentação espanhola e que os espanhóis aplicavam a designação "monte" as serras e às matas. A propósito, Gonzaga Jaeger, em sua obra citada, pg. 305, esclarece: "... e o mesmo Pe. Montoya traduz, no "Tesoro de la Lengua", Caá por mato", etc...".

O mesmo Gay, *ibidem*, página 500, fala-nos da redução de Visitação de Caapi, que ficava próxima a de Santa Tereza (Passo Fundo), no Jacuí, mas que, juntamente com a de Caiacó, fundiram-se com a de São Carlos do Caapi, em Carazinho (vejam-se obras citadas de Aurélio Pôrto e L.G. Jaeger).

Essas indicações apresentam-se relevantes quanto as demarcações do primitivo "Caminho da Floresta", que tanto



significou para a formação dos agrupamentos indígenas, como trilha procurada, e origem de disputas; e serviu também para a integração colonial na região.

Esse caminho foi palmilhado por Jesuítas e bandeirantes, nos séculos XVII e XVIII. Foi desbravado na primeira metade do século XVIII, por Cristóvão Pereira, na região vacariana. Foi conhecido por "estrada das Missões", desde então até meados do século passado. Em 1846, foi aberta, através dele, a estrada das secções dos Matos Português e Castelhana, pelo então presidente da província, Conde de Caxias. Finalmente, por ele passa o traçado da BR-285 (Rodovia Duque de Caxias) somente que, em vez de terminar em São Borja, o fazia em Santo Cristo, relativamente ao seu percurso no Rio Grande do Sul.

CONHECIMENTO E PARTICIPAÇÃO

Ao tempo em que os Jesuítas eram senhores da Região Missioneira (séc. XVII), o território de Passo Fundo fazia parte do governo de S. Joao Batista, povo cujas ruínas demoram não longe da confluência dos Ijuís, no município de Santo Ângelo.

Era então habitada, toda a região das Missões, pelos indígenas guaranis que dominaram grande parte do continente americano, tendo como representantes de suas inúmeras tribos, nesta região, os charruas, os minuanos e outros.

Passo Fundo, em razão de sua topografia e condições especiais foi alvo da atenção dos Jesuítas (civilizadores incontestes de toda a região oriental do Rio Grande do Sul), que o visitaram, conhecendo as imponentes riquezas de tão privilegiado solo, principalmente pelos ervais, então ostentando todo o vigor primitivo.



Desse conhecimento vieram eles (os Jesuítas) a participar da vida dos selvícolas (maior parte a convite do cacique Guaraé) aqui sediados, explorando as riquezas em benefício do erário das Missões, cujo principal rédito - di-lo a História, provinha de erva mate, exportada em larga escala para as praças platinas, onde seu consumo era enorme.

Poderão nos objetar que tal negócio seria inviável em consequência da distância, mas a isso responderemos que, segundo testemunhas fidedignas, entre elas SOUTHEY, os Jesuítas mandavam vir do Peru o mármore para as vidraças de seus templos e colégios, porque o vidro não resistia as tempestades do sul que naquela época se faziam sentir nas Missões. Passo Fundo, portanto, distante da praça de consumo da erva mate nada mais do que 40 léguas, era aproveitado com 3 objetivos: 1º) - suprir o mercado consumidor; 2º) - assegurar uma importante fonte de receita para as Missões; 3º) - Pôr em movimento um pessoal numerosíssimo (os selvícolas reduzidos) que tinham às suas ordens e que não convinha que permanecessem inativos, a fim de não quebrarem a severa disciplina, tão necessária à boa ordem das Reduções. Nesse clima de ligação, onde a região de Passo Fundo representava o limite oriental do território missioneiro, fez-se sentir em larga escala os ataques, vindos do norte, por bandeirantes paulistas, e a invasão dos Índios Coroados, selvícolas ferozes de raça Tupi, vindos dos sertões paranaenses e que ocuparam toda a região florestal do Rio Grande do Sul, tornando-se grande obstáculo ao ingresso da civilização na mesma, devido ao intenso Ódio que votavam a raça branca.

Passo Fundo, considerado lugar remoto, coberto de gigantescas florestas, oferecia, a par da segurança pessoal, fartos meios de subsistência a esses selvagens, tornando-se estas plagas um dos principais pontos de concentração.

Com o tratado de demarcação dos limites entre Portugal e Espanha, em 1777, em que o estabelecimento da raia na região Missioneira se estabelecia pela Coxilha Geral, a isso se opôs o



Reino de Castela alegando que as Missões ficaram esbulhadas dos ervais que se achavam de posse desde sua fixação no território Passo Fundo, assim se achava entre dois fogos, de um lado os lusitanos procurando impor o tratado, e de outro os Coroados a saquear, causando terror e dificultando a entrada dos tropeiros que alarmados, e com a ferocidade dos selvícolas, sujeitavam-se a longas trajetórias por Viamão (naquela época apenas sul) até 1815, quando o arrojo do paulista, o major Athanagildo Pinto Martins, abriu picadas no território do Mato Castelhana, indo sair nos campos da hoje Vacaria.

Nessa época o território de Passo Fundo com a redução de Santa Teresa já extinta (essa redução contava com tribos guaranis), oferecia o perigo dos Coroados que garantiam duas frentes: a do norte, frente da Vacaria, e a do sul, frente do Passo Fundo.

Historiadores vários afirmam de que o chamado limite ' oriental do território missioneiro e o que as cartas geográficas assinalam como a zona do atual Mato Castelhana, s Capão Grande, Povinho da Entrada e Povinho Velho, tiveram F participação ativa, como palco ora defensivo, ora ofensivo nessa demanda de limites.

Os Coroados, Tupis sanguinários, com extraordinária tática de guerra, porque não dizer guerrilhas, preparavam-se como titans espartanos, armazenando as colheitas, envenenando flechas, construindo esconderijos e preparando armadilhas, embora fossem nômades, esta região lhes oferecia rica vivência, razão pela qual nela se estabeleceram e permaneceram.

Hoje ainda encontramos vestígios materiais desses primitivos habitantes do território, principalmente no Mato Castelhana.

No local onde hoje está fixado o extraordinário Parque do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), com uma área de 1.300 ha, encontramos sinais vivos da vivência indígena naquelas então florestas limítrofes. Lã estão, em pleno



Parque, hoje com 50% de sua área coberta de *Pinus Eliotis* e *Araucária*, escavações circulares em vários pontos, talvez feitas para abrigo pessoal, ou para armadilhas, ou moqueação de caças, ou depósitos de alimentos. São escavações, com pequena distância uma das outras, dispostas em semicírculo, com uma distância de 23 m entre a boca do primeiro fosso de um lado e o segundo fosso do outro lado, seguindo-se entre eles várias escavações todas de boca circular (naturalmente deformadas pela erosão, contudo algumas deixam ver perfeitamente sua primitiva forma), com profundidade que não se pode prever, pelo desmoronamento de suas bocas e paredes e também pelo entulho que se acumulou com o tempo. Verificando, contudo, já está, que entre eles, intercomunicavam-se por meio de corredores ou escavações. Também na parte do Parque em que é mantida a floresta original, há escavações que se assemelham a trincheiras, segundo dados do ousado sertanista Augusto Cesar e parte oeste do chamado Mato Castelhana também fora chamado Potreiro Grande dos Jesuítas, informação essa prestada por uma Índia descendente dos Coroados, o que vem corroborar as nossas pesquisas sobre o paradeiro de índios guaranis e, posteriormente coroados, na região de Passo Fundo, segundo "A Revolução Farroupilha", do Gal. Tasso Fragoso o "Rio Grande do Sul" de Alfredo Varela, suspeitamos que as escavações, em forma de trincheiras ou amontoados em forma de túmulos existentes na floresta primitiva do Parque em alusão, sejam formas de defesa, umas da Revolução Farroupilha, quando há registro de passagem de tropas republicanas por nosso território, com referência ao Mato Castelhana, onde acamparam e prepararam-se para defesa contra tropas imperialistas. Também na Revolução de 1893, em que Passo Fundo fora cenário de cruentas batalhas no Mato Castelhana e suas redondezas, existiram acampamentos ora de federalistas ora de chimangos. Os fossos existentes nessa zona limítrofe da coroa de Castela e Lusitana, encontram-se nas cabeceiras do Capinguí, bem como os sinais de trincheiras e amontoados parecendo túmulos, sinais esses a leste da cidade, isto e, a leste



do território onde se assenta Passo Fundo.

Em 1928, nesse mesmo local, cabeceira do Capinguí, em escavações realizadas por curiosos, foram encontrados objetos em forma de machados, piladores, pontas de flechas, cerâmicas, constituindo painéis ou vasos de barro que, pela sua antiguidade se fragmentaram ao uso e se desfizeram ao serem exumados.

CURIOSIDADES

Em profundo estudo do Visconde de Porto Seguro na sua magistral História do Brasil, os Guaranis e Tupis eram inimigos natos e jamais puderam ser aldeados juntos. Os Jesuítas fizeram várias tentativas, conseguindo, algumas vezes, trazer crianças índias de um grupo para conviverem com o outro, mas isso foram casos raros e que não serve como um novo *modus vivendi* dessas duas raças. Disso temos provas nos aldeamentos vizinhos que hoje conhecemos junto ao rio Ligeiro e Carreteiro - Nonoai (nome verdadeiro do cacique que deu origem a esse nome era Nonoá) e Iraí.

Ha algum tempo tivemos o prazer de conversar com um chefe índio (nossos bugres), dos aldeamentos de Nonoai e Iraí, quando especulamos sobre os dialetos. A resposta não se fez esperar - "Nós fala guarani e não gosta do irmão coroadado que vive do outro lado da mata".

Procurando conhecer o índio coroadado que vive deste lado da mata notamos que ele possui mais espirito criador, e, hoje, despido da primitiva ferocidade aceita melhor o branco e suas condições. Muitos desses índios, atualmente arregimentados pela FUNAI estão cursando o 1º grau, com ó-



timo aproveitamento.

Segundo o mesmo Historiador, conhecemos uma lenda bastante original: diziam os Guaranis que os Tupis (coroados aqui neste território) eram todos de dois calcanhares em cada pé, não se sabendo, pelo seu rasto, quando encontrado, se iam ou vinham. Se a primeira parte dessa lenda se asentava no absurdo, todavia a segunda não era destruída de fundamento, pois que, como sabem, as pessoas contemporâneas das correrias dos coroados neste município, era vez desses índios o caminharem de costas, para que o inimigo não soubesse a verdadeira direção de seus passos.

Foram esses selvícolas que sobressaltaram os primeiros dias do povoamento de Passo Fundo, quando expulsaram, da região do Tape, os guaranis e eliminaram o trabalho extraordinário dos Padres da Companhia de Jesus.

Neste nosso trabalho, deixamos a homenagem aos Jesuítas da Companhia de Jesus, que foram os primeiros brancos que se imolaram pela civilização deste território missioneiro e saudamos os Tupis e Guaranis, porque também foram atores nesse imenso palco brasileiro, do qual participamos.

PRIMITIVOS NOMES DA REGIÃO DE PASSO FUNDO

- IBITIRU, corruptela de Ibituruna (Serra Negra), ao tempo da primeira penetração branca em 1632;
- CAMPO DAS VINTE MIL VACAS, no tempo da dominação Jesuítica, na primeira metade do século XVIII;
- VACARIA DOS PINARÕES, até fins do mesmo século;
- SERRA DO ALTO JACUÍ, nos princípios do século XIX;



- SERRA DO ALTO URUGUAI, no mesmo período;
- REGIÃO SERRANA, em fins do século XIX e primeiras décadas do atual;
- ZONA DO PLANALTO, até recentemente;
- PLANALTO MÉDIO, designação atual.

PRIMITIVOS NOMES DO TERRITÓRIO PASSO-FUNDENSE

- CURITI, que na língua dos guaranis significava "Pinhais". Esta denominação foi encontrada pelo homem branco, ao pisar, pela primeira vez, este território, em 1632.
- SANTA TEREZA, depois de 1632, com a fundação da redução de Sta. Teresa, pelos Jesuítas.
- IGAÍ, nome dado a partir de 1637, quando se deu a conquista bandeirante do território.
- PINHAIS, nome dado pelos espanhóis ao território passo-fundense, durante a ocupação bandeirante.
- CAMPO DAS VINTE MIL VACAS, em princípio do século XVIII.
- VACARIA DOS PINHAIS, até 1756.
- PINARÊS, assim chamada pelos Guaranis, até fins do século XVIII.
- ALTO JACUÍ DA VACARIA, no princípio do século XIX.
- NOSSA SRA. DA CONCEIÇÃO APARECIDA DO PASSO FUNDO, em 1834.
- PASSO FUNDO DAS MISSÕES, em documento do



decênio farroupilha.

- NOSSA SRA. APARECIDA DO PASSO FUNDO, até próximo 1889.

- PASSO FUNDO, simplesmente, de então para cá.

- Primitivos nomes do Rio Passo Fundo:

- GOIO-EN (água funda).

- CURITI (rio dos Pinhais), nome dado pelos Índios Tapes, parcialidade dos Guaranis.

- URUGUAI-MIRIM, nome vigorante até fins do século XIX.

- PASSO FUNDO, de fins do século XIX até o presente.

- Fundação do povoado de Passo Fundo:

Com a inauguração da capela de Nossa Sra. Aparecida do Passo Fundo, em terras da Mitra, doadas pelo Capitão Manoel José das Neves primeiro povoador, em 23 de agosto de 1834, estava fundado o povoado. Após a construção da Capela o lugar foi urbanizado, sob a direção do Joaquim Fagundes dos Reis.

- Jurisdições a que obedeceu o território de Passo Fundo.

- BUENOS AIRES, por força do Tratado de Tordesilhas.

- ASSUNÇÃO, a partir de 1632, quando os Jesuítas fundaram aqui a Redução de Sta. Teresa.



- SAO PAULO, a partir de 1637, com a fixação aqui dos bandeirantes, até cerca de 1680.

- BUENOS AIRES, até 1801.

- SÃO BORJA, desde a conquista das Missões, em 1801, pelos luso-brasileiros.

- CRUZ ALTA, a partir de 1834.

Jurisdição municipalista, a partir de 28 de janeiro de 1857, com a emancipação da comuna.

Área atual do Município: 1.893 km² (dos 80.000 km² em 28 de janeiro de 1857).

Distritos: 1° Cidade; 2° Campo do Meio; 3° Coxilha; 4° Ernestina; 5° Bela Vista; 6° Pontão; 7° Pulador; 8° São Roque.

CAMINHOS SECUNDÁRIOS DE PENETRAÇÃO

Os caminhos primitivos, de importância secundária, foram, no século XVII: o de Ibitiru (Serra Negra) para o norte de Passo Fundo, passando o rio Uruguai no Goio-en; o de Ibitirabebe, conhecido, depois (século XVIII), por Ibiticaraí, passando por Soledade e indo à região do Rio Pardo, e que era uma continuação do primeiro, agora rumando para o sul de Passo Fundo.

O caminho para o norte (Ibitiru) serviu, em tempos imemoriais, para a ocupação do território de Passo Fundo pelos Índios Guaianás e, depois, somente no século XIX foi utilizado pelos colonizadores; o que partia para o sul serviu



para o escoamento da população Tape, de Passo Fundo para o Butucaraí (Ibiticaraiba, primitivo Ibitirabebe). Mais tarde, em 1634, foi percorrido pelo Pe. Cristóvão de Arenas para conduzir o primeiro gado bovino, da zona do Rio Pardo e Santa Cruz para os campos de Passo Fundo. Só no tempo da colonização paulista em Passo Fundo, duzentos anos depois, é que essa via tornou-se o principal meio de comunicações ligando-se a Rio Pardo e, daí, por via fluvial a Porto Alegre, capital da província. Diga-se ainda que os primeiros povoadores de Passo Fundo não só procederam das províncias do norte, utilizando a "estrada das Missões" (Caapi), senão que vieram alguns do sul, pelo caminho de Butucaraí, oriunda da região de Soledade e redondeza.

Uma outra via partia de Passo Fundo no rumo do sudoeste, ligando-se a Cruz Alta, onde se bifurcava, tomando: para ocidente a direção de São Borja, e para o sul, buscando a região de Santa Maria. Nos tempos Jesuíticos, a primeira chamava-se "caminho de São Borja" e a segunda "caminho da Natividade", em virtude das reduções desses nomes servidas pelas mesmas vias. A do Butucaraí era por isso conhecida também, naquele tempo, por "caminho de São Joaquim", pela redução desse nome, existente ao sul, no município de Soledade.

O rio Jacuí, correndo de Passo Fundo para o sul, era bordejado, assim, a oriente pela via do Butucaraí, e a ocidente pela de Natividade.

Cumpra-nos agora mencionar outra via de penetração de Passo Fundo a do Caapi-Tebiquari ou Caapi-Taquari - ou seja "caminho da mata do Taquari", que desempenhou importante papel na primeira grande exploração do território gaúcho, no tempo dos Jesuítas, e que foi percorrida pelo Pe. Francisco Ximenes, de Santa Teresa (Passo Fundo), em 1635.

Penetrava nas selvas de Marau, como que continuando, em ramificação a partir de Passo Fundo, o Caapi principal, ganhando a designação de Caapigüi (Caapi pequeno), ou,



conforme Batista Caetano, Caapi "de fora" e ainda "além do Caapi", e que podemos interpretar como "outro Caapi".

Caapigüi é um nome que se conserva ainda hoje, no rio afluente do Guapore, e que nasce em Passo Fundo, e que se encontra na carta do Pe. Luiz Ernot (1635), Jesuíta que foi companheiro de Francisco Ximenes, na viagem de exploração regional. E hoje o Caapigüi celebrado pela barragem¹ e usina, do mesmo nome, que fazem parte do sistema hidroelétrico do nosso Estado. Pelo referido nome era conhecida,⁶ naqueles remotos tempos, a região marauense.

Essa ramificação seguia, mais ou menos, o atual traçado da rodovia Passo Fundo-Nova Prata, indo morrer nas barragens do rio das Antas (Taquari), depois de haver repontado muitos rios e arroios. A propósito da exploração do Pe. Francisco Ximenes, em 1635, escreve Aurélio Porto:

"Entrou o Pe. Ximenes pelo Caapi - pontas do Taquari nove dias distante de Santa Teresa, embarcando aT em uma canoa, etc." (Historias das Missões", I, pg. 129). Subentenda-se que esses nove dias foram em marcha a pé, como foi feita a jornada.

O "Taiacu-Api" (caminho do taiacu ou queixada), célebre pela reunião dos feiticeiros Carijós, inimigos dos Jesuítas (no baixo Taquari); era um prolongamento do Caapi (variante), no rumo do Jacuí e do Guaíba, quiçá costa da Lagoa dos Patos e do Atlântico.

Ao longo do Caapi-Taquari teriam ocorrido muitas pugnas dos aborígenes, entre Tapes (Guaranis) e Carijós, fidalgos inimigos, a despeito de provirem do mesmo tronco Tupi. Os primeiros, como sabemos, habitavam Passo Fundo, em quase todo o território, enquanto os segundos, a parte oriental, e sul-oriental.



REDUÇÃO DE SANTA TERESA

SANTA TERESA DO IBITIRU foi a primeira designação da redução passo-fundense, por estar junto às selvas do IBITIRU (Serra Negra), que vinha morrer no POVINHO DA ENTRADA onde se situava a taba de GUARAÍ, cacique dos TAPES desta região.

Fundou-a o Jesuíta FRANCISCO XIMENES, enviado pelo Superior PEDRO ROMERO, aqui chegando em fins de 1632, erguendo uma cruz de madeira e rezando missa, que foi acompanhada com respeito pelos índios.

A demora desse missionário foi curta, pois viera encarregado de efetuar apenas os preparativos espirituais, daqui seguindo para o sul, ao BUTUCARAÍ, onde deu os primeiros passos para a fundação da Redução de SÃO JOAQUIM.

FRANCISCO XIMENES veio ainda uma ou duas vezes, tendo, numa das visitas, a 22 de março de 1633, fazer a transmigração do Povo para as proximidades d'ório JACUÍ, temendo a proximidade do MATO CASTELHANO, então chamado pelos índios MONDÉ-CAÁ (mato das armadilhas), que, por ser passagem obrigatória, poderia servir aos ataques dos POMBEIROS, (índios CARIJÓS, prepostos dos bandeirantes de SÃO PAULO; contudo não há registro oficial dessa transmigração.

"Os índios domiciliados em SANTA TERESA - diz Gonzaga Jaeger - foram, entre todos, os que mais inclinação patentearam para aceitar a civilização cristã".

Graças aos esforços de XIMENES, em pouco tempo foram não só catequizados os TAPES locais, mas diversas famílias CARIJÓS ou IBIAÇAGUARAS, tanto do CAMPO DO



MEIO como do rio GUAPORÉ, então chamado MBOCARIROI.

Muito embora o Pe. Ximenes exercesse o curato durante todo o tempo existencial de SANTA TERESA, contou ele com sucessivos companheiros, entre os quais os Jesuítas PEDRO MOLA, SIMAO MACETA, JOAO DE SALAS e alguns outros.

Em poucos anos, a redução passo-fundense tornou-se conhecida pela fartura de suas produções, atraindo os índios das demais, bem como as atenções dos bandeirantes de SÃO PAULO, cubiçosos de escravos.

A PROSPERIDADE DE SANTA TERESA

A redução de SANTA TERESA devia possuir características semelhantes às demais, de todo o mundo jesuítico de então.

Diz Heméterio José Veloso da Silveira que, a princípio, esses POVOS catequizados foram reunidos em acampamentos ou reduções provisórias, obedecendo, desde logo, a um plano, que seria o adotado para as Reduções definitivas. "Esses acampamentos constavam de casas construídas de pau a pique (madeira e barro), cobertas com uma erva denominada CARANDAÍ, ou com o capim denominado SANTA FÉ ou folhas de palmeiras (Pindoba). Essas povoações tinham uma praça e nesta, a Igreja e os aposentos do Padre".

Como nas demais Reduções, fizeram-se extensas roças em torno do Povo, chamadas JETAMINI, quando particulares e TUPANBAÉ, quando comuns, e, assim, foram plantados o trigo, o feijão, o milho, a mandioca e outras culturas que se faziam nas demais missões. E fizeram medrar árvores frutíferas européias,



principalmente pessegueiros, como deduz Walter Spalding, da tradição que foi legada, de geração em geração, pelo que se conservou o nome do lugar, até os dias de hoje, como RINCÃO DO PESSEGUEIRO, em espanhol DURASNAL, toponímio bastante encontradiço no Rio Grande do Sul, remotando à época jesuítica.

Diz o Jesuíta DIOGO DE BOROIA, sobre a Redução de SANTA TERESA: "Tem outra comodidade o sítio desta Redução, que não a faz pouco apetecível aos índios, que é estarem junto a ERVA, que os naturais chamam COGUAY, de que geralmente usa toda esta nação GUARANI, e sem ela parece que não pode viver".

E informa que, "nestes poucos meses tem (os índios) trabalhado muito bem. E assim têm muitas e boas (chácaras) e colhem jazeste ano, algum milho e feijões. E, com a ajuda dos pinhões, que já começam a sazonar, espera-se que faraó tantas chácaras que, no ano que vem, possam estar muitos índios assentados no Povo".

Diz ainda, inicialmente, o número de matriculados era de 800, sem contar os que deviam ainda matricular-se, depois dos trabalhos espirituais preparatórios. "Cedo - diz Olintho Sanmartin - SANTA TERESA agrupou mais de mil famílias, com 1.600 almas cristianizadas".

Esse número subiu a mais de 4.000, em 1637.

O primeiro tropeiro do Jesuitismo Sul-Americano, o Padre CRISTÚVAO DE ARENAS, veio trazer novo e importante impulso ao progresso de SANTA TERESA, com a introdução do gado, em PASSO FUNDO, no ano de 1634.

Seu homônimo CRISTÓVAO DE MENDONÇA, já havia introduzido o gado no Rio Grande do Sul, tornando-se, assim, o primeiro tropeiro do Rio Grande do Sul. Neste mesmo ano, o Padre MENDONÇA trouxera para as Reduções do Vale do JACUÍ e do rio PARDO centenas de cabeças de gado vacum.



Segundo Aurélio Pôrto, CRISTÓVÃO DE ARENAS, "foi o descobridor do caminho, por serranias", ásperas, que ligou SANTA TERESA as missões do vale do JACUÍ" e conduziu, subindo a serra do BUTUCARAÍ, até PASSO FUNDO, mais de duas centenas de cabeças de gado. É ainda o mesmo autor que informa: "mais de duzentas cabeças que foram mais tarde levadas para a primeira dessas Reduções - SANTA TERESA - constituíram, em parte, a origem da atual VACARIA".

Os Jesuítas tinham em alta conta a pastagem de SANTA TERESA; para ela canalizaram as boiadas de outras Reduções que não tinham prados ou gramíneas apropriadas para a criação.

Sobre Cristóvão de Arenas pode dizer-se que foi o primeiro tropeiro que cavalgou e tangeu tropas de gado, em Passo Fundo; foi quem deu o gremio da futura VACARIA DA SERRA e foi, ainda, quem abriu ou descobriu o caminho que mais tarde utilizaram os Jesuítas, os bandeirantes e os colonizadores de Passo Fundo, na travessia do BUTUCARAÍ até o Rio Pardo.

"Terra da Promissão" é o título de SANTA TERESA entre os Jesuítas, enquanto Gonzaga Jaeger concedeu-lhe o de "Terra Abençoada", ao fazer o histórico das primitivas Missões riograndenses.

Tal era a prosperidade de SANTA TERESA.

DESTRUIÇÃO DE SANTA TERESA

Estava aberta a porta do TAPE às incursões paulistas.

A segunda bandeira que penetrou o Rio Grande do Sul foi a de Francisco Bueno, trazendo como imediato a seu irmão, Jerônimo Bueno, sendo constituída de figuras exponenciais de



São Paulo, pertencentes às grandes famílias setecentistas.

Pela mesma época em que Raposo Tavares chegava a São Paulo, a bandeira de Francisco Bueno acampava nas margens do Taquari, isto é, no local em que o Pe. Ximenes havia expulso o escravagista Parapoti e onde, também, acampara Tavares.

Farta foi a preia de Índios, tendo os bandeirantes não só apressado Carijós e Tapes, como a bandeira anterior, mas ainda os aborígenes conhecida por Caaguás, que demoravam no atual município de São Francisco de Paula e adjacências.

Tendo falecido, no Taquari, o Capitão Francisco Bueno, em 1637, e cujo inventário só se procedeu dois anos depois, a bandeira prosseguiu avante, entrando pelo Butucarái onde atacaram e destruíram a Redução de São Joaquim, praticamente deserta, pois seus habitantes já se tinham refugiado em Santa Teresa (Passo Fundo) e noutras Reduções.

Tinha, agora, como chefes os bandeirantes Jerônimo Bueno, irmão e imediato do Capitão falecido e André Fernandes, que foi mentor do plano de ataque a Redução de Santa Teresa.

Efetivamente, enquanto deixava, provavelmente, Jerônimo Bueno entretido em São Joaquim, com seus contingentes, saiu André Fernandes com sua tropa em direção a Passo Fundo, com o objetivo primordial de tomar Santa Teresa, sobre a qual os Índios informavam maravilhas.

Entre os elementos que compunham sua tropa, constavam-se os seguintes: André Fernandes (Cabo Principal), Baltazar Fernandes, irmão daquele; Francisco de Paiva, Antônio Pedroso de Barros, Domingos Alvares, Joao Prieto, Manoel Prieto e Antônio Prieto. Eram ao todo 260 paulistas mamelucos e grande número de Índios Tupis e Carijós das regiões percorridas.

A Redução de Santa Teresa foi atacada nas vésperas do Natal de 1637, quando os Jesuítas e catecúmenos se entregavam



aos atos preparativos da maior festa da cristandade.

Desarmados e colhidos de surpresa, os Índios locais, apesar de aguerridos, como veremos, não ofereceram a menor resistência, sendo sua maioria apressada, enquanto outros, mais precavidos, conseguiram fugir, internando-se nas florestas, preparando modos de vingarem-se dos conquistadores.

Tomada a Redução, os bandeirantes, no dia seguinte, o do Natal, participaram dos ofícios religiosos, oficiados na Capela de madeira coberta de palha, tendo como oficiante o Pe. Francisco Ximenes, coadjuvado pelo Pe. Joao de Salas.

Relata-se que os bandeirantes entraram no templo com velas na mão, assistindo às três missas ditas pelo Pe. Ximenes, o qual, subindo ao púlpito, "exprobou a injustiça e a crueldade com que eles tratavam os Índios", tendo os paulistas com calma ao Padre, e, "finda a prática, restituíram dois ajudantes da missa que haviam cativado", mas que, "apesar dos rogos dos Jesuítas, não consentiram em libertar outros Índios da Redução".

Não obstante, Ximenes tratou de dar aviso e rebate às outras Reduções, para que se precavessem. E, para isso, enviou um bilhete dramático ao Pe. Antônio Palermo, que dirigia a Redução dos Mártires, região do Ijuí, sacerdote este que Ximenes e Salas, ao serem expulsos de Santa Teresa, foram encontrar em caminho, pois vinha ele trazendo mantimentos e outros socorros, que foram aproveitados nessa retirada.

O aviso de Ximenes alertou a Redução do Ijuí, preparando-se para a defesa.

Logo depois da saída de Ximenes e Salas, a Redução de Santa Teresa foi destruída e seus Índios reunidos num grande cercado de paus a pique, uma espécie de campo de concentração.



SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICA DE SANTA TERESA E DE PINHAIS

Ficam aqui encerrados dois períodos distintos da primitiva história passo-fundense: o da primeira fase jesuítica, com Santa Teresa, que terminou em 1637; o dos bandeirantes, com Pinhais, que desaparece entre 1670 e 1680.

Santa Teresa, como vimos, desempenhou um papel humano, de grandeza e beleza moral impressionante, na luta magnífica contra a escravização do silvícola, ampliando sua influência evangelizadora, sob o venerável Jesuíta Francisco Ximenes, por todo o Tape e Ibiá, até o litoral e baixada do Jacuí, além de aumentar os conhecimentos sobre a região percorrida por aquele missionário, primeiro grande devassador das terras rio-grandenses, e cuja relação, juntamente com a carta geográfica do Pe. Luiz Ernot, seu companheiro, continuam servindo aos estudiosos do nosso passado.

Pinhais (Igaí, para os bandeirantes), representou o papel de reduto escravista, perfeita antítese de Santa Teresa. Porém serviu, também, de primeiro marco, antes mesmo que Rio Pardo, da penetração luso-paulista no Rio Grande do Sul. E, assim como Rio Pardo, pode pleitear, perante a História, os direitos de "tranqueira invicta". Não foi só cronologicamente o primeiro FORTE levantado em terra gaúcha, senão ainda o que mais profundamente penetrou nos domínios castelhanos.

Foram postos avançados de Pinhais às paliçadas de Tabati e Apiterebi: o primeiro na confluência do Piratini e Uruguai, e o segundo no Peperi-Guaçu - posto que motivaram a anexação das Missões (ou, melhor, seu reconhecimento como patrimônio do Brasil), por ocasião da questão do Contestado, com a Argentina. Nessas avançadas foi que se baseou, notadamente, o Barão do Rio Branco para a vitória da



causa brasileira. Foi esse um dos argumentos decisivos desse advogado do Brasil, junto ao Presidente Cleveland, dos Estados Unidos.

"O advogado brasileiro - diz Afonso de Carvalho... - prova que o Peperi já era o limite do Brasil, desde o século XVII... o Brasil funda o seu direito no fato de que já no século XVII o território a Leste do rio Pequiri ou Peperi, depois Peperi-Guaçu, descoberto pelos brasileiros de São Paulo, chamados de paulistas..."

Vimos que se deu depois de Mbororé. Embora derrotados, os bandeirantes receberam socorros de Pinhais, prosseguindo sua atividade, naquela zona, preando os Índios Guaianás.

A vitória conquistada pelo Barão do Rio Branco é um efeito remoto da ação dos bandeirantes, aqui no Sul. E pode ser consignada, evidentemente, como um dos pontos altos da história passofundense e rio-grandense.

ESBOÇO BIOGRÁFICO

BARAO DO RIO BRANCO: - José Maria da Silva Paranhos. Político e diplomata brasileiro, filho de seu homônimo Visconde do Rio Branco e nascido em 1845. Foi deputado geral por Mato Grosso e, 1876, embarcou como cônsul para Liverpool. Em 1889, chefiou o serviço de imigração para o Brasil, em Paris. Defendeu a questão de limites com a Argentina, sobre as Missões, conseguindo vencer a questão em 1895. Obteve vantajosa solução para o Brasil na contenda de limites com a Guiana Francesa. E em 1902, quando ministro em Berlim, foi convidado a assumir o Ministério do Exterior, resolvendo satisfatoriamente a questão do Acre, e os limites com o Uruguai e Peru. Permaneceu neste Ministério, até a morte, em 1912. Foi uma das personalidades marcantes da diplomacia das



Américas.

STEPHEN GROVER CLEVELAND: - Político norte-americano, nascido em 1837. Foi governador em Nova York em 1882 e Presidente dos Estados Unidos, de 1885 a 1889, período em que julgou a questão de limites com a Argentina, sobre as Missões, em que os paulistas, em Passo Fundo, tiveram marcante atuação no século XVII. Cleveland, à vista dessa atuação, deu ganho a causa do Brasil.

DOMÍNIOS

Conquistados os SETE POVOS, somente então a Espanha abriu seu jogo, demonstrando repugnância na entrega das Missões aos Portugueses, conforme estatuiu o Tratado de Madrid, de 1750. Foi profundamente adverso a essa entrega D. Pedro Ceballos, sucessor de VALDELÍRIOS, que opunha toda a sorte de delongas, discussões e obstáculos intransponíveis. E assim, arbitrariamente, os espanhóis tomaram conta do território missioneiro, anteriormente sob o domínio paternalístico dos Jesuítas.

A 13 de agosto de 1760, foi o Continente de São Pedro do Rio Grande separado do território de Santa Catarina, com governo distinto, sendo nomeado para dirigi-lo, o Coronel Inácio Elói de Madureira, quando os portugueses tomaram as primeiras precauções de defesa, o que não impediu que Pedro Ceballos atacasse a Colônia do Sacramento, invadindo, depois, o Rio Grande do Sul.

É por essa época que o antigo MONDECCÁ, em Passo Fundo, ganha o nome de Mato Castelhana, e quando se conferia, ainda, os nomes de Mato Português e Campo do Meio a distintas passagens e vias de penetração no Planalto



serrano, onde também a tradição guarda memórias dessa luta que se prolongou até o Tratado de Santo Ildefonso em 1777, pelo qual a Espanha manteve o domínio sobre a Colônia do Sacramento, marcando nova linha divisória que vinha pelo rio Piratini até as cabeceiras do rio Negro, e dali subia pela Serra do Tape, Campo do Meio, Rio da Várzea e Foz do Peperi-Guaçu, ficando o território passo-fundense bipartido e como que um "campo de ninguém". É que a demarcação só viria em 1783.

A penetração luso-brasileira, efetivamente, vinha se processando lentamente, com procedência da atual Vacaria, arranjando já nas orlas do Mato Português e penetrando, em avançadas temerárias, pelo Campo do Meio.

Os espanhóis que, então, tinham o domínio de Passo Fundo, pouco se interessaram pela região. Desleixaram - se também nos seus tratos com os Índios, de sorte que a defesa da terra passofundense ficou inteiramente às mãos dos Tapes que, a despeito dos maus tratos de seus senhores, não queriam abandonar o Seu torrão natal.

Aqui, na Entrada do Mato Castelhana, e ainda além, no Campo do Meio, entre os rios Carreteiro e Quaraí (na antiga Fazenda da Guarda Velha, do Capitão João Fagundes de Souza), mantinham os Índios suas Guardas, nos mesmos locais em que se situavam as já derruídas Capelas de Santa Teresa, a nova (Mato Castelhana), e Nossa Senhora de Lorecusto (Campo do Meio). Tentaram estes Índios impedir, a todo custo, a invasão da terra natal dos estrangeiros.

Diante da penetração lusa, fugiam os PINARÉS ou CAINGANGS: enquanto os Tapes recuavam, a contra-gosto, até que, em 1779, os antigos missionários resolveram reagir violentamente, efetuando um assalto aos estabelecimentos portugueses de Lagoa Vermelha e Vacaria, depredando as propriedades, matando escravos e dizimando os rebanhos. Diante dessa investida desesperada, limpa-se por algum tempo, a região do Planalto de qualquer vestígio de ocupação lusitana.



Mas foi isso por poucos meses.

A réplica portuguesa não demorou, tendo o Capitão Joaquim José Pereira, no comando da Companhia de Cavalaria Ligeira, feito uma investida de surpresa, vindo até as proximidades do Mato Português, cercando os índios num capão e prendendo-os para, em seguida, manda-los passar a fio de espada e lanças e arcabuzadas, sem qualquer respeito a sexo ou a idade. Desde então cessou toda e qualquer atividade guerreira dos Tapes.

Mas e quando os Coroados, assim agora chamados os Pinares e Caingangs retomam a ofensiva, ficando senhores absolutos do território passo-fundense, de onde faziam incursões sangrentas em todo o Planalto, ora descendo para Cruz Alta, ainda calcada apenas pelos espanhóis; ora cobrindo todo o Vale do Rio das Antas, por onde vinham subindo os portugueses - e todos os elementos brancos, espanhóis e portugueses, eram vítimas da sanha cruel de tais sei vagens.

Tal situação perdura até depois de 1783, quando se fez a demarcação do Tratado de Santo Ildefonso; e até mesmo depois de 1801, quando Borges do Canto e seus audazes companheiros, partindo do Rio Pardo, efetuam a conquista das Missões que passaram, assim, ao domínio de Portugal, juntamente com as terras de Passo Fundo.

Mas, entre todos os núcleos coloniais que se formaram, a partir de então, graças aos esforços dos administradores de Porto Alegre e de São Borja, onde se fixou o Comando das Missões - Passo Fundo foi o último a ser povoado pelo elemento lusitano, no antigo território missioneiro - e isso graças ao nativismo irreconciliável dos Coroados, à sua têmpera indomável, sempre em guerra contra os invasores de suas terras.



PECUÁRIA EM PASSO FUNDO

O primeiro gado trazido a Passo Fundo, para o abastecimento da Redução de Santa Teresa, veio em 1634, tangido pelo Pe. Cristóvão de Arenas, que foi o primeiro tropeiro de Passo Fundo, assim como Cristóvão de Mendonça o fora no Rio Grande do Sul.

No período de reocupação Jesuítica de Passo Fundo, coube ao Pe. João de Yegros e ao índio vaqueano Lourenço Abayebi a tarefa de conduzir o gado de Vacaria do Mar para a região serrana, vindo pelo mesmo caminho do Butucarái, aberto 65 anos antes pelo Pe. Arenas, pois quedem 1699 que "os de São Luiz - narra Aurélio Porto - foram às Vacarias com 6 vaqueiros e trouxeram mais 20.000 vacas; e de outra vez, 18.000. Em 1700, ocupou São Luiz os campos da Vacaria dos Pinhais, onde fundou estância".

As 20.000 vacas trazidas pelos 6 vaqueiros acabaram dando nome à região de Passo Fundo, que, consoante o Cônego Gay, em sua "História da República Jesuítica" pg. 542, ao citar os afluentes do Rio Uruguai, menciona com precisão:

"... Uruguai-Puitã (o vermelho), que deixa à sua direita os campos chamados antigamente - "VINTE MIL VACAS" e hoje Vacaria..."

O Uruguai-Puitã ou Pita e o atual Rio da Várzea, que nasce na Bela Vista e passa junto ao Pulador.

Tendo em vista a penetração dos paulistas de Laguna em regiões da Vacaria, entre 1684 e 1689, isto é, ainda antes mesmo de ser estabelecida; e nos anos de 1714 e 1715, depois de seu estabelecimento - os Jesuítas trataram de reforçar as guardas de São João Marim, no Rio da Várzea, e de Santa Teresa, à entrada ocidental do mato que veio, pouco depois, a chamar-se



Castelhano.

Em 1727, os Jesuítas plantam um marco avançado, depois de penetrarem nas regiões de Lagoa Vermelha e Vacaria atual, por onde se espalhou seu "gado chimarrão" ou alçado e ali deixados como reserva. Tal marco, que hoje se encontra na Igreja de Vacaria, tinha os seguintes dizeres:

"Maries 16 de dezembro ano de 1727 Pipe Capitulo Marcos Omopo".

Pretendiam os Padres fosse respeitada sua reserva de gado, ali espalhada, mas isso não impediu que Souza e Faria, abrindo caminho para o Sul, por determinação oficial, substituísse o referido marco, em que colocou a seguinte inscrição:

"INRI - Viva El Rei de Portugal Dom Joao V - ano 1729".

Depois de Souza e Faria, deu continuação ao caminho, o famoso português, Cristóvão Pereira, em 1732, seguindo em sentido contrário, do Sul para o Norte, e, "ao atingir, pelo tronco já estabelecido, o Planalto riograndense, lança-se por este, numa inflexão para oeste, marcando nova estrada de penetração, com mais de 300 pontes, sem contido, estabelecer núcleos de fixação" (Mário Calvet Fagundes, Separata do Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul", ano VI n° 12, pg. 9). Esta penetração, vinha, pois, de leste para oeste, a partir do Planalto vacariano, em direção de Passo Fundo, no qual, todavia, não penetrou, devendo ter parado na orla do atual Mato Português, nos limites ocidentais de Lagoa Vermelha.

Agrava-se as relações entre Portugal e Espanha; de 1735 a 1737, reacendeu-se a luta pela posse da Colônia do Sacramento, no Rio da Prata, diante as investidas castelhanas aquele reduto lusitano.

Afim de facilitar as comunicações com a Colônia, fundou-se então o Presídio do Rio Grande, ao mesmo tempo que se determinava um ataque, pelos paulistas, às possessões Jesuíticas,



por deliberação do Conselho Ultramarino (3 de julho de 1736).

Tendo notícias desses movimentos, os Jesuítas buscaram acautelarem-se, colocando guardas indígenas reforçadas em Santa Tecla e na Foz do Comandai, bem como e principalmente nos Pinhais, junto ao Mato Castelhanao.

Diz notadamente o Cônego Gay, *ibidem*, 312:

"Para resguardar-se deles (isto, é, dos paulistas), os Jesuítas estabeleceram corpos de guarda pela Serra do Erval (aliás, Santa Tecla), margem oriental do Uruguai (aliás, Foz do Comandai), e sobre as costas do Grande Mato de Pinhais Araucária, que cobre uma parte da Serra... chamado até hoje Mato Castelhanao, que dava passo às tribos bárbaras e aos paulistas".

Uma determinação Jesuítica, aliás, impunha:

" Os Povos da outra banda do Uruguai (Rio Grande do Sul), farão, por sua parte, a viagia dos Pinhais, nos tempos costumados, e se lhes designarão paragens para deixar seus sinais - Pe. Inácio Frias - Pe. Jose de Aguirre" (Gay *ibidem*, 313 - 314).

Antonino Xavier, em "Seara Velha", recolhendo velha tradição, diz que no Campo da Entrada do Mato Castelhanao há referência de lendas, em torno do Capão da Guarda, entre elas a do Gritador, isto é, do Vigia, como sabemos hoje, visto que os Guaranis davam seus avisos por meio de gritos à imitação de pássaros.

Referindo-se a esse período, Amyr Borges Fortes, em seu "Compêndio - de História do Rio Grande do Sul" diz:

"Novamente investiram os paulistas contra as Reduções, destruindo a Vacaria dos Pinhais e dispersando o gado, do qual, porém, milhares de cabeças foram encaminhadas para São Paulo".

Mais pela tradição que pelos documentos, temos reco-



lhido memória - inclusive em Antonino Xavier - de entreveros entre a indiada Tape e os paulistas, na banda oriental do Mato Português, ações estas, em que, as vezes, eram os missioneiros que fugiam, desbaratados, e outras, os bandeirantes que se dispersavam, porém levando sempre por diante algumas excelentes manadas de gado ali dispersos.

Assim começou a Pecuária nesta região (Passo Fundo).

SITUAÇÃO, ASPECTO FÍSICO, FLORA E FAUNA

Pelas novas divisões fisiografias do Rio Grande do Sul, o território de Passo Fundo ocupa situação privilegiada do chamado Planalto Médio, a uma altitude de 709 metros acima do nível do mar.

A estrutura do sub-solo e a mesma do Planalto riograndense: tem fundamento de arenito, recoberto por camada melafíricas, "que estabelecem os degraus, em maior número no leste, onde se situam as maiores altitudes; e em decréscimo para oeste, em função da lenta declividade".

A essa observação do Cel. Calvet Fagundes, acrescentamos a seguinte observação de Antonino Xavier: " Considerada quanto à qualidade das terras, a floresta do município forma duas divisões: Pinhal e Mato Branco. O último é apropriado a lavoura e ocupa mais vasta área".

A maioria do território é constituído de Coxilhas, assim chamados os outeiros em sucessão, cobertos de verdes gramíneas, e antigamente chamados Albardões, entremeados de Restingas ou résteas de matos, nas baixadas, intersecções de coxilhas, comumente origens de rios e arroios, entre os quais



citamos o Rio Passo Fundo, primitivamente chamado Curiti ou Curitiba, e, depois Uruguai-Mirim; o rio Jacuí primitivamente conhecido por Igaí, e Jaí; o rio da Várzea, primitivamente denominado Paricaí e depois Uruguai-Pita ou Puitã; o rio Capinguí, primitivamente conhecido por Caapiguí, e, depois, Taquari; o arroio Bernardo Pais ou Lombilheiro; o arroio do Eralv o Miranda e outros que podem ser observados na carta geográfica do município e cuja menção, e mais dados se tornam ociosos.

A orografia principal e quase única é a que se estende ao Sul, conhecida por Serra do Jacuí, e que vai de leste a oeste do município. E ao Norte, as elevações primitivamente conhecidas por IBITIRU (Serra Negra) e cujas pontas, ao Sul, alcançam as lindes nortes do município, sob a denominação atual de Serra da Bela Vista.

As regiões selvosas, antigamente caracterizadas pelos extensos pinheirais, cobriam as referidas serras, bem como as orlas dos rios e arroios, sendo as mais notáveis as do Jacuí.

Nas florestas passo-fundenses, além dos pinheiros que deram característica à região, abundavam antigamente o pau de bugre, guapiapunha, cabriúva, angico, tarumã, cambará, louro preto, guajuvira, cedro vermelho, ipês, guatambu, peroba, etc..., bem como as seguintes árvores frutíferas: araçazeiro, araticum, goiabeira, pitangueira, guabiju, jabuticabeira, guabirobeira, ubáia, e as palmeiras jerivá, butiá, etc... Algumas dessas espécies ainda são hoje encontradas no município, apesar das desmatações que se fizeram no decorrer do tempo.

A fauna antigamente era variada, encontrando-se quadrúpedes como a onça, a suçuarana (leão baio), tamanduá bandeira, guará, guaraxaim, jaguatirica, guaxinim (mão pelada), sariguéia (gambá), coati (serelepe), ouriço, anta, capivara, taiaçu (queixada), caitetu (tateto), etc... Viviam ainda em terras passo-fundenses: jacaré, lagarto (várias espécies), cobras coral, cascavel, jararaca, cruzeira etc..., e, entre as aves: tucanos,



nambu, jaú, jacu, jacutinga, arara, periquito, pica-pau, quero-quero, maçarico e o nhandu (avestruz) - espécie que, com o veado, corria em bandos pelas coxilhas verdes.

Entre os peixes, citamos: lambari, traíra, jundiá, pacu, cascudo, grumata, etc... Abundavam as espécies de abelhas conhecidas por jatai, guaraipó, mandori, mandaguaí, iratim, irapuá, mandacaia, etc...

Os vários tipos de tatus, de antigamente, ainda são encontrados hoje, quanto às demais espécies animais ou desapareceram de todo, ou se conservam com raridade.

No tocante á flora, diremos que a principal, sob o aspecto econômico, foi a erva-mate, que ainda hoje se cultiva com grande proveito.

A fauna era a mesma do primitivo Rio Grande do Sul.

Renato Sa Britto, em sua obra "O Município de Passo Fundo", á pg. 11, escreve a respeito da estrutura geológica :

"Os terrenos do município são de formação carbonífera, da idade triássica. Segundo opiniões autorizadas, o solo do município é abundante em minerais, citando-se o cobre, o chumbo, o ferro, o antimônio, o manganês e outros. A rocha predominante é o diorite. É encontrado geralmente em blocos oxidados na periferia, sendo empregados nas construções. Existem também o grés friável e mole, e o grés duro e compacto. Os cristais de rocha são abundantes. Na exposição estadual de 1901, o município apresentou os seguintes espécimes: quartzos - hijalina, ametista, citrino, cloritos, ágatas, cornalina, etc... Na família das ágatas, encontra-se o onix, olho-de-tigre, etc... lindos espécimes de grande valor para fabrico de mil objetos...

O autor refere-se aos minerais de Campo do Meio.



O FUNDADOR

O paulista Manoel José das Neves, tornou-se o primeiro povoador e, mais tarde, garantiu a fundação do povoado com a doação da área de terras que fosse para isso necessária, bem como uma área para a Mitra, afim de que o povoado tivesse sua Capela, sob a invocação de Nossa Senhora Aparecida.

No "Translado da Documentação Antiga de Passo Fundo" há dois registros discordantes sobre Manoel José das Neves, um no livro "Autos e Crimes", de 1835 a 1857, em que essa personagem, qualificada como testemunha, faz constar o seguinte:

"Manoel José das Neves, homem branco, natural da Freguesia de São José, casado, morador neste Distrito, e que diz ter 48 anos de idade, e vive de seus negócios de animais" . Isso em 1835.

No livro "Autos de Corpo de Delito", de 1837 a 1857, também depondo como testemunha, e assim qualificado:

"Manoel José das Neves, natural da Vila de Curitiba, casado, morador neste Distrito, e diz ter 48 anos de idade, e vive de avios de negócios".

Assim e que dá os mesmos anos de idade, tanto em 1835 como em 1837... E uma vez diz ser natural da Freguesia de São José, e outra de Curitiba...

O que é certo é que não houve, em Passo Fundo, dois cidadãos com esse nome. Só existiu um Manoel José das Neves, como se verifica em todos os documentos existentes.

Sabe-se também da existência da localidade de São José, na circunscrição de Curitiba, inclusive de um ribeiro São José, tributário do rio Curitiba, consoante Milliet de Saint Adolphe,



em "Dicionário Geográfico do Império do Brasil ", edição de 1845.

Quanto à idade, era comum, naquela época, ninguém saber a data de seu nascimento, em certas camadas, dando-se indicações aproximadas de tal evento. De qualquer forma, quando Manoel Jose das Neves aqui apareceu, em 1827, devia ter mais ou menos 40 anos de idade.

Antes de vir a Passo Fundo, tomara parte na Campanha Cisplatina, salientando-se por atos de bravura e decisão até que, segundo a tradição, foi ferido no combate do Rincão das Galinhas, a 24 de setembro de 1825, servindo sob o comando de Jerônimo Gomes Jardim. Ter-se-ia então recolhido a São Borja, sede do Comando da Fronteira, onde se restabeleceu, estando já com o posto de Cabo de Milícias.

Graças aos serviços prestados à Pátria, teve despacho favorável num requerimento que fez de uma gleba, de quatro léguas quadradas, no Alto Uruguai, lugar da atual cidade de Passo Fundo, e cujo título definitivo só lhe teria sido outorgado a 30 de novembro de 1831, como se vê no termo de Juizado de Paz, da Freguesia do Passo Fundo, de 24 de novembro de 1834, e constante no "Translado" a que nos referimos.

Aqui veio com sua mulher Reginalda da Silva e mais membros de sua família, escravos e gado, e "fundou uma modesta fazenda pastoril e agrícola". Não sabemos em que data veio a falecer, porém, numa ação movida em 1835, constante do mesmo "Translado", só aparece o nome de sua mulher, presumindo-se tenha ele falecido pouco antes.

Sua cultura intelectual era a da época: pouco sabia ler, pouco escrever e fazer as quatro operações aritméticas. Seu procedimento, como se vê no "Translado", era o de um homem decidido e valente, como o de todos os desbravadores que vinham arriscar-se por estas plagas. Era homem de dizer as coisas uma só vez, não admitindo meio termo.



A tradição dá como sua primeira morada um grande rancho de madeira falquejada, com uma coberta de capim, tendo ao redor vários outros, menores, para habitação dos escravos.

Ficavam esses arranchamentos mais ou menos espalhados no local onde se abriria, mais tarde, a rua Lavapés, junto ao arroio do mesmo nome. Depois, construiria morada mais condigna, junto ao local da futura Praça Tamandaré, no entroncamento das ruas Paisandu com a Teixeira Soares.

4º DISTRITO DE CRUZ ALTA

No ano de 1834, um outro fato marcante para a vida de Passo Fundo foi, sem dúvida, a emancipação do município de Cruz Alta, ocorrido a 4 de agosto, com a instalação de sua Câmara de Vereadores, incorporando-se à nova comuna o território passo-fundense como sede de seu 49 Distrito.

Nesse mesmo mês de agosto, a 23, inaugurava-se a Capela de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, figurando já como Distrito de Cruz Alta.

Como consequência, tornou-se o nascente povoado a sede de um Juízo de Paz para as causas cíveis, com poderes restritos ou conciliatórios e um Juízo de Subdelegacia de Polícia, para as causas criminais.

Ainda, consoante o Aviso nº 37, da Secretaria Provincial de Justiça ano de 1834, competia aos Juízes de Paz "vigiar sobre a conservação das matas e florestas públicas e obstar, nas particulares, o corte das madeiras reservadas para lei".

Em Passo Fundo, ambas as funções - a de Juiz de Paz



e Subdelegado de Polícia - foram exercidas cumulativamente ou com a convocação do 19 Suplente auxiliar, convindo dizer que as correspondentes Repartições funcionavam no próprio domicílio dos titulares, à falta de outro local.

Realizadas as eleições no Distrito para a escolha de seus Juizes, coube o maior sufrágio a Joaquim Fagundes dos Reis, seguindo-se Bernardo Castanho da Rocha e outros, entre os quais citamos os seguintes por terem exercido a função no impedimento dos já citados:

Rodrigo Felix Martins, José Francisco de Oliveira, Manoel Jacinto Ferraz, Manoel Antonio de Souza Duarte, Manoel Teixeira Alves, Joao dos Santos Cortes, etc...

Votavam, como ainda hoje, os eleitores qualificados no Juízo competente (no caso o Juiz Paroquial), devendo cada eleitor fazer uma relação dos cidadãos que, a seu ver julgava capazes para a função, quer para titular quer para suplentes, por ordem de preferência.

O mais antigo documento que temos, em Passo Fundo, referente a essa época, é o da nomeação do primeiro escrivão do Juizado de Paz, que abre as páginas do livro " Termos e Juramento", que integra o " Translado da Documentação Antiga de Passo Fundo" - documento que representa o ato de instalação do Juízo de Paz. Tem ele a seguinte redação:

"Aos cinco dias do mês de outubro de mil oitocentos e trinta e quatro, em casa da Residência do Cidadão Joaquim Fagundes dos Reis, Juiz de Paz do Quarto Distrito de Passo Fundo, onde eu, Escrivão, fui vindo, e por sobredito Juiz me foi deferido o juramento dos Santos Evangelhos^ e me encarregou: que bem e fielmente desempenho as obrigações de Escrivão de Paz do dito Distrito, e assim prometi, debaixo do mesmo juramento, fazer guardar e cumprir, e para constar, mandou o dito Juiz lavrar este termo que assinou comigo, Jose Prestes Guimaraes, Escrivão que o escrevi. (assinam) - Joaquim Fagundes dos Reis - Jose Prestes Guimarães"



Além de José Prestes Guimaraes, Escrivão efetivo, exerceram interinamente essa função, no impedimento do titular, o negociante Manoel José de Araújo, futuro primeiro Presidente da Câmara de Vereadores e Isaias Pacheco de Quadros, ouvires e boticário.

Foram nomeados ainda os seguintes:

Oficial de Justiça: Manoel Jose das Neves, João Manoel Subtil e Francisco José de Mendonça;

Inspetores do 1º Quarteirão, sucessivamente: José Francisco de Oliveira, e João Manoel Subtil;

Inspetores do 2º Quarteirão, sucessivamente: Manoel Antonio de Souza, Domingos Rodrigues Nunes e outros;

Oficial de Justiça para o 3º Quarteirão: Lourenço Franco de Almeida;

Oficial Porteiro do Juízo de Paz, para os pregões e mais serviços judiciários comuns: José Ferreira, depois Lourenço Franco de Almeida e Mariano Cardoso.

Essas foram as nomeações iniciais, sendo os demais cargos preenchidos mais tarde, conforme a necessidade do serviço.

Modelo de termo de conciliação é o do dia 21 de outubro de 1834, comparecendo na residência do Juiz Joaquim Fagundes dos Reis, o cidadão Alexandre Garcia da Rosa, do Distrito de Butucaraí, " que vive de criar, plantar e fazer carretas (carretos), e Luiz Pires de Toledo, do Primeiro Quarteirão deste Distrito, que vive de seu negócio de fazer erva-mate, etc... Dito Alexandre Garcia da Rosa, "Havendo-se conciliado voluntariamente com Luiz Pires de Toledo sobre o que lhe era devedor e se ajustaram de pagar da maneira seguinte: de meados de novembro do corrente ano, ir Luiz Pires de Toledo entregar-lhe em sua casa, no Distrito de Butucaraí, quatro meses de ventre de sobreano a três anos e um touro da mesma idade, outrossim



a citação e as custas a oficial de Justiça que o dito requeria a este Juízo, de acordo com Luiz Pires de Toledo; o fiador do mesmo, José Pinto Ribeiro, ou vice; e para melhor firmeza e validade da dita conciliação, mandar reduzir a termo, o que sendo ouvido pelo dito Juiz, informou-se de Luiz Pires de Toledo e José Pinto Ribeiro se eles convinham naquela conciliação, do modo em que se achava feito e estipulada : se foram obrigados a isso por alguma força ou medo, e se queriam que ela fosse reduzida a termo como tinha sido requerido, ao que responderam terem assim convencionado sua livre vontade e sem constrangimento nem medo; e por ser assim conforme aos seus interesses, houve ele, dito, Juiz, as partes por conciliadas, etc..."

Nessa fase formadora da comunidade passo-fundense, justo i dizer que largos e beneméritos foram os serviços prestados por Fagundes dos Reis, assim como pelos suplentes eventuais e seu cargo, cabendo a ele o título de " Emancipador".

PRIMEIROS CONTATOS COM OS INDÍGENAS

Nesse ano de 1834, um importante acontecimento, aliás primeiro grande feito da gente passo-fundense, iria influir no desenvolvimento da Colônia.

Foi ele a expedição de Bernardo Castanho da Rocha, explorando a região do Alto Uruguai. Esse homem realizador, procedente da Província de São Paulo, era dotado daquele espirito desbravador que animava os antigos bandeirantes. Coube-lhe, como Alferes de Milícia, o comando dessa entrada, composta de moradores de Passo Fundo, entre os quais, pelo que se deduz de sua interligação com fatos daquela região: Joaquim da Silva Portela, Francisco da Silva Portela e Antônio



de Melo Rego.

Saíram os expedicionários do Pinheiro Torto (atual Capela de São Miguel), logo após a fundação do povoado, seguindo para o norte, costeando as matas do rio Passo Fundo. Pelas alturas do Pontão do Sarandi (denominação dada pelos expedicionários), encontraram vestígios de uma ação recente dos Bugres que ali demoravam, sob as ordens do Cacique Doimbré (Pega-Flecha), mais conhecido por Dobre ou Doble e que foi a presença de um Índio morto violentamente e do qual surgiria o batismo dessa região.

Sobre esse (Índio morto) escreve Antonino Xavier em "Apostilas Geográficas", pg. 6:

"E tradição que, no começo do povoamento do atual território passo-fundense pela gente brasileira civilizada... foi encontrado morto, no campo que agora pertence à sucessão de João dos Santos Marinho – um Índio dos que bravios ainda nesse tempo remoto, vagueavam pelas solidões... Devido ao fato assim exposto, tornou-se o dito campo conhecido por Invernada do Bugre Morto".

Acrescenta em nota:

"Refere a mesma tradição que esse índio, nas condições em que foi encontrado, parecia ter se suicidado".

PASSO FUNDO À FREGUESIA

Nunca se louvará, na proporção merecida, os esforços de Fagundes dos Reis e Bernardo Castanho da Rocha, no sentido de assegurar o trabalho e a segurança dos passo-fundenses.



Tanto é assim que, graças à ação desses dois notáveis homens públicos, Passo Fundo cresceu e progrediu, a despeito das dificuldades imperantes.

Em 26 de novembro de 1847, por lei provincial, de nº 99, foi a povoação, então Capela de Passo Fundo, elevada à categoria de Freguesia, sob a mesma invocação de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, sendo Cura da Paróquia o Padre Francisco da Madre de Deus Cunha, atuando juntamente, como auxiliar, o Padre Antônio de Almeida Leite Penteado.

Nessa oportunidade, foram acrescentados ao Distrito de Passo Fundo, que continuava sob a Jurisdição de Cruz Alta, os quarteirões de Jacuizinho e Campo do Meio, ficando, pois, a divisão administrativa distrital assim configurada:

1º Quarteirão, o da Freguesia de Nossa Senhora Aparecida do Passo Fundo;

2º - Serra Geral;

3º - Bugre Morto (Butiá);

4º - Pessegueiro;

5º - Entrada do Mato Castelhana;

6º - Jacuizinho;

7º - Campo do Meio.

O 7º Quarteirão, entretanto, só veio a ser oficial - mente reconhecido como pertencente a Passo Fundo, a partir de 1849, separando-se definitivamente do Termo de Vacaria. Aliás, tanto Jacuizinho como Campo do Meio sempre estiveram, praticamente, ligados à administração de Passo Fundo, dada sua maior proximidade, em relação a Cruz Alta e Vacaria.

Por ato nº 127, de 22 de março de 1848, foi criada pelo Governo Provincial uma escola para o sexo masculino, que - como diz o Dr. Nicolau Vergueiro em "A Instrução Pública em Passo Fundo" - devia ser o nosso marco inicial, em assunto de



instrução primária".

O Dr. Vergueiro mencionou que "nada consta sobre o nome de seu professor e matricula de alunos". Todavia, tudo indica que, apesar de criada, essa escola não foi provida, senão em 1851, tal era a carência de professores de carreira, e, principalmente, a natural repugnância dos mesmos professores de se afastarem da Capital.

O Presidente da Província, Francisco Soares de Andréa, em seu relatório à Assembléia, de 1 de junho de 1849 à pg. 28, depois de mencionar a criação das cadeiras de primeiras letras em Bosquete (Pelotas) e Passo Fundo (Cruz Alta), informa:

"Foram postas a concurso, por editais, em 12 de agosto de 1848: a primeira está provida interinamente. A do Passo Fundo ainda está vaga".

Sobre este assunto de tanta importância, é interessante a transcrição do ofício que, em 15 de fevereiro de 1854, escreveu o Subdelegado suplente, Cesário Antonio Lopes, à Câmara Municipal de Cruz Alta:

"Respondendo ao ofício de V.S., sob data de 14 de janeiro deste ano, cumpre-me dizer que, desde maio de 1851, até dezembro do mesmo ano, o professor de primeiras letras desta Freguesia, Joao Luiz da Silva, lecionou de 25 a 30 alunos, conquanto não cumprisse com todas as obrigações de seu ministério, principalmente sobre a moralidade de exemplo a seus discípulos. Todavia, não deixou de dar escola. Seguindo, porém, daqui para Rio Pardo, ali se demorou alguns meses, chegando aqui em fins de abril de 1853. Depois do que, ensinou 3 ou 4 meses, a oito ou dez alunos que ainda lhe foram confiados, os quais deixaram de ser lecionados, primeiro por enfermidade do professor, e depois por completo abandono, em cujo estado tem estado (sic) há um ano, mais ou menos. Tem o mesmo professor uma chácara, mas nela não reside, indo somente, quase diário, administrar ali uma olaria. E quanto, em verdade, posso informara respeito. Deus guarde a V.S. (assinado) -



Cesário Antonio Lopes".

Vemos, assim, em que precárias condições iniciamos, em Passo Fundo, a batalha pelo ensino.

Sobre esse professor, temos ainda a menção do Juiz de Paz, Manoel José Francisco de Oliveira que, em data de 18 de abril de 1854, escreveu a esse mestre de primeiras letras, o seguinte e expressivo ofício, em resposta a outro do mesmo professor:

"De posse de seu ofício de 17 do corrente, em que me participa estar ã disposição da mocidade o ensino primário desde 19 do dito mês até o presente, sem frequência - o que é de estranhar, visto haver imenso número de meninos^ em idade de estudar e aproveitar o favor que a legislação oferece. Para (eu) tomar, porém, as providências que V.Mercê exige, em virtude dos artigos 10³ e 65, do Regulamento, para execução da lei provincial de 22 de dezembro de 1837, por V. Mercê citado - cumpre que V.Mercê se digne fornecer o mesmo regulamento a lei, a fim de cientificar-me de quanto me incumbe cumprir, visto que as leis provinciais promulgadas nesse ano não me foram remetidas, a este Juízo. Deus guarde a V. Mercê, etc...".

Em suma, queria o professor que o Juiz de Paz, em observância da lei e regulamento, atuasse os pais dos menores, por se recusarem a enviar seus filhos ã sua escola, pelos motivos já expostos pelo Subdelegado Cesário Antônio Lopes.

Se é verdade que havia, então, carência de bons professores, que, assim, abriam caminho aos maus - diga-se, pelo menos, que não faltaram autoridades que sabiam cumprir o seu dever.

Voltemos, porém, ã narrativa dos acontecimentos:

Ao mesmo tempo em que foi criada a escola de primeiras letras (1848), o Presidente da Província anunciava a nomeação de José Joaquim de Oliveira, para Diretor do aldeamento dos índios de Nonoai. Sob essa nova direção, os Bugres começaram



a trabalhar no cultivo da terraena abertura de caminhos, bem como fazendo estradas para carretas, ligando o aldeamento com o Goi-En, com o distrito de Vilha (Palmeira das Missões) e, depois, iniciariam as comunicações com Passo Fundo, permitindo o trânsito de tropas, que iam à feira de Sorocaba. Mais tarde, ainda, trabalhariam no alargamento da via que cortava o Mato Castelhana.

Motivos políticos teriam influenciado na destituição do famoso sertanista João Cipriano da Rocha Loires, verdadeiro fundador daquele arranhamento. Hemetério cita entre os elementos influentes, que solicitaram a medida, o Juiz de Direito, Dr. José Gaspar dos Santos Lima, genro do mencionado José Joaquim de Oliveira. O Presidente Andréa conseguiu também que dois missionários se estabelecessem em Nonoai, nos trabalhos de catequese dos índios.

Reconstruída a Igreja de Nossa Senhora Aparecida, graças à campanha de Joaquim Fagundes dos Reis e aos doativos dos moradores, inclusive com trabalhos nas obras - o templo encontrava-se, todavia, com falta de quase tudo o que era necessário para o culto religioso, razão pela qual o Pároco Francisco da Madre de Deus Cunha solicitou alguns objetos ao Presidente da Província, que logo os enviou, acusando uma despesa de 479\$200 réis (quatrocentos e setenta e nove mil e duzentos réis).

Tendo sido mantida a Companhia da Guarda Nacional, agora com a denominação de Companhia de Pedestres do Passo Fundo, acusava o relatório presidencial, com sua manutenção, um gasto de 3:342\$550 réis (três contos, trezentos e quarenta e dois mil e quinhentos e cinquenta réis).

O aumento populacional e das atividades produtivas, além da presença constante de elementos alienígenas, vindos de toda parte - determinaram sobre-carga nas tarefas do Juizado de Paz e da Subdelegacia de Polícia ambas afetas a Joaquim Fagundes dos Reis e ao esforçado Castanho da Rocha



com prejuízo não só de seus interesses particulares, que vinham sendo sacrificados desde 1834, mas ainda dos interesses da comunidade que, noutros setores, reclamavam sua intervenção e experiência.

Ordenada a qualificação dos eleitores, pelo artigo 89, da lei Regulamentar das Eleições, que foi levada a efeito em 22 de janeiro de 1849 - Fagundes dos Reis, verificando a animosidade da Câmara de Cruz Alta e da mesma autoridade provincial - de ideal conservador - manifestou o seu desejo de afastar-se, por algum tempo, das funções públicas.

Conservador era Manoel José de Araújo, figura também de larga projeção, e um dos mais credenciados junto as autoridades de Cruz Alta e Porto Alegre. Foi, portanto, apoiado pela maioria conservadora, sendo eleito para o Juizado da Delegacia de Polícia e de Paz, entre outros suplentes.

Mais tarde, Fagundes dos Reis entregava a Subdelegacia ao seu substituto imediato, Joaquim da Silva Portela, conforme se vê no termo lavrado em 16 de julho do ano de 1849, em que se lê que: "se achava presente o cidadão Joaquim da Silva Portela, novamente nomeado e juramentado, para o cargo de subdelegado de Polícia desta dita Freguesia e seu Distrito; e sendo aí, compareceu presente o cidadão Joaquim Fagundes dos Reis, ex-Subdelegado, foram apresentados e entregues primeiro, a Vara do Juízo, e depois todos os officios do Governo, e com ele as coleções de Leis Gerais e Provinciais, e mais papéis pertencentes à Administração Criminal e Policial da Subdelegacia deste Distrito, etc...".

FATOS DE UMA ÉPOCA

Bernardo Castanho da Rocha, que vinha, em toda a quadra farroupilha, prestando assinalados serviços, quer como



Juiz de Paz, quer como Subdelegado, tratou, em fins de 1844 de reorganizar as forças da ordem, a fim de garantir o trabalho normal da comunidade, duramente castigada pelo flagelo da guerra civil, e ano em que praticamente falecia toda autoridade.

Todavia, nesse 1844, atuou num caso, mandando proceder auto de corpo de delito, a 27 de setembro, por ocasião do assassinio do Tenente João Bento Cardoso, ocasião em que vemos também Fagundes dos Reis aparecer na povoação, como Procurador da viúva, D. Maria de Oliveira, pessoa de avançada idade.

Por determinação da Câmara de Cruz Alta, então sob a Presidência de Joao Manoel Lucas Annes, o Alferes Castanho da Rocha destacou, em comunicação com o Capitão Teodoro da Rocha Ribeiro, Comandante da Guarda Nacional, dois postos regulares na estrada geral que atravessava o povoado: um, no Pinheiro Torto, composto de um destacamento, sob o comando de um Sargento, conhecido por Jango; e outro, na Entrada do Mato Castelhana, sob as ordens de José Domingues Nunes de Oliveira, conhecido por Bugreiro. Esses dois destacamentos, colocados em posição estratégica, já consagrada pela revolução, prestaram bons serviços à ordem e tranquilidade pública, constantemente perturbada por maus elementos que vinham de outras partes do Brasil, em sua maioria aventureiros e foragidos da justiça.

Castanho da Rocha, ainda em obediência à Câmara Municipal cruzaltense, efetuou modificações no quadro de servidores da Polícia e da Justiça, nomeando José Batista Machado para Inspetor no 2º Quartelão (Serra Geral), em 2 de abril de 1845; José de Araújo Braga, para oficial de Justiça no mesmo Quartelão.

Em abril de 1845, começou a circular, pela primeira vez em Passo Fundo, o papel moeda, tendo Bernardo Castanho da Rocha baixado a seguinte Portaria, datada de 9 de maio de 1845. "...Ninguém deve deixar de a receber, só sim, for reconhecida



por falsa".

Em 23 de junho, fere-se o pleito para a eleição de um Senador, tris Deputados Gerais pelo Rio Grande do Sul; e a 9 de julho realiza-se o pleito para a eleição dos 28 Deputados Provinciais. No pleito anterior, em 1840, quando Passo Fundo se achava sob a República Riograndense, só havia 8 votantes neste Distrito, naturalmente, todos eles proprietários. Não temos dados a respeito do número de eleitores passo-fundenses em 1845, senão apenas que a população se elevava para mais de mil pessoas, excetuados os escravos. Isso não admira, pois Domingos de Araújo e Silva consigna 9 eleitores para Passo Fundo, em 1865, e para Cruz Alta, 16.

A Câmara de Cruz Alta, com novas instruções do Governo Provincial, comunica ao Juiz de Paz de Passo Fundo, em 12 de julho, que "as posses de terrenos e matos devem conservar somente a posse de um quarto de légua de frente, e meio de fundo" - e que "para legalidade, devem demarcar-se convenientemente".

Em complemento a essa medida, Fagundes dos Reis, reassumindo então o Juizado, como suplente, publica edital - (13-7-1845), recomendando que, "em razão da Resolução do Conselho Administrativo Provincial, cumpria-lhe (a ele, Juiz de Paz), não desapossar e nem consentir seja desapossado indivíduo algum, dos terrenos em que se acha estabelecido, e onde esteja habitando", enquanto judicialmente não haja resolução em contrário.

Surpreende-nos o fato de haver sido apresentada uma só reclamação, após o edital, e que foi a de José de Anhaia, a 29 do mesmo mês, contra um tal de José Maria, a respeito de "um rincão de campo", que obteve por uma dívida contraída pelo finado Bernardo Pais Proença.

Por esse tempo, como dissemos, audazes bandoleiros, andando ã escoteira ou acompanhados, cometiam toda a sorte de violências, inclusive atacando as autoridades em seus



próprios redutos.

O acampamento da Guarda Nacional, em Pinheiro Torto, a 27 de março de 1845, foi teatro de um assalto, por parte de um tal Bonifácio Roberto, famigerado inimigo da ordem pública, tendo penetrado na barraca do Comandante, desfechando um tiro de pistola no soldado Antônio Francisco, que se achava deitado num catre, e que o facínora tomara pela pessoa do sargento Jango. A bala atravessou mortalmente o peito do soldado, "sobre a mamica direita" (diz o laudo), varando para o outro lado. Praticado o crime, Bonifácio fugiu, valendo-se do seu bom cavalo.

Atribue-se ao mesmo facínora o assalto levado a e- feita à casa do inspetor policial Clementino dos Santos Pacheco que, talvez por felicidade, se achava ausente. Um escravo, de nome Mariano, foi morto a tiros de espingarda; a porta e a janela do prédio foram arrombadas a balaços de pistolas. Esse atentado, que tanto alarmou a população, pela vizinhança com o povoado, verificou-se a 2 de junho do mesmo ano.

Assaltos às residências eram praticados, comumente, no inverno, quando os moradores "faziam a erva", nos carijós, em pleno mato, léguas distantes.

Duas curiosas Portarias dos Juizes de Paz são dadas a público: uma de Fagundes dos Reis, fazendo saber que dará audiência às segundas-feiras às 10 horas da manhã, no povoado, ou em sua residência, a qualquer hora do dia ou da noite; e outra de Bernardo Castanho da Rocha, comunicando que as audiências serão dadas em sua casa, no Pinheiro Torto, às quartas-feiras, no mesmo horário.

Fagundes dos Reis foi indicado pela Câmara de Cruz Alta para arrecadar os fundos necessários para a reconstrução da Igreja, tendo mandado afixar o seguinte aviso, a 19 de agosto de 1845:

"Aos fiéis Cristãos:



"Tendo eu sido encarregado pela respeitável Câmara Municipal, como tesoureiro desta Igreja - em nome de Nosso Senhor convido-vos para, no primeiro de setembro próximo futuro, começarmos a reedificá-la. E os que quiserem contribuir com quantias, podem assinar com o Procurador (o mesmo Fagundes dos Reis) ".

Registramos ainda um fato marcante para Passo Fundo: nesse ano de 1845, depois da pacificação riograndense, o Governador paulista, General Fonseca Lima e Silva, conforme relata Hemetério, resolveu reencetar a tarefa de seus antecessores, no tocante ao desbravamento do Alto Uruguai (região hoje no Estado de Santa Catarina), realizando a catequese dos Coroados e abrindo, em definitivo, o caminho que ligaria a província de São Paulo com a do Rio Grande do Sul, através do Passo Goi-En. Diz Hemetério:

" Em 1845, feita a pacificação, estando no Governo de São Paulo o General Manoel da Fonseca Lima e Silva(mais tarde Visconde de Suruí), autorizado pelo Governo Imperial e talvez de acordo com seu sobrinho, o então Conde de Caxias, Presidente do Rio Grande do Sul - resolveu prosseguir a tarefa encetada por seus antecessores, ligando as duas Províncias, desbravando o caminho de impecilhos das hordas selvagens.

"O Presidente paulista mandou chamar o Capitão Rocha Loires, mas este, velho e alquebrado, recusou imiscuir-se mais nesse cometimento da catequese e de novos aldeamentos, continuando no seu retiro de Palmas até o fim de seus longos dias.

"Tinha, porém, o sentimento desinteressado de amor sua terra natal, por isso enviou àquele Presidente seus dois filhos, Francisco Ferreira da Rosa Loires e João Cipriano da Rocha Loires.

"Depois de ouvi-los, o Presidente Lima e Silva nomeou o primeiro desses moços... próximo da divisa com o Rio Grande do Sul...



"João Loires, não contente com a posição secundária, ã sombra do seu irmão, e mais afeiçoado às terras de Nonoai (que ambos haviam visitado), transpôs o Uruguai, no Passo do Goi-En e, por sua conta e risco, passou a catequisar os Índios Coroados.

"Foi-lhe isso fácil. Sabia-lhe o dialeto, semelhante ao dos Bugres no Paraná; e, auxiliado pelo Cacique Vitorino Condá (há bem pouco falecido, diz o autor) - tal ascendência exerceu sobre os Bugres que, em 1850, apresentou-se em Porto Alegre, no Palácio do Governo, com alguns deles, bem vestidos, o que proporcionou-lhes entusiástica recepção".

Data de então o esforço da colonização de Nonoai, começada com o aldeamento dos Índios, que passaram a trabalhar ativamente na agricultura, com os mais promissores resultados, tendo em vista a uberdade do solo e magníficas condições climáticas.

NONOAI, que tanto representou para b desenvolvimento de Passo Fundo, devido ao Passo do Goi-En, seria o 39 Distrito passo-fundense, ao efetivar-se a emancipação municipal, em 1857.

MODISMOS

Os costumes campeiros eram os predominantes, figurando como elementos necessários, verdadeiros Reis das Coxilhas - o domador e o tropeiro.

Domadores de renome eram, na época: Mateus de Quadros, Prestes Brabo e um Francisco de Tal. Citam-se entre os



tropeiros, Francisco Coelho, José Francisco Ferreira, Salvador Martins França, e, ainda, os representantes femininos, como Ana da Boa Vista e Gertrudes Tropeira.

Houve também os grandes carreteiros, como os Camargos, sendo que o mais renomado deles foi Manoel Antunes de Camargo, e, depois, na quadra seguinte, Joaquim Antonio de Camargo, preferidos pelos negociantes para o transporte de suas mercadorias.

Os mascates também figuras obrigatórias no Distrito de Passo Fundo, sendo os mais conhecidos, pela citação documental: Joao Francisco Lemes e Firmino de Moraes Mesquita, os quais, residindo em São Paulo, traziam dali, em cargueiros, fazendas, roupas feitas, bugiarias de toda a sorte e eram recebidos com muita festa.

Não obstante, o comércio local estava em fraca expansão, a despeito das dificuldades de comunicações e dos lamaçais do Boqueirão e da estrada que ia para o Passo, nas imediações do povoado. Tinha como principais representantes Manoel José de Araújo, Adão Schell (os mais fortes), Joao Stenovich, Luiz Roland, Frederico Schultz, Jorge Heim, Domingos Galbich e outros.

Depois de 1850 ou 1852, aqui também se estabeleceu a casa comercial pertencente aos irmãos Antônio de Mascarenhas Camelo Júnior e Frederico de Mascarenhas Camelo - o primeiro deles mais ligado às atividades oficiais.

Essas casas eram abastecidas com artigos vindos de Porto Alegre e Rio Pardo (fazendas, roupas feitas, ferragens, etc...), e Três Forquilhas e Vacaria (aguardente, rapadura, melação, etc...) - sendo as mercadorias trazidas por caravanas de cargueiros ou de carretas, conforme as condições dos caminhos - sendo as viaturas propriedades de empresas especializadas no ramo.

Os estabelecimentos mais populares, no distrito, eram



as Vendas, à beira das estradas, onde fornecia a aguardente e baralhos. Compunham-se de prédios de madeira ou de estuque, telhado de capim, tendo um balcão e duas prateleiras, onde se viam botijas e garrações, copos e cuias, de mistura com freios e embornais dependurados. A frente das Vendas (como das demais casas de negócios no povoado), havia palanques e travessões, onde se atavam as montadas pelas rédeas. Ao lado, erguia-se um galpão, que servia de "ponto social", durante o dia e de pousada, durante a noite, encarregando-se, porém, os viandantes (tropeiros, carreteiros, ou gente a escoteira) dos aprestos de dormir: pelegos, ponches e lombilhos (estes como travesseiros), pois não havia camas. As Vendas ficavam sempre em pontos "estratégicos": na Entrada do Mato Castelhanos, no Passo (próximo ao povoado), no Pinheiro Torto, no Pessegueiro, no Passo da Carreta Quebrada, etc...

O maior acontecimento do Distrito, assim como sucedia noutros rincões gaúchos, eram as solenidades do Divino Espírito Santo, quando se sorteavam festeiros entre a gente poderosa da Paróquia, os quais, "angariando esmolos" para a festa, percorriam os povoados e fazendas, à frente de luzida cavalgata, ostentando, à frente, a Bandeira do Divino, como outrora faziam os Cruzados com seus escudos e estandartes. Nada havia de mais solene e majestoso do que tais Bandeiras, que pareciam aureoladas de uma solenidade sagrada, infundindo respeito por onde passavam, a genuflexão os sinais da cruz e fervorosas orações.

Muito mais tarde, depois da Guerra do Paraguai, é que se foi impondo, também, a festa de São Miguel, no Pinheiro Torto, cuja imagem foi trazida por dois legionários passo-fundenses, antigos escravos de Bernardo Castanho da Rocha, de nome Generoso e Isaias, pai e filho, dos quais temos, em Passo Fundo, numerosa e digna descendência.

Entre os modismos, que entraram fortemente nos costumes passo-fundenses, havia o dos Apelidos e Alcnhas, pelos quais eram conhecidos todos os elementos do povoado.



Pela alcunha de Buraco era conhecido o respeitável cidadão José de Almeida; Jango era como chamavam ao sargento, comandante do destacamento do Pinheiro Torto, enquanto por QUIM todos conheciam Fagundes dos Reis.

Joca era o apelido de João Antonio Alves Rabelo. Os Jucas, os Licos, os Quincas, os Tucos, os Jugicas eram coisa comum. Essa lei do menor esforço tornava-se notória na deturpação dos nomes estrangeiros, como, por exemplo:

Cheles era como se conhecia Adão Schell; Chua era o nome que davam a Pedro Schwartz; Gabiço era Domingos Galbich - todos eles comerciantes da Praça.

Também chamavam João Italiano a João Batista Scott; Pedro Alemão a Pedro Muller; Luiz Francês a Luiz Roland, assim como se designavam pelas respectivas profissões:

Frederico Sapateiro (Frederico Schultz, que também vendia sapatos), João Carpinteiro (João José de Almeida), Joaquim Carcereiro (Joaquim Rodrigues de Morais), Bento Sapateiro (Bento José de Lima), Joaquim Ferreiro (Joaquim de Oliveira Rosa), Manoel Fumeiro (Manoel Jorge da Silveira, etc...

E davam até a José de Souza, que se fazia sempre acompanhar do seu cachorro de estima, o deprimente apelido de José Cachorro, que ficou depois mal-afamado, por se tornar um renegado e foragido da Justiça.

Via de regra, os cidadãos, principalmente viajantes, portava uma pistola, uma adaga ou uma espada, para segurança pessoal, e isto, porque gente estranha, que vinha de toda a parte, cometia toda a sorte de assai tose tropelias, causando muito trabalho ã policia passo-fundense. E cabe aqui repetir o que disse Saint Hilaire (veja-se "São Paulo nos Tempos Coloniais", Monteiro Lobato, pg. 228):

"Na época da minha viagem - diz ele - comiserção para com os criminosos havia chegado ao extremo, entre os brasileiros... Ninguém havia que não auxiliasse um criminoso



a escapar-se das mãos da Justiça".

Assim era em Passo Fundo, assim como nos demais lugares do velho Rio Grande do Sul. Todavia, por vezes, a ação policial, quando pronta e providencial, atraía os aplausos geral.

De vez em quando aqui chegava maus elementos, vindos de todas as Províncias, e que, por sua ousadia e desrespeito, criaram o mito do "homem valente" - fator de intranquilidade pública e de preocupação às autoridades.

Um dos mais célebres adventícios, foi, sem dúvida, Fausto Lemes, autor de algumas mortes em Laguna e Vacaria, verdadeiro terror de toda a região e que trouxera a Passo Fundo, a fama de valente como um selvagem.

No livro "Autos e Crimes", incluído no "Translado ", há um registro interessante sobre ele, datado de 22 de julho do distante 1835, referente a uma sua façanha na residência de Antonio Rodrigues da Luz, em pleno povoado de Passo Fundo.

Reuniam-se ali, num sarau, várias pessoas, além da dona da casa e sua família, citando-se entre os presentes, Joao Pires Fogaça, José Maria de Moura, Fernando Nunes da Silva, Luiz Fernandes Camilo, Antonio Malaquias de Arruda e, naturalmente, mais pessoas de suas famílias, quando, a súbitas, irrompe sala a dentro um sujeito de má catadura, de pistola engatilhada na destra, de faca desembainhada na mão esquerda, além de portar na cintura uma longa espada.

Tratava-se do famigerado Fausto Lemes. Era de ver-se a angústia e o espanto dos presentes, tomados de surpresa, quando o facínora avançou, acompanhado de outro de sua pandilha, de nome João Ribeiro, indo direto à esposa e filha do dono da casa, dizendo que pretendia levá-las consigo, mas não antes de matar o infeliz pai e marido que, com os demais ficou paralisado, temendo o que pudesse acontecer às duas mulheres.

Os gritos das mulheres chegaram aos ouvidos de Manoel José das Neves, então Oficial de Justiça, o qual, entrando na



casa e vendo o que ocorria, deu voz de prisão ao matamouros. Este resistiu o seu assecla, voltando para Neves sua pistola, apertando logo no gatilho.

Neves, que já avançava para o criminoso, teve a felicidade de ver que a arma negava fogo, livrando-se de morte certa, conseguindo, assim, agarrar Fausto Lemes, enquanto as demais pessoas, caindo em si, ajudaram aquela autoridade, imobilizando Joao Ribeiro. E foi assim, que, graças à coragem e determinação de Manoel José das Neves, se efetuou a prisão do famoso bandido, ganhando os aplausos da população de Passo Fundo.

ESCRAVOS

A escravatura, assim como tem sido entendida, refere-se ao preto que, no Rio Grande do Sul, compreendia, conforme Souza Docca, o Fanti, da Costa do Ouro; o Pôpo, da chamada Costa dos Escravos - pertencentes ambos os ramos aos Agoins ou Minas. E também o preto Bantu, de Angola, Congo e Cassange - sendo, porém, insignificante o número deles, em comparação com outras partes do Brasil - e isto, consoante o General Amyr Borges Fortes, devido ao nosso clima sulino, a que o elemento negro pouco se adaptava.

Não obstante, o preto muito cooperou na formação passo-fundense. Em 1863, construiu-se o chafariz público no Arroio Lavapés, para o abastecimento de água aos moradores. Ali se reuniam os escravos, de ambos os sexos, a buscar água da fonte para seus senhores e que era transportada em potes e outros recipientes, sempre carregados aos ombros ou à cabeça.

Diz Prudêncio Rocha, em sua "História de Cruz Alta",



que algumas disposições das posturas municipais, sobre os escravos, "só poderiam ser toleradas pela mentalidade da época" - posturas essas, aliás, aplicadas igualmente em Passo Fundo, então distrito de Cruz Alta. E acrescenta (pg 72 e seguintes):

"Eram proscritas as reuniões de escravos, com dispositivos brutais e desumanos, que permitiam o retalhamento dos escravos, pelo inexorável azorrague do senhor. Dispositivos mais reacionários - diz ele - permitiam "comutar" em açoites as pernas em que incidissem os escravos para que assim, as bestas de carga dessem o máximo de rendimento para o enriquecimento do senhor. São as deformações espirituais de uma época. Os legisladores deixaram entranhados, nos dispositivos alinhados, entre artigos e parágrafos, o ranço do mais atroz reacionarismo, à custa do sofrimento das criaturas humanas, privadas dos benefícios da liberdade".

O mesmo autor cita os seguintes artigos das posturas municipais de Cruz Alta, vigariantes naquele tempo:

"Artigo 52 - Os que açoitem nas tabernas, botéquins e mesmo casas particulares, ou em qualquer parte, escravos fugidos, sofrerão a multa de 30 mil réis[^] além de responsabilidade para os senhores de escravos; e não podendo pagar a multa, sofrerão 8 dias de cadeia; e, sendo escravos, 100 açoites.

"Artigo 54 - Os donos, caiceiros, sócios de casas públicas e onde se acharem reunidos e parados mais de quatro escravos - incorrerão na multa de 6 mil réis.

"Artigo 56 - Todos os que tiverem casas públicas vendendo ou administrando nelas pessoas cativas (incorrerão) na pena de 10 mil réis de multa e, na reincidência, 20 mil réis de multa ou 8 dias de cadeia.

"As posturas - conclui o autor - penalizavam com muita de 4 mil réis as casas onde se encontrassem pessoas a jogar; mas se os escravos estivessem jogando seriam punidos com 50



açoitos... Continham dispositivos que puniam os que vendessem venenos aos escravos, para que essas infelizes criaturas não fugissem ao cativo pela porta do suicídio”.

Era essa, efetivamente, a disposição da lei, buscando prevenir. Mas, raramente tal rigor era aplicado, pelo menos em Passo Fundo, onde - na vasta documentação existente - não encontramos punições severa, senão prisão especial para os casos de roubos e assassínios. Não vimos citação de queixa, senão de um escravo de Diogo Jose de Oliveira, lã pelo ano de 1876, em que as autoridades, tendo ã frente o Subdelegado de então, Gervásio Lucas Annes, verificaram um ferimento de apenas dois centímetros de comprimento, pois 2 milímetros de profundidade (duas linhas, diz o documento), e produzido por instrumento cortante. Mas nada se alega contra o senhor.

Os senhores podiam mandar seus escravos para o serviço militar, em substituição a filhos, sobrinhos ou pessoa de sua dependência e estima que fossem chamados a essa obrigação cívica - o que tinha sido fato comum no período farroupilha.

Além dos serviços costumeiros, os escravos auxiliavam seus senhores em expedições de força. João Alves Rabelo, em 1857, com dois pretos de sua propriedade, foi prenderia um tal Matias Gomes, seu próprio sobrinho, sob acusação de roubo e entregou-o às autoridades locais.

De outro lado, alguns aventureiros que por aqui passaram, naqueles tempos, conseguiam, muitas vezes, transviar escravos que, fugindo a seus senhores, com a promessa de uma vida livre, juntavam-se àqueles brancos renegados, praticando roubos e assassínios e trazendo os habitantes do Distrito em grande inquietação. Um desses renegados foi Bonifácio Roberto.

No livro "Requerimentos", data de 4 de dezembro de 1854, vemos também que João Vieira da Rosa reclama o pagamento de uma obrigação de Alexandre De Souza Duarte, mediante a entrega de um escravo de nome Fortunato, sem mencionar qualquer valor.



Em princípios de junho de 1848, Evaristo Francisco de Borba, residente no interior, apresenta ao Juiz Fagundes dos Reis uma queixa contra Manoel Dias de Toledo por ter comprado deste um escravo de nome Pedro, que pertencia a outro dono, residente em São Paulo, e trazendo procuração para arrecadar o mesmo escravo. O elemento servil era um simples objeto, entrando em toda a sorte de transações.

Havia escravos bons, assim como vingativos, que não toleravam nem mesmo uma censura, como era o caso do preto Felisberto, pertencente a Joaquim Domingues de Brito, e que contrariado pela delação de seu mau procedimento, degolou a delatora, a Índia Maria Petrona.

Dámaso foi o escravo que matou o seu senhor, o Tenente Joao Bento Cardoso, com um tiro de pistola, pelas costas, em 1844, somente por não gostar de reprimendas.

Também os registros judiciários nos falam de um preto forro, de nome Antônio, que andava em companhia de Constantino Rodrigues Fagundes, ajudando-o a carnear reses furtadas, inclusive uma vaca de Fagundes dos Reis - isto em princípios de outubro de 1835.

Diga-se, entretanto, a bem da verdade, que - de um modo geral - tanto o senhor como o escravo, mantinham procedimento exemplar, muito diferente do que ocorria em certas localidades do Brasil. Dizia-se em Passo Fundo que "o escravo era o espelho do senhor" - e isto resume toda a moral da época, no que tange ao elemento servil. A prova do bom tratamento é a de adotarem os pretos, depois de libertos o sobrenome do senhor, não só como sinal de identificação, mas de estima e respeito. Raramente um preto liberto desdenhava esta origem.

Diga-se ainda que Passo Fundo deve aos escravos sua própria salvação, quando as hordas de Marau pretendiam destruir o povoado. E que a gente branca era ainda pequena em número, e que, sendo engrossada pelos escravos que afluíam de todas as partes, para a frente da Igreja - causaram séria



impressão aos Índios, fazendo-os desistir do ataque.

O número de habitantes, com o advento dos primeiros colonos, era superior ao que nos tem sido apresentado pelos primitivos documentos, já que não era computado o elemento servil, que só passou a figurar alguns anos mais tarde.

Quanto às idéias, diga-se que o liberalismo político só encontrou começo, em Passo Fundo, depois da Revolução Farroupilha.

DESQUITE NO VELHO PASSO FUNDO

As questões que mais avultavam em Passo Fundo, antigamente, dizia respeito a terras, divisas, intrusos, rixas, cavalos, roças e escravos.

Um desquite devia ser um prato raro.

Pois houve um que animou as conversas da Freguesia da Nossa Senhora Aparecida, principalmente porque os cônjuges desavindos eram pessoas de muitas posses. Corria um zumzum por todo Distrito, já fazia tempo, e isso a respeito de Manoel Alves da Cunha e sua mulher Maria Felícia Madalena, senhores da região do Butiá, ao norte do povoado.

As brigas do casal sucediam-se, diariamente. Mas, em vez tomarem os dois medidas extremas, aliás, comuns naquela época, trataram de separar-se convenientemente e foi isso que trataram certo dia, prevendo maiores enguiços se tomassem uma deliberação heróica.

O problema estava nos muitos bens do casal. Tinham ambos também algumas dividas. Queriam, todavia, que cada



qual ficasse com o que lhe cabia por direito, conforme as leis e os bons costumes.

E foi assim, que, a 9 de setembro de 1835, vieram ao Juiz de Paz, então representado por Bernardo Castanho da Rocha, perante o qual expuseram o seu assunto e tratou-se pormenorizadamente do feito.

Consta do termo que o casal era morador do Segundo Quarteirão, e que o marido Manoel Alves da Cunha disse que " Por alguma razão que lhes assistia de parte a parte, em matéria de suas vidas privadas, reinava entre eles a discórdia, a ponto de não lhes ser possível viverem juntos; e se haviam concordado separarem-se um do outro, levando aquela (Maria Felícia Madalena) parte dos bens existentes no casal que remanescerem... depois de separada a quantia correspondente para pagamento das dívidas de que (ditos bens)se achavam onerados...".

Admira-nos a lisura do casal que buscava, em situação tão delicada, manter sua primitiva dignidade, respeitando-se mutuamente e respeitando o direito alheio. Pelo menos, para efeito externo, foram resguardadas todas as aparências.

Aí consta que seus bens eram esses: em dinheiro 360\$860 reis; 6 rês de criar, 25 bois, 1 burro, 1 campo denominado Butiá, com casa, currais e lavouras; e ainda 1 crédito sobre campo vendido a Manoel de Chaves do Nascimento.

As dívidas montavam em 730\$000 réis, quantia avultada para aquele tempo.

Diz o termo que o marido se obrigou a satisfazer os credores, deixando a mulher livre de tais preocupações.

"Depois do que - reza o documento -'declararam que espontaneamente separavam suas meações pela maneira seguinte: a dívida bem e mal paradas (eventuais) em partes iguais a ambos; da mesma forma os animais cavaleiros e o gado de criar, os bois mansos... A parte que toca a Maria Felícia



Madalena: vacas com crias até onde chega a sua parte, e mais com vacas boas, e dar vinte patações de cobre pela (parte) por eles arbitrado, no valor do dito burro; mais trinta mil réis do valor que arbitraram em duas carretas; e duzentos mil réis metade do valor por eles arbitrado do dito campo; e ficar-lhe pertencendo (a Manoel Alves da Cunha, o marido) o campo, carretas, burro e bois, por ter de tudo satisfeito a metade pertencente a Maria Felícia Madalena; e logo assim convencionados, debaixo da cláusula não poderem jamais, por si e por nenhum tempo, ter parte nos bens adquiridos de ora em diante, de um para outro, requeriam do Juiz..^ houvesse, para melhor firmeza e validade da dita conciliação, (de) mandar reduzir a termo, etc..."

Assim, o marido ficou com o campo e animais de serviço, enquanto a mulher recebeu em animais e dinheiro a parte que lhe cabia, pela metade.... Tudo ficou solucionado a contento.

Esse Manoel Alves da Cunha era natural da Vila de Castro, conforme se vê no termo de 20 de outubro de 1834. Dizia-se que era "homem branco, casado, que vive do seu trabalho e costumava ele viajar para o Rio Pardo, para onde o levavam os seus negócios.

O termo do desquite foi assinado pelo escrivão Josi Prestes Guimarães, pelo Juiz de Paz Bernardo Castanho da Rocha, bem como por Joaquim Fagundes dos Reis, a rogo do marido; e Felisberto Jose Francisco, a rogo da mulher, tendo-se em vista que o casal era analfabeto, como a grande maioria do que residiam, então, no antigo Quarto Quarteirão de São Borja e já então Quarto Distrito da Vila do Espírito Santo da Cruz Alta, como foi sucessivamente designado o território de Passo Fundo.

Apesar de analfabetos, marido e mulher souberam fazer tudo à direita. E, depois das falações que cercaram, de início, o desquite, o caso morreu definitivamente, não se falando mais no assunto.

Pelo menos nada mais se disse de ambos, nos documentos...



MATO CASTELHANO, PONTO ESTRATÉGICO 1837

Tendo em vista as determinações da Câmara de Cruz Alta, presidida pelo destacado chefe imperial, Vidal José do Pilar, aqui, em Passo Fundo, os Juizes de Paz Joaquim Fagundes dos Reis e os suplentes Rodrigo Felix Martins e Bernardo Castanho da Rocha, apesar de seus pendores republicanos, efetuam modificações nos quadros dos servidores, em 1836, pelo gosto da Câmara cruz-altense.

E, assim, são destituídos das funções de Inspetores e Oficiais de Justiça os cidadãos José Francisco de Oliveira, Francisco José de Mendonça, Joao Antônio de Carvalho, Lourenço Franco de Almeida e Francisco Chaves Palhano que, pouco depois, foram substituídos apenas pelos cidadãos Manoel José de Oliveira e José Manoel Lemes, sendo ainda mantidos e confirmados em seus cargos os cidadãos Manoel Antônio de Souza, Domingos Rodrigues Nunes e Manoel José das Neves que, todavia, não deixava sua atividade militar, como Alferes da Guarda Nacional.

Pouco depois, em 1837, ocorreu a derrota do Coronel legalista Manoel dos Santos Loureiro, no Espinilho (30/10/1837), na estrada de São Borja a Cruz Alta. Retirou-se, pois, com poucos elementos, a esta última Vila, mas sabendo que o chefe legalista, Cândido Alano, operava na Estrada de Missões, entre Vacaria e Mato Castelhana, veio a Passo Fundo, que se encontrava sob a judicatura de Fagundes dos Reis.

Aqui fez algumas requisições de animais e incorporou em sua tropa os elementos simpatizantes, notadamente seus



escravos, que eram cedidos pelos ditos senhores, afim de se desobrigarem fazerem pessoalmente o serviço de campanha. Daqui, Manoel dos Santos Loureiro foi varar o Mato Castelhana, exercendo várias ações em Campo do Meio, intentando em seguida, um encontro com Alano, na Vacaria, deixando o Mato Castelhana sob a guarda da pequena força do Capitão Teodoro da Rocha Ribeiro.

Tomando conhecimento do domínio dos imperiais, ao norte da Província onde operavam Alano, Loureiro, José Luiz Teixeira, Rodrigo Silva e outros, ordenou Bento Gonçalves, chefe dos revolucionários, imediata partida, para esta região, do Coronel Agostinho Melo, que subiu a Serra até o Mato Castelhana, sem encontrar vestígios de inimigos, a não ser a pequena força de Teodoro da Rocha Ribeiro, que se retirou para os matos do rio Passo Fundo, depois de alguns tiroteios.

Agostinho soube então, por notícias recém chegadas a Passo Fundo, que os imperiais se encontravam em ação no Registro de Santa Vitoria (rio Pelotas). Assim, pois, enquanto permanecia aqui, refazendo parte de sua tropa, mandou um esquadrão, sob o comando do Capitão Joaquim Teodoro Prestes para aquelas bandas. Joaquim Teodoro, chegando em Santa Rita (Lagoa Vermelha), teve conhecimento de que os legalistas iam fazer junção em Lages, no território de Santa Catarina. Seguiu, pois, até o Passo de Santa Vitória, encontrando já a posição tomada pelo seu companheiro de causa, Joaquim Mariano Aranha, com o qual seguiu até Lages, onde conseguiram desbaratar os legalistas, pondo-os em fuga.

Nesse intervalo, Agostinho Melo, com pé firme em Passo Fundo, tratava de assegurar a guarda do Mato Castelhana empolgando a região, só se retirando para a zona de Vacaria quando julgou prejudicial à causa um maior tempo de inatividade.

Por esse tempo, Vidal Jose do Pilar deixa a Câmara de Cruz Alta, em 1837, sob a presidência interina de Atanagildo



Pinto Martins e vai a Bagé, convencendo o General Sebastiao Barreto a vir operar na Serra, em vista dos antagonismos declarados ou latentes, além da ameaça de uma incursão, no Planalto, pelo revolucionário Bento Manoel Ribeiro.

Este, efetivamente, subiu, com suas forças, pela região serrana, e, parando nas proximidades de Porongos, foi até a fazenda de Atanagildo Pinto Martins, conquistando-o para a causa rebelde. Já de volta ao seu arraial, foi preso por uma escolta do General Sebastião Barreto, sendo porém libertado pelo seu lugar-tenente, João Antônio da Silveira, ocasião em que os imperiais foram derrotados.

A Câmara de Cruz Alta fez, a 19 de agosto de 1837, pro-fissão de fé revolucionaria, sob a presidência de Atanagildo, enquanto Vidal Josi do Pilar emigrava, para retornar em 1839, isto i, quase dois anos depois.

Ainda em Cruz Alta, verifica Bento Manoel Ribeiro a necessidade de garantir para os rebeldes a passagem do Mato Castelhana, que era a chave do norte da Província, mormente sabendo que os chefes legalistas, Manoel dos Santos Loureiro e Cândido Alano, estavam em operações nessa região.

Manda, depois, para Passo Fundo o experiente Joao Antônio da Silveira, enquanto ele desce a serra, em contramarcha que o levaria a Inhanduí.

João Antônio não encontra resistência em Passo Fundo e aqui estabelece o centro farroupilha de operações do norte-riograndense.

A Companhia da Guarda Nacional, aqui organizada por Teodoro da Rocha Ribeiro, contando com os subalternos, Tenente João Bento Cardoso e Alferes Manoel José das Neves, retirou-se em tempo, dado que não dispunha de forças para uma resistência, buscando, sobretudo, evitar ações de represálias contra os elementos integrados na causa imperial.

Joao Antônio da Silveira, imediatamente, buscou asse-



gurar, para os rebeldes, a passagem do Mato Castelhana, an-
gariando, antes disso, a amizade dos caciques Nicofin (Zorrillo
Valente) e Nhecoiá (Nariz Comido), senhores daquelas brenhas.

Porém, na Cruz Alta, ocorre uma reviravolta: a 6
de outubro, dois meses depois de haver feito profissão de fé
republicana, o presidente da Câmara, Atanagildo Pinto Mar-
tins, com seus pares, dão meia volta, anulando o ato de 19 de
agosto e declarando sua fidelidade ao Império.

Passo Fundo, que se encontrava sob o domínio repu-
blicano, ficava assim, em posição antagônica à da sede do
Município.

Desde maio, entretanto, vinha sendo feito o cerco de
Porto Alegre pelas forças do republicano Antônio de Souza
Neto. Diante, porém, na inutilidade dos resultados, seus
companheiros, inclusive José Mariano de Matos, vice-Presidente
da República Riograndense, trataram de atender ao a- pelo dos
lajeanos, dirigido a Bento Gonçalves, contra algumas violências
dos imperiais.

Mariano de Matos, por isto, subiu a Serra por Vacaria e
foi até Lages, onde cumpriu sua missão reparadora. Voltando
dali, toma pela Estrada de Missões, certo de que acharia reforços
em Passo Fundo, onde se encontrava João Antônio da Silveira.

Cruzou sem novidade o Mato Castelhana, considerado
já um domínio rebelde, e veio estacionar, com suas tropas junto
às margens do Passo, junto ao povoado passo-fundense.

Os dois chefes revolucionários, Mariano de Matos e
João Antônio, teriam feito um encontro, em que estabeleceram
o seu plano de campanha e coordenando-o em consonância
com as ações que se desenvolviam no resto da Província.

Se houve requisições em Passo Fundo, essas foram
poucas. Aliás, em seguida, os dois chefes republicanos deci-
diram abandonar, de momento, a guarda do Mato Castelhana,
tomando logo pelos Campos do Pessegueiro. Atravessaram o



Jacuí, no Passo Velho, e a serra do Butucaraí, de onde seguiram para as cercanias de Porto Alegre.

O Mato Castellhano continuaria, porém, como centro das cogitações para qualquer ação ao norte da Província.

LEGALISTA EM PASSO FUNDO

Escreve Lindolfo Collor, em "Garibaldi e a Guerra dos Farrapos", à página 251:

"Confiara o Ministro da Guerra a organização militar e o Comando dos elementos da Serra ao Brigadeiro Francisco Xavier da Cunha. Depois de limpo o Planalto de revolucionários, deveria a coluna entrar no Rio Grande e - feita a junção com os grupos que, sob as ordens do Coronel Antônio de Melo Albuquerque, preparavam um levante em Cruz Alta - marchar sobre Porto Alegre, a fim de aliviar-la da pressão do assedio republicano. Posta em pé de guerra, no Rio Negro, uma formação de dois mil homens, batizada com o nome de Divisão de São Paulo, e também de Divisão da Serra, entendeu o Brigadeiro que a retomada de Lages pelos imperiais devesse marcar-lhe o início da ação".

O Barão de Antonina (João da Silva Machado), comandante da praça de Curitiba, era ligado por muitos interesses ao município de Cruz Alta, particularmente em Passo Fundo, onde obteve a concessão de vastas extensões de terras, em 1832, cobrindo as regiões ainda indevidadas, do Bugre Morto, onde, graças a sua influência e poder, vinha organizando, a partir de 1834, depois da entrada de Bernardo Castanho da Rocha, as fazendas da Sepultura e Sarandi, que abrangiam ainda as atuais, denominadas do Arvoredo e do Cedro e o atual Pontão.



Não lhe era, pois, indiferente a situação riograndense e, particularmente, a serrana. Assim, auxiliou em tudo quanto pode a organização e o abastecimento da forte coluna paulista, destinada a combater os farroupilhas. Essa força, em meados de novembro de 1839, encontrava-se já na Vila de Lages, pronta para uma ação de grande envergadura no território riograndense.

A respeito dos planos do Brigadeiro Xavier da Cunha, diz Lindolfo Collor, em sua obra citada, à página 252:

"Do Passo de Santa Vitoria, onde "por agora fazia o pão de suas operações, dirigiu eloqüente fala aos habitantes de Cruz Alta, incitando-os a se levantarem contra a República e a reagirem como reclamava o dever de legalistas. "A Divisão da Serra - dizia - acha-se em marcha"; e pela proclamação que o General fez publicar, se conhecerão não só as suas benignas intenções, como as bem fundadas esperanças que nutre a respeito dos habitantes de Cruz Alta e, em geral, de todos os serranos. Estabeleceu uma boa e leal política na Vila e vinda com confiança e pronto auxílio ocupar um posto militar no Mato Castelhana; aí sabereis das disposições".

Essa mensagem aos cruzaltenses foi entregue por Xavier da Cunha, em Santa Catarina, a Cândido Alano, que ali o foi encontrar, pois operava em Vacaria, o qual imediatamente rumou a Cruz Alta, a fim de entregá-la as mãos de Vidal Josi do Pilar, Presidente da Câmara, aduzindo aos termos da mensagem a necessidade de enviar um reforço ao Passo de Santa Vitoria (passagem do rio Pelotas).

Alano, "depois de encabeçar uma rápida reação em Lages, abalou para Cruz Alta", passando pelo Mato Português e entrando no Campo do Meio, surpreendeu, na estância de Tome de Almeida Lara, no Pinhalzinho (depois chamado Vendinha), um pequeno grupo republicano, comandado pelo Capitão Lima (ao que parece, Joao Josi de Lima, de Passo Fundo), e que se encontrava em marcha para Vacaria.



Esse contingente passo-fundense foi destruído por Alano, depois de cerrado tiroteio, do qual só escapou o dito Capitão Lima, e mais oito Praças, ficando os demais no campo da luta, depois de ações notáveis de heroísmo.

Em Cruz Alta, soube Alano completar sua representação com felicidade, a ponto de entusiasmar Vidal Josi do Pilar, que se julgou honrado com a mensagem do Brigadeiro Xavier da Cunha, lançando-se assim a semente para a formação, às pressas, da famosa Leal Divisão Cruzaltense, que veio a organizar-se no dia 2 de dezembro de 1839, dia do aniversário do Imperador.

Alano volta de Cruz Alta com a mesma rapidez, sem de- ter-se em Passo Fundo, indo juntar-se, de novo, às forças de Xavier da Cunha, que ainda se encontrava em Santa Catarina, ficando satisfeito com os resultados da missão Alano.

Xavier da Cunha encontrava-se em Curitiba, quando destacou uma forla de 100 cavalaria e 20 homens de infantaria, com ordem de reunir gente e cavalaria para o engrossamento da legião paulista, e com a determinação de "fazer mão baixa em tudo quanto fosse farrapo".

Hipólito Machado Dias, comandante dessa partida, tratou de cumprir a ordem do seu comandante. Soube, depois de atravessar o rio Pelotas, que estava operando, na região de Passo Fundo, a coluna farroupilha de Agostinho Melo, razão pela qual rumou a Passo Fundo, pela velha estrada de Missões. Chegando no Campo do Meio, encontrou, efetivamente, um corpo volante da força de Agostinho Melo, que se achava em missão de vigia no Mato Castelhana, ponto estratégico, visado por Xavier da Cunha.

Diga-se, porém, que esse corpo vigilante, sob o comando do Capitão Felisberto, mais conhecido por "Carne Preta", havia sido recrutado às pressas pelo interior do município de Cruz Alta, incluindo Passo Fundo e Soledade, e era constituído de elementos decididamente legalistas. E foi a esse



corpo que a imprevidência de Agostinho Melo deu o encargo de vigiar a cobiçada passagem do Mato Castelhana enquanto ele, Agostinho, com o grosso da força, ia operar, na região da Soledade, caminho do Rio Pardo.

O Capitão Felisberto, à frente de seus poucos fiéis comandados, foi colhido de surpresa pela força legalista de Hipólito Machado Dias.

Depois de breve tiroteio, em que ninguém pereceu, os comandados do chefe farroupilha entregaram-se a Hipólito, dizendo-lhe em altas vozes que tinham sido reunidos à ponta de espada, sendo, por isso, poupados, com exceção de seu comandante, Capitão Felisberto, que foi imediatamente fuzilado, ou, segundo tradição, degolado à frente da tropa.

Achando livre a passagem do Mato Castelhana, o comandante legalista veio a Passo Fundo, já com um efetivo de 300 homens, iniciando aqui novo recrutamento forçado e fazendo grande ajuntamento de cavalaria.

Nessa ocasião, registraram-se dois tiroteios em Passo Fundo: um sobre o arroio Miranda, próximo à ponte em que passa a via férrea; e outro, no Bugre Morto, em lugar não precisado, sabendo-se apenas que os "recalcitrantes" eram farroupilhas.

Foi grande a preia de Hipólito, em Passo Fundo, tanto em gente como em cavalaria. Quando voltou para reincorporar-se ao Brigadeiro Xavier da Cunha, na passagem do rio Pelotas, conservava seu efetivo de 300 homens, apesar de haver deixado, neste povoado, o Tenente Lúcio (não se conhecendo o seu sobrenome), com 150 soldados de sua força, com a finalidade de completar a faina de reunir gente e animais, conforme exara Antonino Xavier, ao historiar a Revolução Farroupilha, neste município.

A permanência do Tenente Lúcio não deixou boa memória. Levado pelo rigor, a despeito da ação sucessória do Juiz de



Paz, Manoel Jacinto Ferraz, internou-se com seus grupos, na Serra Geral, contígua ao povoado, a despeito de estar infestada de Bugres - e dali arrancava os que se acoitavam nas brenhas.

Numa dessas incursões, foram os soldados de Lúcio atacados pelos Índios selvagens, comandados por Marau, sofrendo os legalistas algumas perdas.

Indo em perseguição aos Índios, que se sumiram na floresta, acabou encontrando a maloca dos mesmos, no Rincão do Erval, próximo ao rio Jacuí, nada porém, achando nelas, senão mulheres e crianças.

Não podendo alcançar Marau e seus selvagens, efetuou vingança em suas mulheres - ação que passou à história riograndense como "A matança das bugras", deixando na orfandade grande número de crianças indígenas, que foram trazidas ao povoado, por onde ficaram perambulando na maior indigência.

Antonino Xavier, valendo-se da tradição oral, atribuiu a matança das bugras aos bandidos que andaram infestando o interior de Passo Fundo, durante o decênio farroupilha. Mas a incursão desses facínoras só ocorreu em 1841, conforme vemos na petição de Maria Angélica de Almeida, de 22 de janeiro de 1846, ao Juizado de Paz (livro "Requerimentos", constante do "Translado" já citado). Além do que, esses bandidos limitaram sua ação ao assalto nas fazendas, onde matavam e roubavam.

Conta-se que, por ocasião das tropelias do Tenente Lúcio, o farroupilha passo-fundense, Manoel Joaquim de Brito, que residia nos campos do Pessegueiro (costa do arroio Pinheiro Torto), foi perseguido por um piquete legalista. E como se encontrava só, entregou sua sorte à excelência de seu "pingo", distanciando-se, de pouco em pouco, de seus inimigos.

Surge, porém, diante de si, o arroio Pinheiro Torto, num local profundo e de altos barrancos, ficando, assim, na iminência de ser encurralado pelos legalistas. Atira, então, a



aba do ponche sobre os olhos do animal que, sem atinar com o barranco, vai arremessar-se às águas e, depois com algum esforço, ganha a outra margem, escapando assim, esse valente farrapo ã sanha de seus perseguidores.

A propósito da incursão da força de Hipólito Machado Dias, por esta zona, escreve Lindolfo Collor, em "Garibaldi e a Guerra dos Farrapos", página 252:

"Contou (Hipólito) que perseguira os rebeldes, por grande distância; chegara às imediações de Cruz Alta, estivera em Passo Fundo, onde arrebanhara ótima cavallhada e de onde trazia avultado número de voluntários".

E nessas condições foi que se reuniu ao corpo de Xavier da Cunha, enquanto o Tenente Lúcio completava a "razzia".

OPERAÇÃO PASSO FUNDO

O Barão de Antonina, João da Silva Machado, ajuda, em Curitiba, a formar novo e mais forte contingente paulistano, pretendendo comandá-lo pessoalmente, a fim de dar sobre os republicanos que continuavam assediando Porto Alegre.

Todavia, motivos imperiosos impediram o Barão de comandar essa força, que se dizia mais poderosa, em efetivo e armamento, que a de Xavier da Cunha. O Comando, foi, portanto, transferido ao militar francês, Pedro Labatut, que desceu até Lages, onde estacionou, a fim de combinar as operações que deviam envolver os sitiante de Porto Alegre.

Labatut, de Santa Catarina, pediu ao Presidente da Província, Soares Andréa, no Rio Grande do Sul, um reforço de 600 homens, que era o contingente que faltava para completar



seu gigantesco plano de envolvimento dos farrapos.

O plano contaria com forças poderosas que se destacariam de Taquari, do Rio Pardo e do Sul da Província, convergindo todas para Porto Alegre, encerrando os farrapos num cinturão de aço, enquanto desceriam de Santa Catarina, duas colunas: uma, por Torres e outra pela Serra das Antas - está sob o comando do próprio Labatut.

Ao pedido do comandante francês, respondeu Soares Andréa que, efetivamente, lhe enviaria um reforço de 600 homens, mas seria para a ocupação imediata do Mato Castelhano, ponto vital das comunicações na serra, e sobre o qual tinha vivas preocupações, enquanto por lá andassem os rebeldes. Esse contingente auxiliar seria enviado imediatamente a Passo Fundo, mas recomendava a Labatut que, no seu avanço, tomasse pelo mesmo Mato Castelhana. Essa, pelo menos, é a dedução que se tira dos próprios acontecimentos.

Bento Gonçalves e David Canabarro, que se encontravam no cerco de Porto Alegre, apercebem-se desde logo, do perigo, e tratam de fugir a essa operação de envolvimento. Um plano audaz concebem, que seria ganhar imediatamente a serra, na Vacaria, para ali enfrentar Labatut sozinho, sem esperar que fossem encurralados pela congregação das forças imperiais. Urgia anteciparem-se a essa concentração.

Os dois chefes rebeldes, assim, marcham, sem perda de tempo, para o norte da Província. Enquanto Bento Gonçalves ia simular um ataque a Torres, que se encontrava no plano de operações de Labatut, o General Canabarro empreende a subida das Antas por caminhos ásperos, não mais que uns picos, vencidos à custa de grandes sacrifícios. Para aumentar as dificuldades dessa travessia, a força de Canabarro vinha sempre batida, pela retaguarda, pelo esforçado legalista Chico Pedro, perdendo os rebeldes, nesta façanha gigantesca, boa parte de seu efetivo, assim como o subchefe, Domingos Crescêncio, destacado e valente republicano. Custa-nos acreditar que, nessa



travessia, no rigor da chuva e carestia alimentar, estivesse Anita Garibaldi, com seu filho Menoti, ao colo, seguindo intrépida seu companheiro, José Garibaldi.

Pedro Albatut tinha atravessado o Pelotas, no registro de Santa Vitoria, penetrando, assim, na região de Vacaria. Soube, então, que David Canabarro, com grande força achava-se no Planalto, fato que desconcertava seus planos e colocava em perigo a ele mesmo, Labatut, que não esperava enfrentar sozinho os farroupilhas, em condições tão adversas.

Isto significava não só a frustração de sua estratégia, na chamada "Operação Passo Fundo" (primitivamente "Operação serra das Antas"), como ainda convertia a ofensiva legal em franca retirada.

Diz Lindolfo Collor, em "Garibaldi e a Guerra dos Farrapos", à página 317:

"A coluna Labatut, presentida a aproximação das forças republicanas bateu em retirada, rumo ao nordeste. A zona de São Francisco ficava livre aos imperiais. Canabarro, porém, não lhe pode sair no encaço, já pelas más condições da tropa, que necessitava de algumas semanas para refazer-se, já pela espera, que se impunha, da coluna de Bento Gonçalves". - Esta última razão do autor, entretanto, não foi prevalente, pois que não chegou a fazer junção com Bento Gonçalves, em Vacaria, como veremos^

Não é certa, igualmente, a informação de Lindolfo Collor, corroborada pelo nosso Antonino Xavier, de que, "fugindo sempre, Labatut ocupara, nesse entremeio, a Vila de Passo Fundo" (aliás povoado e Capela), e de que "Canabarro estacionara" longamente na Vacaria, a espera de Bento.

A permanência de Canabarro, em Vacaria, foi breve, o suficiente para o descanso da tropa, tendo feito junção com Bento em Passo Fundo, como se verá mais adiante, em conformidade com Antonino Xavier e outros autores, e à vista dos



acontecimentos sucessivos.

Entretanto, Pedro Labatut, embora evitasse um encontro com Canabarro, na Vacaria, não estava "fugindo" inteiramente, pois que, buscando a recomendação de Andréa, seu objetivo imediato era o Mato Castelhana. Isso permitiria, inclusive, o "engarrafamento" dos farroupilhas no Planalto. Vejamos agora os acontecimentos:

Labatut, entrando no território vacariano e sabendo da presença ali de Canabarro, deu guinada à direita, antes de chegar à estrada que ligava com Passo Fundo. Assim, não anteciparia um encontro que lhe seria desvantajoso. Cumprira-lhe seguir o plano do Presidente da Província, ocupando, inicialmente, o Mato Castelhana, em cujas brenhas pretendia encurralar os republicanos, dando-lhes apenas uma possibilidade, que era a de recuarem, fazendo meia volta nos piques tortuosos da selva, próprios para emboscadas - o que representaria fácil desbarato dos rebeldes.

Por não seguir pela estrada geral, inicialmente, para despistar os rebeldes - teve que abandonar, em caminho, os seus canhões, por marchar em terreno áspero, antes de ganhar a estrada. E, assim, atravessou o Mato Português e o Campo do Meio. Penetrou, enfim, no Mato Castelhana, que era o objetivo da "Operação Passo Fundo".

Aqui, porém, surge algo de inesperado.

Os bugres Nicofin e Nhecoiá, já decididos amigos dos revolucionários, em companhia do então famoso cacique Marau, que guardava acendrado Ódio aos legalistas, desde a matança das bugras, efetuada pelo Tenente Lucio - prepararam uma hostil e feroz recepção a Labatut, assim que receberam os avisos de seus espias.

Esses índios, efetivamente, defenderam tão bem a passagem que nem os farroupilhas de Bento Manoel Ribeiro, (já dali debandados pela invernia recém passada), não o teriam



feito de modo mais apropriado e melhor, tendo-se em vista, o local agreste dessa pugna.

Foi a tropa legalista flechada ao longo dos piques da floresta, que se estendiam por mais de três léguas, tendo antes barrado a retaguarda das tropas, deixando tombar árvores adredemente cortadas. Os dardos zuniam de toda a parte, sem que um só índio fosse visto, tão bem ocultos se achavam os bugres naquelas brenhas.

Além do mais, por esses piques extensos, foi se acabando a cavalaria de Labatut, não só dizimada pelas flechas, mas em razão das armadilhas ocultas - largos e profundos fojos ou covas - onde caíam as chusmas de cavaleiros, uns sobre os outros, e cujas montarias, quando não desabavam com os ginetes, disparavam em correrias doidas, de forma que, no atropelo de uns sobre os outros, pareciam cavaleiros, cavalos e infantes. Grande parte do efetivo de Labatut extraviou-se pelos meandros daqueles matos, outra parte desertou, abandonando as próprias armas.

Quando a gente de Labatut surgiu do lado de cá do Mato Castelhana, descortinando os campos de Passo Fundo, era já uma força materialmente destroçada e moralmente aniquilada.

Foi uma legitima vitória dos bugres que, assim, prestaram um serviço incalculável às armas republicanas.

Tal foi o destino melancólico da "Operação Passo Fundo". Maiores dissabores, entretanto, esperavam Labatut.

Chegou em Passo Fundo em péssimo estado, não encontrando aqui os reforços que lhe haviam prometido (600 homens), pelo que resolveu abandonar a Praça, inclusive a posição guardiã do Mato Castelhana, que lhe fora tão ruinosa. Esse abandono custar-lhe-ia amargos dissabores.

Chegando no Pessegueiro, 49 Quarteirão de Passo Fundo, no caminho do Butucaraí, fez acampamento na fazenda de Bernardo Pais Proença, um dos legalistas proeminentes da



região.

Antonino Xavier relata que teria sido Labatut o chefe legalista com o qual Bernardo Pais usara de magnífica liberalidade.

Em conversa, o Comandante Imperial queixou-se da situação aflitiva em que se encontravam seus soldados, já maltratados da fortuna e que não haviam ainda recebido o seu sôlido. Diz então o nosso historiador:

"Ouvindo isto, entrou Bernardo Pais para o interior da casa, de onde, pouco depois, saía, trazendo arrastada pela alça, uma canastra de onças, que pós a disposição do Comandante, dizendo-lhe delas se utilizasse para o pagamento de sua gente, o que o mesmo (Comandante) aceitou, naturalmente comovido, podendo assim vencer a dificuldade em que se achava, por falta de dinheiro".

Daqui Labatut desceu para Rio Pardo e Porto Alegre, onde teve de enfrentar um conselho de guerra que, no final, não lhe descobriu culpa nenhuma quanto ao abandono do Mato Castelhano e ao conseqüente malogro da chamada " Operação Passo Fundo".

O caso, como se sabe, despertou fortes polêmicas entre o General Soares Andréa e o vice-Presidente da Província, Saturnino de Souza Oliveira.

Pouco depois, abatido e alquebrado, Labatut falecia, causando geral consternação.



BENTO GONÇALVES EM PASSO FUNDO

Depois de um descanso em Vacaria, toma pela estrada de Missões, rumo a Passo Fundo, o chefe revolucionário David Canabarro, que não chegou a esperar Bento Gonçalves, ainda em plena "Operação Torres", pela picada do Rio Verde.

Canabarro atravessou o Mato Castelhano sem novidade, dando-lhe os índios um tratamento diferente ao que fizeram a Labatut.

Diz Antonino Xavier, "Pai da História de Passo Fundo":

"Pouco depois de Labatut, aqui chegava Canabarro, também de cuja força fazia parte José Garibaldi, trazendo em sua companhia a Anita e o filhinho de ambos, Menoti, de poucos meses de idade, e que os acompanhava em toda aquela memorável retirada. Contrariamente ao que acontecera ao mencionado General legalista (Labatut), nada sofreu dos Índios essa força, na passagem dos dois matos do trajeto de Vacaria para câ. Antes, abertos lhe deixaram eles, para que visíveis fossem, os alçapões que, no caminho, costumavam cavar e disfarçavam para colher e trucidar os viajantes".

Chegando a Passo Fundo, o Comandante farroupilha aqui guarda a chegada de Bento Gonçalves, tendo se estabelecido, conforme tradição colhida por Antonino Xavier, num local da atual Praça Tamandaré, onde os farrapos haviam se fixado, instalando um posto arrecadador.

Bento Gonçalves, galgando o planalto da Vacaria, rumo a Passo Fundo. E, chegando ao Campo do Meio, recebe cartas e notícias de David Canabarro que, inclusive, lhe pede retransmitir correspondência ao General Portinho, que devia encontrar-se em Cachoeira. Nas informações de Canabarro, ao que parece, não se fez menção da morte de Crescêncio,



na travessia da Serra das Antas, deixando o assunto para uma comunicação verbal.

Bento escreve, pois, do Campo do Meio, onde ele supunha ficarem as cabeceiras do Jacuí, uma nova carta a Portinho, formulando seus planos de campanha, em face da presença de Labatut, cuja situação, tanto ele quanto Canabarro ainda ignoravam, depois dos acontecimentos do Mato Castelhana, tão difíceis e precárias eram as comunicações naquela época. Eis a carta de Bento Gonçalves:

"Campo do Meio, 1 de janeiro de 1841.

"Patrício e amigo José Gomes Porto

"Com grande prazer vi hoje as comunicações que, com data de 26 do próximo passado mês, dirigiu ao General David Canabarro. E imposto do que noticia (?), tenho a dizer-lhe que, no dia 8 de dezembro, empreendi minha retirada de Setembrina, com a Divisão que ali tinha ficado. E através de milhares de contratempos, consegui chegar, sem perda de um homem, no dia 17 do mesmo mês, em cima da Serra.

"E, depois de alguns dias de marcha, adiantei-me, deixando o Coronel Domingos Crescêncio para vir marchando com a tropa; e no dia 27, juntei-me com David Canabarro" (isto é, realizava Bento o contacto com a gente de Canabarro).

"Aquela Divisão saiu sumamente a pé. Porém, apesar disto, ordenei ao Coronel Domingos Crescêncio que viesse, com marchas forçadas, para incorporar-se no Passo Fundo, além do Mato Castelhana, onde o devo esperar.

"Convém, por isso, muito, que o Coronel José Antônio, com todas as forças que puder, reunir-se com V.S., a fim de formarem uma massa forte para batermos a força imperial, que me conste, se reuniu a Pedro Labatut, e que este ocupa o lugar chamado Ourofino ou suas imediações.

"Se assim é, torna-se forçoso que as forças dessa parte



se coloquem em lugar mais próprio para incomodar o inimigo, e tirar-lhe todos os recursos de cavalos, etc..., conservando ativa correspondência com este exército para podermos dirigir nossas marchas com mais acerto, e de forma a fazermos função, sendo preciso,

"Se, porém, Pedro Labatut baixou a parte de Cachoeira, então desnecessária é a vinda do Coronel José Antônio, o qual deverá, em tal caso, operar em combinação com o General Antônio Neto, contando que V.S. se não deve afastar desse município, para poder servir-nos de vanguarda, durante o tempo que tivermos de operar nele.

"Esta mesma (carta) poderá dirigir ao Coronel João Antônio, e este que faça "voar" ao General Antônio Neto.

"O General David Canabarro lhe oficia. E, por isso, deixo de ser mais extenso.

"Depois de amanhã, estaremos além do Mato Castelhana - o que lhe sirva de governo. Nossas faltas de cavalcadas, vestuário, fumo, etc... são imensos, mas nossa constância a tudo supre.

"Antes de sair de Setembrina, já tive parte da derrota de Jerônimo Jacinto.

"Talvez David Canabarro se esqueça, e por isso lhe noticio que, em Lages, tomaram-se 800 armas de infantaria, 40 pistolas, algumas espadas, 1.000 cartuchos embalados e balas, etc...

"Recomende-me aos patrícios todos e veja que é seu amigo e patrício. (Assinado) - Bento Gonçalves da Silva". ("Jornal do Dia", 1/1/957, conforme Monsenhor J.M.Balém).

- Um dia depois, Bento Gonçalves achou a força de Canabarro a esperá-lo aquém do Mato Castelhana, recebendo-o com vivas aclamações, sendo Garibaldi o primeiro a correr a abraçá-lo.



A estadia de Bento, depois da junção com Canabarro e Garibaldi, em Passo Fundo, não foi demorada.

Desconhecendo ainda o que ocorria com Labatut, os chefes revolucionários deixam a estrada do Butucaraí, em cuja picada poderiam os imperiais armar-lhes cilada - e dirigem-se cautelosamente a Cruz Alta, "urgindo que os republicanos alcançassem a região central da campanha antes que essa força (a de Labatut) estivesse em condições de barrar-lhes do caminho. Em marchas forçadas, consegue Bento Gonçalves descer a Serra e chegar a São Gabriel, onde instala a sede do Comando" (L. Collor, op. cit.).

Em Cruz Alta, com a presença das forças republicanas na Serra, a Câmara Municipal, a 10 de fevereiro de 1841, declara-se novamente pelo regime republicano.

A causa revolucionária parece ganhar novo alento na região serrana e, de modo especial, em Passo Fundo, que fora teatro da derrota de Labatut, bem como do recrutamento forçado que efetivara, em sua passagem por este município.

ASSOLAÇÕES E MISÉRIAS

Quando ainda se encontrava em Vacaria, o General Bento Gonçalves enviara a Santa Catarina o Subchefe Joaquim Pedro Soares, a fim de sondar aquela região, recentemente assolada por Labatut, e dando-lhe incumbências especiais, no sentido de reforçar os redutos farroupilhas.

Joaquim Pedro cumpriu ali a sua missão, ocupando Lages e fazendo reconhecimentos. Depois, então, ainda em cumprimento das ordens de seu chefe, veio a Passo Fundo.



Este vilarejo pareceu-lhe sem vida, pois que de há muito cessara toda atividade produtiva, senão aquela de estrita utilidade pessoal. A passagem dessa coluna farroupilha foi rápida, portanto, sem que haja notícia de qualquer sucesso a seu respeito.

Depois de sua passagem na Serra, verifica-se nova reviravolta em Cruz Alta: o vereador Fidelis Militao de Moura, em obediência às ordens do Presidente da Província convidou, a 2 de outubro de 1841, os antigos vereadores, fiéis ao Império, para reassumirem seus postos. E, a 17 do mesmo mês, foi eleito Presidente desta Câmara o cidadão João Manoel Lucas Annes, altamente conceituado em toda a Serra, governando assim sob a legenda imperial.

Pouco depois, acampou na Vila de Cruz Alta uma força legal permanente, sob o comando do Coronel Antônio Maria de Souza, que acabou ali, para sempre, com as veleidades republicanas.

Em Passo Fundo, entretanto, vinha enfraquecendo a predominância política de Cruz Alta, principalmente depois da prisão de Fagundes dos Reis, verdadeiro patriarca do Distrito. E todos os sofrimentos dos moradores eram atribuídos a essa ocorrência, que apartou do povoado um verdadeiro amigo e conselheiro de todas as horas.

Em sua ausência, exercia a judicatura de paz o esforçado Bernardo Castanho da Rocha, dando audiências semanais na Matriz (hoje Catedral) de Nossa Senhora Aparecida.

Mas, por precária que já fosse a influencia cruzaltense, conseguiu-se o afastamento, nos cargos distritais, de alguns elementos ligados aos farroupilhas. Fez-se ainda a nomeação do cidadão Francisco Nunes para o cargo de oficial de Justiça do 19 Quarteirão, prestando juramento perante o mesmo Bernardo Castanho da Rocha, a 22 de novembro de 1841.

Nesse ano, além da carestia, Passo Fundo, assim como



Soledade e outras regiões do Município de Cruz Alta, sofreram com a incursão das maltas dos bandidos que entraram a assolar as fazendas e margens das estradas gerais, valendo-se da anormalidade revolucionária e da situação precária das autoridades regionais.

Não se atreveram, todavia, a chegar à Vila de Cruz Alta, talvez em receio da força do Coronel Antônio Maria de Souza, e tampouco ao povoado de Passo Fundo, onde a campanha da Guarda Nacional, fiel ao Império, defendia a Praça, nos intervalos da ocupação revolucionária.

Antonino Xavier, recolhendo velha tradição, em seu livro "Seara Velha", conta um crime desses bandidos, no lugar chamado Três Passos, hoje situado no vizinho município de Marau, e antes 2º Quarteirão, depois 5º Distrito de Passo Fundo. Naqueles campos foi pernoitar um casal viajante, que residia na Entrada do Mato Castelhana, estando acompanhado de uma filhinha de 8 a 10 anos de idade. "Pouco depois - conta o autor - chegavam também ao mesmo local, entrando a palestrar e chimarrear com o chefe desse casal, dois conhecidos dele, um dos quais seu compadre..." "O certo é que, alta hora da noite, a menina foi aparecer num rancho distante mais de uma légua, onde se encontravam os moradores ainda a prorear e chimarrear.

"Narrou ela - diz Antonino Xavier - a imensa desgraça que desabara naquele pouso e a obrigara a fazer, em tais condições o trajeto descrito: haviam lá sido assassina dos seus pais pelos dois homens referidos, tendo ela, na ocasião, conseguido fugir e se ocultando na folhagem de uma árvore caída - sendo que, depois de consumarem tal crime, a tinham procurado muito os assassinos, passando várias vezes junto ao esconderijo dela e dizendo, entre si, que a não podiam deixar, que era necessário encontrá-la: pormenor indicativo de que pretendiam matá-la, sem dúvida pela consideração de que, ficando viva, naturalmente iria servir de testemunha contra eles".



Entre as vítimas conhecidas, cita-se, em documento, o cidadão Manoel de Lima, residente no Alegrete, que aqui se encontrava em negócios, sendo morto na estrada do Pessegueiro, aquém do Jacuí, conforme se vê da petição de Maria Angélica de Almeida, sua esposa, registrada a 22 de janeiro de 1846. Seus bens e jóias chegaram a ser vendidas no povoado de Passo Fundo, como se verifica do mesmo documento, sem falar no dinheiro de que se apoderaram os facínoras.

Registra ainda a tradição, como vítima, o Alferes Bernardo Pais Proença, o mesmo que fora tão liberal com Labatut, tendo fama que guardava muito dinheiro. Foi assaltado em sua fazenda, roubado em todos os seus haveres disponíveis, e arrastado, pela ponta de um laço, atrás dos cavaleiros, e depois degolado, numa restinga, em seus próprios domínios.

Ao saber de tais atrocidades, reuniu-se a gente do povoado de Passo Fundo e de suas imediações, com o concurso de imperiais e republicanos, juntamente com a Companhia da Guarda Nacional - com que se deu perseguição aos bandidos que, em fuga, foram se refugiar nas serras do Butucarái. A mesma tradição registra que o comando do contingente repressor esteve nas mãos do Alferes Manoel José das Neves, no impedimento de seu Comandante, Capitão Teodoro da Rocha Ribeiro.

Cerca de um ano mais tarde, isto é, em outubro de 1842, regressa Fagundes dos Reis do seu exílio e prisão na ilha de Vilegagnon (Rio de Janeiro), encontrando aqui um ambiente profundamente abalado e empobrecido pelos sucessos da guerra.

A despeito da tendência revolucionária dos passo-fundenses, a sede municipal Cruz Alta, se achava sob a mão firme dos imperiais. Conserva-se Fagundes dos Reis em sua fazenda, a meio caminho de Mato Castelhana, afastado dos acontecimentos, só comparecendo no povoado passo-fundense, no dia 21 de outubro, aqui assinando um termo no Juizado de



Paz, perante o magistrado substituto, Castanho da Rocha, na qualidade de simples testemunha, numa questão havida entre Jorge Henrique e Alexandre Manoel da Silva.

Também vítima da situação imperante em Cruz Alta, o escrivão José Prestes Guimaraes, figura angular de Passo Fundo, a quem se deve a mais abundante fonte de informações daquela época - teve de abandonar imediatamente o seu cargo, que vinha cumprindo com dedicação e tirocínio.

O Juiz Bernardo Castanho da Rocha, todavia, manobrou os fatos de modo que não fosse Guimarães exonerado, sumariamente, dando-lhe, como válvula de escape, que solicitasse ele mesmo, sua demissão, o que foi feito a 11 de novembro de 1842, em cujo termo, dessa data, se menciona a entrega do Cartório e dos livros "Protocolo", "Matriculada Guarda Nacional", "Termos de Juramento", "Termos de Fiança", etc... Seu substituto nomeado foi o cidadão Henrique José Gomes que, aliás, serviu com zelo e competência os seus misteres.

Ainda por imposição da Câmara de Cruz Alta, foi nomeado para as funções de arbitro ou oficial de Justiça, o cidadão José Batista, que prestou juramento perante o mesmo Juiz, nomeação que foi anulada em 1845, por Joaquim Fagundes dos Reis, que, na justificativa, julgou de nenhum efeito o juramento, "por não contemplá-lo coerente".

A nomeação de José Maria Domingues para árbitro do 49 Quarteirão (Pessegueiro), foi bem aceita, prestando ele juramento do cargo a 23 de dezembro de 1842, sendo esta a última nomeação conhecida no período revolucionário.

As incursões dos beligerantes, limpando o Distrito de cavalladas e muares, assim como de bovinos de abate e, ainda, a investida dos bandoleiros, que foi devastadora no Pessegueiro - tiveram efeitos desastrosos em Passo Fundo, imperando, por toda a parte, a inquietação pela falta de garantia dos bens e da própria vida.



ÚLTIMOS REENCONTROS

O General Portinho, em outubro de 1843, consegue penetrar em Cruz Alta, causando alguma confusão e alvoroço entre os situacionistas imperiais - mas logo depois, sem ter havido luta, dali se retira, tendo por objetivo o Rio Pardo, pelo que tomou o caminho mais cômodo e praticável naquele tempo, que era cruzar pelo Distrito de Passo Fundo na Estância Nova (hoje pertencente a Carazinho), e Rincão do Pessegueiro, por onde desceria atravessando o Jacuí, na estrada depois chamada de Tope; e dali se dirigindo ao Rio Pardo, pela picada do Butucarái.

Estando já nas proximidades de Passo Fundo, pelas alturas da Estância Nova, enviou ao povoado passo-fundense, uma força de exploração, sob o comando do Capitão José Antônio de Quadros, fazendeiro em Jacuizinho (Carazinho), enquanto Portinho, com o grosso de sua coluna, prosseguia a marcha, sem muita pressa, através do Pessegueiro e da Restinga.

A força do Capitão José Antônio de Quadros entrou inesperadamente no povoado, caindo de surpresa no corpo da Guarda Nacional, sob o comando do já Capitão Manoel José das Neves.

Nem por isto a força legalista local se deixou apanhar, dando combate ao contingente de José Antônio, com muito valor e denôdo, ainda dentro de Passo Fundo.

Entretanto, não podendo resistir ao número dos inimigos, a força local foi recuando até o local do Passo (passagem do rio Passo Fundo, contíguo ao povoado), sendo perseguida pelos farroupilhas.

Dali, depois de rápido tiroteio rumou Neves para a Entrada do Mato Castelhana, sendo porém ali alcançado, an-



tes de entrar na picada do rio do Peixe, onde novamente teve que enfrentar o inimigo, a tiros, até que, já sem munição e quaisquer outros recursos atendeu à intimação de José Antônio para que se rendesse.

Conta-se que o Capitão Manoel José das Neves foi a isso forçado pelos seus comandados cuja opinião solicitou em Conselho.

Ali, pois, foi preso com seu contingente da Guarda Nacional, sendo todos levados à presença de Joaquim Fagundes dos Reis, em sua fazenda, que ficava, como dissemos, na metade do caminho, entre o Mato Castelhana e Passo Fundo.

A este respeito, escreve Antonino Xavier em seus preciosos "Anais do Município de Passo Fundo":

"Deu aqui (Fagundes dos Reis) um extraordinário exemplo de magnanimidade, intercedendo em favor daquele Capitão (Neves) e o salvando, na ocasião em que prisioneiro dos republicanos, foi por estes levado a sua presença, para que o julgasse, em desforra da ofensa que dele recebera".

Noutra parte da mesma obra, diz ainda o referido autor:

"Tratando-se de inimigos em guerra, suporá o leitor muito naturalmente, que os farrapos os fizeram passar pelas armas - não é assim?

"Entretanto - prossegue - foram todos postos em liberdade ... Dessa diligência, o piquete "alias, força de Jose Antônio de Quadros, voltara mal de cavalos, e era necessário, de qualquer modo, os obter, a fim de alcançar Portinho, já então no Tope.

"Em tais circunstâncias, aqueles homens extraordinários - diz Antonino Xavier - em vez de, à força, se apropriarem dos cavalos, pertencentes aos moradores, pediam-nos a estes, em tom de suplica, acrescentando que não empregariam a força, porque não queriam que, mais tarde, se dissesse que os



republicanos tinham feito a revolução com o fim de roubarem".

Depois dessa ação, que foi a última desenvolvida em Passo Fundo, no período revolucionário - José Antônio foi alcançar Portinho, que já se encontrava na Restinga do Butucaraí, além do rio Jacuí.

Diz ainda Antonino Xavier, na obra citada:

"Ao tempo da passagem da última (força), era tal a miséria reinante que a população, reduzida a quase nudez, alimentava-se exclusivamente de carne, aliás dificilmente obtida, pela falta de gado. Os gêneros de primeira necessidade, como sal, farinha e outros, não havia a preço algum. Nem podiam vim de fora, por estarem cortadas as comunicações.

Diga-se ainda que, por ocasião dessa incursão farrapa, era tal o abandono e a desolação em todo o Distrito de Passo Fundo que já nem contava mais com as autoridades sendo a única existente, apesar de tudo, a Companhia da Guarda Nacional, sob o comando de Manoel José das Neves, batida na Entrada do Mato Castelhana.

Não há nenhum registro, no decorrer de todo o ano de 1843 e também 1844, no livro "Termo de Juramento", do Juizado de Paz. Cessaram nestes dois aflitivos anos todas as audiências, ficando a população a mercê do mais forte ou mais ousado e ladino.

Os habitantes ou fugiam do Distrito ou trancavam-se em suas casas, tratando de defender-se como podiam. Somente em 7 de janeiro de 1845, cessada a atividade revolucionária nesta região, reiniciavam-se as audiências no refendo Juízo, com o 1º suplente Bernardo Castanho da Rocha, tendo como escrivão o já mencionado Henrique José Gomes, sucessor de José Prestes Guimarães.

Nem mesmo a autoridade da Subdelegacia, na prevenção e repressão aos crimes, já existia nos anos de 1843 e 1844.



Pode julgar-se desse modo, qual era o estado de coisas reinante em Passo Fundo, nessa quadra dolorosa e aflitiva.

Bibliografia:

- "Passo Fundo na Revolução de 1835", de Antonino Xavier;
- "No Decênio Farroupilha ", idem;
- "Anais do Município de Passo Fundo", idem;
- "Seara Velha", idem;
- "História de Cruz Alta", de Prudência Rocha;
- "Translado da Documentação Antiga de Passo Fundo".

ASSALTOS DE BANDOLEIROS E ÍNDIOS

Os trabalhos da segurança e da ordem pública eram a preocupação constantes das autoridades de então, diante de tantas perturbações, cuja origem vamos encontrar no período de anormalidade, em toda a Província, com a duração de dez longos e penosos anos. Não havia só o problema da sublevação dos Coroados, mas também as incursões dos elementos civilizados, que se transformavam em bandoleiros e tiranos impiedosos para a gente indefesa.

Havia, ainda, em contrapartida, para maior desdita, os



abusos de autoridade, como direta consequência desse estado de coisas, e que vinham intranquilizar a população, como foi o caso do inspetor policial do 29 Quarteirão (Serra Geral), José Batista Machado que, sem motivo, espanca ao cidadão Bento Soares de Queiroz, figura de relevo no Distrito, causando isso grande inquietação e revolta. O atribiliário representante da autoridade, buscando eximir-se à responsabilidade de seu condenável procedimento, acusa ainda sua vítima de desobediente e rebelde, e assim, incursa nas penalidades da lei.

Bernardo Castanho da Rocha instaura inquérito a 11 de dezembro de 1845, ouvindo os cidadãos Pedro Ribeiro da Assunção, José Coelho Prestes e Início Prudente, como testemunha do corrido, os quais, sem temor de represálias, declaram a verdade, ficando a denúncia sem efeito". O Juiz da Subdelegacia não teve dúvidas em demitir, imediatamente, o funcionário faltoso, depois de uma representação à Câmara de Cruz Alta, nomeando-se em seu lugar, a 25 de fevereiro de 1846, o Tenente Gaspar Teixeira da Rocha.

Levado pelos mesmos motivos, o Subdelegado Castanho da Rocha substitui os inspetores do 1º e do 2º Quarteirões, atendendo às queixas públicas, nomeando para aquelas funções, respectivamente Diogo José de Oliveira, que seria, mais tarde, o primeiro Delegado de Polícia do Município de Passo Fundo; e Francisco de Barros Miranda, futuro herói da Campanha do Paraguai, - ambos respeitados e benquistos entre o povo.

Ainda em substituição a elementos duvidosos, que deslustravam a responsabilidade policial, foram nomeados para oficiais de Justiça do 19 e 29 Quarteirões, respectivamente Francisco Furtado e Joao Batista de Freitas, elementos obscuros, mas de grande eficiência e idoneidade.

Por seu lado, a inoperância das autoridades policiais do 5º Quarteirão, ponto chave, por onde entravam os bons e maus elementos de todas as províncias do Brasil (Entrada do Mato Castelhana), fez com que aquela enérgica autoridade (Castanho



da Rocha), não só substituiu os funcionários ociosos, mas ainda aumentasse o seu número, para impor a ordem e sossego público, constantemente perturbados naquele quarteirão distrital. E, assim, a 4 de março de 1846, prestou juramento do cargo de inspetor o estimado cidadão Manoel Luiz da Rocha, e para Oficiais de Justiça, os cidadãos Agapito Domingues do Rosário e Manoel Francisco de Américo.

Como se vê, é de exaltar-se o esforço das autoridades passo-fundenses que, em meio das maiores dificuldades, da falta de pessoal, das deficiências materiais de toda ordem, faziam tudo por cumprir o seu dever.

E era isso absolutamente necessário. O ano de 1846, aliás, começou com o misterioso esfaqueamento do escravo Manoel, pertencente a Salvador Gonçalves, residente no Pessegueiro. A ferida foi descrita pelos peritos como de "uma polegada de largura, no peito direito", e bastante profunda, correndo o boato de que fora autor o próprio Salvador Gonçalves, proprietário da vítima, a qual se encontrava em estado de inconsciência, de que não saiu até a morte.

Logo, porém, foram descobertos vestígios da ação dos bandoleiros que infestavam aquele Quarteirão, ao mando de Bonifácio Roberto e de outros, tendo sido autor do crime um elemento desclassificado, de nome João de Tal, que fora designado pelo bando para assaltar a residência de Salvador Gonçalves.

De nada valeu, porém, a ordem de prisão, emanada do Subdelegado Rocha, de 17 de fevereiro, com a recomendação, de que "quando resistir ou evadir-se, então usará de armas de defesa". O facínora foi acoitar-se na Serra Geral, sem jamais ser apanhado pelas autoridades.

As questões suscitadas pelos posseiros de terras devolutas ganharam intensidade, nesse ano e no seguinte, pela presença de Fidelis Nepomuceno Prates Júnior (janeiro de 1847), e, mais tarde, de Luis Pereira de Campos Vergueiro,



procuradores do Barão de Antonina, movendo ação contra Constâncio Josi Rodrigues, Veríssimo Gonçalves da Silva e João Flórido Cavalheiro, que haviam se estabelecido nos campos de Bugre Morto (Fazenda da Sepultura e Fazenda do Sarandi) - fato que veio agitar a comunidade, em face da oposição liberal às pretensões latifundiárias do citado Barão, pessoa, aliás, que jamais tinha estado em Passo Fundo.

Essa questão arrastou-se até 1850, quando, por lei, foram legitimados os posseiros que, por determinado tempo, já tinham residência nas posses contestadas, plantando, arranchando ou fazendo criações.

Tendo sido um dos eleitos parado Juízo da Subdelegacia de Polícia, demitiu-se das funções de inspetor do 19 Quarteirão o estimado cidadão Diogo José de Oliveira que, em 22 de fevereiro de 1847, foi substituído por Manoel Dias de Toledo, tendo Fagundes dos Reis nomeado ainda Carolino José da Silva para Oficial de Justiça do mesmo Quarteirão.

A despeito da morte de Marau, feroz inimigo dos moradores de Passo Fundo, os Índios Coroados, como que mancomunados com os bandoleiros, tudo faziam por tornar inseguros os caminhos. A vida humana pouco valia, e somente o apêgo à terra, a coragem e a esperança de melhores dias, eram os sentimentos que impunham a permanência daqueles desbravadores, num ambiente hostil e falta de recursos normais à existência civilizada.

Por esta razão, era temeroso transitar pelos caminhos que ligavam Passo Fundo às vilas e povoados (Cruz Alta, Rio Pardo, Vilinha ou Palmeira, Lagoa Vermelha). Era preciso que se viajasse em caravanas bem armada, acompanhando o passo das viaturas de transporte, na busca do sempre escasso alimento que, por se entregarem os habitantes a feitura da erva-mate, precisava ser trazido, quase todo, de fora, pois aquilo que se plantava era quase roubado pelos Índios, e mal dava para o consumo dos plantadores.



Em vista dos perigos dos caminhos, somente se utilizava então, em tal serviço, cargueiros de mulas, por serem mais ligeiros, podendo correr, quando necessário. Deixava-se a carreta para os transportes próximos, na redondeza de Passo Fundo.

Em tais circunstâncias, grande era a penúria dos moradores, quase semelhante àquela que atravessaram durante o período revolucionário.

Como se a assolação dos malfeitores e dos bugres não bastassem, então, para as aflições daquelas almas, havia ainda o perigo constante dos animais selvagens, pois conta-nos Antonino Xavier ("O Elemento Estrangeiro, página 12 e 13):

"Além disso, também as feras não deixavam de constituir perigo, devido à proximidade da mata que, nesse tempo, cobria bom trecho da zona urbana atual, inclusive a parte da Rua Morom, compreendida hoje entre a rua 15 de novembro e o extremo Ocidental da cidade. Tanto assim que, uma ocasião, estando a brincar no fundo do quintal de João Neckel, as crianças dele com outras - uma destas últimas foi presa de um tamanduá bandeira que, abraçando-a, matou-a, ficando a ela agarrado tão fortemente que, para desprendê-la, necessário se tornou cortarem as patas do terrível bicho".

Ouvia-se, por vezes, à noite, o rugido das onças, bem como o uivo dos guaraxains. Serpentes venenosas, de todas espécies, eram encontradas nas capoeiras. As varas de queixadas, e até mesmo as antas, vinham dessedentar-se no arroio Barracão, logo abaixo, na Vila Luisa (Monte dos Barretos).

Em parte, a caça constituía um prazer, mitigando as dificuldades alimentares dos habitantes.



AGENDA HISTÓRICA 1846-1856

1846 - Criação da Capela do Campo do Meio, devido ao afluxo de novos moradores, com a construção da estrada mandada abrir pelo Conde de Caxias.

17-05-1846 - Por lei nº 50, cria-se, no Butucaraí, distrito de Cruz Alta, a Capela Curada de Nossa Senhora da Soledade, ficando a ela subordinada, eclesiasticamente, a então Capela do Passo Fundo.

19-03-1850 - O Dr. José Gaspar dos Santos Lima, Juiz de Direito, em Cruz Alta, fazendo ali a correção nos livros do Juízo da Subdelegacia de Política de Passo Fundo, recomenda ao titular desta "mais exatidão no cumprimento dos seus deveres, pois frequentemente deixa de dar audiência, ignorando-se os motivos que possam excusar faltas tão repetidas".

22-07-1850 - Certificado do escrivão José Prestes Guimarães de que, nesse dia, não houve audiência no Juízo da Subdelegacia porque, embora constando que o titular Joaquim da Silva Portela não tivesse regressado (de sua fazenda), não compareceu o primeiro suplente, Cesário Antônio Lopes. O escrivão, dando as razões dessa falta (de Portela), diz que "seguramente impedido pelos rios cheios".

03-12-1850 - Foi chamado pelo Juízo da Subdelegacia o cidadão Francisco de Souza Naves, para apresentar provisão, que dizia ter, de Professor de Medicina, apresentando-se o mesmo sem a mesma provisão, pela qual foi proibido de, exercer "as funções de médico ou cirurgião, enquanto não apresentasse tais documentos". Não consta que os tivesse a- presentado.

08-06-1850 - José Soares reclama contra João Neckel, porque no dia anterior, 07, o autor apostou no cavalo baio e ganhou, enquanto o réu apostou no mouro e perdeu. A causa era



de 5 patacas contra uma mula, sendo Juiz na questão Francisco Xavier de Castro.

10-06-1850 - João José de Almeida aciona contra Gaspar Teixeira da Rocha, por motivo da mesma carreira entre o baio e o mouro. O jogo foi de um cavalo, no valor de 16mil réis. Juiz: Francisco Xavier de Castro.

25-02-1851 - Certificado do escrivão José Prestes Guimarães de que, no dia anterior (24), não houve audiência no Juízo da Subdelegacia, visto que ele, escrivão, se achava nos trabalhos das sessões da Junta Qualificadora.

04-11-1851 - Certificado do escrivão Jose Prestes Guimarães de que não houve audiência no Juízo da Subdelegacia , por estar ausente o titular Portela.

10-01-1852 - Perante o Subdelegado Cesário Antônio Lopes, compareceram Cândido Joaquim de Resende e Joaquim José Mariano, residentes no 29 Quarteirão, declarando terem-se conciliado pelo modo seguinte: Mariano repararia o prejuízo nas plantações de Cândido, mediante a entrega ao mesmo de 60 arrobas de erva mate, ensurroadas, de boa qualidade, dentro de tris meses, dando por fiador Jose Ferreira de Souza Machado, "com a essencial condição de ele, Joaquim José Mariano jamais, em tempo algum, habitar neste Distrito, sob pena de processamento pelo artigo 157, do código criminal".

01-12-1852 - O escrivão Manoel Zacarias de Carvalho certifica não ter havido audiência no Juízo da Subdelegacia, "no dia próprio, por causa da eleição". Mas não dá mais esclarecimentos.

13-08-1853 - Antônio Ribeiro do Prado, "morador num rincão de campo chamado Umbu, no Campo do Meio", apresenta queixa contra Francisco Dias e outros, por lhe tomarem as terras, como intrusos.

29-09-1853 - Reginalda da Silva, viúva de Manoel José das Neves, apresenta queixa contra Bento Palhano, por causa de



um luar que este não lhe quis devolver.

17-01-1854 - E quando aparece, pela primeira vez, nos documentos, o nome do Capitão Antônio de Mascarenhas Camelo Júnior (mais tarde Coronel), procedente de São Paulo, e que devia ter chegado a Passo Fundo no ano anterior, tendo, desde logo, se imposto perante esta comunidade, pela sua capacidade de trabalho, combatividade, talento e erudição, tornando-se sucessor de Fagundes dos Reis (já então idoso) na direção da comunidade passo-fundense. Seu nome surge nesta data, entre outras autoridades, na grande questão que se moveu, em torno da carreira entre os cavalos Rosilho (de Antônio Macedo), e Malacara (de Joaquim Borges Vieira) "na raia de trás do muro do Capitão Teodoro (Teodoro da Rocha Ribeiro), sendo a carreira (a partir) do muro para a banda do Passo" (a famosa "raia do toco"). O Rosilho foi o vencedor nesta corrida.

06-02-1854 - Perante o Subdelegado Cesário Antônio Lopes, comparece Joaquim José da Costa, como procurador de D. Ana Cristina, recém falecida, é, viúva de Antônio José Monteiro (do Paraná) - exigindo o comparecimento de José Ferreira da Silva, para a entrega de um escravo, de nome Felisberto, que se encontrava acidentalmente em seu poder. O procurador apresentou à autoridade a "carta de liberdade", em favor do dito escravo, e passada pela falecida D. Ana Cristina. O registro acrescenta: "O dito Juiz julgou a dita liberdade por boa e válida, visto que o dito escravo só podia ser chamado a cativo por uma ação, processada no Juízo Municipal, cuja sentença devia ser juntada no respectivo inventário, e dele extrair-se a certidão, pela qual se conhecesse anulada a dita liberdade, etc...".

17-03-1854 - Perante o Subdelegado Diogo José de Oliveira comparece Antônio José da Silva, da província do Paraná, pedindo a citação de Maria Isabel para que fizesse a entrega de um menino órfão, de nome Florentino, que ela havia recebido do Juízo de Órfãos (da mesma Província). Mas o menor declarou desejar permanecer com Maria Isabel, que era sua avó. O Juiz mandou "depositar" o menor em poder do



Capitão Teodoro da Rocha Ribeiro, com a aprovação das partes, até final decisão.

02-10-1854 - Registra-se o falecimento, nesse ano, de D. Balbina, esposa de Bernardo Castanho da Rocha. No termo de audiência, que isto informa, diz-se que compareceu a índia Josefa Maria de Jesus (Bugre), reclamando sua filha, menor de 11 anos de idade, de nome Ana, a qual estava em companhia da avô, de nome Luciana, sob a proteção do mesmo Castanho da Rocha. A menor quis ficar com a avô, por ser sua mãe uma indigente, e promessa de dote, por parte de Castanho, quando Ana viesse a casar.

25-01-1856 - Manoel Jacinto Ferraz e José Alves Leite conciliam-se sobre uma ação, a respeito de animais, impondo-se como condição que aquele que rompesse o trato, quanto ao trânsito dos mesmos animais, no campo de Ferraz, pagaria com tris meses de Casa de Correção e a multa de 400 mil réis, "para as obras da Igreja desta Paróquia". O que quer dizer que, a Igreja estava sendo ampliada, pois tinha sido reconstruída em 1845. Hoje é representada pela Catedral Nossa Senhora Aparecida.

O RURALISMO EM PASSO FUNDO

Passo Fundo originou-se da erva mate, com cujo produto se alastraram as estâncias e invernadas, para a criação do gado vacum, muar e cavalariço, fazendo comércio de tropas para Sorocaba. Essa foi a feição característica até a Revolução Federalista, que acabou com as fazendas de criação. A agricultura, no passado, não dava nem mesmo para o consumo dos habitantes.

No ano de 1868 eram os seguintes os proprietários de



estâncias em Passo Fundo:

Francisco Xavier de Castro (Estância de Três Capões) Manoel da Cruz Xavier (Estância do Boqueirão), Manoel de Souza, Francisco Maria, Felisbino J. de Chaves, Cipriano Ribeiro, Jacinto José Chaves, João da Silva Rosa (Estância do Lajeado), Joaquim Pinheiro dos Santos, Manoel José de Oliveira, Manoel Joaquim Rodrigues, José Lemes da Silva, Miguel Valente do Prado, Francisco de Lima, Francisco A- ranha da Rocha (Estância da Boa Vista), Anacleto Antunes Pires, Hemídio Vicente, José Florêncio de Lima (Estância da Entrada), Zeferino Domingues Nunes, Joaquim do Prado Serra, Felipe Rodrigues da Silva, Bernardo Lemes da Silva, Antônio Gonçalves de Araújo, Maria Gonçalves (Estância do Butiá), Maria da Silva, Felisberto Josi do Prado, Fabiano José Fernandes, Domingos Alves de Farias, Manoel Domingues Nunes, Evaristo Borges de Oliveira, Raimundo Nona toda Silva, Bento Gonçalves de Araújo, Venâncio Gonçalves de Araújo, Joaquim Isaias Pereira, Joao de Deus de Souza, Miguel Ribeiro, Maria Francisca, Paulo Josi de Anhaia (Estância da Vargem) e Joao Rodrigues da Silva (Estância da Ramada).

A colonização agrícola só foi organizada em 1889, por iniciativa do norte-americano Tomás Canfield, desaparecendo, entretanto, com a Revolução Federalista.

Por iniciativa municipal, ao tempo do intendente Pedro Lopes de Oliveira, o Sr. Antonino Xavier promove, pessoalmente, a sua famosa "Propaganda Agrícola", percorrendo todos os distritos incentivando o cultivo do trigo, a par do feijão, milho, etc..

O Estado veio a interessar-se na difusão agrícola em Passo Fundo, a partir de 1937, colocando ã testa do mesmo serviço, neste município, o agrônomo Dr. Álvaro José Martins, fazendo classificação e distribuição de sementes, e dando assistência técnica aos municípios da região.

Sob tais auspícios, fundou-se, nesse mesmo ano de 1937



a Associação Rural de Passo Fundo (hoje Sindicato Rural), encarregada de defender os interesses agro - pastoris de seus associados.

A União igualmente interessou-se pela região, e criou nesse ano de 1937, a Estação Experimental do Trigo, de Passo Fundo, que ficou situada na localidade de Engº Englert (hoje município de Sertão), vindo a inaugurar-se no ano seguinte, fazendo-se o cultivo científico do trigo a partir de 1939.

Finalmente, Mário Goelzer, em 1948, dá início à mecanização das lavouras, nos campos de Passo Fundo.

APROVEITAMENTO DE MÃO-DE-OBRA

Compra de escravos

Nos Carijós, nas lavouras, nos campos de criação, nas Atafonas e, notadamente nos Engenhos de Soque da erva-mate (inicialmente Monjolos, de uma só mão de pilão, e mais tarde, pelos fins do século, de 6 a 9 mãos), engenhos estes, em que se socava a erva já cancheada nos Carijós dos ervais - empregava-se o elemento servil, inclusive para encher de erva os surrões e fazer seu carregamento nas carretas, serviços estes que eram feitos sob a direta administração dos senhores ou capatazes entendidos.

Portanto, é justo que nos detenhamos, agora, na consideração dos Índios e dos pretos que, naquele tempo, constituíam o elemento inferior da sociedade, embora convivessem com a gente civilizada e dominadora.

A lei de 27 de outubro de 1831, sancionada pela Regência, libertou os índios da escravidão, a que se viam reduzidos,



aqui mesmo em Passo Fundo, logo no início da colonização. O Ato Adicional de 19 de agosto de 1834 - isto é, assinado 4 dias antes da fundação do povoado passo-fundense - deu às Assembléias Provinciais o direito de promover a catequese e civilização dos selvagens. E o Decreto de 1835 (veja-se Inglês de Souza - "O Selvagem perante o Direito", 1912) - criou, em todas as Províncias, uma Diretoria Geral dos índios, encarregada de sua Redução, imitando o processo jesuítico da catequese. E foi sob tais auspícios que se criou o aldeamento dos Coroados, em Nonoai.

Os Índios Guaranis, depois de haverem lutado, em Passo Fundo, por espaço de 150 anos, contra o avanço bandeirante, abandonaram definitivamente estas plagas, aqui chegando, até meados do século XIX, como peões de tropas e encarregados de outros serviços de viageiros.

Os registros judiciais, todavia, acusam a existência de uma Índia guarani, de nome Maria Petrona, em 1837, como escrava ou serviçal de Joaquim Domingues de Brito, no 49 Quarteirão, e que foi nesse ano, assaltada e morta pelo preto Felisberto, escravo do mesmo Brito (Veja-se "Auto de Corpo de Delitos", constante no "Translado", data de 11 de setembro daquele ano).

No livro "Audiências da Subdelegacia de Polícia de Passo Fundo", em data de 2 de outubro de 1854 a 30 do mesmo mês - vemos que Bernardo Castanho da Rocha - o descobridor dos campos de Nonoai - mantinha em trabalho, no Pinheiro Torto, a título de proteção, Índios coroados, entre os quais a velha Luciana e sua neta, menor de 11 anos, de nome Ana, a quem dava "educação própria ao seu sexo", e com quem "se comprometera a dotá-la com a quantia de 200 mil réis, quando se tinha de casar".

Pela mesma época, tais Índios recebiam idêntica proteção do Subdelegado Joaquim da Silva Portela e do Alferes Clementino dos Santos Pacheco e, principalmente, de José



Domingues Nunes de Oliveira e Manoel José de Quadros que como "bugreiros" amigos dos Coroados, mantinham vários silvícolas, de ambos os sexos, em trabalhos em suas plantações, estâncias e engenhos.

No livro de "Termos de Juramento", data de 13 de novembro de 1848, encontramos interessantes referências aos preços em que eram cotados os escravos. Vemos que foi requerido por Domingos Verissimo da Fonseca, residente na vila de Cruz Alta, como cessionário de D. Dorotéa Alves, "por transação que com a mesma fez sobre a cobrança de uma obrigação firmada por Bernardo Pais (então finado)".

Tratava-se de uma dívida antiga, tendo Domingos Veríssimo negociado a cobrança e estabelecido com os herdeiros um termo de conciliação, mediante a entrega, pelos mesmos herdeiros, de vários bens, entre os quais, diversos escravos.

São citados os seguintes herdeiros: João Pais Proença - Francisco de Almeida Bueno - Anacleto Pais Proença - Leopoldina Pais de Proença - Clara Pais de Proença - Laura Pais de Proença - Ana Pais de Proença e Generosa Pais de Proença - todos residentes no 4º Quarteirão.

Presidiu a audiência Fagundes dos Reis, presentes as partes e registrando-se a conciliação pelo modo seguinte, conforme reza o documento:

"Os mencionados herdeiros, de acordo com o credor, entregaram os bens que ficaram do referido finado, constando do campo todo, pela quantia de 3 contos de réis; um escravo de nome Joao, crioulo, de idade de 25 anos, no valor de 800 mil réis; Felipa, crioula, de idade de 24 anos, por 700 mil réis; Guilhermina, crioula, de idade de 13 anos, por 700 mil réis; Rosa, crioula, de idade de 15 anos, por 700 mil réis; Vitorina, crioula, de idade de 10 anos, por 500 mil réis, etc..."



GENTE DE COR

Após a Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, as famílias de cor passaram a residir fora da casa de seus senhores (uma grande maioria das existentes na vila de Passo Fundo) e são do nosso conhecimento:

Família Izaias, que se assentou na rua Morom ala sul, entre as ruas Andradas e Cel. Miranda. Seus descendentes cresceram sob a orientação honesta e justa do patriarca Bento Pedro Izaias. No convívio da cidade, muitos deles destacaram-se. O professor Edi Izaias mantém um bem organizado grupo folclórico "Zumbi", que tem alegrado o convívio passo-fundense (1983).

Há registro de outra liberta chamada Rita Baroa que passou a residir na rua Paissandú, entre Andradas e 20 de Setembro, contudo nada conseguimos sobre sua descendência.

Na Rua Morom, entre Teixeira Soares e Marcelino Ramos, ala sul, mais ou menos ao meio da quadra residiu a Tia Madalena Gorda (assim conhecida pelo Passo Fundo da época).

Foi célebre pelos seus quitutes que eram saboreados pelos brancos que a visitavam. Faleceu na década de 1920 e, segundo rumores, que correram pela cidade, de sua casa, (casa de madeira) foram furtados objetos de valor, prataria e até mesmo ouro. Não deixou descendentes.

SETEMBRO NA VIDA DE PASSO FUNDO

O mês de setembro, na vida de Passo Fundo, marca registros interessantes e dignos de nossa atenção:



Dia 03 - 1884 - Moção abolicionista, apresentada na Câmara Municipal, pelo vereador Antônio Ferreira Prestes Guimarães, propondo a criação na mesma, de um Livro de Ouro, destinado é transcrição das atas da assembléia popular emancipadora e as inscrições dos nomes das pessoas beneméritas que até 28 daquele mês, na Vila, e até o último dia do ano, na Comarca, libertassem, espontaneamente, os seus escravos, sem ônus algum, ou mediante condição razoável.

A mesma Câmara, mantendo atitude anterior, manifestada por Ofício de 02 de junho de 1877, se dirige a de Cruz Alta, declarando não poder, pelas razões então aduzidas o seu convite para uma representação coletiva das Municipalidades serranas e missioneiras ao Parlamento Nacional, no sentido da região respectiva ser separada do Rio Grande do Sul e constituir uma nova Província. Subscreveram essa resposta da edilidade passo-fundense os vereadores Antônio Ferreira Prestes Guimarães, Presidente; Amâncio de Oliveira Cardoso, vice-Presidente; Salvador Alves dos Santos Rabello, Joao Jacob Muller Filho e José Pinto de Moraes.

O convite em referência era assinado pelos vereadores cruzaltenses: José Lopes da Silva - Presidente; Pedro Nolasco Pereira, vice-Presidente; João Batista da Silva Lima, Joao Carlos Tatsch, Sezefredo de Moraes Silveira, José Annes Dias, Belisário Moura do Amaral, João Luiz Niderauer e Toríbio Veríssimo da Fonseca.

Dia 07- 1860 - 1864 - 1868 - 1872 - Eleições quadrienal da mesma Câmara, no Império. Entre o último desses anos e o advento da República, em data variável, passou a ser feita a aludida eleição.

1871 - Memorável sessão da Sociedade Emancipadora da criança do sexo feminino (pretas - filhas de escravos), fundada a 13 de agosto no mesmo ano. Era seu presidente o Dr. Cândido Lopes de Oliveira e secretário Antonio Ferreira Prestes Guimarães. Essa campanha abolicionista em pouco



tempo libertou vários escravos em Passo Fundo.

1875 - Instalação da Comarca de Passo Fundo, criada por Lei Provincial nº 877 de 29 de abril de 1883, sendo empossado o 1º Juiz de Direito Dr. James de Oliveira Franco e Souza.

1901 - Ato solene na entrega na Intendência Municipal pelo Tenente-Coronel Pedro Lopes de Oliveira, então Intendente, dos prêmios obtidos pelos expositores de Passo Fundo, na Exposição Estadual do Rio Grande do Sul, realizada em Porto Alegre. Os expositores foram os seguintes: Fernando Goelzer, contemplado com medalha de prata; Coronel Gervásio Lucas Annes, Tenente José Pinto de Moraes, Afonso Caetano de Souza, contemplados com medalha de bronze; com menção honrosa Antonio Schell Loureiro (3 menções), Frederico Guilherme Kurtz, Da. Josefina Rodrigues Nunes, Castro Silva & Cia. e Comissão Promotora de Representação do Município, constituída pelo mesmo Intendente, pelo Tenente-Coronel Lucas José de Araújo, Antonino Xavier e Oliveira, Frederico Guilherme Kurtz e Padre José Ferreira Guedes.

A representação do Município, na referida exposição consistiu de erva mate, farinha, algodão herbáceo, plantas medicinais, madeiras, peles de caças, sola, calçados, artigos de montaria, minerais (figurando o quartzo, hialino, cloritroso e citrino), ametista, ágata, concreções solícolas, argilas carboníferas, e manganês, limonito e manganês. Entre as madeiras apresentadas figurava uma roda tirada de um cedro com diâmetro maior de 1,80 metros e menor com 1,40 metros.

Fazendo referência a tão notável espécime da flora passo-fundense, consignara a folha local "O Gaúcho" em edição de 7 de março de 1900, que o mesmo havia sido serrado no 3º Distrito por Felício Bianchi, que para isto tivera de comprar uma serra de 2,03 m de comprimento, visto ser de 7,25 m a circunferência do tronco, ai seccionado em 3 toros que, desdobrados produziram 24 dúzias de tábuas de 2,75 m de



comprimento por 0,34 m de largura e 0,04 m de espessura, além das quais ainda obteve dos galhos da majestosa árvore mais 10 1/2 dúzias de tábuas das mesmas dimensões.

1922 - Grandes festejos em comemoração pela passagem do Centenário da Independência Nacional, nos quais outras festas e atos foram inauguradas na cidade o obelisco hoje fronteiro à Praça Ernesto Tochetto (na época Praça da República), evocativo do grande acontecimento pátrio e a placa de bronze do frontespício do templo da Loja Maçônica Concórdia do Sul, à Avenida Brasil, em homenagem a José Bonifácio de Andrada e Silva.

Dia 13- 1871 - Voto de gratidão da Câmara Municipal, ao Coronel Antônio de Mascarenhas Camelo Júnior, Comandante Superior da Guarda Nacional, no Município, pelos serviços que prestara na Campanha do Paraguai. Esse documento punha em relevo a cooperação oferecida ao País pelos Corpos passo-fundenses, que, reunidos e mobilizados pelo referido Comandante marcharam para a campanha citada.

Dia 14 - 1892 - Promulgação da Lei Orgânica do Município, votada pelo Conselho Municipal, em sessão de 13 de agosto do mesmo ano faziam parte do Conselho Constituinte o Tenente Lucas José de Araújo, Gabriel Bastos, Major Pedro Lopes de Oliveira (Lolico), Tenente-Coronel Leôncio Amando Ozano Rico, Frederico Graeff, Manoel José de Oliveira Lima e João Henrique Carvalho Janjão.

Nota - A primeira Lei Orgânica do Município, votada em 15 de novembro de 1891 pelo Conselho Municipal, não chegou a ser promulgada pela situação revolucionária do Estado, em virtude da dissolução do Congresso Nacional pelo Marechal Deodoro da Fonseca, Presidente da República.

Dia 13 - 1901 a 1938 - Data em que se realizou, de 4 em 4 anos, a eleição para Intendente (hoje Prefeito) e Conselho Municipal.



Dia 20 - 1875- Instalação do Registro Geral de hipotecas da Comarca, sendo oficial do mesmo serviço Martim Francisco do Amaral Monteiro.

1905 - Sendo Secretário da Intendência (hoje Prefeitura), o saudoso amigo e historiador passo-fundense Francisco Antonino Xavier e Oliveira, foi realizado na própria Intendência, sob orientação do Sr. Secretário, uma exposição de máquinas para o fabrico de manteiga e respectiva experiência, ato que serviu de início à propaganda que aí fez a municipalidade, visando o desenvolvimento dessa Indústria (hoje tão bem representada pela "Lapasa"), no município. Idêntica demonstração prática foi feita, em seguida, na sede do 49 Distrito Municipal que era Carazinho.

Dia 21 - 1857 - Instalação do Fórum de Passo Fundo, com a posse do Juiz Municipal 19 Suplente, Coronel Antonio de Mascarenhas Camelo Júnior.

1903 - Inauguração solene da Escola Guilherme Dias, fundada sob os auspícios da Loja Concórdia do Sul, na cidade, para o ensino gratuito noturno (precursora dos nossos cursos supletivos), e que por algum tempo foi mantida, com um bom número de alunos, sob a dedicada direção de Antonino Xavier e Oliveira.

Dia 28- 1884 - A Câmara Municipal reunida em sessão solene, proclama, como resultado da Campanha Abolicionista (em curso no Município) a libertação de 300 cativos e, em seguida, na Matriz da Vila (hoje Catedral), era realizado um Te-Deum em ação de graças por esse acontecimento assinalado também com entusiásticos festejos populares.



A REPÚBLICA EM PASSO FUNDO

A idéia política triunfante no país a 15 de novembro de 1889 tinha profunda raiz no passado deste município de vez que já na revolução de 1835, bem se patenteara e cujo assunto, já foi desenvolvido nesta mesma coluna da edição de 20 de setembro do corrente ano. Esses subsídios e outros que igualmente poderiam corroborar o ponto, pela sua forma escrita e impressa deve ser mencionado o que fornece a coleção do Povo, órgão oficial da malograda República Rio-grandense, consignando entre os elementos farroupilhas, o aí, já tenente Rodrigo Félix Martins, que era fazendeiro o Jacuizinho, então compreendido na área do Distrito (hoje pertencente ao município de Carazinho).

Sobrevindo a paz, em que o desprendimento pessoal dos chefes da revolução. (1835-1845), põe nota fulgurante na história do imortal decênio, a política republicana, como era natural, entra em silêncio que aqui se prolongaria até que, ao recrudescer de sua propaganda no país, no último decênio das velhas instituições nacionais, despertaria de novo, incorporando o Distrito, já então transformado em Município importante, a sorte da cruzada que desfecharia no golpe decisivo da Proclamação.

Na fase nova aí aberta - informa a tradição do tempo - teria sido primeiro a declarar-se republicano Francisco Prestes, isto mais ou menos em 1880 ou 1881, pois que a 14 do segundo desses anos, uma correspondência política daqui enviada ao jornal "O Conservador" de Porto Alegre e no mesmo inserida, a tal fato alude.

Acrescenta a mesma tradição, que, depois disso, em uma



eleição, que não precisava qual fosse, nas urnas apareciam cinco votos republicanos, cuja procedência não esclarece também.

Investigando também o desdobrar da etapa, se vem a saber que naquela aparecem mais, como republicanos, na Vila, Manoel de Araújo Schell, Pedro Pereira dos Santos, Afonso Caetano de Souza, Fidêncio Pinheiro, Fernando Zimmermann, Irineu Lewis e José Savinhone Marques Sobrinho, todos eles, como acontecia com Francisco Prestes, rapazes novos; e no 3º Distrito (Alto Uruguai), dizia sê-lo igualmente Lúcio Martins de Moraes, mas, ao que parece, em atitude isolada.

E certo que na Vila, como na parte rural do município, aconteceria também, outras pessoas revelavam pendor para a causa; no entanto, militantes nos demais partidos do tempo, que eram o Liberal e o Conservador, apoio declarado não lhe poderiam dar.

Da primeira de tais correntes políticas era chefe Antonio Ferreira Prestes Guimarães, e da segunda, Gervásio Lucas Annes, ambos advogados e com acento na Assembléia Legislativa Provincial; sendo que, devido à dissidência que na primeira delas tinham aberto o Dr. Cândido Lopes de Oliveira e outros membros do diretório respectivo, que em seguida, excessão feita do mesmo doutor, que preferiu deixar a política, se haviam reunido aos Conservadores, - o ambiente partidário da quadra, como pelos jornais de então se pode ver, assaz aquecido era.

Em situação tal e dada a composição do grupo republicano com elementos jovens, portanto, sem influência política, claro a propaganda que fizesse ele perder-se-ia no fervor das paixões do momento.

Apesar disso, porém, e evidentemente para conduzi-la, fazia ele reuniões de que tivemos vagas informações, mas essas mesmas bastantes para documentar a compreensão que tinha seus componentes da necessidade da coordenação de esforços na seara do ideal.



Realizavam-se as mesmas na casa do marceneiro Augusto Reichmann, sita na rua do Comércio, hoje Av. Brasil, mais ou menos a meio da quadra fronteira ao Instituto Educacional, muito depois surgindo, ou seja em 1920 e que ocupou a antiga praça da Boa Vista.

Sem dúvida pelo modo como eram iluminadas, aliás muito usual ao tempo, foram, naturalmente por elementos infensos, ridicularizadas com o epíteto de "Clube do Toco de Velas", zombaria que, entretanto, não impediu que a sua claridade, mais de meio século depois, viesse iluminar esta resumida história da República em Passo Fundo.

Vista como coisa de rapazes de certo que a ação assim desenvolvida em torno à causa republicana teria de ser também ridicularizada quando, como aconteceu por vezes, se reuniam na frente da ferraria de Tomaz Canfield, situada próximo à casa de tais reuniões, na praça referida, e lá, com assistência de algumas pessoas, que mais seriam curiosas ou, talvez, divertissem quisessem, ou alguns dei es discursavam sobre a grande cruzada em marcha no país.

Em fins de 1888, a situação política de Passo Fundo, parecia traduzir que os partidos degladiantes, depois das grandes lutas desencadeadas por efeito da dissidência já aludida, estavam cansados: isto no campo da monarquia, porque no da República não havia ainda partido organizado, e continuava ela na situação anterior, apenas alterada por silêncio que demonstrava ter caído em inatividade o grupo que se propugnava, ao qual não se fazia referência alguma.

Com a mudança de Francisco Prestes para outra localidade, fato ocorrido em agosto de 1886, perdera ele o seu mais saliente elemento, não constando que novos adeptos se lhe tivessem reunido.

Fora do seu círculo, porém, se notava um elemento novo na cruzada: o Major honorário Lucas Jose de Araújo, depois reformado no Posto imediato e que, pela sua posição social e



conceito que tinha no município, aquisição de real valor tinha sido.

Comerciante antigo no ponto mais central da Vila, a sua casa ficava na rua Marcelino Ramos, esquina da Av. Brasil em cujo local se encontra hoje o Edifício Circulo Operário e era ponto em que diariamente se formavam palestras, nas quais apareciam destacados elementos políticos da terra como, entre os liberais, o Major Antônio Ferreira Vestes Guimarães, vizinho contíguo, Jerônimo Savinhone Marques, Capitão Joaquim Gonçalves Gomide, Josi Prestes Guimarães, Capitão João Vergueiro, Jorge Schell e outros; entre os conservadores, Jose Pinto de Moraes, Teófilo Rodrigues da Silva, Major Manoel Teodoro da Rocha Ribeiro, Daniel Manoel de Araújo, Saturnino Vitor de Almeida Pilar, Gezerino Lucas Annes, José Tomaz Rosendo e outros que o registro do tempo consumiu seus nomes; do grupo republicano, Manoel de Araújo Schell.

A propaganda Republicana assenta principalmente na Federação, de Porto Alegre, então em fase de extraordinário relevo e que, além do referido major Lucas, tinha outros assinantes na Vila.

Em 1889 veio a Passo Fundo fazer uma conferência sobre a ideologia o Dr. Joaquim Pereira da Costa, depois, deputado à Constituinte Federal e que aí, em propaganda, excursionava na região. Foi seu companheiro nessa jornada republicana Josi Lucas Dias, detalhe do qual pudemos apurar em Porto Alegre, nas nossas pesquisas. Tal conferência se realizou no prédio, depois substituído por outro, no mesmo local, na Av. Brasil esquina com Teixeira Soares, ala Sul (próximo ao desativado Paço Municipal).

Com a queda em junho do mesmo ano (1889), do ministério conservador de que era chefe o conselheiro João Alfredo, e, conseqüente ascensão do liberal que aí organiza o Visconde de Ouro Preto, os elementos daquele em Passo Fundo, não se conformando com substituição tal por entenderem que



importava em despedida do mesmo pelo Trono, como protesto abandonam a política imperial, aderindo à República.

E então que está assim favorecida, vê o seu pequeno grupo transformado em partido, já organizado para a luta, de vez que assenta na arregimentação trazida pelo aderente, ramificada no Município, e tem a norteá-la o próprio chefe da extinta corrente, Gervásio Lucas Annes, de envergadura para isso, dado o procínio que fizera nos embates que desde 1881 haviam agitado a vida partidária local.

Deve, entretanto, ser esclarecido que o progresso de tal modo realizado pela causa, se era considerável, todavia bem longe estava de habilitá-la a por em choque, nas urnas, o adversário monarquista que teria pela frente, cuja força eleitoral apresentava como Índice e circunstância de ser o Município, desde velhos tempos, um de seus maiores baluartes na Província.

Não admiraria, portanto, que a nova agremiação, logo após concorrendo à eleição geral de 31 de agosto, que seria a última do Império, na mesma não fosse além, da quarta parte da votação dada por aquele, conforme aconteceu.

Aparentemente, uma tal vitória liberal seria esmagadora; mas, se considerasse o aumento numérico aí demonstrado pela corrente vencida, e que este fora realizado à custa da extinção de um dos tradicionais partidos monárquicos do Município, de concluir seria que o fato do contrário de causar satisfação, deveria ter gerado certa intranquilidade no ânimo do vencedor.

Examinada a composição da fileira Republicana a esse tempo, se verificaria que, nela, a parte mais considerável proviera da dissidência liberal que se fundira com o partido Conservador, cujo elemento próprio era diminuto ao ser feita essa fusão.

Dos próceres da mesma dissidência, porém, quatro faltavam: o Dr. Cândido Lopes de Oliveira, cujo afastamento



da política foi já consignado; o Coronel Nicolau Falkemback e Tomas Pinto de Moraes, já falecidos, Jerônimo Fernandes de Oliveira, que do Município se mudara.

Segundo informações tomadas em várias fontes, os nomes que, com os demais já referidos e outros, cuja inclusão dependeria de mais demorado exame ou omitidos hajam sido, em tal etapa republicana teriam militado e seriam os seguintes:

Na Vila: Jerônimo, Gezerino e Gasparino Annes, irmão do chefe já mencionado; major Teodoro da Rocha Ribeiro, capitão José Pinto de Moraes e Teofilo Rodrigues da Silva, próceres da aludida dissidência; Gabriel Bastos, capitão José Claro de Oliveira, Daniel e Antonio Manoel de Araújo, Antônio José Pereira Bastos, Floriano José de Oliveira; Otávio de Miranda Santos, Jesuíno Bordalo, Saturnino Vitor de Almeida Pilar, Saturnino Falkemback, Frederico Guilherme Kurtz, Frederico Graeff, Carlos Leopoldo Reichmann, Leandro de Oliveira Missel, Diogo José de Oliveira e seus filhos Manoel, Diogo, Antônio de Paula e João de Oliveira, Manoel João de Oliveira Lima, Jacinto Domingues Vilanova, José Savinhone Marques e seus filhos, Francisco Marques da Silva, Felisberto de Oliveira, Antônio de Oliveira Penteado, Gaspar Teixeira Alves, Virgínio Lucas Evangelista, Antônio Cipriano Fão, Francisco Leopoldino de Araújo, Joao Kurtz, José Tomaz Rosendo, Lopo Bastos, Joao Demétrio Ramos, Roldão Xavier Teixeira, Matias Benck e seus filhos. Pedro, Honorato e Adao Benck, Cândido Savinhone Marques, Pedro da Costa Pinto Bandeira; no 1º Distrito (Pontão do Sarandi), Bernardino José Lopes de Albuquerque, Frederico Bento de Souza, Satírio Nunes Vieira, Joao Pereira dos Santos, Felisbino José Ribeiro e seu filho Nicolau José Ribeiro, Manoel Bento de Souza; no 2º Distrito (Campo do Meio), Ildefonso José de Oliveira e seus filhos José Antônio, Alexandre, Diogo e Hemetério de Oliveira Penteado, Ramon Rico, Leoncio Amando Ozana Rico, Sebastião Guerrico, Otávio Policarpo e Atanázio José de Oliveira, Marcos de Oliveira Fortes; no 3º Distrito (Alto Uruguai), Diogo e Ernesto da Silva Rocha, Fidêncio, Antônio



e Silvério José de Oliveira, Virgílio Alves Leite, José Félix do Amaral, João Apolinário de Almeida, Ludgero Pereira da Cruz, Miguel Conrado Duarte, Firmino e Serafim Antônio Dias, Lúcio Dias de Almeida, Antônio e Manoel Luiz de Almeida, Antônio Antunes Nunes Maciel; no 4º Distrito (Jacuizinho, hoje Carazinho), Xisto Rodrigues do Vale, Garcia Neckel, Francisco Rosa Marcondes, Gregório de Oliveira Vargas, Severo Pereira de Quadros, Braz Ferreira de Santana, Joao Pereira da Silva, Pedro Lopes de Oliveira e seus irmãos Francisco e Benjamim Lopes de Oliveira; no 5º Distrito (Nonoai), Francisco de Oliveira Lima e seus filhos, Antônio Pedro e João Gabriel de Oliveira Lima, Francisco de Almeida Campos, no 6º Distrito (Restinga ou Tope), José Antônio de Oliveira, Felício de Oliveira Penteado e Ismael Pedro de Quadros.

Após a eleição referida, a política do Município entrou em calmaria que reinava ainda quando dois e meio meses depois, uma grande surpresa vinha sacudi-la pondo-a em situação nebulosa, mas que, entretanto, em breve se resolveria pelo mais que poderiam almejar os republicanos.

É que - foi isto quase ao entrar do sol de 16 de novembro - por um próprio da comissão de engenheiros militares (essa comissão era chefiada pelo major Bento Ribeiro Carneiro Monteiro, muito depois falecido no posto de Marechal), que de Cruz Alta, avançava com a construção do telégrafo, e, na ocasião, estava acampada nas alturas da Estância Nova, entre Pulador e Carazinho, se tinha ciência de que, na véspera, no Rio de Janeiro, fora proclamada a República...

Pelo seu lacionismo pois que nada mais informava, a sensacional notícia deu causa a apreensão, que mais se acentuou com a demora de outras que dessem a conhecer com precisão as circunstâncias em que se opera o acontecimento e de que maneira fora ele recebido na Corte e Províncias: enigma tanto mais sério quanto era certo de que dispendo a situação liberal de elementos, como devia dispor, bem poderia, reagindo ao golpe, tê-lo rebatido ou estar a rebatê-lo, de certo que com



graves conseqüências para o país.

Daí, evidentemente a reserva que pairava na atitude dos políticos da terra, com a observação importante de que nos liberais, se notava que, ao contrário de ser infensos, pareciam dispostos a apoiar o fato consumado, si o fosse.

E tanto essa tendência era real, que, esclarecida a situação e inaugurando-se no dia 29 de novembro daquele 1889, a estação telegráfica da Vila, a maioria liberal da Câmara Municipal, representada pelos vereadores capitão Joao Issler, Presidente, Tomaz Canfild, vice-Presidente, Guilherme Morsch e Joaquim José de Almeida, pelo melhoramento se congratulando com o Marechal Deodoro, chefe do governo provisório da República, ao mesmo nome da corporação apresentava "franca e leal adesão" ao dito governo.

Sem embargo a 22 de dezembro era a edil idade dissolvida pelo governador provisório do Estado, Visconde de Pelotas, que, ao mesmo tempo, nomeava para substituí-la uma Junta composta do capitão José Pinto de Moraes, Gabriel Bastos e Jerônimo Lucas Annes, republicanos; Junta essa que, no dia seguinte, assumindo a direção dos negócios do Município, preenchia os cargos respectivos pelo modo seguinte: secretário, Manoel de Araújo Schell, procurador, Otávio de Miranda Santos, aferidor, Floriano José de Oliveira, porteiro, acumulando as funções de zelador do cemitério, Roldão Xavier Teixeira; fiscais: da Vila, Antônio Felipe Moreira Roma; do 3º Distrito, Gaspar Teixeira Alves; do 4º Distrito, Evaristo Ferreira Bueno; do 5º (não se tem conhecimento); do 6º, Manoel Antônio de Souza, republicanos também. Na esfera estadual, a única alteração feita até aí foi a nomeação do Dr. Domingos Augusto de Azevedo para o cargo de Delegado de Polícia, assumido pelo mesmo a 30 de novembro de 1889.

Na mesma sessão, a Junta, concedendo a exoneração solicitada pelo secretário da extinta Câmara, capitão Joaquim Gonçalves Gomide, mandou consignar em ata "um voto de



louvor a tão distinto cidadão".

Assim incorporado o Município à nova forma política, nele terminava a cruzada cuja história é resumida neste trabalho.

Prestes Guimaraes é designado Presidente da Província do Rio Grande do Sul.

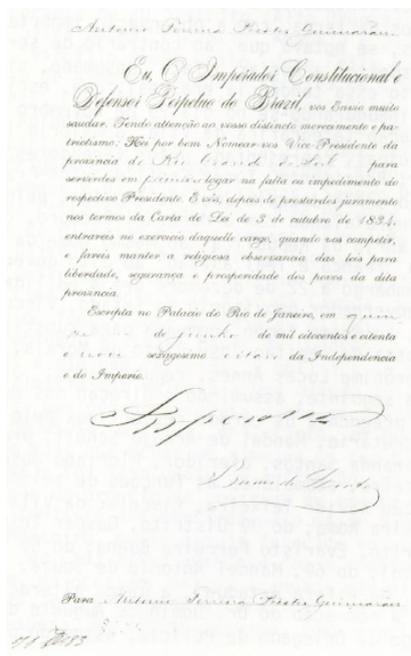


Figura 6

10 DE ABRIL

Palmilhado já era o território de Passo Fundo das Missões em 1827.

Seu povoamento, no local da atual cidade hoje, já tivera início em 1827 com o capitão Manoel Josi das Neves, nos arredores da atual praça Tamandaré, embora o perigo dos feroces Índios coroados ameaçasse a pequena população que viverá sob o número de 4º Quarteirão de São Borja, (mais tarde, 1833, 4º Distrito de Cruz Alta) e, finalmente, por decreto nº 340 de 28 de janeiro de 1857, foi emancipado, tornando-se uma comuna independente.

A Câmara instalou-se a 7 de agosto do mesmo ano, a qual iria decidir sobre todos os assuntos públicos municipais, sendo 1º Presidente Manoel José Araújo (1857-1861).

Nos períodos seguintes ou sejam 1860 - 1865, a Câmara passou a ser presidida por José Joaquim de Souza Júnior; 1865 - 1869, Francisco de Barros Miranda; 1869 - 1873, capitão Joao Schell; 1873 - 1877, Dr. Cândido Lopes de Oliveira; 1877 - 1881, João Vergueiro; 1881 - 1886, Francisco Ferreira Prestes Guimaraes; 1886 - 1890, João Issler; 1889, proclamada a República no Brasil. Em Passo Fundo, o Cel. Gervásio Lucas Annes apóia o Partido Republicano e como tal passou a ser o 1º chefe político. Em 1891, 10 de abril, Passo Fundo foi elevada à categoria de cidade

O então Governador da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Fernando Abbot, atendendo solicitação de representações passo-fundenses, assinou o ato nº 258, elevando a Vila de Passo Fundo à categoria de cidade, data esta que corresponde ao aniversário natalício do chefe republicano deste município, Cel. Gervásio Lucas Annes.



A GUARDA REPUBLICANA

Assim era denominado o Batalhão que para a defesa da legalidade aí em choque da Revolução Federalista, nesta cidade, surgiu em 1893 sob o comando de Eduardo de Brito, até pouco antes professor de primeiras letras em conceituado colégio que, durante anos mantivera e, por último tinha funcionado à rua Paissandú, no prédio então pertencente à Maçonaria (zona oeste da cidade), à rua 10 de Abril com Paissandú.

Essa "Guarda Republicana", também foi chamada "Treme Terra", tendo-se destacado com galhardia em muitos encontros com as Forças Federativas que, a partir de 1893, até 1895, palmilharam a nossa região.

A Guarda Republicana fez sede de seu quartel no edifício do clube "Amor à Instrução".

Faziam parte do quadro assim chamado às armas e cujo efetivo, segundo informações colhidas, parece não ter passado de 80 homens moços e maduros de todas as classes desde simples jornaleiros, até comerciantes e funcionários públicos, todos residentes na zona urbana e cercanias.

Porque de dia tivessem de fazer o trabalho particular, sé à noite é que aquartelavam, sendo então organizadas as patrulhas que auxiliariam a vigilância da cidade, serviço em que, segundo constatações, eram escalados de cada vez os que deviam dirigi-las, pois que no batalhão não havia postos permanentes: eram todos, à exceção do comandante, simples soldados.

Do que foi possível apurar verificou-se que dele faziam parte: Frederico Kurtz, Joao Brandisio de Almeida, Atanagildo Rodrigues da Silva, Domingos Coimbra, Honorato Benck, Júlio Sá, Francisco Amorim de Sá, Antonio Manoel de Araújo, Afonso Caetano de Souza, Jesuino Bordalo, Blandino Kurtz, Claro Pereira Gomes, Otávio de Miranda Santos (porta



estandarte), Saturnino Nicolau Falkemback, Júlio Doring, Manoel Francisco de Oliveira, Floriano José de Oliveira (Nãno), Manoel Matias Nésio, Felisberto de Oliveira, Augusto Reichmann, Carlos Leopoldo Reichmann, Antonio de Paula Oliveira, Diogo José de Oliveira, Tomé Mendes Filho, Quintino Lamacchia, Bento Savinhone Marques, Joao Jardim, Antonio Jardim, Antonio Misse!, Virginio Lucas Evangelista, Afonso Corrêa, Manoel Coimbra, Pedro Benck, Adão Benck, irmãos Afonso, Bibio e Doca Marques, João Cesário, Simão, Vasco e Benedito de Tal (Biné), que era o corneteiro e outros que não foi possível conseguir o registro.

Da banda de música do Batalhão, pois a tinha ele, faziam parte Bonifácio Pereira Gomes (mestre), Thomé Mendes Filho, Theodoro Matzemberger, Frederico Kurtz, Quintino Lamacchia, Adão Delfino Procópio, Rufino Pinto e o caçula da banda Manoel Tomaz Rosendo.

Era tropa de infantaria. O seu armamento, à exceção de raras Comblains e Remington, de tiro rápido, consistia na velhíssima Menier, que além do comprimento e peso excessivo, tinha o inconveniente da demora de seu manejo em combate, pois que era carregada pela boca, trazendo para isso, ao correr do cano e a ele articulada, grossa vareta de ferro com a qual mordido o cartucho de papel e derramada a pólvora naquele, era a carga sacada, terminando a operação por ser colocada no lugar próprio a espoleta, feita de cobre em forma de chapéu.

Com esse deficiente recurso, facões e espadas, pistolas antigas, também de socar, com algumas Lafouche de permeio, de fogo lateral e central o não muitos revólveres foi que, a 4 de junho de 1893, a "Guarda Republicana" ou "Treme Terra", veio a ter o batismo de fogo na retomada de Passo Fundo pela Legalidade, cujas forças, não tendo podido sustentar a Praça diante a grande superioridade dos Federalistas ou Revolucionários, que a ameaçavam tanto no município como de Soledade, haviam, dias antes, favorecidas por noite glacial, se retirado na direção do Pulador, indo acampar à margem do



rio da Várzea, defronte à sede da estância do Dr. Cândido Lopes de Oliveira, e se transferindo depois para o Passo do Herval, de onde, com a aquisição de reforços, entre os quais um de Cruz Alta, constando de 80 homens ao mando do Tte. Cel. Afonso Jacinto, embora que em número muito inferior ao adversário, temerariamente se arremessaram ao ataque aludido, tornado imperioso a bem dos seus ascendentes na comuna.

Ao lado da Guarda Municipal, sob o comando de José Tomaz Rosendo, e de um pequeno contingente da Brigada Militar ao mando do Capitão Eleutério José Gonçalves, que, com a assistência do Coronel Gervásio Lucas Annes, chefe político, encarregado da direção militar, e mais elementos civis, defrontou ele aí, aquém do Pinheiro Torto, na curva que faz a estrada geral junto a casa então de Felisberto Ribeiro (hoje pertencente a Gilberto Horn), os Federalistas apoiados noutra força, igualmente numerosa, que tinham colocado sobre o Capão do Bugio para agir de flanco, visavam ação envolvente, não realizada porque para detê-la, ficara na retaguarda legalista, em posição adequada, o referido contingente de Cruz Alta.

Não cabe aqui a análise do conjunto de circunstâncias de tal encontro porque, para fazê-lo seria necessário maior espaço; todavia, deve ficar dito que, para o desastre aí colhido pelos Federalistas, teriam concorrido, além de seu armamento ainda mais deficiente que os dos contrários, a carga de cavalaria em massa que o chefe Palmeiro, num lugar apertado como aquele, irrefletidamente, lançara contra o centro Legalista, que, tendo à frente Eleutério, a avançar pelo corredor da estrada, era protegido à esquerda pela "Treme Terra", e à direita pela Guarda Municipal, sob o comando de Rosendo, ambos reforçados por contingentes de civis.

Depois disso, no desdobrar violento que toma a revolução nesta zona, tem ainda o "Treme Terra" papel ativo no combate do Mato Português, travado pelas forças Legais de Passo Fundo, com a vanguarda de Gomercindo Saraiva, após notável retirada em que a retaguarda delas, formada pelo contingente



do já citado Capitão Eleutério, se mantivera sempre em contato com a vanguarda revolucionária, a cada passo detendo-a em sua marcha.

A partir daí, desaparece a sua tradição devido a que, de volta da jornada referida, seus elementos se dispersaram nas forças Legais, passando a servi-las sob a direção do Tenente-coronel Pedro Lopes de Oliveira, que no respectivo comando se achava, e onde, nos sangrentos combates que se seguem, vários deles tombaram, inscrevendo-se no inumerável rol de vítimas daquela campanha fratricida.

Se relembrarmos neste trabalho aqueles dias idos de 1893, no palco de Passo Fundo, também lamentamos o doloroso, o terrível, o irreparável que deixou na vida do Estado e particularmente na deste município, onde tão trágica e ruínosa foi.

Junto a "Guarda Republicana" ou "Treme Terra", a mulher passo-fundense também se fez presente, ofertando a 4 de maio de 1893, quando da sua efetivação, uma bandeira por elas confeccionada, em ato solene, em que discursaram o coronel Gervásio e Gasparino Annes e Eduardo de Brito. A força, na ocasião, contava com 75 voluntários, que desfilaram em continência ao Comando Superior.

PINCELADAS HISTÓRICAS – 1925

Na Intendência de Passo Fundo (hoje Prefeitura), aí exercida pelo ilustre passo-fundense e grande amigo Armando Araújo Annes, vinha avultando a despesa com o sepultamento de indigentes.



Num só mês já haviam ido dos cofres do município, quinze pagamentos da verba tal.

Impressionado com o pagamento, era natural que o provector administrador, na sua norma tão rigorosa em matéria de despesas, tratasse de reduzir aquela, entretanto, para isso, em negociações com empresa funerária da terra.

Não satisfeito com o resultado das mesmas e, convencido de que a Intendência, montando uma oficina e fabricando os caixões fúnebres, seria menos onerada no encargo de que se tratava, a tal expediente recorreu.

Instalado nos fundos da Intendência, começou a nova oficina a produzir o artigo de sua especialidade, mas à semelhança do célebre caso do grande Joaquim Bentinho, de Cornélio Pires, do cemitério que feito por uma Câmara Municipal, por falta de defunto não lograva ensejo de inauguração; os indigentes da cidade, como que zangados com semelhante agouro deixaram de morrer, com isso dando margem, a que os caixões em fabrico fossem acumulando, sem que possível se tornasse inaugurar o consumo respectivo.

Em tal situação de oferta sem procura, e que, portanto, se traduzia em vantagem para o consumidor, eis que entrando no pátio da Intendência, o Juiz Municipal do termo, notando os caixões em depósito na oficina e manifestando estranheza diante a quantidade deles, mais que depressa, o digno Intendente, amavelmente, pô-la toda a disposição dele, para que mandasse buscar os de que necessitasse...

Assinalado foi o abandono a que da parte do governo provincial, foi votado o Município de Passo Fundo, no regime monárquico.

Para glorificação do patriotismo local nesse tempo, entretanto, guardam os arquivos da velha Câmara Municipal a pertinaz campanha que sua administração, nos relatórios anuais, enviados à Assembléia Provincial, movia em favor



dos, assim, desprezados interesses de uma das mais amplas e importantes comunas do Rio Grande do Sul.

Daí, sem dúvida, a aspiração autonomista que se radicou na consciência da Província coarctada na vida municipal pelo centralismo de então.

Daí, também, o inconveniente de se haver, na nova Constituição do Estado, distendido a esfera do Tribunal de Contas para além da constitucionalidade dos atos e da tomada de contas das administrações comunais.

Trabalhada fundamente pela aspiração desasfixiante das municipalidades, a primeira organização republicana talhou em bronze o circuito luminoso em que elas, na posse de si mesmas, curariam de seus destinos na fase nova que o 15 de novembro de 1889 abriu na carreira política da municipalidade.

Como era natural, o remédio assim proporcionado ao mal anterior, não podia de logo ser utilizado na conta e medida próprias. A mudança teria de passar primeiro por um longo processo de adaptação, a fim de, pouco a pouco, ir-se aproximando, na pratica da alta concepção democrática de que decorria.

Explica-se, pois, que a desafogada órbita municipal fosse causa de abusos, e viessem estes, em 1930, constituir a parte principal do libelo em torno ao qual o País, em armas, enveredou pela revolução que tinha por fim sanear o regime.

A justiça da História, porém, terá de reconhecer que nessa jornada cívica o que arrastou o civismo brasileiro não foi, propriamente, o defeito orgânico das instituições nacionais, e sim o não serem elas interpretadas dentro do espirito brilhante que as talhara.

A República, surgindo, encontrou pois, tais necessidades locais por satisfazer. Delas uma apenas, a do telégrafo, havia sido curada e isso mesmo sem estar, ainda, concluída a respectiva construção aí chegada a meia distância entre a cidade



e Carazinho.

Era pois uma herança vultuosa de encargos a que recebia o novo regime, e em condições tanto mais difíceis de satisfazer, quanto era certo que os efeitos naturais de uma transformação política tão radical como aquela, não podia permitir que se tratasse de fazê-lo senão depois de necessária reorganização política e administrativa; acrescento que, além disso, seguiram-se abalos cuja extensão e gravidade cresceu até desfechar a guerra civil, situação trágica de que a comuna saiu reduzida à tristíssima contingência em que a veio encontrar a Paz de Pelotas assinada em 1895.

Com os seus campos, em que antes da luta pastavam cerca de 200.000 cabeças de gado, completamente desertos do mesmo; a maior parte da sua população emigrada, e os seus fatores econômicos paralisados e desorganizados e, o que era pior, sem capitais para financiá-los de vez que a fortuna local fora devorada pela catástrofe aludida, - de certo que a República não podia fazer de logo o que a Monarquia não fizera nos 42 anos ou que nela passara o Município. Teria, por certo, de esperar que a terra se refizesse na paz, para então acatar os inúmeros problemas referidos e outros, que naturalmente surgiriam na vida nova, que assim havia encetado ela.

No seu horizonte, porém, brilhava uma estrela polar: a esperança da via-férrea, cuja construção, de fato, logo depois entrou a avançar do sul, para aqui fazer ouvir o seu silvo e derramar os benefícios inestimáveis que o acompanham.

Inaugurada em 1898, a 8 de fevereiro, o seu tráfego não poderia, entretanto, surtir o milagre de uma imediata expansão das forças que dormiam sob os escombros da guerra de três anos. Nada havia que carregar em seus trens, que mistos de passageiros e cargas, duas vezes por semana faziam o trajeto de ida e volta daqui a Cruz Alta, de onde dois dias eram necessários para atingir a Capital, com novo pernoitamento intermediário em Santa Maria.



A colonização, apenas começada, não podia ainda concorrer com exportação alguma.

O comércio de erva mate, devido a má qualidade que o produto apresentava, causada pelo processo primitivo de fabrico ainda em uso e pela falta de fiscalização, se achava bastante decaído.

POVINHO VELHO - POVINHO DA ENTRADA

Tive já ocasião de notar que há quem confunda estas duas denominações, designando com a primeira delas o ponto que, desde prisco tempo, se chama Povinho da Entrada.

Para que o erro não persista, passo a definir tais lugares do Município pelo modo seguinte:

Povinho Velho, outrora pequeno grupo ou núcleo demoradores, está situado entre o arroio, na estrada que, da geral, hoje Federal, se aparta buscando, pelo Butiazinho, a Vila de Água Santa e outros pontos do oriente.

Povinho da Entrada, ao sul do mesmo, sobre a Coxilha Grande do Estado, na aludida Estrada Federal, esclarecendo-se que o seu antigo núcleo de moradores, também pequeno, igualmente desapareceu.

Conquanto muito próximos entre si, são pois lugares diferentes.

Tanto que, no passado e ainda hoje, para os distinguir, se designa também o primeiro Povinho do Baixo, e o segundo Povinho de Cima.

Na elevação em que demora o último, coloca a 784 m



de altura sobre o nível do mar, têm suas mais altas nascentes os rios Passo Fundo, Jacuí, hoje Capinguí, e os arroios Miranda, afluente do Passo Fundo, e Povinho do Rio do Peixe, hoje Pirassucê.

ATIVIDADES CÍVICAS

Entre outras, são belas mostras de patriotismo da terra o pronunciamento da sua Câmara na questão Cristie, em 1860; a participação gloriosa da sua gente nas duas campanhas internacionais de 1864 e de 1865 a 1870, sendo que nesta última e um oficial da sua Guarda Nacional o então major Francisco Marques Xavier (Chicuta), servindo no Exército do Gal. Câmara, depois Visconde de Pelotas, que cabe desfechar o golpe final na resistência inimiga, aprisionando a derradeira força contrária, do Gal. Caballero, e todo o Estado Maior deste; a campanha abolicionista, que encetou ainda antes da lei do Ventre Livre e terminou brilhantemente quatro anos antes da de 13 de maio de 1888, os dois gestos da sua municipalidade, nos primeiros dias da República, relativamente à dívida externa do País e à separação da Igreja do Estado, a sua vibração e a parte que teve na revolução nacional de 1930, em que os partidos em perfeita comunhão com o idealismo cívico, se fundem num só campo de ação militar e, finalmente, o esforço comunitário dando cobertura à Cruz Vermelha Brasileira, Núcleo de Passo Fundo, para maior conforto da Força Expedicionária, que daqui partira para os campos da velha Europa, na II Grande Conflagração Mundial de 1939.



FINANÇAS

Nesta direção, foi verdadeiramente precária a existência do Município no Império. E que a sua dotação tributária se limitava aos impostos de indústrias e profissões, suntuários aferição de licenças, marcas e placas, transporte e pedágio, exportação de produtos, mercado, matadouro e logradouros, e multas por infração de Leis e regulamentos fontes cuja renda era tão mesquinha que o orçamento respectivo, correspondente ao exercício de 1888, apenas ascendia a 7.500\$000 (sete contos e quinhentos mil réis), moeda do tempo, sendo que na despesa, fixada em igual quantia, figuravam gastos que não diziam respeito à competência municipal, como fossem o aluguel e conserto da casa da cadeia, iluminação e utensílios para a mesma, eleições, alistamento e júri, e custas criminais. Entretanto e contrastando com isto, o imposto da décima urbana era coletado pelo fisco provincial. Assim premiada, claro nada poderia fazer a Câmara no terreno de melhoramentos materiais.

No regime Republicano a situação se torna incomparavelmente melhor no aspecto, de vez que a latitude tributária se distende abrangendo aquele imposto, mas onerada ainda com as despesas da Cadeia, um das quais volumosa, a da alimentação dos presos pobres; isto na fase encerrada com a revolução de 1930.

ORDEM PÚBLICA

A partir do início de seu povoamento pela gente brasileira civilizada, não poucas foram as fases de anormalidade que se fizeram sentir em Passo Fundo.

Foi primeira das mesmas a decorrente da Revolução Farroupilha, aberta em 1835 e que embora mais duradoura



na Província, só perdurou até a passagem da última força Beligerante pelo Distrito, em 1842.

Além das operações militares desenvolvidas e que constam de outro trabalho da autora deste, foram motivo de sobressalto nessa quadra, um grupo de malfeitores que aí surgiu, assaltando as fazendas de criação e praticando extorsões e a agitação dos Índios bravios que estanciavam nas florestas em torno e perpetraram assaltos e mortes entre os moradores, dando margem a que estes, em represália, formassem partidas armadas e os atacassem também fazendo morticínios.

Seguiram-se as campanhas militares externas de 1852, 1864 e 1865 a 1870, que não determinando perturbações da ordem, todavia produziram abalos morais ditados pela gravidade das situações com elas criadas.

1893 a 1895 - o Município sofreu, na sua totalidade, toda sorte de danos materiais e morais. A emigração, a morte, as vinditas, os assaltos e os combates junto à Vila marcaram época e gravaram bem fundo a imagem dos homens protagonistas desta peleia fraternal.

De um lado o venerável Gal. Antonio Ferreira Prestes Guimarães, pelos Federalistas e do outro o digno Cel. Gervásio Lucas Annes pelos Republicanos, são imagens do passado e emblema de valor e bravura no presente e exemplos de confiança para o futuro.

POLÍTICA PARTIDÁRIA

Império - Até 1878, o Partido Liberal dominou representando a quase totalidade da opinião municipal. Nesse ano, porém, com a dissidência aberta pelo Dr. Cândido Lopes de Oliveira e o Major Manuel Teodoro da Rocha Ribeiro, auxiliados pelos Conservadores, pouco numerosos ainda, entre a política local em agitação que recrudesce com a subida dos últimos



ao Poder, em 1885, fato com o qual a referida dissidência se refacela, retirando-se a vida privada o Dr. Cândido e aderindo os demais elementos dela ao Partido Conservador.

Com a queda deste, em 1889, os seus componentes filiam-se ao Partido Republicano, corrente que apesar disso era ainda pouco numerosa, quando, logo depois, a 15 de novembro do mesmo ano, surgia no País o novo regime.

República - Proclamada esta e sendo, como foi, recebida com geral simpatia pela opinião nacional, seguiu-se no Município uma situação de tréguas partidárias, aliás oportuna diante da excitação e os ódios que, em seus últimos tempos, desencadeara a política monárquica. Tal trégua porém, pouco durou, pois que logo depois os Liberais formavam a Aliança Nacional, encetando a reação contra a política republicana, organização aquela que, substituída pelo Partido Federalista, veio, em 1893, a promover a luta civil já referida.

Passada esta, era claro que seus graves efeitos determinaríamos o adormecimento da vida partidária, como aconteceu, permanecendo os ex-revolucionários inativos até que com a reforma eleitoral decorrente da Lei Rosa e Silva, voltaram a atividade, mas adstritos, apenas, as eleições federais e deixando a revelia, portanto, as estaduais e municipais

Daí resultou que o Conselho Municipal, desde a sua instituição, foi sempre formado pelo Partido Republicano, grande mal que só veio a ser removido na nova República, em cuja primeira eleição municipal apareceram representantes, da minoria. É certo que até 1916, o sistema eleitoral não permitirá a representação dela nos Conselhos, fazendo prevalecer o critério da maioria, por chapa completa. O inconveniente foi, porém, removido pela Lei de nº 72, de 13 de junho daquele ano, a qual, mantendo o sistema até ai seguindo do voto a descoberta, dado em cédula em duplicata uma das quais, era rubricada pelo Presidente da mesa, era devolvida ao eleitor, garantia a representação das correntes políticas de modo



não menos liberal que atualmente faz o Código Eleitoral da República, de vez que a soma dos votos recebidos, por todos os candidatos de cada grupo era dividida pelo número de eleitores que comparecessem, e o quociente daria o número dos eleitores pelo mesmo: sendo que seu número total de conselheiros não ficasse preenchido por esta maneira, seria considerado eleitos os candidatos de grupos isolados que apresentassem frações ou restos de divisão, observada a ordem decrescente.

Com o aparecimento do Partido Libertador, que substituiu o Federalista, a política local entrou em fase mais agitada, que veio a recrudescer, desfechando na Revolução de 1923, iniciada no Município com o cerco da Cidade, que durou de 25 a 31 de janeiro, sem que, entretanto, passasse de tiroteios de longe, sem mortes nem feridos. Todavia assim criada e que se estendeu por quase todo aquele ano foi prejudicialíssima não só pelo abalo, como pelos estragos de que foi portadora. Foi único choque dos dois partidos em armas, no Município, o verificado no então 6º Distrito entre o 6º Corpo auxiliar da Brigada Militar do Estado e a força Revolucionária do Gal. Menna Barreto.

E que desde o levantamento do sítio da cidade, se manteve nesta coluna Legalista cuja atuação impedia os Revolucionários de organizarem ou manterem forças nos Distritos; pelo que se circunscreviam a movimentos de pequenas partidas, sempre feitos rapidamente e limitando-se a arrebanhamentos e suprimentos de recursos para a revolução este por meio de apreensão.

De então ao presente a participação do Município nas comoções do País continua sempre ampla, pois que tanto homens políticos seus como forças aqui organizadas, a eles se associam.

Na representação estadual, na primeira República, são representantes passo-fundenses o Cel. Gervásio Lucas Annes e depois o Dr. Nicolau Araújo Vergueiro, este eleito também para a representação federal na República Nova, como deputado.



No regime anterior, tomam assento na Assembléia Legislativa Provincial, em várias legislaturas, os representantes passo-fundenses Dr. Cândido Lopes e Oliveira e Major Antonio Ferreira Prestes Guimarães Liberais, e Gervásio Lucas Annes Conservador; e ascende ao governo da Província, em junho de 1889, como 2º Substituto legal, o mesmo Prestes Guimarães, que posteriormente, na República, viria a ter parte na luta civil de 1893 a 1895, nas hostes revolucionarias.

O CINQUENTENÁRIO DA MAIOR BATALHA DA REVOLUÇÃO DE 1893.

CONVITE. 1894 – 1944

A comissão abaixo firmada tem a honra de convidar as autoridades civis, militares, eclesiásticas, representações de classes, sociedades recreativas, o Aéreo Clube, e o povo em geral, para assistirem a missa campal que mandará rezar pelas almas dos Federalistas e Republicanos que tombaram naquela grande batalha, a 27 de junho de 1894, em defesa dos ideais de Justiça e Liberdade.

A cerimônia será realizada no próprio cenário da luta, onde existem dois grandes marcos de pedras lapidadas, assinalando a posição das forças combatentes, com estas inscrições: "A Grande Batalha de 27 de junho de 1894 no campo conhecido dos Meios, onde se chocaram as forças dos Generais Gomercindo Saraiva e Prestes Guimarães, contra as forças do General Lima, Firmino de Paula e Cel. Santos Filho".

Se, nessa peleja, não houve vencidos nem vencedores, como registra a própria história, é justo que nós, agora, depois



de cinqüenta anos, unidos pelo bem da Pátria, prestemos uma homenagem à memória desses guerreiros que souberam deixar, nos seus lances heróicos, o exemplo vivo do civismo brasileiro.

Inspirados neste passado de tradições dignificantes, convidamos os admiradores da memória de Gomercindo Sarai-va, Pinheiro Machado e outros, para assistirem a comemoração do cinqüentenário da maior batalha travada entre Republicanos e Federalistas.

O convite é extensivo aos habitantes dos municípios vizinhos e de todo o Rio Grande do Sul. As pessoas que desejarem assistir a este ato de civismo deverão partir pelo trem de tabela, às 7,25 para São Miguel, parada bem próxima de Passo Fundo, onde, a missa, como primeiro ato da solenidade, será rezada às 10 horas.

Os aviadores Passo-fundenses também prestaram o seu concurso, da melhor forma possível, cooperando para o bom êxito e brilhantismo desta comemoração cívica.

A comissão já está dirigindo ao Governo do Estado um ofício pedindo a sua valiosa cooperação para esta homenagem, que será prestada a memória desses heróis, que souberam honrar e dignificar a virtude de um povo, jamais "moldado às imposições do servilismo e da escravidão", na expressão sincera e eloqüente de Gaspar Martins.

A Comissão:

- | | |
|---------------------------------------|------------------------|
| - Gabriel Bastos; | - Inocencio Schleder; |
| - Mauro P. Machado; | - João Cony; |
| - Amador Bueno de Araújo; Barreto; | - Antonio Carlos Menna |
| - Oscar Oliveira Cesar; | - João Fagundes |



de Souza;

- Lindolfo Engelsing;
- Francisco Claro da Silva;
- Herminio Silveira;
- Sérgio Raul dos Reis;
- Luiz Meira;
- Pedro Silveira Avancini;
- Cantidio Pinto de Moraes;
- Gomercindo dos Reis;

NOS DOMÍNIOS DO "DIREITO"

Já que se fala em direito, é justo lembrar alguma coisa subsidiária sobre a atividade do advogado, em Passo Fundo, principalmente por termos falado dos Juízes, noutra local, embora perfuntoamente.

Em 1846, foram eleitos Juízes de Paz e Juízes da Sub-delegacia de Passo Fundo, para o quadriênio (até 1850): Joaquim Fagundes dos Reis e Bernardo Castanho da Rocha (Freguesia do Passo Fundo, reeleitos); Manoel Antônio Xavier, Francisco de Assis, José Antônio de Oliveira, Joaquim da Silva Portela, Joao Floriano de Quadros, Diogo José de Oliveira, Manoel Ferreira de Resende e Benedito Mariano.

As questões suscitadas pelos posseiros de terra devolutas ganharam intensidade, nesse ano e no seguinte, pela presença de Fidelis Nepomuceno Prates Júnior (janeiro de 1847), e, mais tarde, de Luis Pereira de Campos Vergueiro, procuradores (advogados) do Barão de Antonina movendo ação contra



Constâncio José Rodrigues, Veríssimo Gonçalves da Silva e Joao Floriano Cavalheiro, que haviam se estabelecido nos campos do Bugre Morto, que compreendia o Pontão, a Fazenda da Sepultura e a Fazenda do Sarandi. Essa questão arrastou-se até 1850, quando foram legitimados, os posseiros.

As carreiradas que, naquele tempo (até 1854), se faziam na então estrada geral, hoje Avenida Brasil (entre a esquina da atual Associação Rural e frentes da Prefeitura) suscitavam inúmeras querelas que vinham parar nas mãos da Justiça que, na época, atendia a tais casos. Ficaram célebres as questões judiciais entre os seguintes apostadores:

Antônio Ferreira Terres contra Manoel Dias de Toledo, na corrida dos cavalos Baio e Mouro;

Francisco de Paula Vieira contra Manoel da Maia, na corrida dos mesmos Baio e Mouro;

Alexandre Rodrigues Padilha contra Pedro Gonçalves da Silva, na corrida dos cavalos Alazão e Rosilho;

Antônio Francelino de Macedo contra Joaquim Borges Vieira na corrida dos cavalos Rosilho e Malacara, etc...

Entre as defesas celebres, feitas em Passo Fundo, citamos três, bem características:

Primeira: A do preto liberto, Timóteo Pinto de Atiaga, pelo procurador (advogado) Joaquim Fagundes dos Reis, em 1850, conseguindo a liberdade do réu, contra as pretensões do comerciante francês Luís Roland, desta Freguesia. A questão e posta nos seguintes termos por Fagundes dos Reis:

"Sendo este liberto, com infração do artigo 179, do Código Criminal, escravizado, e depois vendido nesta Freguesia, por Florêncio José Lemes a Luís Roland - imediatamente declarou (o mesmo liberto) não ser escravo de pessoa alguma. A tal respeito, respondeu a três interrogatórios, procedidos "ex-officio", neste Juto, e suas bem fundadas respostas deram lugar a



que, por este mesmo Juto, fosse (o preto) depositado em poder do comprador (Luís Roland) até final decisão. O interrogado sustentou ser nascido de ventre livre, na cidade de Goiás, onde residira com seus progenitores, irmãos e padrinhos".

Graças à defesa, Timóteo gozou da liberdade até o fim de seus dias.

Segunda: A defesa da Sra. Miguelina Ubaldina da Silva, viúva de Clementino dos Santos Pacheco, trucidado pelos Índios Coroados, que se viam repelidos de suas terras, ocasião em que foram mortos com ele, na Fazenda dos Três Cerros (Quatro Irmãos), o capataz, peões e pessoas de sua família. Tendo sido incriminados injustamente, como instigadores, os Srs. Bernardo Castanho da Rocha e Joaquim da Silva Portela movem ação de calúnia e agravo contra Miguelina, que foi defendida por Antônio de Mascarenhas Camelo Júnior. Eis um tópico dessa defesa:

- "seis meses são passados que o instinto sanguinário do selvagem, concitado pelos conselhos e sugestões eleivasas de almas polutas, cevam-se no sangue das vítimas de Três Cerros, reduzindo à viuvez a infeliz que a vós se dirige, Senhor Juiz Subdelegado - e os malvados até agora zombam da espada da Justiça... O delinqüente, filaucioso pela impunidade, unindo o escárnio ao atentado, ousa arrebatara a cadeira da parte ofendida, quando ainda o negro crepe enluta uma família toda, e a parte morigerada da sociedade - a que pertenciam as vítimas, - alarmada, exige, a punição dos perversos. E quando, finalmente, tépido ainda está o escabêlo do crime, há pouco deixado por quem hoje toma o papel de vítima. Muito embora no dia 6 de janeiro, se desse cena de horror e de carnagem, cumpria que a viúva, em silencio, tragasse a sua dor, sob pena de ser, como é hoje, arrastada ao tribunal, só porque ousou pedir justiça".

Dona Miguelina foi absolvida, e seus acusadores, embora igualmente vítimas, viveram muitos anos proscritos.

Terceira: A defesa de Manoel Joaquim Cidade, entre



1889 e 1890, cujos cães de raça invadiram propriedade de Frederico Guilherme Kurtz (primeiro Intendente de Passo Fundo, em 1891), matando-lhe ovelhas de seu rebanho. A defesa de Manoel Joaquim Cidade ficou a cargo de Antonio Ferreira Prestes Guimarães, já em grau de apelação, tendo por base a falta de provas e existência de vícios de origem. Eis alguns tópicos dessa defesa:

- "Não basta alegar: é necessário provar o que se alega (Ordenações, livro I, título 65, parágrafo 27, etc..) Alegou o autor (Petição folha 7) que "os cães do réu mataram um carneiro de sua propriedade, avaliado pelos peritos... em 10 mil réis..." Provou, porém, este alegado? Diz a sentença que sim. Respondem os autores que não. Foram arroladas quatro testemunhas: Horácio Schultz, Virgília Auta Juvência Schultz, Felisberto Joaquim do Carmo e Raimundo da Silveira... Horácio Schultz primeiro depoente... disse textualmente: "Ser exato que foram os cães do referido citado Manoel Joaquim Cidade". E mais nada! Ora, em direito, não basta que as testemunhas afirmem meramente o fato: é de absoluta necessidade que individualizem, com toda minuciosidade, as circunstâncias constantes do fato afirmado...

"Virgília Auta Juvência Schultz, segundo depoimento, mulher de Horácio, - disse textualmente^ "que é exato o que consta da mesma petição; que foram os cães do citado Manoel Joaquim Cidade que mataram o carneiro do requerente; que foi visto o cão na ocasião que pegou o carneiro". E nada mais! ...

"Este singular não se harmoniza com os plurais antecedentes. Se foram os cães, não foi o cão que foi visto; não foram aqueles. Foi visto o cão na ocasião de pegar o carneiro. Foi visto... Logo, foi a testemunha quem viu? Mas então, quem foi que viu? Seu marido? Outras pessoas? Quem?

"São, Meritíssimo Dr. Juiz de Direito, sobre as fracas bases fornecidas pelas duas primeiras testemunhas, Horácio e Virgília, marido e mulher, que o Juiz de Primeira Instância, julgou certo terem sido os cães do apelante que mataram o



carneiro do apelado. Certo, porém, nunca se diz ao que é incerto, incompleto, duvidoso e contraditório. Certo'. E não consta dos Autores, nem ao menos se as testemunhas inquiridas são oculares ou auriculares... Das trevas pretendeu o Juiz extrair a luz... Impossível... Repetimos: não basta alegar: é necessário provar o que se alega”.

Manoel Joaquim Cidade foi absolvido.

Vejamos, agora, um "auto de perguntas", feito pelo Juiz Distrital, Sr. Antonino Xavier, nos começos do presente século. Foi solicitado em razão de pretender a menor Joaquina Rodrigues da Silva pretender casar-se, tendo apenas pais adotivos e seu padrinho ausente.

"Aos 28 dias do mês de fevereiro de 1906 – diz o autor - nesta cidade de Passo Fundo, na sala de audiência, onde se achava o Juiz Distrital da sede do município, cidadão Francisco Antonino Xavier de Oliveira, comigo, ajudante do escrivão ora impedido, às 4 horas da tarde compareceu a menor Joaquina Rodrigues da Silva, filha adotiva de Antonio Rodrigues da Silva e Dna. Ana Rodrigues da Silva; à qual menor o Juiz, fazendo retirar-se a pessoa que a acompanhava, perguntou, com toda a afabilidade, por seu nome, filiação, idade, ocupação, estado, onde e com quem reside, se recebia bom tratamento. Respondeu chamar-se Joaquina Rodrigues da Silva, filha natural de José Melo da Silva e Sabina Rodrigues da Silva, o primeiro residente no 4º Distrito deste município, e está no Rio de Janeiro; porem que desde a idade de seis meses reside em companhia de Antonio Rodrigues da Silva e sua mulher Dna. Ana Rodrigues da Silva; tem 18 anos de idade, ocupa-se de serviços domésticos; é solteira e recebe bom tratamento de seus pais adotivos. Perguntada se conhece Antonio Cesário Lopes, há quanto tempo e se tem verdadeira inclinação para casar-se com ele, ou se o faz por indução ou coação - respondeu que conhece, de há 4 anos e deseja casar-se com ele, não tendo sido induzida, nem coagida por pessoa alguma. Nada mais respondeu etc..."



"Diga o Sr. Curador Geral. Deixo de fazer o mesmo com relação à mãe adotiva da menor, visto, figurar nestes autos prova plena do seu consentimento. Passo Fundo, 28 de fevereiro de 1906 - Antonino."

Eis algumas facetas do nosso Direito. Sirvam apenas como subsidio para uma futura história judiciaria em Passo Fundo.

O espaço é exiguo para ocupar-nos dos grandes advogados passo-fundenses, no presente século.

REMEMORAÇÕES (1890)

Ao tempo em que o Capitão Araújo, negociava ao balcão, em sua casa, à rua do Comércio, esquina da Travessa do Estreito, hoje Cap. Araújo, nesta cidade então Vila, o sistema de negócios, em regra, era o fiado.

Quando o freguês fazia qualquer compra, não havia outra coisa que fazer senão tomar o Borrador e ir logo assentando a operação.

Às vezes o lojista nem mesmo sabia o nome do freguês que lhe comprava, caso em que, para fazer o débito, lhe perguntava.

Também não se enviavam contas ao freguês, vinha este de tempos em tempos, o lojista puxava aí pelo livrão de Contas Correntes, somava e, ali mesmo, sem mais aquela, ou creditava-lhe a entrada, si parcial, ou encerrava a conta, si no todo era paga.



Certo dia, chegando à loja um freguês e fazendo compras, ia Araújo, como de costume, assenta-las, quando lhe ponderou, naturalmente à parte, seu filho e caixeiro Lucas, que aquele homem não tinha crédito na Praça, era velhaco.

- Não quer dizer nada, respondeu-lhe o velho. Por isso mesmo, não podendo comprar fiado aos outros, terá necessidade de ser pontual comigo.

1890 - 1891 - Clube Literário e Recreativo

Estandarte.

Expressivo.

Lá por 1890 ou 91, fundou-se nesta cidade o Clube Literário e Recreativo, constituído por elementos selectos, mas que, não obstante, pouco durou devido à revolução que sobreveio e tão fatal teria de ser para Passo Fundo.

Nesse Clube, um dia, estava em discussão o modelo a que devia obedecer o seu standarte, sendo natural que divergências, surgissem, dividindo os presentes.

Eis, porém, que um espirituoso consócio, entrando no tema, propõe solução que, como se vai ver, era muito lógica, de vez que primava por simbolismo completo: para indicar o fim recreativo da sociedade, propunha ele que no standarte se puzesse um homem tocando gaita, dançando...e gesticulando (assim seria satisfeita a finalidade do "Clube Literário e Recreativo").

A proposta assim concebida não venceu, é claro, mas teve ao menos a vantagem da sua originalidade espirituosa, diante da qual o fragor da discussão não poderia deixar de ter serenado, facilitando a deliberação do problema que a respeito



se debatia.

Profilaxia Anti-Jornalística 1890.

Nos últimos tempos do Echo da Verdade, folha republicana que aqui se publicou de 1890 a 1891, se tornara essa folha um tanto violenta na sua linguagem política.

Sem dúvida por isso, certo dia apareceu na cidade um impresso deste teor:

DESINFETANTE CONTRA O ÉCHO DA VERDADE,
BOTIJA 200 RÉIS FARMÁCIA X;

Ignoro se profilaxia tal foi utilizada, mas suponho que não, porque no fundo a fórmula prescrita, como se vi, não passava de alfinetada que os adversários do Écho lhe pregavam.

DICIONÁRIO GEOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO 1914

Acampamento - Lajeado tributário do rio do Peixe.

Alto Jacuí - Colônia próspera, no município de Passo Fundo, fundada em 1897. Situada na serra do Jacuí, a 20 km. da estação de Carazinho, a qual está ligada por excelente estrada de rodagem. Conta 329.654.394 m. Possui magníficas terras para a cultura de cana de açúcar, vinha, fumo, algodão, linho, trigo. O território é ondulado e regado por grande número de cursos d'água. A principal indústria consiste na serragem de madeira e no preparo de caixas. Conta 7 templos e 8.000 habitantes.



Constitue um distrito de Passo Fundo.

Alto Uruguai - Distrito do município de Passo Fundo.

Angico - Arroio afluente do rio Colorado.

Areia - Passo no município de Passo Fundo

Ariranhas - Arroio tributário do Uruguai. Vide Tainhas.

Baixa - Serra no município de Passo Fundo.

Balisa - Cerro no município de Passo Fundo.

Balisa – Estação da estrada de ferro de Passo Fundo ao Uruguai, no município de Passo Fundo e entre as estações de Paiol Grande e Barros.

Barros - Estação da estrada de ferro do Rio Grande e São Paulo.

Barros - Cerro no município de Passo Fundo.

Bebedor - Arroio tributário do Glória. Rega a colônia Alto Jacuí e município de Passo Fundo.

Biquinha - Córrego nas imediações da cidade de Passo Fundo.

Boa Vista - Morro no município de Passo Fundo.

Boa Vista - Arroio afluente do arroio Gloria.

Branco - Lajeado afluente do Guaporé, município de Passo Fundo.

Britos - Arroio tributário do Jacuizinho.

Bugre - Arroio tributário do rio da Várzea.

Bugre - Arroio tributário do rio Passo Fundo.

Bugre - Lajeado tributário do Carreiro, município de Guaporé e Passo Fundo.

Butiá - arroio afluente do rio Passo Fundo.



Butiá - Lugar no município de Passo Fundo.

Butiazinho - arroio tributário do Passo Fundo.

Butiazinho - arroio tributário do rio do Peixe, município de Passo Fundo.

Caçador - arroio tributário do rio Capoerê.

Caçador - arroio tributário do rio do Peixe.

Cadeia - Serra no município de Passo Fundo.

Camargo - arroio tributário do rio Guaporé. Limita os municípios de Passo Fundo e Soledade.

Campo do Meio - Distrito do município de Passo Fundo. Limites: ao norte, o 1º Distrito; ao leste, o município de Lagoa Vermelha; ao sul, o de Guaporé, e a oeste, o 1º Distrito. Estrutura geológica: os terrenos do distrito são de formação emigdalóide, possuindo grande quantidade de ametistas e ágatas, cada qual mais bela e caprichosa. Na família das ágatas encontram-se o onix, olho de tigre, etc., lindos espécimes, de grande valor para o fabrico de mil objetos diversos. Data da criação: em 9 de dezembro de 1857. População tem 1858, 665 habitantes; 1890, 2.623; 1 900, 3.454; 1911, 6.564 habitantes.

Campo do Meio - Povoação no município de Passo Fundo sede do 2º Distrito municipal. Foi fundada no ano de 1866 e conta atualmente uns 80 prédios e 400 habitantes. Está situada à beira da estrada geral, sobre um plateau a 733 m de altitude. Conta uma Igreja, dedicada a Nossa Senhora Aparecida.

Campo do Meio - Planalto no município de Passo Fundo. Campo Grande - Lajeado no município de Passo Fundo. Canoas - Lajeado no município de Passo Fundo.

Capão Alto - Arroio tributário do rio Passo Fundo.

Capão Bonito - Lugar no município de Passo Fundo.



Capivara - arroio tributário do rio Passo Fundo.

Capivara - Cachoeira no rio Uruguai, entre a Foz do Passo Fundo e a do Chapecó. No começo desta cachoeira, que tem 3,30 de elevação, apresenta o Uruguai a largura de 279,4Cm.

Carajá- arroio afluente do Passo Fundo.

Carazinho - Distrito importante do município de Passo Fundo. População: 9.546 habitantes.

Carazinho - Povoado próspero no município de Passo Fundo, sede do 4º Distrito municipal e, de um curato. Conta mais de 200 prédios e uma população de 900 habitantes. Carazinho - Estação da estrada de ferro de Santa Maria ao Passo Fundo, no quilômetro 300,500 a partir de Santa Maria entre as estações de São Bento e Pulador.

Carazinho - Estrada de rodagem que liga a estação de seu nome o núcleo colonial de Não-Me-Toque.

Carazinho - Arroio no município de Passo Fundo. Banha o povoado de seu nome.

Carazinho - Curato no município de Passo Fundo e bispado de Santa Maria. Orago: Bom Jesus de Iguape.

Carpes - Lugar no município de Passo Fundo.

Carreiro- Rio tributário do Taquari. Limita os municípios de Passo Fundo e Guaporé dos de Lagoa Vermelha e Alfredo Chaves. Recebe grande número de tributários e se lança no rio das Antas, junto ao povoado de Santa Bárbara, onde ele começa a ter o nome de rio Taquari.

Carreiro- Arroio tributário do Facão.

Carreteiro - Arroio tributário do rio do Peixe.

Cáscara- Arroio afluente do rio São Domingos; rega os municípios de Guaporé e Passo Fundo.

Cedro - Arroio tributário do rio Passo Fundo.



Cerne - Cachoeira a 2.371 metros do passo Goi-En, na Foz do Passo Fundo. Consiste, diz o engenheiro Camargo, em uma elevação do território, formando-se de um grande baixio, que atravessa de uma a outra margem, com a extensão de 231 metros que corresponde à largura do rio Uruguai.

Cervo - Arroio fluente do rio Passo Fundo.

Chafariz - Córrego que banha a cidade de Passo Fundo.
Cristão - Lajeado no município de Passo Fundo.

Cobras - Coxilha no município de Passo Fundo.

Colorado- Arroio tributário do Jacuizinho.

Colorado- Núcleo colonial no município de Passo Fundo.
Combate- Coxilha no município de Passo Fundo.

Coqueiros - Lajeado afluente do rio da Várzea e lugar no município de Passo Fundo.

Corvos - Arroio afluente do Passo Fundo.

Coxilha- Estação da E.F.S.P.R.G. , município de Passo Fundo.

Coxilha Alta - Lugar no município de Passo Fundo.

Cravo - Lajeado tributário do Erechim, município de Passo Fundo.

Curuzu - Arroio tributário do Facão.

Davi d Jugica- Arroio tributário do Várzea.

Diogo - Arroio tributário do Carreiro.

Divisa - Arroio afluente do rio Peixe.

Divisa - Arroio afluente do Passo Fundo; limita os municípios de Palmeira e Passo Fundo.

Dourados - Arroio afluente do Uruguai, município de Passo Fundo.



Doutor Cândido- Arroio tributário do Várzea.

Engenho - Arroio afluente do Passo Fundo.

Entrada - Arroio afluente do Passo Fundo.

Entrada - Arroio afluente do Jacuizinho.

Erebango- Povoado prospero no município de Passo Fundo, junto a estação de seu nome, a 18 km da sede Erechim, a 764 metros de altitude, contando umas 30 casas, importante serraria a vapor. A "Jewish Colonisation Association" está construindo um ramal férreo, partindo desta estação, atravessando suas terras, que se desenvolvem para oeste. A estação está compreendida entre as de Erechim e Capoeirê, no km 67 de Passo Fundo.

Erechim - Colônia muito prospera no município de Passo Fundo, criada em 6 de outubro de 1908. Em junho de 1909, tiveram começo os trabalhos preliminares para a fundação da Colônia, isto é, sede; em fevereiro de 1910, chegou à colônia a primeira turma de imigrantes do Povoamento, composta de 4 famílias com 28 pessoas e mais 8 solteiros, ao todo 36 pessoas. E atravessada pela estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, que muito tem contribuído para o seu progresso, que é extraordinário, atendendo-se a sua curta existência. A colonização tem sido feita ao longo da via férrea. Já possui uma população elevada, existindo nela uma infinidade de estabelecimentos industriais e comerciais.

Está talhada a grandioso futuro. A grande maioria dos imigrantes chegados ao Estado, nos dois últimos anos, foi localizada nessa colônia que, além disso, recebe continuamente outros agricultores vindos de colônias velhas do Estado, notadamente dos municípios de Estrela, Taquari, Montenegro, Cai, Caxias, Antônio Prado, Bento Gonçalves, etc. E cercada por grande zona de terra devoluta, de modo que nessas terras ainda há lugar para alguns milhares de imigrantes. Limites: ao norte, por linhas demarcadas até encontrar o rio Toldo; a leste, este rio



e linhas demarcadas até encontrar o rio dos índios, pelo qual segue até encontrar o rio do Peixe, continuando por este até encontrar a barra de um tributário, pelo qual segue até encontrar posses diversos, continuando daí a encontrar os limites do sul diversas linhas secas; a oeste, também diversas linhas secas e a fazenda dos Quatro Irmãos. Os terrenos da colônia são de formação triássica. A rocha dominante é a diorítica. Encontram-se o grês vermelho e o térreo ferrífero, em blocos poliformes, com cavernas cheias de pequenos cristais de rocha em formação. Dispõe de bom sistema hidrográfico, pertencente à bacia ocidental do Estado, sendo regado pelos rios e arroios seguintes: rio do Peixe, rio dos índios, rio Ligeiro, rio do Toldo, Lajeado das Formigas, Lajeado Erechim, Lajeado do Cravo, Lajeado do Frederico, Lajeado do Lino, Lajeado Marcelino, Lajeado Invernadinha, Lajeado do Carreteiro, Lajeado Moinho, Lajeado Pedra, Lajeado Canoa, Lajeado Capoerê, Lajeado Tigre, Lajeado Veado, Lajeado Leôncio, Lajeado do Padre, Lajeado Henriques.

A colônia é percorrida pela serra do Uruguai e conta com os seguintes cerros: Boa Vista, Erechim, Esperança. Eis os dados territoriais: área total, medida e demarcada, 1 05.624 hectares; área ocupada 86.624; área desocupada 4.925; área posses respeitadas 2.775; área florestal reservada 11.296; área de colonização particular 11.384; área aproximada por medir 305.640. A população atual deve ser orçada em 18.000 habitantes. A agricultura é próspera, havendo uma zona cultivada de 3.640 hectares. A produção é calculada em 400 contos e a importação em 450. Durante o ano de 1912 entraram 3.966 pessoas, sendo 3.188 imigrantes. A colônia é percorrida pela via férrea e conta as estações de Erechim, Erebangó, Capoerê, Paiol Grande, Balisa.

Erechim- Povoado no município de Passo Fundo, sede do distrito, da colônia e de um curato. Está situado aos 27° 51' de lat. S, e 9° 4' de long. O do Rio de Janeiro, aos 750 metros de altitude. E cortado pelo rio dos índios. Conta 250 prédios,



2.000 habitantes. Os seus principais edifícios são: Igreja Matriz, escritório da Comissão, templo evangélico, sub-intendência, cartório, agência de correio. Está ligada à estação de seu nome por excelente estrada de rodagem.

Erechim - Rio tributário do Passo Fundo. Estação da estrada de ferro de R.G.S.P., município de Passo Fundo, a 57 quilômetros da cidade deste nome, entre as do Sertão e Erebangó.

Ernestina- Colônia no município de Passo Fundo, na serra do Jacuí, a 3 léguas da estação Pulador. Fundada em terras de Ernesto Carneiro da Fontoura, em 1900. Povoado no município de Passo Fundo.

Esperança - Cerro no município de Passo Fundo.

Estancia - Arroio tributário do Passo Fundo.

Estanislau - Lajeado no município de Passo Fundo.

Estrada - Lajeado nos municípios de Palmeira e Passo Fundo.

Facão- Arroio tributário do Passo Fundo.

Faxinaí do Pessegueiro - Lugar no município de Passo Fundo.

Faxineiro - Arroio afluente do Passo Fundo.

Formiga - Arroio afluente do rio Peixe.

Germânia- Arroio afluente do Jacuizinho.

Glória - Arroio tributário do Jacuizinho.

Goio-En - Passo no rio Uruguai, junto à barra do rio Passo Fundo.

Grande - Arroio afluente do Jacuizinho. Limita os municípios de Cruz Alta e Passo Fundo.

Guabiroba - Arroio afluente do São Domingos, nos



municípios de Guaporé e Passo Fundo. É também chamado Sangão.

Guabiroba - Arroio afluente do Varejão. Coxilha e lugar no município de Passo Fundo.

Guaporé - Rio tributário do Taquari. Nasce no município de Passo Fundo e depois separa este e os de Soledade e Lajeado do de Guaporé. Rega importante zona colonial e recebe muitos afluentes. Tem sua barra a 2 km do povoado General Osório.

Henriques- Lajeado no município de Passo Fundo.

Herval - Arroio e rincão no município de Passo Fundo.

Índios - Arroio afluente do rio Peixe, município de Passo Fundo, colônia de Erechim.

Índios - Arroio afluente do Passo Fundo.

Índios - Arroio afluente do Carreiro, município de Guaporé e Passo Fundo.

Invernadinha – Arroio afluente do Peixe.

Jacuí - Serra no município de Passo Fundo.

Jacuizinho - Rio afluente do Jacuí. Nasce na coxilha do Povinho da Estrada, a 3 léguas da cidade de Passo Fundo e banha este município e o separa do de Soledade. O seu curso é de 100 km e rega importante zona colonial.

Jacuizinho - Serra nos municípios de Passo Fundo e Soledade.

Jacutinga - Arroio afluente do Várzea. Limita os municípios de Palmeira e Passo Fundo.

Lajeado do Tigre - Arroio no município de Passo Fundo.
Lavapés - Sanga na cidade de Passo Fundo.

Liberdade - Morro no município de Passo Fundo.

Ligeiro- Rio tributário do Uruguai. Limita os municípios



de Lagoa Vermelha e Passo Fundo.

Lobo - Arroio afluyente do Passo Fundo.

Marau - Serra e arroio tributário do Guaporé. Limita os municípios de Guaporé e Passo Fundo.

Marcelino Ramos - Estação da Estrada de Ferro Rio-Grande-São Paulo, município de Passo Fundo, no extremo norte do Estado, à margem do Uruguai e no Km 179 de Passo Fundo. Povoado prospero e recente no município de Passo Fundo.

Mato Castelhana - Bosque que limita os municípios de Passo Fundo e Lagoa Vermelha, com a altura máxima de 870 metros. Meio - Arroio Afluyente do Passo Fundo.

Meio - Arroio afluyente do Facão.

Mira - Cerro no município de Passo Fundo.

Miranda - Arroio tributário do Passo Fundo.

Moinho - Arroio afluyente do Passo Fundo.

Não Me Toque- Prospero núcleo colonial em Alto Jacuí. Não Me Toque - Povoado próspero no município de Passo Fundo. É a sede principal da colônia Alto Jacuí e de um distrito. Possui agência de correio exposto telefônico, sub-intendência, cartório, Igreja católica de Nossa Senhora do Rosário, templo protestante, 100 prédios e 600 habitantes. Liga-se à estação de Carazinho, a 20 km, por excelente estrada de rodagem.

Nova Munich- Lugar no município de Passo Fundo.

Nunes - Arroio tributário do Erechim.

Olaria - Vertente junto a cidade de Passo Fundo.

Paca Guaçu - Lajeado no município de Passo Fundo.

Paca Mirim - Lajeado no município de Passo Fundo.

Palheado - Arroio tributário do Passo Fundo.



Papudo - Arroio tributário do Passo Fundo, no município de Palmeira.

Passo da Areia - Arroio afluente do Passo Fundo.

Pessegueiro - Arroio e lugar no município de Passo Fundo.

Pedra- Lajeado no município de Passo Fundo.

Peixe - Rio afluente do Ligeiro, município de Passo Fundo. As terras marginais são ubérrimas.

Pinheirinho - Arroio afluente do Colorado.

Pinheiro Marcado - Arroio tributário do Varejão. Limita Palmeira e Passo Fundo. Estação da E.F.S.M.U., no Km 261 a partir de Santa Maria.

Pinheiro Marcado - Coxilha no município de Passo Fundo.

Pinheiros Altos - Arroio afluente do Passo Fundo.

Pinheiro Torto- Arroio no município de Passo Fundo.

Polidoro - Arroio afluente da Várzea.

Portão - Arroio tributário do Povinho.

Posto - Arroio afluente do Glória, município de Passo Fundo.

Povinho - Arroio afluente do Jacuizinho. Limita os municípios de Passo Fundo e Soledade.

Pulador - Arroio afluente do Jacuizinho.

Pulador - Estação da E.F.S.M.U. e no Km 321 de Santa Maria. Coxilha no município de Passo Fundo.

Quarai - Arroio afluente do São Domingos. Município de Guaporé e Passo Fundo.

Raimundo - Arroio no município de Passo Fundo.



Restinga – Lugar no município de Passo Fundo.

Rio do Peixe - Núcleo colonial e serra no município de Passo Fundo.

Rio Ligeiro - Rio e serra no município de Passo Fundo.

Rocha - Arroio no município de Passo Fundo.

Saldanha Marinho - Colônia no município de Passo Fundo fundada em 2 de maio de 1899, e pertencente à firma Castro Silva & Cia. Situada na serra do Jacuí e a 19 Km de Pinheiro Marcado. Com excelentes terras de lavoura, plantando-se a cana de açúcar, trigo, fumo, vinha, etc... A floresta é riquíssima em pinheiros, cabriúva, ipê, angico, grapiunha tarumã, etc... Conta 61.878.850 m², sendo 50.178.113 de matos. Possui 1.800 habitantes. A sede está situada à beira da serra, aos 28° 30' 32" de latitude sul, e 10° 2' 30" de longitude oeste, sobre formosa coxilha, a 530 m de altitude. Conta Igreja católica, escola, 80 prédios, 400 habitantes.

Sampaio - Lugar no município de Passo Fundo.

Santo Antônio - Arroio afluente do Ligeiro.

São Bento - Estação da Estrada de Ferro Santa Maria-Uruguai, município de Passo Fundo, e no Km 286 de Santa Maria. Sarandi - Arroio afluente do Passo Fundo e lugar no município de Passo Fundo.

Sepultura - Arroio afluente do Várzea.

Tapera - Povoado no município de Passo Fundo, Colônia Alto Jacuí. Conta Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Tapera - Arroio afluente do Colorado.

Teixeira Soares - Rio afluente do Uruguai, município de Passo Fundo.

Teixeira - Arroio afluente do Passo Fundo.

Terres - Lajeado no município de Passo Fundo.



Tigre - Arroio afluente do rio Passo Fundo.

Tijuco Preto - Lajeado afluente do rio do Peixe.

Tope - Distrito e povoado no município de Passo Fundo.

Três Cantos - Arroio afluente do Colorado, município de Passo Fundo.

Três Passos - Arroio no município de Passo Fundo.

Umbu - Coxilha no município de Passo Fundo.

Uruguai-Mirim - Antigo nome do rio Passo Fundo.

Valinho - Banhado nas divisas dos municípios de Palmeira e Passo Fundo.

Valoroso - Arroio afluente do Gloria.

Várzea - Rio afluente do Uruguai. Nasce no município de Passo Fundo, separando-o, depois, do de Palmeira e banhando este em regular extensão.

Veado Pardo - Arroio no município de Passo Fundo.

Veados - Arroio tributário do Facão, município de Passo Fundo.

Votoro - Aldeamento Índio, no município de Passo Fundo.

(Extraído do Dicionário Geográfico, Histórico e Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul, de Octávio Augusto de Faria, edição da Livraria do Globo, Porto Alegre, 1914).

GRÊMIO DRAMÁTICO PASSO-FUNDENSE

O jornal "O Gaúcho", Órgão do Partido Republicano de Passo Fundo, em data de 19 de março de 1910, tendo como Diretor o Dr. Inocência Borges da Rosa e gerente Renato Ferreira



Gomes, publicou, em edição especial, em cetim italiano, entre outras notícias, o seguinte:

"Sessão Geral - Espetáculo Efetuou-se, no corrente mês o magnífico espetáculo do Grêmio Dramático Passo-fundense, que tem como esforçadíssimo Presidente o nosso particular amigo Antonio Decusati.

Foi levada à cena o deslumbrante drama de Anicet Bourgois. A Tomada da Bastilha - que obteve um verdadeiro sucesso, pelo excelente desempenho por parte de todos os amadores.

O nosso auditório que, sejamos francos, é um pouco egoísta, pois pouco aplaude, na noite de sábado, dia 17 fez exceção à regra, dando palmas veementes e frenéticas, chamando por várias vezes, ao proscênio, os amadores e cobrindo-os de flores".

Os comentários elogiosos continuam. A seguir passam a citar os componentes da peça: "Senhoritas Cecy Desessards Leite, Universina Ribas, Louissette Conty; Senhores Vicente Paiva Bueno, Afonso Lima, Joao Opitz, Alfredo Pinheiro, Adão Morsch, Otávio Godinho, Adao Schell Loureiro".

Dando continuidade o comentarista faz a apresentação de cada personagem: "Cecy D. Leite, no papel de Rosália, soube tirar partido nos mais difíceis lances..."; "Louissette Conty, no papel da velha Michaela, portou-se admiravelmente"; "Universina Ribas, no papel de a velha marquesa de Verneuil teve fiel desempenho, mostrando força de vontade e talento"; "o Sr. Vicente P. Bueno, representando Matheus, o velho marinheiro... é um artista de mérito..."; "o Srs. Joao Opitz, Alfredo Pinheiro, Adao Morsch e Otávio Godinho, representando, respectivamente, Guilherme Loudry, Almirante Franville, Conde de Belmar, Joaquim, o Vida Alegre e Gaspar foram muitíssimo aplaudidos". "Os Srs. Adão Schell Loureiro e Pindaro Annes brilharam em seus papéis".

No comentário há referência sobre a apoteose final,



onde participou a menina (na época), Eva, filha do Sr. Carlos Rotta.

Na ocasião a banda musical do Sr. Claro Pereira Gomes executou a Marselheza, estrepitosamente aplaudido.

Há também, agradecimentos, de "O Gaúcho", pelos ingressos recebidos.

Nota da autora - As senhoritas que participaram da peça "A Tomada da Bastilha", receberam, além das homenagens da noite do espetáculo, uma edição do jornal impresso em cetim e uma jóia. Universina Ribas, posteriormente Universina Ribas Rosendo, minha mãe, soube guardar com zelo a edição desse jornal e que hoje é uma relíquia que guardo com carinho. A jóia tratava-se de uma corrente de ouro com relógio, também de ouro.

O PAÇO MUNICIPAL

Pelo ato nº 340 de 28 de janeiro de 1857, assinado, pelo Presidente da Província, Jerônimo Coelho, o território Passofundense passava a formar o maior município do Estado.

Assim sumariada organização que teve o município, no Império, foi procedida a eleição que daria a lista dos cidadãos para a vereança, responsáveis pelos destinos do novo município, sucedidos de 4 em 4 anos.

Ocuparam a Presidência da Câmara, com indicação do ano da eleição respectiva:

- 1857 (07/08) - Manoel José de Araújo; 1860 - José Joaquim Marques de Souza Junior; 1864 - Tte. Cel. Francis-



co de Barros Miranda; 1868 - Capitão João Schell; 1872 - Dr Cândido Lopes de Oliveira (em 1873 assumiu a Prorrotoria Pública, sendo substituído por Jerônimo Savinhone Marques); 1876 - Capitão Joao Vergueiro; 1880 - Francisco Xavier de Castro; 1882 - o período administrativo fora alterado pela "Lei Saraiva", que estabelecera em seu art. 25, que, feita a primeira eleição de deputados, a Assembléia Geral, pelo modo nela prescrito, proceder-se-ia a das Câmaras e Juizes de Paz, em todo o Império, no 19 dia uti 1 de julho que se seguisse, começando o quadriênio a correr do dia 7 de janeiro subsequente.

Por efeito da mesma Lei, deixou de ser Presidente da Câmara o vereador mais votado, para ser eleito anualmente, por esta. Eleito foi pelos seus pares, o vereador Antonio Ferreira Prestes Guimaraes, tendo sido conservado na Presidência todo o quadriênio.

1886 - Ocupou a Presidência o vereador Joao Issler, nela permanecendo até a dissolução da Câmara logo após a advento da República; a 2 de dezembro de 1889, por ordem do Governador provisório do Estado, Visconde de Pelotas, findava o mandato dos vereadores.

Com o desaparecimento do Império e surgimento da República, foram promulgadas as Constituições Federal e Estadual, vindo alterar o sistema administrativo da Nação e do Estado.

Por essa razão o Poder Municipal seria exercido, na sede, por um Intendente que dirigia todos os serviços, e por um Conselho que votaria os meios de serem eles criados e mantidos. O Intendente e o Conselho seriam simultaneamente eleitos pelo povo, mediante sufrágio direto dos cidadãos, de 4 em 4 anos, sendo que no primeiro quadriênio administrativo, porém, a eleição se reportaria ao Conselho devendo o Intendente, ser nomeado pelo Presidente do Estado.

Após 15 de novembro de 1889, o município, por espaço de quase 2 anos, esteve sob a administração de uma Junta



Governativa.

A 1º Junta Governativa, a partir de 16 de novembro de 1889, estava assim constituída: Gabriel Bastos, José Pinto de Moraes e Jerônimo Lucas Annes. Seguiram-se: 15 de julho de 1890 - Gabriel Bastos, José Pinto de Moraes e Benjamim Lopes de Oliveira; 15 de novembro de 1891 - fora designado o 1º Intendente provisório, Tte. Cel. José Pinto de Moraes, a 19 de março de 1892, o município passou a ser dirigido por uma Comissão Governativa composta dos seguintes cidadãos: Tte. Cel. Amâncio de Oliveira Cardoso, Major Antonio Ferreira Prestes Guimaraes, Joao Issler, Tte. Crispim José de Quadros e Jerônimo da Costa e Silva (federalistas); 17 de junho de 1892 - Tte. Cel. José Pinto de Moraes retorna como Intendente Provisório; 16 de agosto de 1892 - E empossado o 1º Intendente constitucional, Frederico Guilherme Kurtz; 17 de abril de 1893 (período revolucionário), assume Gabriel Bastos como Intendente; 7 de agosto de 1893 - João Gabriel de Oliveira Lima ocupa o cargo de Intendente; 16 de dezembro de 1893 - Cel. Gervásio Lucas Annes é nomeado Intendente, pelo Presidente do Estado; 15 de novembro de 1896 - Cel. Gervásio Lucas Annes é Intendente eleito; 16 de novembro de 1900 - Cel. Pedro Lopes de Oliveira ocupa o cargo de Intendente eleito; 29 de fevereiro de 1904 - Cel. Pedro Lopes de Oliveira é reeleito; 16 de novembro de 1908 - Cel. Gervásio Lucas Annes é eleito Intendente.

Em 1902, quando Intendente, o Cel. Pedro Lopes de Oliveira, fora adquirido, pelo Município, o terreno onde hoje se levanta o edifício da ex-Intendência, hoje Prefeitura, à Av. Brasil, e que era propriedade do Sr. Domingos Lourenço de Barros. Limitava-se o terreno, na época, ao sul com a rua Morom, a leste com terrenos de Jesuíno Bordallo, ao norte com a atual Av. Brasil e a oeste com terrenos de Herculano Trindade. Era um potreiro onde eram colocados animais para pastarem.

Em 1910 fora iniciada a construção pelo Intendente Cel. Gervásio Lucas Annes e por ele administrada; a palavra viera de



Porto Alegre, incluindo detalhes, como pintura e decoração; na época serviu de assentador de tijolos o Sr. Luiz Ricci (há o Bairro Ricci, em Sto. Antonio, arredores da cidade, onde residiu).

Quando os alicerces da hoje já velha Prefeitura, que serviu e passou, estavam sendo erguidos, serviu de palco a teatros de marionetes que, seguidamente, por aqui transitavam.

A 25 de julho de 1911 era festivamente inaugurada com foguetórios, hasteamento do Pavilhão Nacional e do Estado, presença das Escolas da época (Colégio Elementar recentemente instalado), figuras de projeção do Partido Republicano e Federalista, Juízes e povo em geral.

O Intendente, Cel. Gervásio Lucas Annes, usando da palavra, afirmou que Passo Fundo despertava para uma nova era do progresso e cultura (novas escolas eram criadas pelo Município)

Em relatório Municipal, de 1911, afirmava o Sr. Intendente que a construção do edifício fora feito com grande economia para os cofres do Município, pois apesar da sua vastidão, custou apenas 34:847\$779 (trinta e quatro contos e oitocentos e quarenta e sete mil e setecentos e setenta e nove réis), sendo 5:225\$789 (cinco contos e duzentos e vinte e cinco mil e setecentos e oitenta e nove réis), do orçamento anterior.

O terreno da Velha Câmara e a casa que serviu como Paço Municipal até julho de 1911, foram vendidos por 6:000 \$000 (seis contos de réis), para o Sr. Bento Ribeiro da Rosa (pai do Sr. Dr. Otelo Rosa, 1º secretário de Educação e Cultura do Estado). Era localizado à Av. Brasil, onde hoje se ergue o Edifício Elaine, nº 1.268.

Continuando a seqüência dos Intendentes e, posteriormente Prefeitos, citaremos: 16 de novembro de 1912-Cel. Pedro Lopes de Oliveira volta como Intendente e, na sua Vice o Cel. Gervásio Lucas Annes que falecera a 4 de abril de 1917; 16 de novembro de 1920 - Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro é eleito



Intendente; 16 de novembro de 1924 - Armando Araújo Annes passa a ser o novo Intendente; 16 de novembro de 1928 - Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro volta a Intendência; 27 de outubro de 1930 - Henrique Scarpelini Ghezzi, primeiro Prefeito com esse título; 21 de outubro de 1932 - Armando Araújo Annes passa a ser Prefeito; 29 de maio de 1935 - Maximiliano de Almeida é eleito Prefeito; 17 de outubro de 1935 - E empossado como Prefeito o Dr. Nelson Pereira Ehlers; 6 de janeiro de 1938 - Antero Marcelino da Silva Junior é Prefeito Municipal; 22 de março de 1938 - Arthur Ferreira Filho e empossado Prefeito; 17 de dezembro de 1941 - Dr. Victor Graeff ocupa o Paço Municipal como Prefeito; 24 de agosto de 1944 - Dr. Raul Cauduro assume a Prefeitura; 28 de outubro de 1944 - Arthur Ferreira Filho toma posse como Prefeito; 21 de novembro de 1945 - Francisco Antonino Xavier e Oliviera e o novo Prefeito; 19 de fevereiro de 1946 - Arthur Ferreira Filho, novamente é guindado ao Paço Municipal; 03 de fevereiro de 1947 - Ivo Pio Brum é o novo Prefeito; 1º de dezembro de 1947 - Armando Araújo Annes, volta a Prefeitura; 1º de janeiro de 1952 - eleito Dr. Daniel Dipp (posse); 2 de janeiro de 1955 - Mário Menegaz, como Vice-Prefeito assume em complementação de mandato; 19 de janeiro de 1956 - E empossado o Prefeito Wolmar Salton; 19 de janeiro de 1960 - E empossado o Prefeito Benoni Rosado; 1º de janeiro de 1964 Toma posse Mário Menegaz; 31 de janeiro de 1969 - E empossado o Prefeito César José dos Santos; em razão do falecimento do Prefeito, assumiu, como complementação de mandato o Vice Guaracy Barroso Marinho; a partir de 31 de janeiro de 1973 a Prefeitura Municipal de Passo Fundo foi dirigida pelo Prefeito Cel. Edú Villa de Azambuja.

No momento em que a Prefeitura de Passo Fundo se instalou em novo prédio, homenageamos os que passaram e serviram o Município, como expoentes máximos da Administração Municipal, quer como Intendentes, Vices, Prefeitos, Vices, Presidentes da Câmara, Sub-Prefeitos do 19 Distrito Secretários da Municipalidade, Tesoureiros que em duas ca-



sas (a velha Câmara e a velha Prefeitura que entrou em desuso em maio de 1976), com empenho cívico marcaram a marcha ascensional desta Passo Fundo, imprimindo nos seus ATOS a dignidade e a honra de cidadãos conscientes da missão que lhes foi confiada.

Em 1977 assumiu o novo Prefeito - Sr. Wolmar Salton e Vice - Dr. Firmino da Silva Duro. Por motivo de saúde completou o mandato o Sr. Vice-Prefeito. De início substituindo e, em face do afastamento do Sr. Prefeito, por motivo justificado (doença), o Dr. Firmino da Silva Duro foi Prefeito até 31/01/1983.

Em eleições realizadas em 15 de novembro de 1982, foi eleito o Dr. Fernando Machado Carrion e seu Vice o Dr. Lourenço Pires de Oliveira.

UMA ÉPOCA

Coches - Eram carros de praça, usados para passeios e, mesmo, transporte fora da cidade. Existiram desde o começo do século e desapareceram na década de 1930.

Eles enfeitaram a vida da cidade com o tilintar de suas campainhas, que avisavam a chegada, quando chamados.

Eram puchados por tração animal, com parelhas de cavalos (caprichadas).

O ruído de suas rodas, o trote cadenciado dos animais, marcaram uma época de comunicações, nesta Passo Fundo e região.

O valor da corrida, sem distância determinada, na zona da cidade, era de 2\$000 (dois mil réis).



A parte do carro ocupada pelos passageiros era coberta e, em caso de mau tempo havia uma lona que protegia a parte dianteira dos fregueses.

Comportava quatro passageiros em 2 bancos (um frente ao outro), sendo um mais confortável (como o banco na mesma posição dos carros, ou automóveis atuais, atrás do chefer); o outro mais estreito à frente.

O boleiro (dirigente), ficava em posição mais elevada, assentado na boleia, com mãos firmes nas rédeas, chicote ao lado, para fazer uso quando necessário. O boleiro não possuía nenhum resguardo. Duas meias portas, uma de cada lado dos passageiros, era o amparo que existia. Os bancos eram estufados, bem como os encostos.

As empresas desses carros de praça, que temos conhecimento foram os seguintes: de Feliciano Trindade, cujas cocheiras e residência do proprietário, situavam-se à Av. Brasil Leste, local onde hoje se encontra a casa do Dr. Odaglas Salgado e redondezas; de Teleopholo Muller, cujas cocheiras e residência eram no Boqueirão, à Rua Cel. Miranda entre Morom e Av. Brasil.

Conhecemos um fato de viagem do Juiz da Comarca de Passo Fundo, para Soledade (primitivo nome Sul idade), em carro da época (tração animal) e, que, para acelerar a viagem foram usadas 2 parelhas de cavalos, transformando-se o percurso em "excelente viagem".

A fobia da velocidade, na década de 1910, já afetava Passo Fundo. Havia um carro de propriedade de Zeferino de Tal, que apostava com outro colega de nome Claro Santos, cujo veículo era puxado por uma parelha de rozinhos brancos (dizem que eram da raça inglesa "Pecheron"), para subirem a rampa da Rua Cel. Chicuta, saindo da Paissandú até a rua Morom.

Esse sensacional evento, na época, foi festivo para a cidade, quando as apostas foram polpudas.



Naquele tempo a Rua Cel. Chicuta ainda não estava nivelada. Era uma subida íngreme e acidentada.

Coche - Sinônimo de carruagem, mas no Passo Fundo da época esse nome era bastante usado, embora deveriam ser aceitos como Carros.

Automóveis - A partir de 1910, Passo Fundo começou a receber os primeiros carros. O primeiro tinha a cor preta e o outro cinza. Um era de marca Bentz e outro não conseguimos conhecer a sua procedência. A gasolina usada (importada), vinha em latas de 20 litros, contendo, um caixote, 2 latas, à razão de dez mil réis, portanto cada litro custava duzentos e cinqüenta réis.

Na moeda atual parece inviável comparar valores.

Nessa mesma época o ilustre cidadão Armando Araújo Annes comprou um carro Ford. Nas manhãs ensolaradas o carro era tirado da garagem, permanecendo algumas horas, afim de aquecer o motor. Logo, apôs, era o motor acionado com maniveladas (segundo informações uma das rodas do automóvel, devia estar acima do chão para que o motor ligasse mais rápido); esse trabalho devia ser feito por pessoa com prática, pois, quando o motor ligava o carro dava pinotes, e saltava, correndo; o manivelador corria sérios perigos.

A pessoa encarregada desse mister, não se colocava, bem ã frente e, sim, em posição que lhe favorecesse sair rápido da frente do carro.

Matadouro - Na zona oeste da cidade, boqueirão, onde se encontra o Posto Brasil, existiu no começo do século um matadouro particular, em cujo local uma frondosa árvore "Umbu" oferecia bela sombra para o trabalho de abates.

A carne do gado aí abatido era vendida no local. Os restos dos animais mortos ficavam entregues aos urubus, que em poucos minutos limpavam a área. (Quando o abate começava já as aves negras iniciavam o sobrevoio do local, o que já servia de



aviso aos compradores da mercadoria.)

Moinho - No período de 1900 a 1915, havia na Av. Brasil, esquina 7 de Setembro ala sul (hoje, lojas Pinguim - 1983), uma forte fonte de água, resguardada por taipa de pedras, onde lavadeiras aproveitavam a correnteza para lavarem as roupas das famílias da cidade. Essa água corria em direção à Rua Morom, esquina com a 15 de Novembro, onde havia um Moinho que muito serviu a população da época.

Olarias - O local onde se encontra hoje a Cervejaria Brahma e suas redondezas foi um sério banhado até o começo do presente século. Ali houveram olarias que para serem visitadas pelos compradores de tijolos não era fácil alcançar o local, tal o atoleiro, mais ou menos na baixada da Rua Paissandú com a Cel. Chicuta e imediações.

A olaria do Schneider situava-se entre a Rua Cel. Chicuta, 7 de Setembro, Av. Brasil e Paissandú. Nessa época, primeira e segunda década do presente século, o trem de carga estacionava na 7 de Setembro, quando havia carga para carregar ou descarregar para os proprietários ali residentes. Por essa razão, essa olaria fazia, nesse local, os seus carregamentos.

A olaria do Severiano estava instalada entre as ruas Cel. Chicuta, Gal. Neto e Uruguai.

A olaria de Gabriel Bastos ficava na Rua Paissandú, entre Gal. Neto e Cel. Chicuta.

Na Rua Independência, no trecho hoje compreendido entre as ruas Cap. Eleutério e Benjamim Constant e Gal. Osório, mais ou menos, existiu uma olaria, desaparecida na primeira década do presente século, cujo local foi um grande banhado. As águas desse banhado também foram utilizadas para tanques de lavadeiras (rua Independência). Esse lavadouro, quando do prolongamento dessa rua, em direção ao nascente da cidade, desapareceu.

Cortumes - Os primeiros cortumes de Passo Fundo fo-



ram de propriedade dos Srs. Frederico Graeff e Antonio José da Silva Loureiro.

O primeiro se situava no local onde hoje se confluem as ruas Paissandú com Alferes Rodrigo.

O segundo se localizou no local que foi chamado "Mato do Barão" zona essa que hoje, totalmente povoada, situa-se atrás do Quartel da Unidade Federal, 39/59 RCMEC, aqui sediada (1983).

Clubes Políticos - em 1891, o tumulto político de duas facções - republicanos e maragatos, movimentaram a cidade e a região (Passo Fundo foi elevado à categoria de cidade em 10 de abril de 1891).

A sede dos republicanos era na antiga Câmara de Vereadores, posteriormente primeira Intendência, sita à Av. Brasil, Boqueirão, onde hoje se ergue o prédio de nº 1.268.

A sede dos Maragatos era na quadra da Av. Brasil, entre a Cap. Araújo e 7 de Setembro, num casarão de madeira, em cujo local hoje se encontram as casas de nºs 1111 e 1.121.

Dessas duas agremiações surgiram os chefes que se degladiaram durante a fratricida Revolução de 1893.

Lagoas - Passo Fundo desfrutou de gostosas lagoas que marcaram, também sua época.

Lagoa do Sátiro - Existiu no local onde se encontra a Av. Presidente Vargas, entre a atual rua Gal. Canabarro e 7 de Setembro. Segundo informações de pessoas mais antigas, o local dessa lagoa teria sido no local (mais ou menos), onde hoje se encontra o prédio nº 43 da Presidente Vargas. Seu desaparecimento já era consumado na década de 1910.

Outras duas lagoas já desaparecidas foram: uma delas existente no terreno, onde hoje se ergue o Quartel da Unidade Federal aqui sediada 3º/5º RCMEC (fundos), foi conhecida como Lagoa do Barão; outra, paralela à fronteira a anterior,



localizava-se na face norte do trecho que era cortado pela via férrea primitiva, cuja existência tivemos o prazer de conhecer.

Com o prolongamento da Rua Teixeira Soares em direção ao cemitério e conseqüente aterro, essa lagoa desapareceu. Todas elas foram as piscinas do velho Passo Fundo, para os jovens daquela época (homens, pois mulheres não tinham vez).

Biquinha da Cadeia - No Dicionário Geográfico de Passo Fundo, encontra-se registrado o "Arroio da Biquinha", "o qual se localizava " segundo consultas feitas com pessoas aqui nascidas e já com idade avançada", entre as quadras 15 de Novembro, Marcelino Ramos, com Morom e Gal. Osorio. Essa fonte era proporcionadora da Biquinha da Cadeia, que se localizava, exatamente, na esquina da Rua Independência com Teixeira Soares", onde hoje se encontra o prédio do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação, nº 1166.

Essa Biquinha teve sua história: Em 1898 fora construída a Cadeia Municipal, à rua Independência com Marcelino Ramos; com remodelações teve suas funções ativas até 1977, quando foi inaugurado o Presídio Municipal sito à rua Anna Nery s/n9, na Vila São Luiz Gonzaga.

A partir da construção da Cadeia em 1898, a " Biquinha" passou a servir a referida Cadeia, quando os detentos, menos perigosos, acompanhados pelos carcereiros ou guardas, carregavam em baldes de latas, água para servir as necessidades da Prisão (água para beber, alimentação e higiene em geral).

A utilização dessa água proporcionou o batismo de "Biquinha da Cadeia".

No local, junto à Biquinha foram construídas, pela municipalidade, tanques de madeira, mais tarde cimento, que serviram às lavadeiras e famílias residentes nas redondezas. Em 1930, já a Biquinha estava perdendo o seu valor, os tanques desaparecendo e hoje nada mais, desse passado, existe.



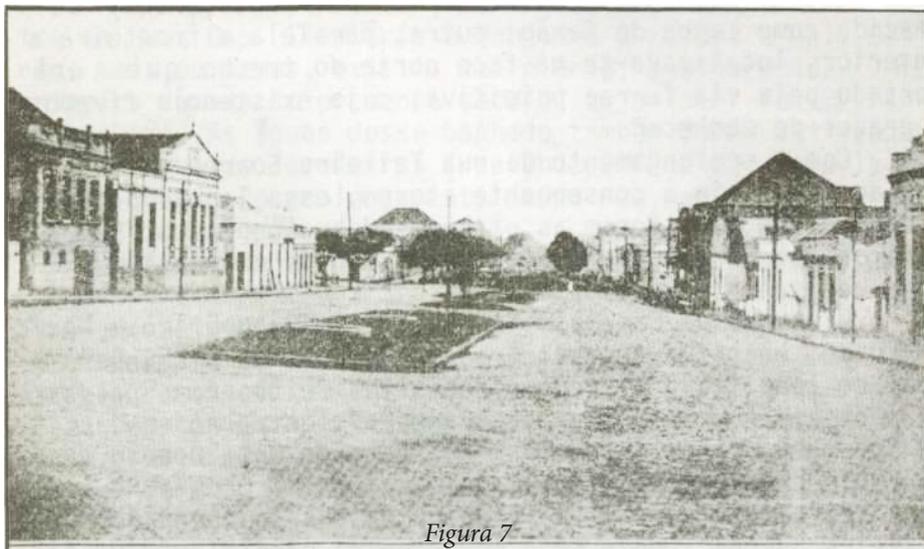


Figura 7

ASPECTOS DA AVENIDA BRASIL, REMODELADA E CALÇADA.

CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

1922 - Passo Fundo amanheceu engalanado naquele 7 de Setembro de 1922, festejando a magna data nacional.

As agitações políticas que campeavam no Rio Grande do Sul com grandes e pesadas perturbações, principalmente na Zona de Cima da Serra acalmaram-se para dar lugar à exaltação patriótica do Centenário da Independência do Brasil.

O Tiro de Guerra 225 polarizou os festejos, desfilando com seus alunos em parada militar.

Houve a colocação de um marco do Centenário, na Av. Brasil, no Centro da ex-praça da República (hoje "Ernesto Tochetto") e local fronteiro ao Grupo Escolar "Protásio Alves".

O Colégio Elementar, habitando, ainda, o velho casario da Av. Brasil com Marcelino Ramos (hoje Escola de 1º Grau Protásio Alves) comemorou condignamente a data, prestando honras ao Pavilhão Nacional, desfilando e apresentando números cívicos junto ao obelisco que ora se erguia. Foi rezada uma missa campal, pelo vigário Pedro Wimmer; comemorações na Loja Maçônica, no Templo Metodista, no Instituto Ginásial (hoje Instituto Educacional), Clube Pinheiro Machado (hoje Academia Passo-fundense de Letras), também marcaram a grande efeméride. A Intendência Municipal, colaborando com os festejos mandou aplinar algumas quadras da Av. Brasil, podar os sinamomos, pintar seus caules e facilitou despesas com o Tiro de Guerra 225.

O Jornal "A Época" inseriu editoriais alusivos ao acontecimento.

Na ocasião foi inaugurado o edifício do Banco da Província à Praça Mal. Floriano, graças a iniciativa do gerente, Sr. Arthur Schell Issler, enquanto uma comissão, ficava encarregada de fundar a Associação Rural de Passo Fundo, composta dos seguintes homens públicos da época: Ney de Lima Costa, Faustino Rodrigues e Oscar Moreira.

BANHOS PÚBLICOS

Banho Ideal: Situado à rua Independência, esquina com Cap. Eleutério, ala sul, esquina leste, foi propriedade do Sr. Carlos Schmidt e, posteriormente, já na Cap. Eleutério foi proprietário o Sr. Constantino Lopes.

Da década de 1920 à década de 1930, foi um local onde



havia banhos de chuveiro, banhos turco, banhos de banheira e até uma piscina revestida de madeira, havendo ao redor uma espécie de estrado com mesas, cadeiras e atendimento de bar. Era freqüentado pelos moços e senhores da época.

Naquele tempo não havia na cidade serviço de água e esgoto, razão por que poucas famílias tinham banheiros com encanamento em suas casas. O valor do banho era de 1 \$000 (um mil réis). A gostosa limonada gazona servida aos clientes era de fabricação do Sr. Vicente Perez, que também fabricava Água de Soda, Frutína, Guaraná e Cerveja Preciosa. A fábrica era na Rua Independência n° 406, sendo, na época, localizada ao lado do Banho Ideal. Os familiares do Sr. Vicente Perez residem ainda (1983), no mesmo local.

Contam que certa vez um cavalheiro, chegando à sua casa, vindo do Banho Ideal foi interrogado pelo seu filho: "Pai, banho eu sei o que é, mas Ideal não?".

Deixamos aqui um agradecimento à Sr. Ady Perez Barreiro, pelos dados que nos forneceu.

Banheiro das Rech - Situava-se entre as ruas Gal. Osório e Independência, com Teixeira Soares e Marcelino Ramos.

Nesse local havia uma fonte, proporcionada pela Biquinha da Cadeia. Com características menos confortáveis que o Banho Ideal, mantinha chuveiros e banheiros.

Uma característica dos Banhos Públicos, era que, a critério do banhista, eram fornecidas toalhas e sabonetes.

Em 1930 já estavam em extinção.

Houve, também, na década de 1930 e princípios de 1940 uma Casa de Banhos, localizada na Rua Cel. Chicuta, entre a Rua Minas Gerais e Pernambuco. Nada mais existe nesse local. Era proprietário o Sr. Terpandro Souza.



A GAZOZA DE BOLINHA

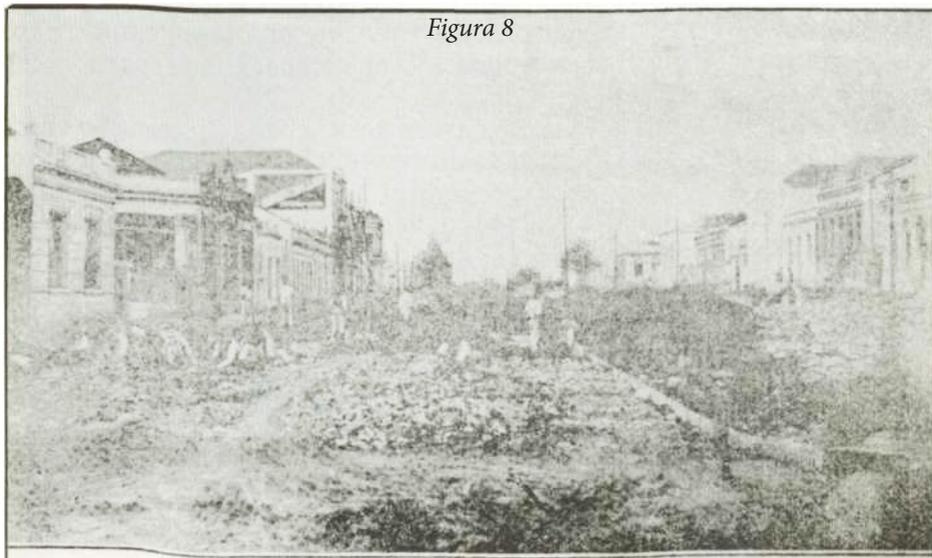
Na fabricação de refrigerantes do Sr. Vicente Perez, havia a gazoza de Bolinha, muito usada na década de 1920 e 1930, ou pouco antes.

Essa Bolinha vinha abaixo da tampa da garrafa de gazoza. Quando era aberta a garrafa, a bolinha ficava vedando a boca da garrafa; uma vez entornada a garrafa a bolinha ia para o seu interior e dava saída a deliciosa bebida.

Voltando a garrafa, à posição vertical, a bolinha vedava, a boca do gargalo.

A informação da gazoza de bolinha e gentileza da família do Sr. Vicente Perez, falecido já há alguns anos.

Figura 8



OS CALCETEIROS TRABALHANDO NA AVENIDA
BRASIL.

A DILIGÊNCIA

Viver do passado será nostalgia.

Recordar o passado será reviver.

Comentar o passado será transmitir.

Naquele longínquo 1922 o Instituto Ginásial, o nosso Instituto Educacional do presente, iniciava suas atividades a 15 de março, em novo prédio, situado na Praça Boa Vista a Av. Brasil Boqueirão, construído em terreno gentilmente cedido pelo Poder Executivo, na pessoa do ilustre médico e político passo-fundense, Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro e por intercessão do advogado Dr. Ney de Lima Costa.

O Boqueirão, naquela época, significava grande distância entre o velho e o novo Passo Fundo. Difícil era o acesso dos alunos ao novo educandário. O diretor do Instituto Ginásial era o Rev. Daniel Lander Betts, o qual não hesitou em proporcionar transporte aos seus pupilos. Para isso adquiriu uma diligência, carro puxado a cavalo se o adaptou para carro escolar. A diligência era uma condução segura e confortável, na época. Tinha capacidade para 20 alunos.

Era, a diligência, um carro de 4 rodas, com tolda, lonas dos lados para abrigar contra a chuva e contra o frio dentro haviam dois bancos compridos, um frente ao outro, é frente um banco para o boleiro que dirigia, com pulsos firmes e responsáveis, as rédeas de dois lindos cavalos brancos com bons aperos. Ao lado do boleiro, preso na tolda estava a sineta que vinha de longe, avisando sua passagem ou sua chegada. O



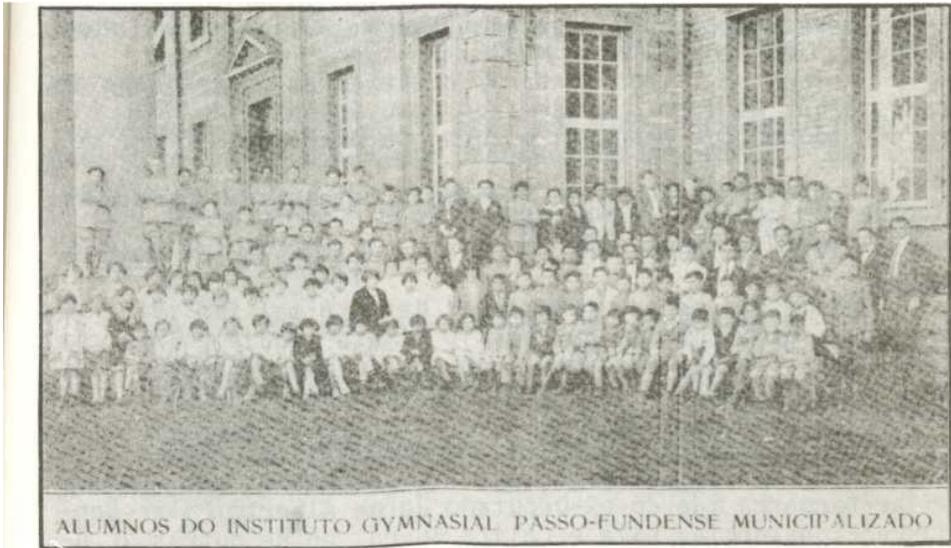
itinerário era do Instituto até o Passo (rio Passo Fundo). Os alunos aguardavam a chegada ou desciam nas esquinas mais próximas de suas residências.

A alegria e a satisfação de se sacolejarem na diligência era um privilégio muito invejado. A Av. Brasil não era calçada. Do Boqueirão até a esquina da rua 15 de Novembro era abundante a sombra dos sinamomos, árvores frondosas, o que amenizava o calor, embora nada pudesse fazer contra a poeira sufocante do trajeto da diligência; contudo era gostoso sentir o trotar dos cavalos e os ringidos das molas do carro, nem sempre bem azeitadas, mas em perfeito estado para o transporte dos alunos.

Era pitoresco ver-se a algazarra da criançada que ora subia, ora descia da diligência no horário escolar.

Em 1925 já o progresso visitava a cidade, graças a visão larga dos Poderes Executivos que se sucediam, então, parte da Av. já estava calçada no governo do ilustre passo-fundense Armando Araújo Annes e a diligência foi considerada em desuso. Uma caminhonete Ford, adaptada a carro escola, com capacidade para 30 alunos, entrou em circulação, por conta do Colégio, sendo dirigida pelo cidadão Helmuth Homrich. Nesse mister de transportar alunos para o Instituto Ginásial, colaborou até 1927, quando esse meio de conduzir estudantes, como propriedade do Colégio, desapareceu do mesmo modo que "a diligência".





ALUNOS DO INSTITUTO GYMNASIAL PASSO-FUNDENSE MUNICIPALIZADO.

Figura 9

Um Perfil

A paróquia Nossa Senhora da Conceição, não poderia excluir dos seus anais, os dados da ilustre dama passo-fundense Dna. Laura, que registraremos em "Passo Fundo através do Tempo", com a gentil colaboração da família:

"Laura Marques de Vargas, nasceu a 13 de julho de 1893, na casa de seus avós maternos Jerônimo e Ignácia Marques, na Av. Brasil, em Passo Fundo, onde hoje se encontra o Colégio Notre Dame.

Filha de Miguel Ribeiro de Sant'Anna Vargas e Justina Marques de Vargas.

Eram seus avós paternos: Possydonio e Placidina Ribeiro de Sant'Anna Vargas, fundador de Carazinho.

Casou a 28 de março de 1917 com Antonio Junqueira da Rocha, passando a assinar, Laura Vargas Junqueira da Rocha.

Seu esposo era caixeiro viajante e foi fundador do Hospital da Cidade, do Clube Comercial e do Esporte Clube Gaúcho, de Passo Fundo.

Desse matrimônio nasceram: Naura, Lúcia, Alcindo, Jandyra, Álvaro, Siloé e Mario.

As quatro filhas cursaram e exerceram a profissão de magistério. Alcindo é aposentado como Inspetor do DAER; Álvaro é odontólogo e possui o curso de Direito, Mario é médico.

Com exceção de Lúcia, todos os filhos são casados. Possui 19 netos e 13 bisnetos.

Viuvou a 9 de junho de 1975, após 58 anos de matrimônio.

É uma das sócias fundadoras do Hospital São Vicente de Paulo, da Sociedade de Auxílio à Maternidade e Infância SAMI; é das sócias fundadoras do Apostolado da Oração, da Matriz Nossa Senhora da Conceição, fundado por Dna. Isabel Pilar (Biloca) irmã do Sr. Lauro Pilar, hoteleiro do antigo Hotel Internacional. Outras fundadoras Dna. Inhasinha Araújo esposa de Eduardo Araújo, Morgadinha Pilar, Laura Pilar Bandarra mãe do ex-Deputado Jorge Alberto Pilar Bandarra; Constância, Lilae Lolita Bueno, entre outras. O Apostolado se mantém, até hoje, sendo que a primeira reunião foi no Hotel Internacional a 17/10/1913, sendo assistida pelo Padre Raphael Iop.

Pertence a Irmandade de São Francisco, Ordem Terceira, da Matriz.

Ainda na Matriz fez parte do grupo que fundou a Ação Católica, que atualmente se acha desativada.



Doou a imagem de Nossa Senhora Aparecida, para a Catedral.

Juntamente com seu esposo trabalhou para reconstruir a Igreja de São Miguel, o que fizeram com a colaboração da população e, em especial do Sr. Valdomiro Corrêa. Foram festeiros na festa de Nossa Senhora da Conceição, na Matriz em 1949.

Foi madrinha na inauguração da Igreja Nossa Senhora de Fátima; da imagem de São José, na Vila Vera Cruz; do Sagrado Coração de Jesus, na Vila Rodrigues.

Fez campanha para aquisição do Órgão da Matriz, bem como dos trilhos e tapetes.

Participou ativamente da última reforma do piso, da Matriz em especial do altar mór e colocação dos lustres, tendo colaborado para mobiliar o salão paroquial.

Foi madrinha de ordenação sacerdotal do falecido Padre Jacques.

- Em tempo: de 26 a 28 de abril de 1935, realizou-se na cidade o primeiro Congresso Catequético Diocesano, com lançamento da Pedra Fundamental da futura Catedral de Passo Fundo, comemorando o encerramento do Ano Santo Extraordinário Extra Urbem e o Jubileu Sacerdotal de D. Antonio Reis bispo de Santa Maria.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Caracterização Geográfica

A paróquia Nossa Senhora da Conceição é a mais anti-



ga da cidade de Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul pertencente ao Regional Sul III, como focaliza o mapa abaixo. (CNBB)

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO APARECIDA

Em 1830, o Cap. Manoel José das Neves, instalado em terras de Passo Fundo (Fundador), que a ele foram doadas por S.M. Imperial D. Pedro II (1827), fez doação, juntamente com sua esposa Reginalda, de uma área para que nela fosse erguida uma Capela, cuja padroeira deveria ser N.S. da Conceição Aparecida.

O local escolhido foi a parte alta da povoação ou seja, hoje Av. Gal. Neto entre Morom e Independência, ala leste (hoje, nesse lugar se encontra a Catedral de Nossa Senhora Aparecida).

A construção da Capela teve seu término em 23 de agosto de 1934, bem como sua inauguração.

Em 26 de novembro de 1847, foi criada a paróquia de Passo Fundo, com sua Matriz Nossa Senhora da Conceição Aparecida.

IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

A atual Igreja Matriz situada na Praça Tamandaré, teve seus alicerces lançados em 1891, quando da visita, aqui realizada, pelo Bispo do Rio Grande do Sul, Excia. Rvma. D.



Cláudio Jose Gonçalves Ponce de Leão, ocasião em que foi recebido festivamente na sede do Clube "Amor a Instrução", em data de 17 de dezembro.

O início da construção à Praça Tamandaré, rua Uruguai, datou de 1893, pelo então Vigário Pe. José Ferreira Guedes contudo foi paralisada, em seus alicerces, em consequência da Revolução Federalista. A inauguração deve ter sido entre os anos de 1907 - 1908 (não foi possível encontrar documentos oficiais da inauguração). A primeira ata de visita Pastoral do coadjutor do Exmo. Sr. Bispo do Rio Grande do Sul, em 9 de fevereiro de 1908, Joao, Bispo de Pentaconia registra, entre outros assuntos, o seguinte: - primeiras visitas a esta Matriz de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, atuação e estima do Pe. Vigário Valentim Rumpel pelo povo da Freguesia de Passo Fundo, movimento de reativação de fé, a partir de 1903 e que foi iniciado pelo Pe. Pedro Wimmer, estímulo a Instituição do Apostolado da Oração, criação do Colégio dos Irmãos Maristas, elogio ao adiantamento das obras da construção da nova Matriz e que em breve o bom povo de Passo Fundo seria datado de um Templo a altura de seus sentimentos religiosos.

Através dessa ata sente-se que a Matriz, na Praça Mal. Floriano se encontrava em péssimas condições, pois o relato continua: visita ao altar, ao sacrário, a pia batismal, aos confessionários, aos paramentos e às alfarias, estando essa Matriz apenas conservada com decência relativa para servir até a inauguração da nova.

Em registro da segunda visita pastoral, em data de 22 de abril de 1913, por S. Excia. Rvma. D. Miguel, Bispo de Santa Maria, nada consta sobre a inauguração, contudo comenta a fundação do Hospital São Vicente de Paulo, roubo das pratarias que existiam na velha Matriz.

Em livro Tombo da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição Aparecida há registro de 16 de novembro de 1913, relatando que perante grande número de pessoas desta cidade e



do Vigário Valentim Rumpel e seu coadjuntor, Pe. Raphael Iop, juntamente com a comissão construtora da Igreja Nossa Senhora das Dores, S. Excia. Rvma. Bispo Diocesano D. Miguel de Lima Valverde, segundo as cerimônias do Ritual Romano, lançou a pedra fundamental da referida Igreja, a edificar-se no local onde estava a Igreja Matriz, na Praça Mal. Floriano e demolida em 1909. Num buraco feito na pedra foi posto o advento do ato religioso. A comissão encarregada da construção era a seguinte: Jovino Freitas; Antonio Manoel Caminha, Athanagildo da Silva e João Corá. Nada mais foi encontrado sobre essa resolução da Igreja das Dores. Crê-se, portanto, que a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição Aparecida, hoje Paróquia da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, tenha sido inaugurada pouco antes substituindo a velha Capela de 1834. Sobre a Igreja de Nossa Senhora das Dores, nada mais há registrado.

O Apostolado da Oração (AO), iniciou a sua vida oficial em 1913, quando o Bispo de Santa Maria conferiu os primeiros diplomas de zeladoras a Sras. passo-fundenses, já em 1915, o Apostolado da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, contava com 120 sócias.

Em 15 de abril de 1915, foi doado a Matriz Nossa Senhora da Conceição Aparecida, um terreno, medindo 40m de frente por 40m de fundo, situado a pouco mais de légua da cidade entre o Lajeado e Olaria, no mato denominado dos Bentos. A escritura pública foi passada no cartório de Joaquim Daudt e foram doadores: Lauro Xavier de Castro, Geraldino de Oliveira Xavier, Dorival Xavier de Castro, Ortência Ribas de Castro e Euthalia Mello de Castro. Foram testemunhas Álvaro Schell de Castro e Maria Schell Loureiro.

Recebeu a escritura, devidamente autorizada pelo Bispo de Santa Maria, o Pe. Raphael Iop.

Nesse mesmo ano foi inaugurado, a 8 de dezembro, o altar-mor, todo de cedro.

Em 1916, eram os seguintes os bens imóveis, em uso



na Matriz: um altar mor, um altar simples de N.S. Crucificado, uma pia de batismo (cimento), uma pia de água benta, uma imagem de N. Sra. Conceição, comprada pelo Pe. Raphael Iop, em 1909, uma imagem de N.S. Crucificado, tamanho natural, um crucificado, tamanho natural, para as cerimônias da Semana Santa, um crucificado de metal para o altar da Nossa Senhora da Conceição Aparecida, um crucificado pequeno para a sacristia, 14 quadros da via-sacra (adquiridos em 1911), 1 quadro de São Luiz, 1 imagem de Santo Antonio (60 cm de altura), 1 imagem de Nossa Senhora da Conceição, de madeira (1 m de altura), 1 imagem de N. Sra. dos Anjos, de madeira (60 cm de altura), 1 imagem de São Miguel com pouco mais de 1 m de altura, 1 ceia de Cristo em relevo, 2 oleografias de Jesus e Maria, para o antependio do altar mor, um Presépio, adquirido em 1912, com figuras de mais ou menos, 1 m de altura cada uma. Também existiam, nessa época, quadros de São João, Santa Catarina, Menino Jesus, Estandarte do Sagrado Coração de Jesus (confeccionado pelo Apostolado da Oração, em 1913), Estandarte de São Vicente, Estandarte do Menino Jesus (bordado em 1910), 1 Estandarte de Nossa Senhora do Rosário (confeccionado em 1909).

A conferência Vicentina da Paróquia foi fundada em 1916 (29 Volume de "Passo Fundo Através do Tempo").

O Apostolado da Oração, em 1917, já contava com 160 sócias, quando fundaram, na Matriz, uma Biblioteca com mais ou menos 80 volumes, para melhor esclarecimento das associadas e das demais entidades religiosas da paróquia. Distribuía, também, mensalmente, 500 folhetos com mensagens do Apostolado, as associadas e demais membros da Matriz.

Roubo na Matriz - Em julho desse ano de 1917, foram roubados 2 cálices, 1 cibório e pequena âmbula para viagem; nada retornou para a Igreja.

Movimento Religioso Digno de Nota - Em 1918, o vigá-



rio da Paróquia, Pe. Raphael Iop, percorreu 90 léguas, sendo 64 léguas de carrinho (também conhecido pelo nome de aranha), 128 léguas a cavalo, 185 léguas de trem. O Pe. coadjutor João Barbisan percorreu 152 léguas de carrinho e 371 léguas a cavalo. A extensão territorial da Paróquia era grande e número de Capelas a serem atendidas, também representava exaustiva assistência pelos Padres da Igreja Matriz.

Também nesse ano de 1918, com a colaboração de feiis houve um superávit de um conto, cento e noventa e nove mil e duzentos réis (1:199\$200), que foi reservado para reforma da fachada da Matriz.

O primeiro Boletim do Hospital São Vicente de Paulo e a Folha Vicentina (revista mensal), órgão da Paróquia e do Hospital, vieram a lume em 1919.

O curato de Marau foi criado em 1919, desligando-se, assim, da Paróquia de Passo Fundo.

Outras revistas e folhetos da Matriz ilustraram comentários religiosos, com êxito em 1920.

Na data de 25 de julho de 1923, foi registrado em cartório, a escritura de retificação, a respeito do terreno da Igreja Matriz desta cidade, onde se lê, em parte, o seguinte:

"Freguezia do Imóvel - Nossa Senhora da Conceição Aparecida de Passo Fundo. Praça Tamandaré.

Terreno - 40 metros e cinqüenta centímetros de comprimento por 30 metros e cinqüenta centímetros de largura.

Limites - Norte, nascente e poente com terrenos de Leôncio de Ozana Rico; ao sul com a Rua Uruguai.

Adquirente - Nossa Senhora da Conceição Aparecida.

Transmitente - Ramão Rico e sua mulher Dna. Conceição Bernardino Rico.

Ratificação de doação e retificação - Escritura Pública de



26 de outubro de 1898 (vinte e seis de outubro de mil oitocentos e noventa e oito).

Notário - Joaquim de Albuquerque.

Retificação assinada pelo notário Joaquim Pedro Daudt.

Valor do Contrato - Cem mil réis (100\$000).

Pelo adquirente assinou o Pe. Pedro Wimmer.

Capelas atendidas pela Paróquia – 1925

São Paulo no Mato Castelhana; Nossa Senhora da Saúde; São João da Bela Vista; São Miguel, (Toldo de índios - Colônia Lângaro); Santo Antão (Pontão); Divino Espírito Santo em Pulador; Divino Espírito Santo no Passo da Entrada; Nossa Senhora da Conceição do Campo do Meio; Nossa Senhora de Lourdes em Mato Castelhana; Nossa Senhora de Pompéia em Colônia Lângaro; Santo Antônio no Rio Carreiro; São Sebastião em Coxilha; Santo Antônio no Mato Castelhana, São Roque no Mato Castelhana (Doado a Mitra em 1920); São Miguel no Pinheiro Torto; Santo Antônio em Água Santa (Toldo); Santo Antônio em arrabalde de Passo Fundo; São Sebastião no Pessegueiro; Nossa Senhora do Rosário (costa do Rio Carreiro); Santo Antônio (Passo do Chinelo); Capela de Bom Jesus em Carazinho; Nossa Senhora de Lourdes na 2ª sede de Sarandi; Sagrado Coração de Jesus em Saldanha Marinho; São Carlos na sede de Sarandi; São José na Linha Maneador em Sarandi; São Joao em Tamandaré; Santo Antônio na 2ª sede de Sarandi; São José em Sertão; São Pedro em Bela Vista.

Dentro da mesma área geográfica haviam, às vezes, mais de uma Capela, em face da extensão da própria área.

O Curato de Erechim se desmembrou de Passo Fundo,



em 19 de abril de 1926, e em março de 1927, dia 5, foi criada a Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes em sede Teixeira (Tapejara).

A Capela de São Vicente de Paulo, no Boqueirão foi inaugurada em 7 de agosto de 1927 e, nesse mesmo ano, no Arraial do Carazinho foi instalada a Paróquia do Senhor Bom Jesus, em abril, na gestão de S. Excia. Rvma. D. Attico, Bispo de Santa Maria.

O último Padre da Ordem dos Palotinos, em Passo Fundo, foi Roberto Rosenfeld. A sede dos Palotinos, nos últimos tempos, situava-se na Rua Teixeira Soares com Paissandú, ala leste. Desse casarão ainda existem portas originais. Foi vendida, em 1927 para o Sr. Dorval Pinto, passando, daí em diante, a ser residência particular e o vigário da Matriz e coadjunto a ocuparem, às vezes, casa alugada.

Nessa época, a banda da Unidade Federal aqui sediada participava de procissão da Matriz (Corpus Domini), e festas de caráter religioso.

A comunhão dos militares, pela primeira vez, foi realizada em 1928, quando foram ministradas 101 comunhões aos militares do 8º R.I. (Unidade Federal) graças a assistência e preparo efetivado pelo Pe. Vigário Rosenfeld e Cap. Ernesto Theodoro da Silva, Presidente dos Vicentinos.

A torre de material da Matriz foi construída em 1931 no valor de quinze mil e quinhentos réis (15\$500). Também, nesse ano a Vila Luiza ganhou sua Capela (Santo Rosário).

O primeiro Padre da Ordem da Sagrada Família que assumiu em Passo Fundo, na Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição Aparecida, foi Carlos Lange em 1935. Nesse ano, Passo Fundo, viveu seu primeiro Congresso Catequético Diocesano, realizado nos dias 26, 27 e 28 de abril (registro no primeiro volume de "Passo Fundo Através do Tempo", pg. 141, 142, 143.



Missões

Em data de 26 de janeiro de 1936, chegaram a esta cidade, vindos de São Paulo e Cachoeira (N/Est.), os missionários Redentoristas: Padre Oscar Chagas (superior), Padre Jorge Antão, Padre J. Andrade e Padre João Marcelo, quando foram iniciadas as pregações nas Capelas: São Vicente, São Roque, Vila Luiza e Santa Terezinha. Esta Missão mostrou, como era urgente, a construção da Catedral no centro da cidade. Após as pregações foi iniciada a Semana das Missões, no dia 3 de fevereiro e pregadas, na Igreja Matriz, pelos Padres Oscar Chagas e J. Andrade; no artigo Rink (local onde hoje se encontra a Catedral), a pregação foi realizada pelos Padres Jorge Antão e J. Marcelo. Foram realizadas 127 pregações. A procissão de encerramento demonstrou o alto espírito cristão-católico, reavivado pelas Missões. Nesse mesmo mês de fevereiro foi criada uma comissão para iniciar as obras da Catedral, tendo o Vigário da Matriz Padre Henrique Jolk, recebido poderes do Bispo de Santa Maria, Excia. Revma. D. Antonio Reis, para dar início ao movimento, contudo, somente em 18 de abril de 1939, em portaria de S. Excia. Rvma. D. Antonio Reis, foi nomeada a Comissão Central, Presidente, Arthur Lângaro; Vice-Presidente, Diogo Morsch; Secretário, Hugo L. Lima; 2º Secretário, Dr. Jovino Freitas; 1º Tesoureiro, Julio Fontoura; 2º Tesoureiro, Nicandro Oltramari. Presidente de honra e representante do S. Excia. Sr. Bispo, foi designado o Pe. da Paróquia.

A Comissão de Propaganda e Conselho Administrativo, ficou assim constituído: Otto Bade, Ernesto Morsch, Otacílio Ribas, Joao Floriani, Ludovico Delia Mia, Julio Longhi, Américo Pippi.

A Ação Católica e a Consagração Mariana tiveram vida ativa e ações concretas na vida da Igreja Matriz.



A população católica de Passo Fundo recebeu, na Igreja Matriz, dia 16 de março de 1940, a visita do Coração do B. Pe. São Roque Gonzales de Santa Cruz, onde ficou, em visitação, durante a tarde, noite e manhã do dia seguinte (domingo). Durante esse tempo houve vigília das entidades religiosas, juntamente com os Padres da Sagrada Família (Vigário e coadjutores). O Pe. Leopoldo Arutzen S.J., foi o portador da relíquia do Pe. Roque Gonzales.

Em 1941, a Igreja Matriz tinha sob sua jurisdição, 24 Capeias.

No ano de 1942, um passo-fundense rezou sua primeira Missa, no dia de Natal - Pe. Argemiro Delia Mia.

O Apostolado da Oração (AO), cujo mister principal sempre foi a Oração e colaboração efetiva com a Igreja, em 1942, doou 2 bandeiras - Nacional e Pontifícia - que, na época, passaram a fazer parte da vida da Igreja, doação essa feita à Matriz.

Em 1943, foi criada a Paróquia de Santo Antonio em Água Santa.

O trigésimo (30) aniversário de fundação do Apostolado da Oração foi festejado com novena que se realizou no período de 8 a 17 de outubro, dia da fundação deste Apostolado, culminando com procissão em louvor ao Sagrado Coração de Jesus, contando com a presença de S. Excia. Rvma. Bispo D. Antônio Reis, nesse 17 de outubro.

Nesse mesmo dia o Sr. Bispo lançou a pedra fundamental da Capela do Sagrado Coração de Jesus e que foi construída pelo casal Herminio e Margarida Biasuz. Nessa mesma data foi lançada a benção, pelo Sr. Bispo, à pedra fundamental da futura sede do Círculo Operário.

Também, nessa oportunidade, foi apresentada ao povo católico da cidade, por S. Excia. Rvma. D. Antônio Reis, o Monsenhor Clementino Müller, Sacerdote da Diocese, que



foi incumbido de organizar o futuro Bispado de Passo Fundo, término da futura Catedral, aquisição do palácio Episcopal e formação do patrimônio.

Missões em Passo Fundo - A Igreja Matriz foi sede das 2^{as} Missões, aqui realizadas no período de 14 de março a 3 de abril de 1944, quando foram pregadores os Padres Redentoristas Luiz Pesi, Juvenal Martins, Antônio Marcelo e J. Hartanann.

Criação de novas Paróquias - Em 19 de janeiro de 1944 foi criada a Paróquia da Vila Augusto Cesar (posteriormente Sede 35 e hoje David Canabarro), tendo como Padroeira a Sagrada Família.

A Vila Rodrigues, arrabalde de Passo Fundo, foi agraciada com a Paróquia Santa Teresinha do Menino Jesus em 19 de março de 1935.

Liga Eleitoral Católica - Instalada na Matriz no ano de 1945, a 31 de agosto, teve como Presidente de honra o Sr. Ernesto Morsch e Aparício Lângaro. A assistência eclesialística coube aos Padres Henrique Brück e José Bunse.

1^a Missa - No dia 14 de dezembro de 1947, celebrou a 1^a Missa o Neo Sacerdote Pe. Dr. Artur Morsch, da Cia. de Jesus e filho de Passo Fundo.

Casa Canônica - A construção da Casa Canônica da Igreja Matriz foi iniciada em 1947, e veio a servir como moradia dos Padres desta Paróquia.

Imagem de Nossa Senhora Aparecida - Na data de 10 de setembro de 1949, S. Excia. Rvma. D. Antônio Reis, visitando Passo Fundo acompanhou a solene procissão que, partindo da Igreja Matriz, Praça Tamandaré, dirigiu-se à casa da família Antonio Junqueira da Rocha, rua Cap. Araújo, nº 719, quando benzeu a Imagem de Nossa Senhora Aparecida, ofertada pela família. A procissão continuou seu trajeto, pela Rua Morom, até a Igreja Catedral. Após a benção externa do Templo, foi a Imagem levada ao novo Santuário Mariano.



Catedral Nossa Senhora Aparecida - S. Excia. Rvma. Bispo D. Antônio Reis, pelo Decreto datado de 20 de janeiro de 1950, criou mais uma Paróquia em Passo Fundo, que seria o futuro Curato da Sé, tendo como seu principal orago Nossa Senhora Aparecida, modificando-se, assim, a denominação do orago da antiga Paróquia que era Nossa Senhora da Conceição Aparecida, para o título de Nossa Senhora da Conceição.

Posse de Novo Vigário - Por determinação superior o Pe. Vigário da Matriz Nossa Senhora da Conceição, em data de 12 de fevereiro de 1950, deu posse ao 19 Vigário da Catedral, Pe. Laurentino Tagliari, quando foi celebrada Missa solene, na referida Catedral.

Nova Paróquia - Criada em 1950, foi a Paróquia de São José da Vila Ernestina (distrito de Passo Fundo).

Bispo Auxiliar - Dom Cláudio Colling, Bispo auxiliar de Santa Maria, no dia 6 de março de 1950, foi revestido de todas as faculdades de Vigário Geral da Diocese.

1º Bispo de Passo Fundo - Com calorosa recepção no dia 12 de março de 1950, Passo Fundo recebeu em sua Catedral o Bispo Auxiliar Dom Cláudio Colling e, a 21 de junho desse mesmo ano, aqui aportou a jubilosa notícia da eleição de S. Excia. Rvma. Dom Cláudio Colling, para Bispo da Diocese de Passo Fundo, criada na mesma data.

As cerimônias de instalação da Nova Diocese e posse de S. Excia. Rvma., aconteceu no dia 22 de julho de 1951.

Dom Cláudio apascentou, com carinho e amor cristão, as suas ovelhas, pelo espaço de 30 anos, quando em 1981 foi designado Arcebispo do Rio Grande do Sul. D. Urbano A11 - gayer é o novo Pastor da Diocese de Passo Fundo, desfrutando de grande estima entre os paroquianos que compõem esta Diocese.

Missões - em 1952 foram realizadas Missões na Igreja Matriz (3ª em Passo Fundo).



Primeira Visita Pastoral - A Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição em 1954, 1º de agosto, recebeu a visita pastoral do Bispo Dom Cláudio, quando foi administrado o Sacramento da Crisma a 90 pessoas.

Ordenações - Em 3 de julho de 1955, S. Excia. Rvma. Dom Cláudio Colling, ordenou quatro neo-Sacerdotes da M.S. F. (Missionários da Sagrada Família), na Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.

Casa de Retiros - Foi inaugurada na data de 8 de dezembro de 1956, pelo Bispo Dom Cláudio Colling, com a presença do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Jayme de Barros Câmara e assistido por grande número de católicos, convidados especiais e Ordens Religiosas.

Igreja Matriz - Em face da inauguração da Casa de Retiros, na data festiva da Padroeira da Matriz, 8 de dezembro, a festa alusiva foi realizada em 6 de janeiro de 1957 sendo oportunidade inaugurada benfeitorias no interior deste Templo.

Missões - No período de 21 de setembro a 7 de outubro de 1957, como preparação para o 19 Congresso Eucarístico Diocesano de Passo Fundo, aqui realizado na data de 16 a 20 de outubro desse ano, as Missões tiveram papel preponderante, avivando o espírito cristão e a fé católica em todas as Paróquias da cidade.

Congresso Eucarístico Diocesano - A Diocese de Passo Fundo, tendo à frente S. Excia. Rvma. Bispo D. Cláudio Colling, realizou em êxito cristão-católico esse extraordinário evento, quando se fizeram presentes, nesta cidade, S. Excia. Vice-Presidente da República, Ministros, Governo do Estado, Prefeito de Porto Alegre e autoridades Civis, Militares e Educandários do Município.

Príncipes da Igreja também se fizeram presentes: D. Vicente Scherer, Arcebispo de Porto Alegre, Arcebispo de Goiânia, Bispo de Joenville, Santa Maria, Pelotas, Caxias e



Uruguaiana. Religiosos e religiosas de várias Congregações e o povo em geral, participaram entusiasticamente das cerimônias religiosas, conferências, sessões solenes, Hora Santa.

A imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima foi recebida, nessa ocasião, com grande solenidade.

No encerramento do Congresso houve missa Pontificai com assistência de cristãos-católicos, jamais vista em Passo Fundo.

1958 - Inauguração e benção da Capela do Hospital São Vicente de Paulo.

Festa de São Miguel - A Capela de São Miguel no Pinheiro Torto, pertenceu a Jurisdição da Igreja Matriz, quando festejos eram antecipados, com tríduos na Matriz, festeiros e grande propaganda. No dia aprazado, 29 de setembro, uma procissão, saindo também, da Matriz, dirigia-se até a Capela onde era celebrada Missa, realizado batizados e festejos populares. O pagamento de promessas também fazia parte dos festejos.

Capela de São Vicente no Boqueirão - O lançamento da pedra fundamental da Capela de São Vicente, substituindo a velha Capela, foi lançado em 28 de fevereiro de 1960.

1961 - Nesse ano foram construídas as Capelas da Vila Santa Marta e Entre Rios.

Salão Paroquial - Em 1962, o Vigário, Pe. Henrique Brück, com auxílio dos paroquianos, construíram o Salão Paroquial, o qual enriqueceu a possibilidade de confraternização dos membros da Paróquia.

1963 - Nesse ano de 1963, já o uso da visita das Capelinhas às famílias católicas, era conhecido.

Paróquia de São José Operário - Criada por S. Excia. Rvma. D. Cláudio Colling, em 19 de março de 1964, desmembrou-se, assim, da Igreja Matriz.



Reforma Interna da Igreja - Foi concluída em 30 de setembro de 1965, e deu novo aspecto a Igreja. Desapareceram os nichos que se achavam sobre o altar mor e a imagem de Cristo Crucificado, passou a ficar na parede de fundo, dando, assim, mais sentido litúrgico, por ser o lugar onde se realiza o sacrifício da Cruz. A Imagem de Nossa Senhora da Conceição e Coração de Jesus foram para a nave da Igreja.

As paredes foram revestidas com lambril de canela até a altura de 1,60 cm. Nova pintura foram feitas nas paredes.

Nesse mesmo ano, um novo altar para Missa versus populum, colocando no presbitério da Matriz começou a ser usado para realização das cerimônias religiosas.

Telefone - Em setembro de 1966, a Igreja Matriz adquiriu um telefone, o que muito facilitou a vida religiosa da Paróquia.

Novas Reformas na Matriz - Em 1971 a entrada da Matriz, parte externa, foi reformada, recebendo patamar mais amplo e escadarias em 3 faces. A parede externa foi revestida de lages de pedra até a altura de 1,30m. O frontispício e torre receberam nova pintura.

Missão do Apostolado - A partir de 1971, o Apostolado da Oração (AO) teve sob seus cuidados as alfarias da Igreja Matriz.

Novas Paróquias - Em 19 de janeiro de 1977, foi criada a Paróquia de São Judas Tadeu. Nesse mesmo ano, no dia 10 de fevereiro a Paróquia de São Vicente (Boqueirão) passou a existir.

Jubileu de Frata - A Diocese de Passo Fundo, na data de 29 de janeiro de 1976, exultou pelo jubileu de Prata de seu Bispo Excia. Rvma. D. Cláudio Colling. Com Missa solene, presença de Bispos do Rio Grande do Sul, convidados especiais e o povo em geral, esse evento religioso assinalou uma etapa no catolicismo desta Diocese.



Seminário Diocesano - Um acontecimento deveras digno de júbilo e louvor, foi a inauguração do Seminário Diocesano Nossa Senhora Aparecida, em 6 de março de 1977, construído no Km 3 da rodovia Passo Fundo - Ernestina. Com solene concelebração presidida por S. Excia. Rvma. D. Vicente Scherer D. D. Cardeal Diocesano de Porto Alegre, vários Bispos do Rio Grande do Sul, religiosos e religiosas e fiéis da Diocese, foi realizada a inauguração.

Ao Bispo D. Cláudio Colling, idealizador do Seminário, coube a batalha para construí-lo e a honra e graça de vê-lo erguido e inaugurado.

A vida na Matriz Nossa Senhora da Conceição-Em 1978 a Igreja Matriz, sob a direção do Pe. Augustino Flack, recebeu várias reformas melhorias, em seu interior e exterior, com a colaboração dos paroquianos.

Na entrada do presbitério havia o letreiro "Ecce Panis Angelorum", que foi alterado para "Eis o Pão da Vida", alteração essa realizada pelo Tte. Serafim Magalhaes (Unidade Federal), que também remodelou, artisticamente, o desenho dos anjos e símbolos eucarísticos.

Valorização humana - Em 21 de setembro de 1979, foi iniciado na Matriz o 19 Curso de valorização humana e, desde então reúnem-se semanalmente e desenvolvem trabalho de real valor na comunidade.

Nova Porta - A estrutura externa da Igreja sofreu alterações, para melhor, com a abertura de uma porta, a oeste, cuja razão foi assentada em melhor ventilação e fácil controle, pela Canônica, do movimento na Matriz, em horário diverso ao das cerimônias religiosas.

Festa do Divino Espírito Santo - Esta festa sempre foi celebrada na Igreja Matriz com solenidade, desde o início da vida da nova Igreja da Conceição, à Praça Tamandaré. Em 1982, houve um realce especial: na Paróquia existem várias famílias



portuguesas, vinda dos Açores e, como são grandes devotos dessa festividade, a elas foi confiada a organização da festa. Além das cerimônias religiosas, que anteciparam os festejos, foi recebida na Igreja Matriz a visita de um casal português que, vindo do Rio de Janeiro, trouxeram ofertas para a Igreja, que foram recebidas em Missa solene. Como oferecimento da Colônia Portuguesa, os paroquianos foram obsequiados com uma refeição que constou de caldo verde, pão, vinho e carne. Aos carentes, que existem na Paróquia, foi entregue, um churrasco, pão e vinho.

O Presidente dos festejos, o português Sr. Ludovico Bitencourt, com grande júbilo, assim se manifestou ao término dos festejos: "Ê a festa do Deus do Amor e por isso não poderá ter fins lucrativos".

Na Paróquia da Conceição esta festa irá ter, sempre que possível a direção da família portuguesa da Paróquia.

Missões na Paróquia - De 30 de outubro a 7 de novembro de 1982, realizaram-se as Missões, pregadas pelos Franciscanos Frei José Frey e Frei Jose Scheibel.

Os horários foram distribuídos pela manhã, tarde e noite, quando crianças, jovens e adultos tiveram oportunidade de participarem. Grande foi o número de público que participaram.

Novo Vigário na Paróquia - Na data de 2 de janeiro de 1983, o Pe. Augustino Flack despediu-se da Paróquia, que passou a ser dirigida pelo Pe., também da Sagrada Família, Jacob Inácio Kehl. Pe. Augustino foi transferido para a Paróquia de São José Operário, na Ilha do Governador, Rio de Janeiro.

Pós Missões - Na gestão do Pe. Jacob Inácio Kehl, foram realizadas as Pós Missões, na Igreja Matriz, nos dias 22, 23 e 24 de abril de 1983, quando reafirmadas as pregações das Missões do ano de 1982.

A Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, Paró-



quia mais antiga da Cidade, na Praça Tamandaré, é um marco histórico de seu povo.

Relação de Vigários na Paróquia Nossa Senhora da Conceição - Época Palotina - No ano de 1903, assumiram a direção da Paróquia, os Padres Palotinos. Foram 6 os Vigários: 1903 - Pe. Valentin Rumpel; 1914 - Pe. José Raphael Iop; 1921 - Pe. Pedro Wimmer; 1923 - Pe. Carlos Kolb; 1925 Pe. Francisco Konig; 1927 - Pe. Roberto Rosemfeld.

Época dos Missionários da Sagrada Família - No ano de 1929, assumiram os Missionários da Sagrada Família, com a nomeação do Pe. Carlos Lange, como Vigário da Paróquia Nossa Senhora da Conceição.

Até 1983 (ano deste registro), foram os seguintes os Vigários: 1935 - Pe. Henrique Jolk; 1942 - Pe. José Bunse (Vigário substituto); 1943 - Pe. Henrique Jolk; 1946 - Pe. Nicolau Gouverneur; 1948 - Pe. Joao N. Altnndt; 1949 - Pe. Clemente Etgeton; 1955 - Pe. Jacó Flommerafeld; 1959 - Pe. Henrique Brück; 1965 - Pe. Humberto Lucca; 1968 - Pe. Júlio Ritt; 1973 - Pe. Arno Flesch; 1975 - Pe. Albano de Wallan; 1976 - Pe. Rodolfo Ceolin; 1977 - Pe. Jerônimo Finkler; 1978 - Pe. Augustino Flack; 1983 - Pe. Jacob Inácio Kehl.

Registro digno de Nota: - No ano de 1913, no dia 17 de outubro, o Bispo de Santa Maria D. Miguel de Lima Valverde, conferiu diploma de zeladoras do Apostolado da Oração (AO), as seguintes damas: Da. Conceição Bueno, Da. Luciete Falbert, Da. Biloca Bilhar, Da. Mathilde Piccoli, Da. Marieta Delia Mia; Da. Itália Durgante, Da. Almerinda Spiozzi, Da. Lolita Bueno.

Área geográfica, atualmente, da Matriz Nossa Senhora da Conceição: N - Rua Tobias Barreto; S - Independência; L - 15 de Novembro; o - Andradas.

1. Entidades religiosas atuantes na Paróquia:

Apostolado da Oração; Ordem Franciscana Secular;
Legião de Maria; Vicentinos.



2. Movimentos:

M.C.C. (Movimento de Cursilho de Cristandade); M. F.C. (Movimento Familiar Cristão "Pré Matrimonial e Encontro conjugal"); E.C.C. (Encontro Conjugal de Casais).

3. Grupos de Cultivo e Serviço:

Catequese; Liturgia; Grupo de Jovens; Pastoral de Saúde; Caritas Pastoral; Valorização Humana.

O PASSADO NO PRESENTE

Passo Fundo, após a chegada do Capitão Manoel José das Neves, em 1827, legítimo Fundador da povoação do Passo Fundo, aqui aportaram os primeiros emigrantes alemães e, posteriormente os italianos. A povoação teve, no elemento português e seus descendentes, grande influência, pois, originários da Província de São Paulo, aqui se assentaram como pecuaristas e proprietários de glebas de terra.

Dessa vivência, Passo Fundo ainda mostra algumas casas, na maioria em péssimo estado de conservação ou em parte remodeladas:

Casa de João Schell - Av. Brasil, esquina 10 de Abril, ala sul, esquina oeste; permanecendo em original a parte da rua 10 de Abril. Aí funcionou a 1º Agência do Banco da Província do Rio Grande do Sul, na década de 1920. Ainda na Av. Brasil, nº 1.256, há uma casa que foi moradia de João Schell, mantendo hoje (1983), janelas originais. Ambas construídas na década de 1860.



Casa de Innocência Scheleder - Av. Brasil nº 1434, construída no início do presente século (conforme informações, a construção data da década - 1910)

Casa de Guilherme Morsch - Construída em 1865, sita a Av. Brasil nº 1176 e 1182 (atualmente transformada em 2 (duas moradias). Há uma parte original a Av. Brasil mantendo-se a rua 10 de Abril quase que totalmente em estado original.

Em 1908, foi construída uma casa por Guilherme Fetzer, a Av. Brasil Boqueirão frente para a Travessa Castanho da Rocha, ala sul. A frente e parte da ala oeste, está em original.

Casa de Joao Jacob Müller Filho - Av. Brasil com a rua 7 de Agosto. Quase em sua totalidade, está em original. Nela funcionou a escola particular de Carolina Becher, em 1918. Ala sul - construída em 1908.

Sobrado dos Padres. Assim era conhecida a residência dos Padres Palotinos, sito a rua Teixeira Soares, esquina Paissandú, mantendo a fachada da frente, ainda em original.

Casa de Ângelo De Felippo - Av. Brasil nº 1730 construída em 1913.

Da civilização portuguesa, em Passo Fundo, ainda podemos registrar as seguintes casas:

Casa de Antonio Ferreira Prestes Guimarães - Av. Brasil nº 1130, construída na década de 1880. Conserva as soleiras das janelas e traços da fachada externa.

Casa de Antonio da Silva Loureiro - Casa Barão, construída em 1865, sito a Av. Brasil, nº 1089, esquina Cap. Araújo. Mantém original a parte da Av., sendo que na Cap. Araújo, já desapareceu uma parte[^]

Casa do Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro - Construída em 1906, Av. Brasil nº 1056, ala sul, esquina Cap. Araújo.

Casa de Antonio Junqueira da Rocha - Construída em



1921, à rua Cap. Araújo, a primeira residência desta rua, entre a Av. Brasil e rua Morom.

Casa de Juca Pinto de Moraes - Construída na década de 1880, sito a Av. Brasil, nº 908. Nela funcionou no começo do século a Farmácia de Miguel Pinto de Moraes. (Hoje 1983, ocupada pela CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica).

Clube Pinheiro Machado - Construído em 1912, à Av. Brasil nº 792. (Hoje 1983, propriedade da Academia Passofundense de Letras).

Ex-Prefeitura Municipal, Av. Brasil nº 758 e Ex - Câmara de Vereadores, construídas em 1911.

Casa de Gabriel Bastos - Construída na década de 1880 a Av. Brasil nº 687, esquina 15 de Novembro, ala norte. Há uma parte original a Av. Brasil Leste (parte superior).

Casa do Cel. Pedro Lopes de Oliveira (Cel. Lólico), construída em 1916, sito a Av. Brasil, ala sul a 15m, mais ou menos, da Rua Cel. Chicuta.

Farmácia Rosa - Construída em 1908, à Av. Brasil 500, de propriedade na época de construção, do Dr. Romão Rosa.

Casa do Cel. Gervásio Lucas Annes - Construída em 1901, nº 791 e localizada à Av. Brasil na atual calçada alta, ala norte da referida Av. No interior dessa residência haviam pinturas, verdadeiras obras de arte, realizadas pela grande artista Da. Guilhermina Borges (biografia – 2º volume de "Passo Fundo Através do Tempo").

Casa de Júlio Édolo - Construída em 1909, à Av. Brasil nº 799, na calçada alta. É notável a porta dessa casa, e da de nº 791.

Casa de Oscar Pinto de Moraes. - Construída em 1915, sita à Rua Morom nº 2260. Nela hoje funciona a Sociedade de Amparo à Maternidade e Infância "SAMI", sua atual proprietária.



A partir da década de 1920, a parte leste da Cidade expandiu-se, dando idéia de um Passo Fundo novo, ficando o chamado "Boqueirão", como cidade antiga.

Prédios, dessa década, mereceu serem lembrados: Instituto Educacional (IE), construído em 1922, estilo jônico Av. Brasil, entre as ruas Andradas (ala leste) e Cel. Miranda (ala oeste). O prédio levou o nome de "Prédio Texas" em reconhecimento a Universidade Americana que patrocinou a campanha financeira, localizado no Boqueirão, zona oeste da cidade. (Cronologia do Ensino em Passo Fundo - 1976).

Na zona leste temos: Av. Brasil: Hotel Avenida, esquina com a Rua Gal. Neto; Igreja Metodista (esquina com Bento Gonçalves); Colégio Estadual de 1º Grau Protásio Alves, ex-Grupo Escolar Protásio Alves e ex-Colégio Elementar (cronologia do Ensino em Passo Fundo da mesma autora). Foi construído em 1929; Banco da Província, hoje Banco Itaú, foi construído na década de 1920; Hotel Gloria, também da década de 1920, a Rua Gal. Canabarro, esquina com Cap. Eleutério.

Zona Oeste: Hospital São Vicente de Paulo - Foi inaugurado em 29 de dezembro de 1918 (Passo Fundo Através do Tempo - 2º volume).

Zona Leste: Hospital de Caridade, hoje Hospital da Cidade - foi fundado em 20 de julho de 1914 (Passo Fundo Através do Tempo - 2º volume).

Zona Oeste: Quartel do Exército - Lançamento da pedra fundamental em março de 1922 (Passo Fundo Através do Tempo - 1º volume).

Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição (comentário em separado).

Zona Leste: Hotel do Comércio - Segundo informações, esse hotel, situado na rua Gal. Canabarro, esquina com Bento Gonçalves, ala norte, foi construído no princípio da década de 1910. Dos Hotéis antigos que ainda existem é o que mantém, na



sua totalidade, a arquitetura original.

Casa de Roberto Knach - Construída em 1919 ã rua Paissandú, esquina com Benjamim Constant, ala sul.

Prédio de Joao Batista Nothen Sob° - Construída em 1935, a Av. Brasil Centro, antiga Av. Cap. Jovino, ala sul Casa Joao Café.

Casa de Dom Corando Rodrigues - Construída em 1975 ã Av. Brasil n9 30.

Sobrado construído por Mathilde Piccoli, década de 1920, a Av. Brasil, esquina com Cap. Eleutério, ala sul.

Prédio do Sr. Aparício Lângaro - Construída em 1929, sita a Rua Bento Gonçalves, ala oeste, nº 673.

Prédio do Sr. Olintho Oliveira - Construído em 1928, sita ã rua Bento Gonçalves, ala oeste, nº 685.

Farmácia Serrana - Prédio construído pelo Sr. Ivo José Ferreira, em 1919, sendo a terceira casa que usou cimento, pois até então esse produto era escasso e, mesmo, nem havia, pela dificuldade em conseguir.

Zona Oeste: Casa de João Barbosa de Albuquerque e Silva - Construída na década de 1910, sita à Rua Morom, esquina Av. 7 de Setembro, ala norte. Mantém em original a parte da Rua Morom.

Zona Leste: Primeiro prédio de apartamentos em Passo Fundo - construído pelo Sr. Aparício Lângaro, em 1941, sito a Av. Brasil, esquina com Gal. Neto, n9 362, ala sul.

Casa de Pedra - Construída na década de 1910, por José Zacarias. As pedras de gris não mais estão visíveis porque foram revestidas de reboco. Localiza-se a Av. Brasil, esquina com Saldanha Marinho, ala norte (1983 - Pertence ã família Cogo).

Sobrado de Ludovico Delia Mia - Construído em 1914,



à Travessa Paul Harris - Praça Tochetto, ala norte, nº 15.

Casa de Josino Marques - Construída em 1910, tijolos ligados a barro, sito à Rua Independência nº 926, esquina com a Av. 7 de Setembro, ala sul.

Casa de Max Avila - Construída na década de 1920, à Av. Brasil nº 186.

Casa de Eduardo Kurtz - Construída na década de 1920 sita à Rua Independência, nº 674. Supõe-se estar incluída nas primeiras casas a usar massa com cimento.

Edifício do Dr. Celso Fiori - Construído na década de 1940, à Rua Morom nº 1731, foi o primeiro edifício em Passo Fundo, a ter uso de elevador.

Prédio de Joao Ângelo Miotto - Construído em 1925, à Rua Bento Gonçalves, ala leste, esquina com Independência, nº 600.

Casa de Isa Dipp - Construída em 1920 à Av. Brasil, ala norte, nº 83.

Casa de Almiro Cidade Ilha - Construída em 1928, à Rua Gal. Canabarro, nº 43, ala norte.

Casa de Maurício Lângaro- Construída na Vila Rodrigues, na década de 1920, sito à Rua Joao Vergueiro, ala leste, entre a Cel. Pelegrini e Rio Branco.

Casa de Dionlsio Lângaro - Construída em 1925, sita a Rua Independência, nº 515.

Casa de Joao Lângaro - Construída em 1920, sita à Rua Independência, nº 505.

Hotel Franz - Prédio construído em 1920, sito à Rua Bento Gonçalves, de propriedade do Sr. João Lângaro, nº 680 Foi armazém de sua propriedade, posteriormente Colégio Notre Dame e, atualmente, 1983, Hotel Franz.



Casa do Sr. Ademar S. Petracco - Construída em 1925, por João Batista Petracco, à rua Independência, nº 537.

Casa do Dr. Ney de Lima Costa - Construída na década de 1920, à rua Gal. Osório, nº 936. Mantém a fachada em original.

Casa de Filomeno Pereira Gomes - Construída em 1927, a Av. Brasil nº 1 (esse nº corresponderia ao início da ex-Av. Cap. Jovino, hoje Av. Brasil (centro), ala sul, esquina com Benjamim Constant).

Casa da Rua Cel. Chicuta nº 321 - Não foi possível conseguir saber o nome de seu primeiro proprietário, contudo, temos conhecimento que na década de 1920, aí residiu o Sr. Arthur Lângaro, com sua família.

Casa de Luiz Lângaro - Construída na primeira década de 1900, mantém sua fachada em original (1983), sita à Rua Gal. Canabarro entre Bento Gonçalves e Av. Gal. Neto, ala norte, mais ou menos a uns 15 a 20 metros da Bento Gonçalves. Sua posição era privilegiada por estar à frente da ex-Estação Ferroviária de Passo Fundo (a primitiva), já transferida para a Vila Petrópolis.

Casa, atualmente de propriedade dos herdeiros do Sr. Henrique Scarpelini Ghezzi - construída em 1915 à rua Gal. Canabarro nº 1197.

Casa de Josino Marques - Construída em 1918, sita à Rua Independência, nº 808.

Casa de Josino Marques - Construída em 1908, sita à Rua Independência nº 799.

Casa de Josino Marques - Construída em 1909, sita à Rua Cel. Chicuta nº 464.

Casa de Manoel Thomaz Rosendo - Construída em 1917, à Rua Morom, nº 1966, esquina 15 de Novembro. A fachada, na Rua Morom, uma porta ladeada por janelas, ainda



é original. Na parte da rua 15 de Novembro, houve alterações.

Nesse local, nasceu a autora de "Passo Fundo Através do Tempo", pois a residência era de seu pai.

NOTA - Não há referências dos construtores das casas e prédios citados, por que não foi possível ter informações seguras.

Atualmente (1983), uma grande maioria dessas casas e prédios, são propriedades de herdeiros ou terceiros, em razão de herança ou de compra do imóvel.

UM SÉCULO

Em cinco de setembro de 1876, nasceu na Fazenda dos Três Capões, 19 Distrito deste Município, uma criança do sexo masculino, filho de Antonio de Oliveira Penteado, natural do Paraná, e de Idalina Xavier e Oliveira, natural de Passo Fundo. Os avós paternos foram Ildefonso José de Oliveira e Maria Germana Penteado; os avós maternos foram Francisco Xavier de Castro e Ana Joaquina Ferreira, ambos natural deste município.

Esse menino recebeu o nome de Francisco Antonino Xavier e Oliveira (o Seu Antonino).

A Fazenda dos Três Capões foi inclemente, pois uma grande seca assolou o Município e regiões vizinhas, no período de outubro de 1876 a fevereiro de 1877, ocasionando intensa miséria e obrigando os Poderes Públicos a intervir em socorro das vítimas do flagelo.

Nasceu Antonino num decênio de atraso, tanto no que



tange a produção agrícola, como no que respeita à instrução popular.

Antonino teve vida áspera e difícil, com lutas e vicissitudes, mas com o espírito sempre voltado para o Alto, com o coração estuante de retidão e bondade, patrocinando as causas mais nobres, tocantes do patriotismo e humanidade.

Quando menino, roubado todas as vezes à escola e, quando jovem, à Universidade para ser jogado as tarefas mais humildes e ingratas aprendeu a ler por seu próprio esforço; dessedentou-se nas leituras avulsas, abeberou múltiplos conhecimentos, aí, nos currículos da vida, e autoditado magnífico, perante o qual, respeitosos e admirados, os acadêmicos se descobriam.

Foi “batizado a 25 de dezembro de 1876, em Lagoa Vermelha, conforme assento na Prelazia de Vacaria. Recebeu o prenome do avô materno figura patriarcal da época.

Criou-se ao estilo capeiro, singelo, sem os requintes da moda, dedicado às lides do campo e lavoura e ao fabrico da erva mate com carijós e engenhos.





CALÇAMENTO A MOSAICOS DA PRAÇA MARECHAL FLORIANO

Figura 10

As recordações da infância de Antonino gravaram fundo no seu coração e alma, tanto que o inspiraram, baseado nas batidas ou sons emitidos pelos soquetes de pilões e do velho monjolo, magníficos versos onomatopaicos:

"o velho monjolo
Que moia o pilão,
Ao vento dizia
" Inhé-bangandão!"

"Fazia a quirera
Do tempo de então,
Cantando, cantando
"Inhé-bangandão!"

"Remoia farinha
Prá o leite, pra o pão,
Sorrindo e dizendo:
"Inhé-bangandão!"

"A erva socava
Prá o bom chimarrão,
Dizendo ao gaúcho:
" Inhe-bangandão!"

"Socava e socava
Da lua ao clarão,
Cantando, cantando:
"Inhé-bangandão!"

Antonino cresceu sob os cuidados de seus pais e de seu avô materno que, embora houvesse mais dois irmãos, ele, Antonino foi o predileto do avô, carregado em seus braços, e muitas vezes, escanchado na montaria, fazia pequenas excursões pela Fazenda.

Antonino aos treze anos de idade tomou parte numa



orquestra de coros e fandangos, onde seu avô também participava.

A medida que cresceu interessou-se pelas tertúlias de família, quando comentavam a Feira de Sorocaba e as vendas dos muares, daqui levados pelos seus familiares.

Em 1880, em face do precário estado de saúde, de seu pai, foi obrigado a residir no interior de Lagoa Vermelha, em casa de seus tios José Francisco de Oliveira e Maria Filomena Xavier, em companhia de sua mãe e irmãos. A viagem foi realizada em veículo consagrado na época: a carreta de bois, com tolda abaluada e puxada por 3 juntas de bois.

Com exceção do atalho que dá no Passo do Cruz, nas nascentes do Jacuí, o trajeto continua o mesmo: Mato Castelhano, Campo do Meio, Vendinha, Colônia Caseros e Lagoa Vermelha apenas o caminho era mais acidentado, estreito e sinuoso, naqueles tempos.

O passo lerdo dos bois, a monotonia do seu andar gravaram-se, para sempre, na memória de Antonino, mormente que tange aos fatos de sua meninice.

Tempos depois, assim filosofava, descobrindo relações interessantes^ como estas: "Como os bois que puxavam a carreta, somos nós cangados ao dever, nas mil e umas posições e, como eles, aguilhoados com o ferrão do carreteiro, que e esse mesmo dever".

"A tolda da carreta e o nosso teto, a casa em que moramos neste vale de canseiras".

"A mesa da carreta, que arrastamos, é o nosso ofício. Nela trazemos as obras deste - boas ou más, conforme as circunstâncias".

"Os bois são postos no cabeçalho da carreta - e nós a puxamos ligados ao cabeçalho, formado pelo nosso nome e seus atributos".



Tais considerações sobre a vida, tão originalmente comparada com a carreta, não foram, para Antonino, divagações literárias ou acadêmicas, ao contrário, podemos verificá-las, constantemente, no curso de sua existência, tão reta e atribulada, demonstrando que essa era, efetivamente, a sua filosofia acima de tudo, o cumprimento do dever embora pesasse como a canga, ou arrastasse o mundo e suas conveniências, diante da mesma perspectiva da dor, das privações e do aniquilamento.

Em 1884, seus tios e padrinhos transferiram residência para a povoação de Lagoa Vermelha e, juntamente com eles, foi Da. Idalina e seus filhos, entre eles Antonino.

Da. Idalina, porém, preocupava-se constantemente com o futuro do filho, Antonino, que já estava crescendo e, por ser o mais velho, deveria começar alguma profissão.

Pouco depois o Capitão Fortunato, irmão de Da. Idalina, convidou-a para residir em sua propriedade, não muito distante, prometendo encaminhar Antonino, mais tarde, nas lides do comércio, ficando o pequeno a servi-lo, desde então, na casa de negócios que ali mantinha.

Inicia-se, assim, muito cedo, o trabalho de Antonino como caixeiro, tendo ele apenas oito anos de idade.

Foram-lhe logo, impostos deveres, pelos quais necessitava conduzir-se durante o dia: dar água e ração aos animais de trato, bem como as montarias e mulas que ali se demoravam; atender aos viajantes no balcão, à freguesia da Vila, não esquecendo a entrega a domicilio das encomendas feitas.

Até ali, o mundo lhe parecera mais liberdade e diversão, porquanto a regra mais rígida, que lhe havia fixado a mãe, era rezar e pedir a benção aos padrinhos, todas as manhãs e ao deitar.

Acordava-se, por vezes, pela madrugada, juntamente com os primos, para atender os viajores que chegavam ou saíam, indo recolher ou retirar, encarangado, nos poteiros, os



animais de carga ou de montaria.

Aprendeu, notadamente, que devia sopitar seus ímpetos, dominar seu temperamento, muito sensível e revoltoso, adquirindo noções de paciência, afim de suportar as imperatinsências dos adultos.

Os rapazelhos de sua idade, mais bem aquinhoados e até os moleques escravos corriam, vadiavam e brincavam, ã solta, pela Vila de Lagoa Vermelha, e zombavam não raro, de sua sujeição e mesmo humilhação ao passo que outros freqüentavam a escola e exibiam, entre vaidosos e impertinentes, a proeza indizível de ler, soletrando, para mortificação maior do menino tarefeiro.

Pouco depois sua mãe Idalina foi morar com os filhos em casa própria, na mesma Vila, graças e recurso, que lhes foi enviado de Passo Fundo, de parte do avô de Antonino, Francisco Xavier de Castro, e que foi, para a pequena família, como que a própria bênção da Providência.

Aos dez anos, Antonino cursava a escola primária e era caixeiro, sendo o seu primeiro professor Benvindo Rodrigues Moreira, depois, Alfredo Guedes Falcão e, finalmente, Da. Delfina Loureiro de Melo, aula essa de que se retirou em 1887.

A escola não constituía imperativo, naquele tempo; a instrução era um luxo, Antonino atrasava-se, freqüentemente, por motivo das obrigações de caixeiro, daí resultando receber lições sumarias, imprecisas, num regime severíssimo, que mais embrutecia do que ilustrava, em razão dos rudimentares métodos pedagógicos, aliás, vigorantes até muito depois.

Não obstante, foi ali com tais professores, aliás excelentes, que Antonino veio a "soletrar" e fazer "contas", o que já era instrução para "doutor".

Antonino Xavier, com dez anos, reviu Passo Fundo, tomando parte na condução de uma tropa de bois, até a Fazenda do Arvoredo, sita hoje, parte, no município de Ronda Alta, e,



outra, neste Município.

Veio com seu tio Fortunato e primos, cruzando pela Vila de Passo Fundo e tomando direção dos campos chamados de Boa Vista e Boqueirão do Arvoredo, na época.

Antonino, em suas memórias, disse mais tarde, sobre essa região Passo-fundense.

"Em parte do Arvoredo, à esquerda, os campos, além das restingas e capões, que caracterizam o panorama geral da campanha do município de Passo Fundo, são recamados de butiazeiros, espécie de palmeira de pequena estatura, o que lhes dá o original aspecto de beleza, principalmente quando os mesmos, na verde forte de suas cerradas e elegantes palmas, se ornaram com os longos pendões amarelos dá à florescência. Na mesma zona também, freqüentemente, em touceiras, outra espécie de palmeira: o buriti..."

Na volta detiveram-se em Passo Fundo, sendo Antonino uma festa para os olhos do avô. No ano seguinte, 1887, repetiu a visita a Passo Fundo, e todos viam nele um futuro e guapo tropeiro.

Nesse mesmo ano deixou a escola para, como marinheiro de tropa, seguir à Província de São Paulo.

Na qualidade de marinheiro, Antonino montado em mula de confiança, marchava a frente de todos seguido pela égua madrinha, a badalar, com andadura, o sincero monótono, guiando os pacientes muars, enquanto o tropeiro, seu tio Cesário Xavier de Castro, na retaguarda, comandava peões e escravos, no tocar as guêchas mais retardatárias bem como os burros cargueiros, que conduziam roupas, alimentos, barracas e demais utilidades.

O caminho era áspero e difícil, por serras e aparados até o rio Pelotas.

Muitas pousadas e madrugadas foram feitas e sempre o



jovem marinheiro à frente. A travessia do rio Pelotas e a subida do lado catarinense, foi perigosa e difícil, vendo-se Antonino, várias vezes, diante da morte iminente.

O jovem passo-fundense, nessas andanças, viu gente de toda espécie e assim se expressou em suas memórias:

"Florestas de léguas de largura, situada entre Curitibanos, em Santa Catarina, e rio Negro, no Paraná, eram infestados pelos Botucudos, índios que nela até o decênio, de 1880 a 1890, fizeram número considerável de vítimas, em seus assaltos e emboscadas. Foi nessa floresta que João da Silva Machado, mais tarde Barão de Antonina, comissionado pelo Governo de São Paulo, abriu a chamada Estrada da Mata pela qual passou a ser feito o trânsito das tropas.

Antonino, muitas vezes, cansado a tiritar de frio, desanimava e, aconchegando-se ao seu pelego, divagava em busca de consolo e coragem para prosseguir.

Mais tarde, Antonino rememorando sua vida de tropeiro, cantou estes versos, nomeando-se na terceira pessoa, como "João de Outrora":

"Puxando tropas de guêchas,

Bons bocados descontou...

Bico levado da breca

Que demais o enquisilou.

No chamado Sertão velho

Forcejou de infantaria,

Tocando a mula cansada

Prá cima da serra.



Quando a barra do dia
Lá no céu apontava,
O sincerro, na ronda,
Alvorada tocava...

Seu tanger sacudia
Da barraca o repouso,
Convidando a buscar
Outra ronda, outro pouso.

E o sincerro cantava
Ora ali, ora além,
Lá na ronda dizendo:
Delem, delém, delém...

A pionada mateava
Em redor do fogão,
Relembrando a querência,
Terra do coração.

E o sincerro proseava Lã na ronda também,
Suspirando e dizendo:
Delem, delém, delém..."



Durante os meses de estação de invernagem, no Paraná, necessários à recuperação física dos animais, nas pastagens das invernadas, impunha-se um ganho qualquer, fazendo-se face às despesas do passeio, razão porque Antonino foi colocado, como caixeiro, na casa social de Manoel Dias Batista, mais conhecido por Neco do Padre em Ponta Grossa.

O tio de Antonino o apresentou ao Neco do Padre, como um garoto muito esperto, que já sabia as quatro operações, lendo corretamente e com a prática de balcão. Contou também que o rapazelho alisava as cinzas, nos pousos da jornada, para garatujar as letras e formar bonitas frases, como as seguintes: "O sol dourava o cimo das pitangueiras..

Foi em Ponta Grossa que Antonino começou a aprender algo do mundo, graças aos muitos contatos humanos, descortinadores de mais amplos horizontes. E prometeu, na sua alma juvenil, que havia de ser "alguma coisa", algo muito acima de bodegueiro...

Cinco meses depois da estadia em Ponta Grossa, seguiu para Sorocaba com a tropa referida (1888).

Sorocaba, para o menor Antonino, foi como um céu aberto. Pela primeira vez contemplava em sua curta vida, uma cidade, vira tanta gente reunida, nem tantos animais juntos, manadas compactas, dinheiro a rolar circulando de mão em mão ante seus olhos arregalados... Vida livre e desperta que tornava o tropeiro um elemento propulsor do Brasil.

Todavia, Sorocaba, em que pesasse sua condição privilegiada, como centro comercial, não oferecia, naquele tempo, qualquer oportunidade cultural; não obstante, foi ali que adquiriu um exemplar do "Novo Almanaque de Lembranças", que se editava em Portugal, com magníficas colaborações em prosa e versos, inclusive de intelectuais brasileiros, constituindo verdadeira preciosidade.

Essa viagem a Sorocaba foi decisiva para Antonino,



incutindo-lhe na mente juvenil a predestinação para as letras.

O "Novo Almanaque de Lembranças", naquele ano de 1888 constituía um repositório de informações, com cerca de 300 artigos e ornado de gravuras, editado pela Livraria de Antonio Maria Pereira, à rua Augusta nº 50 e 52, Lisboa. Por coincidência tinha, como autor, o bacharel Antonino Xavier, mas com os sobrenomes de Rodrigues Cordeiro.

Entre os colaboradores do Almanaque, viam-se: Manuel de Almeida Henriques, do Porto; Dias Barroso, do Recife; Alfredo Rocha, da Bahia, A. Peres Júnior do Rio de Janeiro, etc...

Essas colaborações, em prosa e verso, refinavam em gosto literário, ressumbrando o que havia de notável na época, em primor de idéia e fraseado.

Nessa edição do Almanaque, Antonino, ainda sem discernir devidamente as coisas, mas acicatado pelo anseio de saber, entrou em contato com a realidade nacional e com as novidades européias, então sempre as mais avançadas e procuradas.

Nesse Almanaque, entre outras, liam-se as seguintes notícias: falecimento do Dr. Nachtigall, um dos apóstolos da civilização, vida de Gustavo Adolfo, inditoso poeta paraense; excursão científica de antropologia a Muge; apreciação sobre recentes inventos do fonógrafo e de fotografias instantâneas, abolicionismo no Brasil; considerações sobre a Anunciação da Virgem, a superstição, as cenas campeiras, o mangoal, a religião, a consangüidade matrimonial, a agricultura, o palhaço, a influência moral do chefe de família na sociedade, o acaso, a indústria, o universo, o caixeiro, o inverno na Suíça, o professor de instrução primária, as dez pragas do Egito, etc...

Também foi notícia de destaque os novos velocípedes e o triciclo de vela na França.

Noutra parte, depois de referir-se a fotografia ins-



tantânea, recém inventada, acrescenta: "agora um tal Edison, célebre fabricante de aparelhos elétricos, disse que acaba de modo tal que se poderá, no futuro, expedir discursos pelo Correio, colocá-los no fonógrafo à sua chegada, faze-los ouvir de novo, ainda mesmo depois de passados vinte anos! Isto é, põe os mortos a falar e os vivos a ouvi-los...

Foi em Sorocaba que o menino Antonino despertou para o mundo e sua cabeça, fervilhou, alçando-se a grandes vôos. Em Ponta Grossa ouviu falar sobre as maravilhas das grandes invenções, sobre os políticos da atualidade e, principalmente, a emancipação dos escravos e os boatos políticos que agitavam o país e que, cerca de um ano e meio depois, ruíram com o regime dinástico no Brasil.

Foi, ainda, em Sorocaba, que soube da notícia da decretação da Lei Áurea, pela Princesa Isabel.

Da aludida Feira de Sorocaba, Antonino (em companhia de seu tio, peões e escravos) regressou a Ponta Grossa, em penosa viagem, devido ao rigor do inverno, chegando a Lagoa Vermelha em junho de 1888.

Antonino sofreu, nessa viagem, abalos de saúde.

Era de constituição magra e tinha tonteiras inexplicáveis. Viam-no a tiritar, nas cavalgadas forçadas, segurando as rédeas molhadas com mãos arroxadas pelo frio e amortecidas. No interior da barraca, encolhia-se junto ao fogo ou, quando as obrigações o afastavam dela, sempre a bater os queixos e assoprar nos dedos.

Porém, o abalo moral era o que o acabrunhava. Sentia-se diferente. A viagem o havia transformado, alargando os seus horizontes intelectivos. Em outubro de 1888, foi trazido para Passo Fundo, passando a residir com sua madrinha Ana Joaquina Xavier Oliveira, casada com o então major Lucas José de Araújo.

A trajetória do menino Antonino foi longa e áspera mas



sua dedicação ao trabalho, que lhe era imposto, aliviavam o fardo da responsabilidade, pois soube amordaçar os instintos, jugular os impulsos, abafar as expansões de vaidade, reagir contra a tibieza acomodatória, contra os entraves do desalento e da conveniência.

Em Passo Fundo, Antonino voltou à escola noturna, pois durante o dia trabalhava na casa comercial de Lucas José de Araújo.

Já em 1889, deu os primeiros passos na política, simpatizando-se com o movimento republicano, partido esse do qual faz parte de suas fileiras, tendo como chefe o Cel. Gervásio Lucas Annes.

Continuou suas lides no comércio, estabelecendo-se, mais tarde com uma loja, em sociedade com seu cunhado, Antonio de Pádua Holanda Cavalcanti, no local onde hoje se ergue a EENAV, na Praça Tamandaré, casa essa de propriedade do Sr. Adolfo Loureiro, já, então, o "Seu" Antonino, o comerciante e autodidata impunha-se pela sobriedade e amor pelas coisas da sua Passo Fundo, também em versos, assim cantou:

"João d'Outrora, e namorado
Da querência onde nasceu
Por ser uma linda jóia
Que Nosso Senhor lhe deu".

Em versos, também celebrou sua gente:

"João d'Outrora tem saudades
Da vida simples, sem luxo,
Que se leva nas coxilhas



Onde é monarca o gaúcho.

E lá que a gente campeira,
Sem vícios, sem novidades,
Moureja, alegre e tranquila,
Na maior das liberdades.

Modesta, sincera e boa,
Por pendor de coração
Vai, assim, mantendo firme
Do passado a tradição.

Tem sempre aberta as portas
Da morada hospitaleira
Essa gente, em cujo peito,
Mora a alma brasileira.

Jamais a Pátria agravada
Por ela chamou em vão;
Jamais o Brasil querido
Saiu do seu coração.

Alegre, monta a cavalo
Do dia logo aos albores
Ou vai cultivar a terra



Ou cuidar de outros labores.

E o dia todo se esgota
Em faina rude e constante,
Porque trabalho não falta,
Aparece a cada instante.

De noite, velhos monarcas,
Pelos anos destronados,
Revivem perto do fogo
Os belos tempos passados.

Outras vezes sai a viola
Da caixa que a tem guardada,
E geme de tal maneira
Que a gente fica passada".

O tempo implacável corria e o "seu" Antonino, ao lado das lides do comercio, voltava-se para os fatos que ilustravam, a cada dia, a história de sua terra nativa. Era o começo da longa escalada literária que lhe acenava para torná-lo o "Pai da História de Passo Fundo".

Ela acreditou no que podia realizar e, a isso, entregou-se inteiramente ... Só as grandes vidas foram capazes de renúncias...

Foi ele grande historiador? Foi escritor castiço? Foi juiz, advogado e um edil emérito? Nada disso importa. Ele foi grande. Bastou-se a si mesmo.



Em 1898, aos 22 anos de idade, Antonino Xavier contraiu núpcias com sua prima Da. Ana Joaquina Xavier, filha de Francisco Marques Xavier (Chicuta) e de Marcolina de Quadros Xavier.

O consórcio realizou-se em casa do Sr. Manoel Teodoro da Silva Ribeiro e de sua esposa Da. Ana Joaquina Rocha Ribeiro, casa essa situada ã Av. Brasil, próximo ã Av.7 de Setembro (a casa não mais existe). Era uma casa de estilo colonial, feita de estuque e com entrada lateral, por escadaria.

A esposa do Sr. Antonino Xavier era cunhada do Sr. Manuel Teodoro.

Onze filhos enfeitaram a vida do casal: Protásio, James, Osório, Iracema (falecida), Mair, Marina, Musa, Antonina (falecida), Carmem (falecida), Marcolina e Glorinha (falecida).

Antonino Xavier nas suas pesquisas históricas, sobre o território de Passo Fundo, com origem nas Missões Orientais, também narrou esta fase em versos:

"Esta querência fez parte
Da Província de Missões
Que os Jesuítas erigiram
Do Tape nas solidões.

Nesse tempo era sujeita
Ao governo de São Joao,
Cuja sede, agora, em ruínas
E simples recordação.

Tinha aí por habitantes,



Os chamados Guaranis,
Que ocupavam grande parte
Do nosso imenso país.

Esses índios, porém, foram
Mais tarde, desalojados
Por seus antigos rivais,
Os ferozes Coroados.

Veio isto acontecer
Após o golpe fatal
Que às Missões foi desferido
Por Espanha e Portugal".

A integridade de Antonino Xavier foi indiscutível. Dentre tantos fatos que ocorreram durante as múltiplas funções que exerceu, registram-se alguns, dos quais achamos dignos de nota, uma vez que a fonte informativa é das mais dignas de respeito e veracidade.

"Contava-se, há muitos anos, que Antonino, quando juiz, fora a uma audiência em localidade distante, no interior do Município, acompanhado de um Oficial de Justiça. A audiência, segundo o regulamento então em vigor, era precedida de certa formalidade de abertura, devendo inclusive ser anunciada pelo Oficial de Justiça, solenemente, após um toque de sineta. Depois de uma viagem incômoda e cansativa de algumas horas os itinerantes, afinal, chegaram ao destino, onde à hora pré-fixada Antonino determinou ao Oficial de Justiça que anunciasse imediatamente, aos interessados, a abertura dos



trabalhos.

Passados, porém, alguns instantes, voltou o Oficial de Justiça, à sua presença, atropalhadíssimo, pedindo desculpas: esquecera a sineta ao sair da cidade!

- A sineta é regulamentar e não pode ser dispensada. Vá busca-la em Passo Fundo!

E lá se foi o pobre Oficial de Justiça de volta à cidade para trazer o objeto determinado pelo regulamento e que ele jamais esqueceria em sua vida.

Passo Fundo vivia um dos seus dias de excepcional movimento. Seria visitado por político de alto gabarito. O Dr. Vergueiro, então Intendente Municipal, ao mesmo tempo que tomava todas as providências para uma recepção condigna, convidou Antonino para fazer o discurso oficial, por ocasião do banquete que seria oferecido ao visitante ilustre.

Tomadas essas providências, Vergueiro, que era pessoa boníssima e compreensiva, lembrou-se que Antonino possivelmente não tivesse roupa adequada para ir ao banquete e, assim pensando, resolveu dar-lhe um presente. Chamou o Agostinho (seu motorista particular) e encarregou-o de descobrir o alfaiate de Antonino. O negócio não foi nada fácil, pois o nosso homem muito raramente mandava fazer roupa nova.

Afinal, depois de muita procura infrutífera, vieram a saber que o antigo alfaiate, Pedro Karkow, tinha anotadas as medidas necessárias.

Mandaram, então, fazer a roupa com o devido capricho e rapidez. Logo pronta a roupa, por ordem do Dr. Vergueiro, Agostinho foi leva-la ao destinatário, dirigindo-se ao escritório deste, Antonino, que não fazia idéia do que se tratava, pensou que fossem livros ou papéis e mandou que Agostinho esperasse, pois poderia haver resposta.



Surpreendido com o conteúdo, ao abrir o pacote, indagou o que significava aquilo. Agostinho explicou, então, que se tratava de um presente. Antonino embrulhou novamente a roupa e entregou-a de volta ao portador.

- "Diga ao Vergueiro que lamento muito, mas não posso aceitá-lo. Explicar-lhe-ei pessoalmente. Ele compreenderá. É que sou Juiz e como tal não posso receber presentes".

Pouco antes da falência do Banco Pelotense, Antonino recebeu, da filial do mesmo, um aviso endereçado a Antonio Xavier, comunicando estar a sua disposição determinada importância, vinda de Carazinho; Antonino realmente esperava há certo tempo esse dinheiro. Foi ao Banco e explicou a situação, dizendo que o seu nome não era aquele. Dado o elevado conceito de que desfrutava, o Banco prontificou-se a pagar-lhe o valor da ordem.

Pediria, depois, à sua Agencia de Carazinho, para retificar o nome do favorecido. O engano era evidente.

Antonino, porém, apesar da premente necessidade de dinheiro, recusou e agradeceu a confiança do Banco e alegou que embora não fosse conhecida em Passo Fundo outra pessoa com o nome de Antonino Xavier, bem poderia ocorrer que se tratasse de algum viajante em trânsito pela cidade. De qualquer forma, preferia que fosse consultado, previamente, o remetente da ordem, pois não desejava lançar mão de dinheiro que eventualmente não lhe pertencesse.

Poucos dias depois o Banco fechava as portas e Antonino só depois de decorrido muito tempo é que conseguiu receber o valor da custosa ordem, que afinal era seu mesmo.

Quando Presidente do antigo Hospital de Caridade (Hoje Hospital da Cidade), Antonino, além de tratar da parte administrativa, percorria, freqüentemente, o Hospital, examinando a marcha dos serviços e também o estado de saúde dos doentes.



Certa noite, de inverno, não conseguia dormir e em plena madrugada saiu rumo à casa do médico chefe. Tirando o doutor da cama, disse-lhe que precisavam ir ao Hospital com urgência.

- Mas o que é que há, "seu" Antonino?

- Doutor, lembra-se daquele doente da "ala tal", o carreteiro que sofreu esmagamento do pé pela roda da carroça?

- Sim, "seu" Antonino. Vi-o hoje à tarde. Ele está bem.

- Desculpe, doutor, mas agora à noite, lembrei-me que ao vê-lo hoje percebi um sintoma que me pareceu gangrena, circunstância que esqueci por ter a atenção voltada para outro assunto, no momento. Não conseguirei dormir enquanto o senhor, não for vê-lo, novamente.

Como é natural, o médico quase explodiu, mas Antonino além de Presidente, era seu amigo.

- Olha, "seu" Antonino, eu vou atender este pedido, porque se trata do senhor.

E lá foram eles, rumo ao Hospital, chegando ainda em tempo de aplicar a injeção que, afinal, salvou o feliz carreteiro de uma morte fatal.

Antonino Xavier não foi ilustre pelos seus feitos militares, pelas suas gestões políticas ou por sua qualidade de "condottieri".

Morreu como viveu: sé consigo mesmo, cercado, de começo ao fim, apenas de seus familiares. E pobre, muito pobre, quando podia ter sido rico, muito rico... Escritor, nem mesmo o que escrevia mereceu um justo apreço, apesar do castiço de sua linguagem e sublimidade de seu pensamento.

O povo preferiu ver nele, tão só, o modelo do homem justo, um símbolo de integridade, erguido num pedestal, para edificação do Rio Grande e do Brasil.



Muitas vezes, em seus trabalhos em prosa ou em versos, usou pseudônimos: João d'Outrora, Avilez, Sênio, Japy.

Dentre as personalidades ilustres, que podemos coletar na História de Passo Fundo, talvez a mais ilustre deva ser a de Francisco Antonino Xavier e Oliveira.

Antonino Xavier foi, talvez, mais ilustre, não só por que glorificou vultos e História, em páginas memoráveis, mas também porque, aliando as virtudes - quase todas - daqueles vultos e daquela História, tornou-se um símbolo autêntico, honorável, magnífico de todo o patrimônio moral e cívico de sua terra nativa.

Vigilante, Antonino Xavier, nunca se deixou levar de surpresa.

Ocioso é falar dele como edil, como advogado, como Juiz, como escritor ou como historiógrafo. Em todas essas atividades, foi só uma coisa: um homem irredutível no cumprimento do dever.

1896 - Antonino Xavier passou a exercer as funções de amanuense do Conselho Municipal; 1899 - ocupou, interinamente, a Promotoria da Comarca; 1900 - foi encarregado da Organização do Mostruário de Passo Fundo; na Exposição Estadual; 1901 - foi escrivão do recenseamento Federal e Secretário da Municipalidade; 1906 foi Presidente da Liga Protetora dos Pobres, por ocasião da grande seca que assolou o Município e região; foi organizador do mostruário de Passo Fundo, na Exposição Nacional; 1909 - foi vice-Intendente até 1912, tendo assumido, em 1911, a Intendência do Município; 1914 - foi fundador do Hospital de Caridade, hoje Hospital da Cidade, ocupando a Presidência até 1924; em 1917 - realizou propaganda agrícola, ocupando no mesmo ano o cargo de Juiz Distrital. Nessa época também se dedicou ao trabalho de socorro às vítimas da chamada "gripe espanhola", que dizimou parte da população, orientando ele o serviço de Assistência com a criação do Primeiro Pronto Socorro de Passo Fundo; 1923 - 1924,



novamente voltou ao cargo de Secretário da Municipalidade, no governo do Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro; 1925 - assumiu o Juizado do Distrito; 1927 - foi encarregado da elaboração do Mapa Geográfico do Município de Passo Fundo, trabalho este que lhe pesou muito em canseira, havendo percorrido todo o território municipal, em todos os sentidos, fazendo viagens exaustivas, a cavalo, andando sempre munido de aparelho de precisão, conseguindo a efetivação de um trabalho magnífico, pela exatidão, e que foi impresso na cidade de Curitiba em 1929, servindo de ponto de partida todas as demais cartas geográficas do município que se fizeram posteriormente; 1928 - Presidiu o comitê da Aliança Liberal; 1930 - foi nomeado membro da Comissão de Sindicância do Município de Cruzeiro, Estado de Santa Catarina.

Exerceu a advocacia nos intervalos das funções acima referidas, isto até o ano de 1950, quando se aposentou, sendo considerado o decano dos advogados do Passo Fundo.

Adquiriu título de advogado profissional, não formado, em 1933 (Carteira nº 74 da Seção da Ordem dos Advogados do Brasil, Estado do Rio Grande do Sul). Recebeu medalha de ouro na Exposição Agropecuária de Carazinho, por trabalho histórico de sua autoria; participou, em 1938, do 1º Congresso Missioneiro de Estradas de Rodagem, realizado em Cruz Alta, como representante de Passo Fundo, apresentando trabalho exaustivo, aprovado por unanimidade; em 1939 foi Presidente do Grêmio Passo-Fundense de Letras (hoje Academia Passo-Fundense de Letras). Em outubro de 1945, foi nomeado Prefeito Municipal, numa época de efervescência política Nacional. Nesse 1945, em outubro ensaiou-se um governo de magistrados, quando o ministro José Linhares recebeu das mãos das forças armadas, a Presidência da República.

Apeiados os governos dos Estados, os Prefeitos Municipais, urgia colocar, em Passo Fundo, comuna importante do Rio Grande, chave da região norte-gaúcha, um homem sobre o qual não pudesse haver duas opiniões; um homem que se



impusesse, desde logo, ao respeito de todos, capaz de aplacar os espíritos prevenidos, - e isto num centro político agitado, célebre pela sua participação decisiva, incontestável, em 1893, no movimento federalista, que abalou a nascente República; pelo seu grito de revolta em 1923, que se propagou por todos os rincões Riograndenses, com repercussão no estrangeiro; e pela arrancada inicial de 1930, que modificou o panorama político e administrativo do Brasil.

Onde buscar esse homem, cuja honradez fosse um testemunho de fé, uma garantia de estabilidade, num regime instável, num momento excepcionalmente grave, salvando a ordem e a República?

Em ocasião semelhante, os romanos não hesitaram na escolha: foram buscar a salvação em Cincinato - um cidadão pobre, que se arruinara, num gesto edificante, por manter íntegra a sua honra. E Roma foi salva da anarquia.

Os magistrados riograndenses - assim também - naquela conjuntura, foram arrancar Antonino Xavier, com instância, da pobreza de seu lar, para entregar-lhe, sem titubeio, os destinos da comuna.

E sua austeridade, como a de Cincinato, foi decisiva na implantação da ordem, desempenhou o cargo que lhe foi confiado até 1946.

Fez, ainda, parte das Comissões de Recenseamento do Município em 1900, 1910 e 1920. Organizou a contabilidade do Município de Xapecó, em 1932.

Foi declarado redator dos Jornais "O Gaúcho", "Voz da Serra", "Boletim da Intendência Municipal", "Boletim do Hospital de Caridade" (Hospital da Cidade), colaborou ativamente em "O Nacional", bem como em vários jornais e revistas, inclusive na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, entidade de que era membro de muitos anos, tendo sido ainda, professor de várias aulas, neste



Município. Publicou preciosos livros históricos, sobre Passo Fundo, de grande informativo, merecendo, por isso, o título de "Pai da História de Passo Fundo".

O cabedal histórico que legou a Passo Fundo i de real valor para o conhecimento de nosso passado digno de ser manuseado, como cultura de formação moral e cívica de nossa gente e são: Anais do Município de Passo Fundo, contendo apontamentos históricos até a data da Proclamação da República (aparecido em 1908); o Município de Passo Fundo na Exposição Nacional de 1908, trabalho que acompanhou o mostruário passo-fundense, enviado ao mesmo certame; Relatório da Propaganda Agrícola, realizada neste município, em 1917, e da qual foi encarregado pela administração municipal; por uma Grande Obra, folheto em prol do Hospital de Caridade, em 1920 (Hoje Hospital da Cidade); Pelo Passado, fascículo histórico, com lendas, tradições, usos e costumes de Passo Fundo, publicado em 1922; Terra dos Pinheirais, em 1927, contendo estudos históricos avulsos, em comemoração ao centenário do início do povoamento do município; Cartas Gaúchas, poemeto político da Aliança Liberal, em 1929; A Margem de um Problema Ferroviário, referente ao projeto do ramal de Passo Fundo - Irai, em 1932; Seara Velha, trabalho histórico, com artigos avulsos em 1932; Oração ao Mate, conferência histórica-literária, em 1935; A- postilas Geográficas, tradições toponímicas de Passo Fundo, em 1935; Passo Fundo Físico, em 1934; Passo Fundo Econômico, em 1934; Passo Fundo na Revolução de 1835, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em 1944; Município de Passo Fundo Através do Tempo, 1949, contendo a História Administrativa do Município; O Elemento Estrangeiro no Povoamento de Passo Fundo, em 1949; Passo Fundo na Viação Nacional, em 1949, contendo dados sobre as primeiras estradas de penetração, tipos de veículos primitivos e surgimento da Viação Férrea, do telégrafo, da Aviação, etc; Rememorações do Nosso Passado, em 1949.



Ainda em 1927, foi encarregado da elaboração do Mapa Geográfico do Município de Passo Fundo.

Restam, ainda, inéditos: Dias Idos, Galeria do Passado, Páginas Evocativas, Passado Irônico, Três Vultos Salientes, Artigos Históricos, História de Passo Fundo, Trabalhos Históricos, Religião e Moral, Anais do Município de Passo Fundo (2º volume), Álbum dos Estrangeiros, Conferência no Instituto Ginásial, Crônicas, Memórias de Joao d' Outrora, Notas de Viagem, Trabalhos Literários em prosa.

Exponenciais homenagens foram prestadas a Antonino Xavier, nos atos fúnebres a 10 de julho de 1959. A Prefeitura Municipal, por ato do Prefeito Wolmar Salton, declarou luto oficial por três dias, sabendo-se que a Prefeitura encarregou-se dos funerais, depois de receber o consentimento da família enlutada. A Prefeitura e as principais repartições hastearam Bandeira a meio pau. A Sub-secção da Ordem dos Advogados de Passo Fundo, o Grêmio Passo-Fundense de Letras (hoje Academia Passo-Fundense de Letras), o Instituto Histórico e Geográfico prestaram significativas homenagens póstumas ao ilustre filho de Passo Fundo. Também a Loja Maçônica Concórdia do Sul, prestou ao extinto um preito significativo.

O corpo de Antonino Xavier foi velado no Edifício do Fórum, com consentimento da família, daí foi transportado, para a Maçonaria, tendo-se feito ouvir vários oradores: Dr. Eurípedes Facchini fez comovente oração, fazendo o panegírico do decano dos advogados de Passo Fundo e apresentado as sentidas despedidas da Justiça, frente ao esquife, no Edifício do Fórum; também usou a palavra o Sr. Ney Vaz da Silva, exaltando a personalidade do ilustre extinto; na Maçonaria falou o Dr. Daniel Hoppe, proferindo o sermão da despedida.

Sempre com grande acompanhamento seguiu o féretro para o Cemitério Municipal, havendo a Banda de Música executado a marcha fúnebre em todo o trajeto, inclusive dentro do cemitério, onde as cerimônias do sepultamento, iniciada às



17 horas, prolongou-se até às 19 horas, dentro da noite, sendo todos os atos irradiados, mesmo no campo santo, pela Rádio Municipal.

Antes de o corpo baixar à tumba, ouviram-se outros oradores: Sr. Wolmar Salton, Prefeito Municipal, que apresentou as despedidas em nome do Poder Executivo do Município; Dr. Augusto Trein, Presidente da Câmara Municipal, apresentou rápidos traços biográficos de Antonino Xavier, enaltecendo suas qualidades morais e de cidadão ilibado; em nome do Grémio Passo-Fundense de Letras, falou o Sr. Gomercindo dos Reis que, depois de proferir sentidas palavras, interpretando o sentir de seus confrades, leu magníficos versos, repassados de sentimentos, focalizando a dor pelo passamento do ilustre Passo-Fundense; em nome do Instituto Histórico e Geográfico de Passo Fundo falou o Sr. Jorge E. Cafruni, que ressaltou a fibra e o caráter do grande filho desta terra; por último usou da palavra, em nome do Sindicato dos jornalistas, o Sr. Alady Berlese de Lima, historiando a vida de jornalista, que projetou a vida do extinto.

Grande foi a massa humana que acompanhou Antonino até sua última morada na terra: representações de entidades várias, autoridades, figuras exponenciais, representantes da União Gaúcha de Ferroviários, magistratura, corpo de advogados e de várias profissões liberais. O povo acompanhou o filho ilustre e chorou à beira de seu túmulo. Era noite fechada quando foram concluídas as cerimônias de sepultamento, marcando um acontecimento inédito em Passo Fundo.

O Presidente da Sub-Secção da Ordem dos Advogados Dr. Celso da Cunha Fiori, e membros da Diretoria não pouparam esforços para que as cerimônias correspondessem a figura exponencial de Antonino Xavier.

Em 14 de julho, ou seja quatro dias após o sepultamento de Antonino Xavier, em sessão da Câmara Municipal, foi aprovada a indicação do Vereador Arthur Canfield, deno-



minando "Praça Antonino Xavier" a que fica em frente ao Hospital de Caridade, hoje Hospital da Cidade, nosocômio do qual figura como fundador e emérito trabalhador.

Em 05 de setembro de 1976, quando lembramos o 1º Centenário de nascimento de Francisco Antonino Xavier e Oliveira, que pelo espaço de 83 anos serviu a sua terra natal, perpetuando-a para a posteridade, através de seus livros, agradecemos a Deus pelo filho Antonino e homenageamos sua mãe Idalina que soube criá-lo dentro das normas cristãs, enfrentando dificuldades, sem nunca esmorecer nesta efêmera passagem terrena.

Antonino Xavier, teu nome também é lembrado numa Casa de Ensino, como Patrono, tua vida é um repositório de ensinamentos e a tua memória se eternizou.

PASSO FUNDO EM DUAS FACES

Em 1880 a cidade nossa, então Vila, tinha apenas um pequeno núcleo arruado, ou seja o espaço que compreendia as ruas do Comércio (hoje Avenida Brasil), Paissandu (antiga S. Bento), Morom, que conserva tal nome e ao tempo se limitava somente ao trecho entre as atuais Cap. Araújo e Cel. Miranda, porque tanto para o nascente como para opoente a trancavam terrenos particulares cuja desapropriação para abri-las, só veio a ser decretada por Lei Provincial nó 1714, de 17 de dezembro de 1888; a do Uruguai, ai limitada a ala sul e essa mesmo somente as atuais 10 de Abril e Cel. Miranda, e com raras casas ou antes casebres; as denominadas travessas da Ladeira (anteriormente de Santa Clara e hoje rua 15 de Novembro); Humaitá (antiga das Flores, atual rua Teixeira Soares); de Nonoai (antiga Imperatriz hoje rua Dr. Marcelino Ramos); do Estreito (atual rua Cap. Araújo); do Chafariz (anteriormente da Ponte, hoje rua 7 de Agosto); de Belas (antiga Direita, atual rua 10 de



Abril); Brasil (hoje rua 20 de Setembro); da Boa Vista (atual rua dos Andradas); Ocidental (hoje Cel. Miranda); uma seguinte que de início não tivera denominação, passando mais tarde a chamar-se rua Cel. Mascarenhas e as duas Praças Tamandaré e Boa Vista, sendo aquela apenas delineada e com uma única edificação na esquina da Rua Paissandú com a Dr. Marcelino Ramos.

Na mais importante dessas ruas, (a do Comércio) existiriam umas cento e poucas casas, em sua maior parte boas, de tijolos, estuque ou madeira, sendo as primeiras em maior quantidade.

Na Paissandú se contariam umas 30 casas, sendo 10 de tijolos, e o restante de madeira e com vários casebres.

Na Morom, onde o total (não passaria de umas 12 casas de tijolos) só se viam 2, consistindo o restante, em sua maioria de simples ranchos.

Na do Uruguai, que aí só tinha a ala sul, não existiriam mais que 4 ou 5 casebres.

Nas travessas, além das casas que com frente para as ruas do Comércio e Paissandú, nelas faziam esquina, deveria ser esta a existência predial: na da Ladeira, 1; na Humaitá, 4; na de Nonoai, 5; na do Estreito 1.

Tocante as Praças, a única a mostrar as quatro faces fechadas era a da Boa Vista (cedida mais tarde para a construção do Instituto Educacional), mas ainda com poucas casas, pois que se limitava às duas esquinas da ala norte da Rua do Comércio, e mais algumas nas faces norte e sul. A outra Praça com a sua única edificação já aludida, só tinha fechada a ala sul, em parte, a oeste.

Fora do núcleo arruado se viam, diversas ou em pequenos grupos, edificações entre as quais algumas, de longe, obedecendo o arruamento urbano.



Passando a examiná-las, diremos que entre o extremo oriente do núcleo acima e os antigos limites urbanos em tal direção, que eram pelo banhado que desce das ruas Paissandú e Uruguai, o rio Passo Fundo, as duas vertentes correm para o mesmo rio e para o arroio do Moinho do Capitão Teodoro, e por este se abria campo tão amplo, que além de abrigar o gado vacum e cavalar dos moradores da Vila e nele se poderem, também, caçar codornas e até perdizes, havia uma raia de carreiras, a do Tôco medindo 5 ou 6 quadras.

Desenvolvia-se ela de ponto situado, hoje, aproximadamente na Rua Bento Gonçalves, quadra entre a Av. Brasil e Praça Mal. Floriano Peixoto, indo terminar na caída para o Passo, cuja direção buscava.

Era nesse campo que se erguia a velha Matriz da Vila consagrada a Nossa Senhora da Conceição Aparecida, e na qual, por espaço de mais de 70 anos desde a sua construção concluída a 23 de agosto de 1832, as gerações que aqui vieram surgindo ou pela morte sendo levadas, recebendo a água do batismo ou foram espargidas pela da encomendação, ministradas pela fé católica.

Ficava o histórico templo no terreno onde hoje se encontra a Catedral, ao sul desta, porém, com a frente para nordeste, e, enquanto construída de tijolos, tinha as paredes alternadas com esteios de madeira.

A uns 150 metros na mesma direção de nordeste e a desafrontá-la, ficava a Capela de São Teodoro, construída de tijolos e tendo a ladeá-la boas casas da mesma construção, sendo duas a direita, e uma, mais vasta que as outras, a esquerda; o conjunto este que formava linha traçada mais ou menos de noroeste para sueste, numa extensão de cerca de 100 metros.

No espaço entre os dois Templos e mais próximo ao da Matriz, se erguia o tradicional mastro, erguido em cada festa anual do Divino e tendo no alto uma bandeirola movediça, em que se via pintura ou desenho alusivo.



A uns 80 metros da Matriz, tomando parte da quadra, hoje formada pela Av. Gal. Neto e ruas Independência, Gal. Osorio e Cel. Chicuta, formadas muito depois, se via o antigo cemitério público, traçado em paralelograma com a maior extensão de leste para oeste, mais ou menos, e portanto em alinhamento que não coincidia com o que, muito depois foi dado à mesma quadra. Era ele cercado de tijolos rebocado e caiado, e no seu interior se viam duas palmeiras, sendo uma, mais vivaz, sobre a face norte, e a outra, já definhada por velhice, mais para o centro.

Com o desenvolvimento da cidade na sua direção, foi tal Cemitério, há mais de meio século demolido pela Intendência Municipal, sendo as ossadas respectivas, em parte, trasladadas para o atual, aí aberto. Ainda no mesmo rocio em exame, se viam outros pequenos grupos de casas, todos eles espaçados, como fossem logo abaixo do Cemitério e com ele, em linha oposta, formando pequena rua e outro, de ranchos.

Tais grupos e mais umas poucas habitações isoladas nele existentes, dariam ao referido campo, quando muito, um total de 30 casas, em que se contavam 8 de tijolos, 3 de madeiras de construção relativamente boa, e o restante consistiam em ranchos.

Na face norte do núcleo arruado, além das duas casas contíguas à Praça Tamandaré, já referidas uma dentro do capão do Chafariz, outra à margem do mesmo capão, outra entre a Rua Uruguai e a sanga do aludido Chafariz, nas alturas do cruzamento da Rua Cel. Miranda, e finalmente outra, entre esse ponto e o Boqueirão, aproximando-se do córrego do Lavapés.

Na face oeste do referido núcleo e próximo ao limite dele, no mesmo Boqueirão, se alinhavam sobre a estrada do Pinheiro Torto, 1 casa de tijolos e 3 ou 4 de madeiras, de boa construção, todas já desaparecidas.

Finalmente na face austral do núcleo da Vila, onde o mato da Serra Geral cobria a parte da Rua Morom, que como já



ficou dito acima, aberta de todo não fora ainda, além de poucas e isoladas casas. Na Rua Morom, um grupo de 3 ou 4 ranchos do "Quilombo", tão alegre quanto barulhento, eram localizados além da Rua Marcelino Ramos (leste).

1880 - A rua do Comércio, ainda em solo primitivo, e que por isso, além de saliências de depressões, apresentava outras posteriormente removidas por escavações e aterros só não era gramada na frente de algumas casas de moradia, nas comerciais ou nos cruzamentos de certas travessas; nela, aqui e ali, se viam moitas de macega, bem como vassouras e erva do campo, entre estas, com certa abundância, e abrofo, cujo carrapicho se prenda às caudas e crinas dos cavalos, formando às vezes, emaranhados que só a custo podiam ser desfeitos, inconveniente esse que, se estendia também aos vacuns.

Mais ou menos pelo centro dela, no comprimento, se via a fita coleante da entrada de carretas que vinham de Cruz Alta e de movimento era, não só pela frequência de tais veículos, que representavam o meio de transporte do comércio de importação e exportação, como por ser, também, o mais importante dos itinerários das tropas que do sul da Província demandavam São Paulo, e dos tropeiros que da mesma direção as vinham comprar; era também passagem forçada, das tropas de vacuns, que da parte oriental do Município se deslocavam para o ocidente, e vice-versa.

Pelas suas edificações baixas e de beirais salientes, desaguando nas calçadas, pois que eram as que platibanda tinham, dava ela a impressão de ser muito mais larga que hoje.

Porque nem todas as casas fossem delas dotadas, e também não as tivessem as frentes dos terrenos baldios que se abriam no arruamento, as calçadas, em sua maior parte de lajes de pedra ferro, não se ligavam e a respectiva altura variava acompanhando o terreno ou as soleiras de casa, arbitrariamente assentadas por não haver nivelamento a obedecer, feito pela Câmara; daí resultando que, de futuro muitas casas teriam



de sofrer como sofrem, com os movimentos de terra que se tornariam necessários para o mesmo.

Iluminação pública não havia, e, em regra, os moradores não costumavam, senão raramente, iluminar os compartimentos da frente de suas casas (o uso era o do lampeão) de maneira que em caindo a noite e sendo escura, com os barrancos e caminhos fundos da rua, de cuidado se necessitava para sair, mesmo porque muito era o gado que, a essa hora se reunia, deitando aqui e ali, devido ao fato de quase todos os moradores terem vacas leiteiras em número que variava desde uma até, em certos casos, quatro, cinco, seis ou mais; gado esse que em grande parte era conservado solto no recinto da Vila, onde largo espaço havia e por isso se podiam manter pontas de gado sem possuir ou arrendar campos. Por outro lado, em certas faces de seu perímetro, a área urbana estava em comum com campos vizinhos, o que permitia a passagem do gado destes para ela.

Devido ao exposto, em certas noites se ouvia na Rua do Comércio o berrar solene dos touros que vinham de tais campos e a percorriam, dando nota pitoresca ao silêncio que envolvia a terra, onde não havia casa de diversão a não ser um bilhar, frequentado ordinariamente pelo mesmo círculo de pessoas.

Outra coisa que não tinha a terra era Hotel, aliás desnecessário mesmo, de vez que raros, muito raros mesmo, eram os forasteiros que nela apareciam, vindos de outros pontos da Província; os moradores do Município, que vinham a compras ou a outros negócios, em regra retornavam no mesmo dia para suas casas e quando o não fizessem, se hospedavam com parentes ou amigos. Era isso a continuação de tradicional costume da campanha, onde nas moradas, não deixava de haver o quarto dos hospedes, sempre recebidos e tratados com cavalheirismo, embora o morador não fosse rico. Era esta, ao tempo, uma das fases mais belas dos costumes rurais do município, e com a observação de que se o recém chegado estava mal de cavalo, ou de outro obséquio necessitava, não deixaria de ser atendido, às vezes espontaneamente, pelo seu



hospedeiro.

O comércio da Vila compreendia 22 casas, quase todas elas negociando em fazendas, miudezas, roupas, calçados, drogas, louças, ferragens, secos e molhados e produtos da terra conjuntamente. Eram as mesmas dos negociantes: Jesuino Bordalo, Gabriel Bastos, Manoel de Araújo Schell, Major Lucas José de Araújo, Antonio José da Silva Loureiro, Jorge Schell, Antonio Francisco da Costa, João Jacó Muller (pai), Francisco Narciso de Queiroz, Daniel Manuel de Araújo, José Pinto de Moraes, Francisco de Matos Muller, D. Izabel Kratz Sturm, Guilherme Morsch, João Isslere Juvêncio Carvalho, na rua do Comércio; Anibal di Primio na Rua Paissandú e, também na mesma rua Pedro Zimmermann, Joao Klippel e José di Primio; Manoel Joaquim Cidade na rua Morom e D. Luiza Wolf, ao pé da Capela de S. Teodoro, já fora do núcleo arruado da Vila. Além destas tinha um pequeno estabelecimento, o negociante Pedro da Costa Pinto Bandeira.

Eram estabelecimentos com farmácias, Gabriel Bastos e Luis Morsch, e, com açougues, Jerônimo Savinhone Marques e José Claro de Oliveira.

Tinham oficina: de sapataria, Frederico Guilherme Kurtz, Antonio José da Silva Loureiro e João Lewe; de selaria, João Habkost; de lombilharia, Frederico Graeff; de curtume, Frederico Guilherme Kurtz, Antonio José da Silva Loureiro e o mencionado Graeff; de marcenaria, Venâncio Rodrigues Corrêa, Daniel Canfield, Reginaldo Pietsck e Augusto João dos Santos; de alfaiataria, Carlos Leopoldo Reichmann e um tal Manoel, conhecido por Maneco Alfaiate; de ourives, Miguel Narciso de Queiroz e um velho Canto; de funelaria, Félix Filizzola, e de ferraria, Pedro Schleder, Mathias Benck, Tomaz Canfield e Fernando Zimmermann.

Exerciam profissões manuais, João Gosch, João Guilherme Zeferino, Carlos Coimbra, Felipe Gosch e outros, carpinteiros; Santiago Franchini, Domingos Antonio da Costa



Guimaraes, Felício Bianchi e Manoel Andri Alves; pedreiros: Guilherme e Henrique Amadeu Becker, canteiros tinham olaria na Vila, Domingos Pereira Gomes, e nos subúrbios, Frederico Bento de Souza e Felisbino José Ribeiro.

Não havia padarias, sendo o pão feito em casas particulares.

Quanto a profissões liberais, haviam dois médicos, o Dr. Domingos Augusto de Azevedo e Luiz Morsch; dois advogados, o Major Antonio Ferreira Prestes Guimarães e Coronel Gervásio Lucas Annes e um agrimensor, Henrique Eduardo Costa.

A única associação que existia era o Clube "Amor a Instrução", aí Presidido por Gasparino Lucas Annes.

Haviam duas bandas de música: a de Quirino Domingos Barbosa, liberal, e a de Antonio Felipe Moreira, Roma.

A instrução pública era ministrada por duas aulas, ambas funcionando em prédio situado no local em que hoje, se ergue o Colégio Notre Dame; uma do sexo masculino, regida pelo professor Tomé Gonçalves Ferreira Mendes, e outra, do sexo feminino, dirigida por D. Izabel de Miranda Mendes, esposa do mesmo.

Havia uma aula particular que se limitava ao Colégio Luso Brasileiro, do professor Eduardo Augusto de Souza Brito, e que funcionava também na Rua do Comercio, esquina da atual rua 7 de abril, em prédio que desapareceu, e na época, modernamente instalado.

Em homenagem a esse professor temos, na ala norte da cidade, a Rua Eduardo de Brito.

1880 - O elemento feminino não usava seda, tecido que bastante caro ao tempo, era reservado às senhoras, para solenidades e festas excepcionais; o tecido, ordinariamente, era preto, liso ou de chamalote; os vestidos habituais, po-



rém, eram de chita e outras fazendas leves, de algodão, como estinetas, cassas e outras. Nem mesmo nos bailes havia luxo, fato que, entretanto, não prejudicava a elegância. A moda, esta sim se mostrava complicada, porque os vestidos eram cheios de babados e rendas. As anquinhas e os espartilhos, eram indispensáveis ao tempo, bem como as barbatanas nos corpinhos, como eram chamados os casacos femininos.

Estavam ainda em uso os penteados, cuja complicação se pode ver por fotografias da época. O traje do andar a cavalo era belo: consistia em casaco ou corpete, roupão preto e compridíssimo e chapéu de pano ou palha, de copa baixa e larga aba, tendo ao lado grande pluma preta ou cor diferente.

Religião - Salvo diminuto número de protestantes, a população era católica; mas, pelo tamanho do Templo que servia de Matriz, e a frequência que nele se observava em festas, pouco comparecia ao culto religioso.

As festas da espécie, então, eram a do Divino, a de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, a de Nossa Senhora do Rosário e a de São Miguel, sendo que a penúltima, era feita pelo elemento ex-escravo, com o concurso dos brancos; a última era sempre realizada na respectiva Capela, no Pinheiro Torto.

Consistia em novena seguida de leilões de oferta, danças, alvorada, Missa cantada e procissões no dia da festa, e, afinal o baile de encerramento. A festa de São Miguel atraía sempre grande concorrência, tanto desta cidade como das vizinhanças da Capela referida.

Os protestantes não tinham Igreja, mas dispunham do pequeno cemitério, murado de tijolos, rebocado e caiado, e que ficava em local fronteiro ao quartel do 3º/5º RCMEC.

Tal cemitério, o que aconteceu também com o outro, o público, anos depois foi demolido. Lã estavam sepultados , entre outros, Adão Schell, o velho, falecido a 24 de agosto de 1878, e pessoas de sua família.



Era vigário católico, ao tempo, o Reverendo Tomaz de Souza Ramos, o português.

A Câmara Municipal, funcionando no prédio que hoje tem o nº 1268 à Av. Brasil, estava, então, constituída pelos vereadores: Cap. João Issler, Presidente; Pantaleão Ferreira Prestes, Tomaz Canfield, Cap. Franklim Machado da Silva, Major Francisco Marques Xavier Chicuta, Jerônimo Savinhone Marques (liberais) e Gervásio Lucas Annes (conservador).

Era secretário da mesma o Cap. Joaquim Gonçalves Gomide. Procurador da Casa era Venâncio Rodrigues Corrêa.

A cadeia ocupava prédio anos depois demolido, situado ao meio da quadra em que se acha a Associação Rural e a casa do Dr. Antônio Kruel, sendo que o aluguel respectivo, pago pelo Município, era de 20\$000 (vinte mil reis) mensais, preço que a Câmara, em seu relatório do ano de 1888, salientando a deficiência do prédio, dizia ser fabuloso. E o era de fato, se se considerar que equivalia então, em ouro, a 2 1/2 libras esterlinas.

A Justiça da terra, nessa década de 1880, era distribuída pelos juizes seguintes: de Direito, o Dr. Antonio Alvares de Castro; Municipal, o Dr. Cândido Lopes de Oliveira; de Paz, 1º - o Major Antonio Ferreira Prestes Guimarães. Eram substitutos do Juiz Municipal, 1º - Frederico Graeff; 2º - Cap. José Pinto de Moraes; 3º - Pedro Lopes de Oliveira; 4º - 3º e 4º Juizes de Paz, respectivamente, Major João Schell, Cap. Joaquim Gonçalves Gomide e Augusto Joao dos Santos, e imediatos dos mesmos Juizes de Paz - 1º Gezerino Lucas Annes; 2º - Satírio Nunes Vieira; 3º - Cap. José Pinto de Moraes; e 4º Elias de Souza Kuster.

Delegado de Polícia era o Cap. José Claro de Oliveira, que exercia também o Comando da Secção Policial.

Era, pois, bem diferente de hoje, Passo Fundo da década de 1880 ...



8º REGIMENTO DE INFANTARIA

Em 1926 Passo Fundo recebia com festas o 8º Regimento de Infantaria, que veio ocupar o Quartel recém construído, à Rua Teixeira Soares, vindo da cidade de Cruz Alta. Era a Ia Unidade Federal aqui sediada.

A banda de música do 8º R.I. tornou-se famosa e passou a fazer parte da vida da cidade. Realizava retretas (apresentações) à tarde, aos domingos e feriados, na Praça Marechal Floriano. Desfilava nos feriados e alegrava as passeatas, e desfiles, e acontecimentos das Escolas locais. Manteve um Jazz que marcou época nos clubes da época, com o seu mestre "Nicolau". Foi a alegria das crianças e o enlevo dos adultos. A partir de 1930, também comparecia a banda, em solenidades cívicas e atos de formatura. A Escola Complementar (origem da Escola Normal, hoje incorporada a "EENAV", com curso de Magistério), teve a honra de contar com sua presença, em formaturas de suas turmas. Em 1933 os diplomas recebidos (cada aluna) desta Escola, foi saudado pela banda. Logo após, houve o baile de formatura, abrilhantado com o Jazz do 8º R.I.

Em 1936, retornou a Cruz Alta a Cia. Extra do Regimento, ficando em Passo Fundo, o 3º Batalhão do 8º R.I., aqui permanecendo até 1949, quando despediu-se de Passo Fundo.

A saudosa banda também deixou Passo Fundo, acompanhando a Cia. Extra do Regimento.

Em 1944, a 24 de dezembro, partiram 77 praças e 3 cabos, para o Rio de Janeiro, a fim de se incorporarem a F. E.B. (Força Expedicionária Brasileira), para lutarem na Europa, como defensores da Pátria Brasileira e dos irmãos aliados. Foi a Segunda Guerra Mundial. Um marco do 8º R.I. ficou em Montese, na Itália, representado pelo cabo Fredolino Chimango.



3º/5º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADA

Por especial gentileza do limo. Sr. Major Oscar Costa e Silva Jr., militar voltado aos interesses cívicos da comunidade, tendo sob seu comando o 3º/5º RCMEC, em Passo Fundo, com satisfação passamos para "Passo Fundo Através do Tempo", o histórico que nos foi fornecido:

"A Unidade foi criada em cumprimento ao Decreto nº 1682, de 28 de fevereiro de 1894, com a denominação de 13º Regimento de Cavalaria, tendo por sede a cidade de São Paulo - SP, sendo nomeado seu primeiro Comandante o Major Vitorino Maciel.

Em 8 de maio do mesmo ano, transferiu sua sede para Curitiba - PR. Já em 25 de março de 1909, a Unidade passou a denominar-se 2º Regimento de Cavalaria Independente, e foi transferida para a cidade de Guarapuava - PR, o que se efetivou somente a 12 de maio de 1911.

Em 24 de dezembro do mesmo ano, passou a denominar-se 5º Regimento de Cavalaria Divisionária.

Em 5 de abril de 1914, por determinação ministerial, foi mais uma vez transferido de sede, desta vez de Guarapuava - PR, para Castro - PR. Em 1915, um contingente do 5º Regimento de Cavalaria Divisionária tomou parte ativa na chamada campanha do Contestado. Já em 1924, o Regimento tomava parte na Revolução de São Paulo - SP, com destacada atuação, da mesma forma participou das Revoluções de 1930 e 1932, em São Paulo - SP.

Em janeiro de 1939, transferiu sua sede mais uma vez, retornando ao velho aquartelamento em Curitiba - PR.

Em janeiro de 1945, seguiram para a FEB um oficial e 90



praças da Unidade, com destino ao Velho Mundo.

Por efeito de reestruturação do Exército, o 5º Regimento de Cavalaria Divisionária passou, em 20 de julho de 1946, a denominar-se 20º Regimento de Cavalaria, transformado em 1º/20º Regimento de Cavalaria, sendo seu Comandante o Cap. de Cavalaria 11 o Chaves da Fontoura.

Em 20 de janeiro de 1949, sua sede foi transferida para Passo Fundo - RS, o que se deu em 20 de maio, vindo a ocupar as antigas instalações do 3º/8º Regimento de Infantaria.

Em 1964, o Esquadrão tomou parte na crise político-militar de 31 de março, permanecendo ao lado das diretrizes que nortearam o espírito daquele movimento democrático.

O 3º/1º Regimento de Cavalaria Motorizada, foi criado em cumprimento a Port. Min-Res. Nº 40, de 7 de novembro de 1972, por transformação, a partir de 19 de janeiro de 1973.

Em Port. Min-Res. Nº 70, de 4 de dezembro de 1980, a Unidade mudou a sua denominação para 39/59 Regimento de Cavalaria Mecanizada, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1981".

DADOS SOBRE O EXPEDICIONÁRIO FREDOLINO CHIMANGO

Gentileza do Comando do 1º/5º RCMEC, Major Oscar Costa e Silva Jr.

A 14 de abril de 82, completou 37 anos da batalha que culminou com a tomada de Montese, na 2ª Guerra Mundial, conquista da Força Expedicionária em território Italiano. Ali ficaram tombados 60 brasileiros, além de um desaparecido, que era Fredolino Chimango, natural de Passo Fundo - RS, distrito



de Água Santa, hoje pertencente ao município de Tapejara. Isto deu-se ao anoitecer do dia 14 de abril de 1945, ocasião em que o 11º Regimento de Infantaria em um avanço arrojado, contra aquela posição que estava ocupada pelo inimigo alemão. A 1ª Companhia do 1º Batalhão, comandada pelo Tenente Iporan Nunes tocou a tarefa de invadir a cidade de Montese, pondo em pânico os inimigos os quais tiveram que abandonar a posição, deixando um saldo de prisioneiros.

Após a batalha, os alemães juntaram uns oito ou dez corpos de seus soldados mortos na Piazza Roma, de onde levaram em retirada. Um corpo que estava entre os mortos não foi levado, foi lançado na ribanceira vizinha. Evidentemente não era um alemão, só poderia ser brasileiro. Os alemães não deixavam para tris, ninguém.

Um cidadão italiano, Sr. Mazzeti, que se encontrava residindo numa casa próxima foi ao local e improvisou, naturalmente auxiliado, uma sepultura, sem jamais esquecer o local. Não encontrou a placa de identificação, só sabendo que era brasileiro, pelo emblema do braço. Mais tarde, informou as autoridades de Montese, que nada fizeram. Na reconstrução da Praça, o local ficou desfigurado, todavia o velho Mazzeti não esqueceu. Quando da inauguração do Monumento Militar Brasileiro em Pistoia, uma representação popular de Montese, com o Prefeito à frente, esteve presente e comunicou oficialmente a existência de uma sepultura brasileira em Montese. Foi quando o Embaixador Brasileiro em Roma tomou conhecimento e providenciou a verificação por intermédio do Adido Militar, juntamente com o Sargento Miguel Pereira, zelador do Monumento de Pistoia. No dia 22 de maio de 1967, depois de 18 horas de escavação, foi localizado o esqueleto, que estava completo.

Por que Fredolino Chimango?

No combate de Montese, ficaram faltando no 11º R.I., três soldados, dois do 3º Batalhão e um do 1º Batalhão. Na área



da cidade só atacou o 1º Batalhão. E, nas proximidades da Praça a ação foi da 1ª Companhia sob o comando do Cap. Darcy Lazaro. Os dois soldados do 3º Batalhão foram encontrados e recolhidos ao cemitério de Pistoia, ficando faltando o da 1ª Companhia, que era Fredolino Chimango. Ficou considerado extraviado, mesmo assim foi promovido por ato de bravura e condecorado com as medalhas de Campanha e Cruz de Combate.

Os restos mortais encontram-se atualmente junto ao Monumento de Pistoia, onde repousam à sombra da Bandeira do Brasil. Ao lado de seu túmulo de mármore de "Carrara", está erguida uma Pira onde arde eternamente a chama da saudade da Pátria distante.

Nome: FREDOLINO CHIMANGO

Pai: Edmundo Chimango

Mãe: Gabriela Francisca da Silva

Nasc.: 19 de abril de 1921

Em: Água Santa - então distrito de Passo Fundo (hoje Tapejara).

Nota da autora: Segundo dados colhidos em fonte oficial, soubemos que a farda do exército alemão, na 2ª Guerra Mundial era verde oliva. No combate em Montese, onde perdeu a vida o brasileiro, gaúcho e passo-fundense, Fredolino Chimango, os alemães, após a luta, recolheram os corpos de seus irmãos para serem sepultados, mas na identificação havia um de uniforme verde oliva, mas não era alemão. Foi então jogado numa vala, a sua própria desdita.



3º RPMON = RESUMO HISTÓRICO DO REGIMENTO

O 3º Regimento de Polícia Montada, foi criado de conformidade com o Decreto seguinte: do Exmº Sr. Presidente do Estado. Decreto nº 4.582, de 07 de outubro de 1930, criou na Brigada Militar, mais um Regimento de Cavalaria. O Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, de conformidade com a Constituição, Art. 20, nº 10, resolve criar com a numeração de 3º e com a mesma composição das Unidades idênticas existentes, mais um Regimento de Cavalaria na Brigada Militar, o qual terá por sede na cidade de Alegrete.

Façam-se as devidas comunicações: Palácio do Governo em Porto Alegre, 07 de outubro de 1930. (ass: Getúlio Vargas - Osvaldo Aranha).

Organização:

Criado a 07 de outubro de 1930, somente a 14 daquele mês e ano i que foi organizado, com apenas dois Esquadrões e com um efetivo de 151 homens, sendo que seu primeiro Comandante, o Ten.Cel.PM Jorge Pellegrino Castiglioni.

Naquela data, dos 25 oficiais classificados, no Regimento só estavam apresentados 11.

O 3º Esquadrão foi organizado a 21 de outubro do mesmo ano, com um efetivo de 12 praças apenas.

Terminando a Revolução de 1930, apresentou-se regular número de voluntários, sendo então completados os efetivos dos 1º, 2º e 3º Esquadrões e o 4º Esquadrão PM foi organizado a 1º de novembro de 1930.

Na cidade de Alegrete, ocupou a princípio o Quartel do 6º BCI e, posteriormente, os hangares da extinta Terceira



Esquadrilha de Bombeiros.

Às 17:30 horas do dia 09 de janeiro de 1931, com um efetivo de 18 oficiais e 461 praças, o Regimento embarcou na cidade de Alegrete com destino a Passo Fundo, onde havia sido escolhido para a sua sede definitiva.

Em sua passagem, o Regimento deixou Destacamentos nas seguintes localidades: Júlio de Castilhos, Tupanciretã, Cruz Alta, Palmeira das Missões, Ijuí, Santo Ângelo, Santa Rosa e São Luiz Gonzaga.

O Regimento chegou a Passo Fundo, às 20 horas e 15 minutos de 10 de janeiro de 1931, acantonando no lugar denominado Vila Cruzeiro, onde mais tarde se instalou.

REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA

No dia 10 de julho de 1932, às 10:30 horas, em virtude de haver irrompido o Movimento Revolucionário do Estado de São Paulo, o Regimento recebeu ordem de embarcar com destino àquele Estado, fazendo parte da vanguarda das forças em operação na frente sul, sob o comando do General Waldomiro Lima.

Esta Unidade tomou parte saliente na luta pungente, para julgarão daquele movimento revolucionário, onde teve seu batismo de fogo, ao investir contra as trincheiras da Fazenda Ciriano de Mello, seguindo-se após, o Combate de Itararé, onde o Regimento entrou triunfante dois dias após o combate.

Seguiram-se daí as ocupações das cidades de Santa Cruz dos Lopes, Itararé, Itaporanga, Ribeirão Vermelho e Faxina e a 08 de agosto de 1932, o Regimento trava novo combate



com as forças revolucionárias na cidade de Itaporanga, onde orgulhosamente desalojou o inimigo em exultante vitória.

Todos estes combatentes deram ao 3º Regimento da Cavalaria um galhardão de glória, que hoje cultivamos em emoção, como parte do magnífico patrimônio de bravura e valor, que nos legaram os póstumos, escrevendo com seu sangue, páginas imorredouras de heroísmo e exaçoão ao cumprimento do dever.

Finalmente, cessada a revolução, o Regimento embarcou na cidade de Faxina, Estado de São Paulo, de regresso ao Rio Grande do Sul, no dia 08 de outubro, tendo chegado a Passo Fundo, no dia 12 de outubro às 19:30 horas.

Nova Denominação de 3º Regimento de Cavalaria, para 2º Batalhão Policial Militar - Decreto nº 12.280, de 21 de abril de 1961, passou o Regimento a denominar-se 2º Batalhão Policial.

Nova Denominação de 2º Batalhão Policial, para 3º Regimento de Polícia Rural Montada - Decreto nº 19.466, de 16 de dezembro de 1968, altera de denominação para o 3º Regimento de Polícia Rural Montada (3º RPR Mon).

Pelo Art. 2º do mesmo Decreto, foi instituído patrono da Unidade o saudoso Cel. Pellegrino Castiglioni, seu primeiro Comandante.

Nova Determinação de 3º Regimento de Polícia Rural Montada para 3º Regimento de Polícia Montada - Decreto nº 23.246, de 13 de março de 1974, o 3º Regimento de Polícia Rural Montada, passa a denominar-se: 3º Regimento de Polícia Montada.

A 09 de outubro de 1976, foram concluídos os trabalhos de construção da sede do Destacamento Policial Militar de Espumoso, área de ação do 3º RPRMon: tratam-se de 3 prédios de alvenaria e 1 pavimento, um destinado à administração com 296 m² de área; outro com destino à cozinha, refeitório e garagem com 154 m² e ainda um com 34 m² de vestiários e



sanitários para a prática de esportes, num total de 484 m² de área construída.

A 19 de junho de 1978, em ato solene realizado no Gabinete do Comandante do Regimento, foi inaugurado na Galeria de retratos dos Cmt. do Rgt., pelo Sr. Cmt. Geral da BM, Cel. PM Cândido Jose Ribas da Silva, a foto do Cel. PM Carlos Machado de Barros, que comandou esta OPM no período de 1968 à 1975.

A julho de 1979, o 3º RPMon como integrante da Guarnição da Brigada Militar, soba direção do EMBM/PM5, desenvolveu e executou a operação Ação Cívico Social/79, de 19 a 23 do corrente, na cidade de Passo Fundo, com os meios obtidos pela participação de órgãos governamentais, autoridades e Entidades locais, a fim de melhorar as condições de vida das populações atingidas e, projetar uma imagem favorável à Força. Foi um conjunto de atividades temporárias em determinadas áreas, com o aproveitamento de recursos da comunidade, com a finalidade de paralelamente ao cumprimento das missões normais, auxiliar as comunidades carentes promovendo o fortalecimento dos padrões cívicos e do espírito comunitário dos cidadãos e concorrendo para a manutenção de uma imagem positiva à Brigada Militar.

Nota da autora: Os dados sobre o 3º RPMon foram gentilmente cedidos pelo seu atual Comandante (1983), o ilustre militar Tte. Cel. Adyr Coelho dos Santos.



ELES

Quais aladas borboletas,
Eles, os netos queridos,
Com suas várias facetas,
Com tanta e variada cor,
De mim se achegam com bulha
Como obras do Criador.

Na amplidão das paisagens
Quero ser um pouco d'Eles,
Vivendo todas as horas,
Em cada gentil presença,
Que põe sempre graça imensa
Nas obras da Criação.

Sinto n'Eles o certame
De agora o forte liame
De mui perene afeição!
Risonhos em suas facetas
Eles são as borboletas
Glórias da Criação.



Com olhar que extasia
D'Eles sou enamorada,
Rogando aos céus a poesia,
De levar dentro dos olhos,
Na minha morte a alegria,
Dessa paixão bem gravada.

1983 - PODER EXECUTIVO DE PASSO FUNDO:

PREFEITO: Dr. Fernando Machado Carrion

VICE-PREFEITO: Dr. Lourenço Pires de Oliveira

PODER LEGISLATIVO (Câmara de Vereadores)

PRESIDENTE: João Salles

- Bancada do Partido Democrático Social (PDS)

Adirbal Corralo, Adair Rosso, Afrânio Peixoto, Alberto Poltronieri, Anael Portela, Cândido de Resende, Fidêncio Franciosi, Ildo Wolmann, Jaime Debastiani, Nelson Rosetto.

- Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

Delmo Alves Xavier, Edú Pimentel, Ivo Ferrão, Ivo



Pacheco, Irineu Gehlen, Miguel Lopes dos Santos.

- Bancada do Partido Democrático Trabalhista (PDT)

Antonio Jorge, Dino Rosa, Tadeu Karczeshi, João Salles.

BIBLIOGRAFIA

Missões Orientais de Hemetério Jose Veloso da Silveira.
Terra Farroupilha, Obras históricas de Antonino Xavier e
Oliveira.

Epaminondas Vilalba.

Arthur Ferreira Filho.

Gabriel Bastos.

Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro.

Relatórios da Província de São Paulo.

Relatórios da Província de São Pedro do Rio Grande do
Sul. Voluntários do Martírio do Dr. Ângelo Dourado.

Relatórios da Imperial Câmara de Cruz Alta.

Relatórios da Imperial Câmara de Passo Fundo.

Relatórios do Município de Passo Fundo, no período
republicano de 1889 - 1976.

Jornais do município de Passo Fundo.

Livros de Atas das reuniões da Imperial Câmara de



Passo Fundo, no período de 1857 a 1888.

Arquivo Público de Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre (dados extraídos).

Consultas particulares.

Souza Docca (História do Rio Grande do Sul).

Walter Splading (Farrapos).

Prudêncio Rocha (História de Cruz Alta).

Lindolfo Collor (Garibaldi e a Guerra dos Farrapos).

Inglês e Sousa (O selvagem perante o Direito).

O Povo (Coleção de O Jornal Farroupilha).

Visconde de São Leopoldo (Anais da Província de S. Pedro). Evaristo Afonso de Castro (Notícia descritiva da região *M i s s i o n e i r a*).

Clemenciano Barnasque (Efemerides Riograndenses).

Aristides Moraes Gomes - Fundação e evolução das Estâncias Serranas.

Anuário do Rio Grande do Sul - 1903.

AGRADECIMENTO

In memoriam a Jorge E. Cafruni.

Ao ilustre amigo Dr. Frederico C. Daudt, pela valiosa colaboração recebida e que proporcionou o registro de "Passo Fundo Através do Tempo", em seus três volumes.

Ao Pe. Augustino Flach e Pe. Jacob Inácio Kehl, pela atenção às solicitações feitas sobre documentos que vieram favorecer o 3º volume de "Passo Fundo Através do Tempo",



ambos Missionários da Sagrada Família.

Ao Tenente Coronel Adyr Coelho dos Santos ilustre Militar Comandante do 3º R/P Mon de Passo Fundo, pelo gesto cívico e comunitário, proporcionando que as anotações deste 3º volume fossem rapidamente datilografadas.

Aos meus pais Manoel Tomaz Rosendo e Universina Ribas Rosendo (in memoriam).

Ao meu esposo Waldemar Daniel Gehm (in memoriam).

ÍNDICE DE LEGENDAS



| | |
|------------------|-----|
| <i>Figura 1</i> | 12 |
| <i>Figura 2</i> | 13 |
| <i>Figura 3</i> | 17 |
| <i>Figura 4</i> | 18 |
| <i>Figura 5</i> | 20 |
| <i>Figura 6</i> | 135 |
| <i>Figura 7</i> | 184 |
| <i>Figura 8</i> | 187 |
| <i>Figura 9</i> | 190 |
| <i>Figura 10</i> | 219 |





Projeto
Passo Fundo
Apoio à cultura

[Catálogo do Projeto Passo Fundo](http://www.projetopassofundo.com.br)
www.projetopassofundo.com.br



Projeto
Passo Fundo
Apoio à cultura

Portal
Domínio Público
Biblioteca digital desenvolvida em software livre

